



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE
MATO GROSSO
CAMPUS CÁCERES – PROF. OLEGÁRIO BALDO





PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM ENGENHARIA FLORESTAL

CÁCERES-MT
DEZEMBRO DE 2019

RESOLUÇÃO CONSEPE Nº 27, DE 26 DE OUTUBRO DE 2020

RESOLUÇÃO CONSUP Nº 080, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2020


Gláucia Alves e Silva
Coordenadora do Curso de Bach.
em Engenharia Florestal
Portaria IFMT nº 1.792, de 31/08/2020


Luçara Tinasi de Oliveira
Diretora do Dep. de Desenv. Educacional
Port. nº 555, de 09/03/17
IFMT Campus Cáceres - Prof. Olegário Baldo

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO

WILLIAN SILVA DE PAULA

Reitor

CARLOS ANDRÉ DE OLIVEIRA CÂMARA

Pró-Reitor de Ensino

JOÃO GERMANO ROSINKE

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional

TÚLIO MARCEL RUFINO VASCONCELOS DE FIGUEIREDO

Pró-Reitor de Administração

WANDER MIGUEL DE BARROS

Pró-reitor de Pesquisa e Inovação

MARCUS VINICIUS TAQUES ARRUDA

Pró-Reitor de Extensão

SALMO CESAR DA SILVA

Diretor Geral do *Campus Cáceres*

JUÇARA TINASI DE OLIVEIRA

Diretora do Departamento de Desenvolvimento Educacional - DDE

MARCELO DE OLIVEIRA GALVÃO

Diretor do Departamento de Administração e Planejamento - DAP

MARCOS APARECIDO PEREIRA

Coordenador Geral de Ensino - CGE

ARTHUR GUILHERME SCHIRMBECK CHAVES

Coordenador do Curso de Engenharia Florestal

NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE

ARTHUR GUILHERME SCHIMBECK CHAVES (Presidente)
JUBERTO BABILÔNIA DE SOUSA
GLÁUCIA ALVES E SILVA
ALEXANDRE DOS SANTOS

COLEGIADO DE CURSO

ARTHUR GUILHERME SCHIMBECK CHAVES (Presidene)
ANDERSON RITELA
EDSON RODRIGUES COUTINHO
NAYANE DA SILVA CHAVES
FLÁVIO QUEIROZ FERNANDES
VICTOR MANUEL ALEIXO
ABDALA UNTAR

COLABORAÇÃO

REGINALDO ANTONIO MEDEIROS
FELIPE VIEIRA DA CUNHA NETO
FERNANDA MIGUEL FRANCO
JOSÉ RENATO MAURÍCIO DA ROCHA
MILSON EVALDO SERAFIM
SUELY NOBRE DE SOUZA
LUCIANA MARIA KLAMT
PROEN
EQUIPE DIRETIVA DO *CAMPUS*
DOCENTES E TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS QUE ATUAM NO CURSO DE
ENGENHARIA FLORESTAL

SUMÁRIO

SUMÁRIO.....	iii
I - CARACTERÍSTICAS DO CURSO DE BACHARELADO EM ENGENHARIA FLORESTAL.....	1
1 APRESENTAÇÃO	2
2 PERFIL INSTITUCIONAL	4
3 CARACTERIZAÇÃO DO <i>CAMPUS</i>	6
3.1 Identificação do <i>Campus</i>	7
3.2 Histórico do curso.....	8
4 JUSTIFICATIVA.....	9
5 OBJETIVO GERAL.....	19
6 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	19
7 DIRETRIZES	20
8 REQUISITOS DE ACESSO AO CURSO.....	26
9 PÚBLICO ALVO.....	27
10 INSCRIÇÃO.....	28
11 MATRÍCULA.....	29
12 TRANSFERÊNCIAS	30
12.1 Do ingresso por reopção de curso (transferência interna).....	30
12.2 Da transferência externa	31
12.3 Da transferência <i>ex-officio</i>	32
13 PERFIL PROFISSIONAL DOS EGRESSOS.....	33
14 PERÍODO PARA RENOVAÇÃO DE RECONHECIMENTO DO CURSO.....	35
15 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	36
15.1 Aspectos gerais	36
15.2 Trabalho de Conclusão de curso - TCC.....	40
15.3 Atividades Complementares	40
16 MATRIZ CURRICULAR	42
16.1 Matriz 2010	42
16.2 Matriz 2020	46
16.2.1 Disciplinas obrigatórias	46
16.2.2 Disciplinas optativas.....	50
16.3 Equivalência de matrizes	52
16.4 Justificativa quanto às disciplinas excluídas	54

iii

17 FLUXOGRAMA.....	56
18 EMENTÁRIO.....	58
19 PESQUISA, EXTENSÃO, INOVAÇÃO E PRODUÇÃO CIENTÍFICA	130
20 ESTÁGIO SUPERVISIONADO.....	132
20.1 Estágio supervisionado obrigatório	132
20.2 Estágio não obrigatório.....	135
21 METODOLOGIA.....	136
21.1 Aspectos gerais	136
21.2 Atividades práticas.....	137
21.3 Tecnologia da informação e comunicação (TIC).....	139
21.4 Metodologias ativas.....	140
22 AVALIAÇÃO DO ENSINO APRENDIZAGEM.....	142
23 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DE CURSO.....	145
24 PLANO DE MELHORIA DO CURSO	148
24.1 Gestão pedagógica.....	149
24.2 Gestão administrativa	150
25 ATENDIMENTO AO DISCENTE.....	151
26 APROVEITAMENTO DE ESTUDOS.....	153
27 POLÍTICAS DE CONTROLE DE EVASÃO	154
28 DO TRANCAMENTO DE MATRÍCULA E DO CANCELAMENTO DE DISCIPLINA	155
29 DESLIGAMENTO E CANCELAMENTO DE MATRÍCULA.....	156
30 CERTIFICADOS E DIPLOMAS.....	157
1 QUADRO DE DOCENTES.....	159
32 INSTALAÇÃO FÍSICAS	162
33 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE.....	163
34 COORDENAÇÃO DE CURSO.....	165
35 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	165
36 ANEXOS	168
ANEXO I - REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DO CURSO DE BACHARELADO EM ENGENHARIA FLORESTAL.....	168
ANEXO II - REGIMENTO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE DO CURSO DE BACHARELADO EM ENGENHARIA FLORESTAL.....	175
ANEXO III - REGIMENTO DO COLEGIADO DE CURSO DO CURSO DE BACHARELADO EM ENGENHARIA FLORESTAL.....	179

I - CARACTERÍSTICAS DO CURSO DE BACHARELADO EM ENGENHARIA FLORESTAL

Habilitação necessária	Descrição
Nível	Superior
Modalidade	Presencial
Periodicidade da oferta	Anual
Regime de matrícula	Semestral
Vagas anuais	40
Turno de funcionamento	Integral
Duração média do curso	05 anos
Período máximo para integralização do curso	08 anos
Carga horária mínima das disciplinas obrigatórias e optativas	3.468 horas
Carga Horária do Estágio Obrigatório	360 horas
Carga Horária do Trabalho de Conclusão de Curso	68 horas
Carga Horária das Atividades Complementares	150 horas
Carga Horária Total do Curso	4.046 horas
Vigência	2020/1

1 APRESENTAÇÃO

O desenvolvimento sustentável é o principal desafio do mundo contemporâneo, os quais se baseiam no uso dos Recursos Naturais para a satisfação das necessidades de nossas gerações sem, contudo, comprometer as necessidades das gerações futuras.

A sustentabilidade significa muito mais do que simplesmente dar uma feição ambiental às formas, procedimentos e métodos tradicionais. Significa dimensionar a formação de recursos humanos para atuar no setor primário com nova mentalidade, de modo que possam entrar no mercado de trabalho com qualificação para exercerem suas funções com a eficiência que o processo produtivo requer, exercendo uma adequada gestão dos recursos naturais, de modo a contribuir com a melhoria dos índices de desenvolvimento humano do local, da região, do estado, do país e do mundo.

No que tange a formação de recursos humanos, desde sua criação em 17 de agosto de 1979, a então Escola Agrotécnica Federal de Cáceres, hoje Instituto Federal de Mato Grosso *Campus* Cáceres - Prof. Olegário Baldo (IFMT) pauta-se com a formação técnica, tecnológica e superior e vem-se constituindo em um importante centro de pesquisa básica e aplicada nas áreas de agropecuária, engenharia florestal, informática e biocombustíveis, o que a tornou referência nessas modalidades de ensino na região sudoeste do Estado de Mato Grosso, que abriga parte do Pantanal Matogossense, extensa fronteira internacional com a Bolívia, além de uma saída estratégica para o pacífico.

Na área florestal, a partir do ano de 1996 o *Campus* passou a ofertar o curso Técnico em Meio Ambiente com habilitação em Florestal, que posteriormente tornou-se Técnico em Florestas. Este curso, aliado a vocação florestal da região, sobretudo na área de silvicultura e, a criação dos Institutos Federais foi fundamental na implantação do curso de bacharelado em Engenharia Florestal em 2010, sendo o seu Projeto Político Pedagógico elaborado em 2009.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei Nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 estabelece que as Instituições de Ensino sejam autônomas no tocante à elaboração do projeto pedagógico dos cursos ofertados, no qual deverá ser fixada a proposta curricular, observadas as diretrizes gerais pertinentes. Uma importante característica do PPC é a sua flexibilidade, já que está sujeito à dinâmica do ensinar e do aprender de acordo com os avanços permanentes e demandas na área educacional, mais especificamente na área de atuação do curso. Portanto, não é um documento definitivo. Ao contrário, tem caráter

dinâmico, possibilitando mudanças que estejam sempre de acordo com os interesses e necessidades do Curso de Engenharia Florestal e de toda a sociedade.

A reformulação do Projeto Pedagógico deu-se através de discussões coordenadas pelo Núcleo Docente Estruturante do Curso (NDE) do curso de Bacharelado em Engenharia Florestal, a partir da compilação do conjunto de leitura crítica de documentos e informações sobre as diretrizes que norteiam os princípios teóricos e metodológicos da prática educativa e da reflexão sobre a formação e o fazer do Engenheiro Florestal.

Para tanto foram realizadas reuniões entre docentes, discentes, direção do *Campus*, Pró-Reitora de Ensino, além de consulta aos servidores do *Campus*. Também se realizou um seminário envolvendo comunidade interna do IFMT e representantes de instituições públicas e privadas, como o objetivo de fomentar as discussões e avaliar se o PPC proposto está consonante com as demandas do setor florestal local, regional, estadual e nacional e promover uma discussão e uma reflexão mais ampla a respeito do ensino de Engenharia Florestal no IFMT, em Mato Grosso e no Brasil, enfocando perspectivas, demandas, perfil profissional e mercado de trabalho. O evento teve como foco o ensino de engenharia florestal no IFMT *Campus* Cáceres – Prof. Olegário Baldo, destacando as perspectivas, perfil profissional e mercado de trabalho.

Este projeto pedagógico apresenta os pressupostos teóricos, metodológicos e didático-pedagógicos que estruturam a proposta do curso em consonância com a Instrução Normativa aprovada pela Resolução nº 24 de 06 de julho de 2011, que padroniza e define a estrutura dos Projetos Pedagógicos dos Cursos Superiores, oferecidos pelo Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso, para aprovação do IFMT, além de incorporar os princípios expostos na “Organização Didática do IFMT”, aprovada pela Resolução – CONSUP/IFMT nº 104 de 15 de dezembro de 2014. Neste documento estarão explicitados princípios, categorias e conceitos que materializarão o processo de ensino-aprendizagem destinado a todos os envolvidos nesta práxis pedagógica.

Este Projeto Pedagógico do Curso de Engenharia Florestal do IFMT (PPC) entrará em vigor a partir do primeiro semestre de 2019.

2 PERFIL INSTITUCIONAL

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT), criado nos termos da Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Mato Grosso, do Centro Federal de Educação Tecnológica de Cuiabá e da Escola Agrotécnica Federal de Cáceres, é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino. É uma instituição vinculada ao Ministério da Educação, possui natureza jurídica de autarquia, com autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

O IFMT tem no Estado de Mato Grosso em sua área de atuação geográfica 14 *campi* em funcionamento: Alta Floresta, Barra do Garças, Cáceres, Campo Novo do Parecis, Confresa, Cuiabá – Octayde Jorge da Silva, Cuiabá – Bela Vista, Juína, Pontes e Lacerda, Primavera do Leste, São Vicente, Sorriso, Rondonópolis e Várzea Grande. Há também 5 *campi* avançados: Tangará da Serra, Diamantino, Lucas do Rio Verde, Sinop e Guarantã do Norte. O IFMT ainda atua nos municípios de Jaciara, Campo Verde, Sapezal, Jauru e Poconé, estando em constante expansão. Além da sua Reitoria instalada em Cuiabá. Para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão da instituição e dos cursos de educação superior, o IFMT é equiparado às universidades federais.

O Plano de Desenvolvimento Institucional do IFMT - PDI (2014-2018), aprovado pela Resolução nº 27 de 30 de junho de 2014, define a missão “Educar para a vida e para o trabalho”, com valores definidos de modo a estreitar a relação da educação com os sujeitos envolvidos, a partir do estabelecimento de relações éticas, profissionais, inovadoras, empreendedoras, humanísticas, sustentáveis, com respeito a diversidade, e pela inclusão e participação democrática.

Atendendo à legislação e a uma demanda social e econômica, o IFMT tem focado sua atuação na promoção do desenvolvimento local, regional e nacional, conforme estabelecido no artigo 6º da Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, de criação dos IFs:

[...]“ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional.”

Desde a sua criação, a Instituição iniciou um processo de expansão que atualmente oferta ensino, pesquisa e extensão a aproximadamente 13.500 alunos regulares presenciais em todas as regiões do estado de Mato Grosso, com previsão de que em 2018, cheguem a 22 mil alunos, segundo o plano de oferta de cursos e vagas contido no Plano de Desenvolvimento Institucional do IFMT (2014-2018).

Através da UAB (Universidade Aberta do Brasil), o IFMT está presente em 15 outros municípios do estado, ofertando ensino a distância para cerca de 900 graduandos em cursos superiores e cerca de 6.694 alunos do programa Profucionário.

O IFMT oferta também cursos de pós-graduação Lato Sensu e Stricto Sensu, além de programas sociais do Governo Federal voltados para a formação profissional e elevação da escolaridade de pessoas, inclusive em situação de vulnerabilidade social.

O IFMT desenvolve função estratégica no processo de desenvolvimento socioeconômico do Estado, na medida em que a qualificação profissional, o incentivo à pesquisa, os projetos de extensão e as demais ações da Instituição estão diretamente relacionados ao aumento da produtividade, inovação nas formas de produção e gestão, melhoria da renda dos trabalhadores e na qualidade de vida da população em geral. Nesse sentido, a missão da Instituição está voltada para “Educar para a vida e para o trabalho”, sempre focada no compromisso com a inclusão social.

É missão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso "Educar para a vida e para o trabalho". Tem como visão ser reconhecido, até 2019, como uma instituição de excelência na oferta de educação profissional e tecnológica. Os valores são:

- a) Ética: Fundamental para as relações saudáveis.
- b) Transparência: Um direito constitucional.
- c) Profissionalidade: Na busca contínua pela qualidade
- d) Inovação: Utilizando das experiências para focar-se no futuro.
- e) Empreendedorismo: Necessário para manter o propósito.
- f) Sustentabilidade: Respeitando a sociedade e o planeta.
- g) Humanidade: A dignidade da pessoa humana acima de tudo.
- h) Respeito à diversidade: Reconhecemos as diferenças para alcançar a igualdade.
- i) Inclusão: Diversidade e diferenças tratadas com equidade.
- j) Democracia participativa: Por um fazer coletivo.

3 CARACTERIZAÇÃO DO CAMPUS

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT), *Campus Cáceres* – Prof. Olegário Baldo, antiga Escola Agrotécnica Federal de Cáceres – MT, fundado em 17 de agosto de 1980. Sua criação foi resultado de um programa de expansão e melhoria do ensino Técnico Profissionalizante, com a participação do MEC – PREMEM, do Governo de Mato Grosso e Prefeitura Municipal de Cáceres – MT. Para sua edificação inicial foram utilizados recursos de contrato de empréstimo nº 379/SF – BR do Banco Interamericano de Desenvolvimento, firmado em junho de 1979. Atualmente o *Campus Cáceres* é uma unidade do IFMT - autarquia do Ministério da Educação, vinculada à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC/MEC.

Em 2008, com a expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica, as escolas técnicas, agrotécnicas e centros federais de educação tecnológica de Mato Grosso passaram por nova institucionalização integrando a base de criação do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, IFMT. A então Escola Agrotécnica Federal de Cáceres torna-se IFMT *Campus Cáceres*. Criado a partir da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 o *Campus Cáceres* é uma unidade do IFMT, instituição ligada ao Ministério da Educação e vinculada à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - SETEC/MEC.

A partir da Resolução nº 80, publicada no Diário Oficial da União de 15 de dezembro de 2015, o IFMT *Campus Cáceres* recebe o nome do ex-diretor professor Olegário Baldo, passando a denominar-se IFMT *Campus Cáceres* - Professor Olegário Baldoem, em homenagem ao servidor Prof. Olegário Baldo que dedicou a vida à educação profissional e tecnológica e que veio a falecer em maio de 2015. O processo foi aprovado pelo Conselho Superior do IFMT e foi institucionalizado com alteração no estatuto do IFMT,

Localizado no extremo norte do pantanal, à margem esquerda do Rio Paraguai, com sede no município de Cáceres, na região sudoeste do estado de Mato Grosso, o IFMT *Campus Cáceres* possui uma área de 320 hectares, onde se encontra a edificação central, composta pela parte administrativa e pedagógica da escola. Desde sua fundação, o *Campus* tem ofertado cursos na área de técnica (agropecuária, agricultura, zootecnia, agroindústrias, florestas e informática), tecnológica (Tecnologia em Biocombustíveis) e de graduação (Bacharelado em Engenharia Florestal).

O IFMT *Campus* Cáceres – Prof. Olegário Baldo tem desenvolvido a educação tecnológica e profissionalizante em todos os níveis de formação, desde a educação básica fundamental, com os cursos de Formação Inicial e Continuada - FIC - voltados para a formação de jovens e adultos das séries iniciais, a cursos técnicos com formação integrada ao ensino médio, pós-médio, graduação e pós-graduação. Na interface entre ensino, pesquisa e extensão, a instituição desenvolve programas voltados para inclusão social, educação emancipatória e cidadania, como as ações da Rede Nacional de Certificação Profissional - Rede CERTIFIC, Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC e Programa Mulheres Mil.

No contexto socioeconômico regional, o *Campus* Cáceres - Prof. Olegário Baldo, integra o Estado de Mato Grosso e destaca pela diversidade de recursos naturais, envolvendo importantes biomas como a floresta amazônica, o pantanal matogrossense e o cerrado, sendo ainda berço de grandes bacias hidrográficas (Paraguai-Paraná e Amazonas), com possibilidade de uso para diversos fins. É também uma grande fronteira agropecuária (com destaque para a pecuária de leite e corte, aquicultura e pesca, agricultura familiar e empresarial e silvicultura), industrial (nas adjacências do *Campus* deverá ser implantado um grande polo industrial – a Zona de Processamento e Exportação – ZPE) e turística (com ênfase para ecoturismo e turismo rural).

Somado a isso, o município de Cáceres e região limitam em extensa fronteira seca com a Bolívia, o que requer ações diplomáticas nas esferas municipal, estadual e federal. Além disso, há de considerar nessa região a existência de grandes passivos ambientais passíveis de restauração, como pastagens, áreas de preservação permanentes e recursos hídricos deteriorados.

3.1 Identificação do *Campus*

Quadro 1: Identificação e caracterização do IFMT *Campus* Cáceres – Prof. Olegário Baldo.

Razão Social:	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – IFMT - <i>Campus</i> Cáceres Prof. Olegário Baldo (criado pela Lei nº 11.892/2008)
CNPJ:	10.784.782/0003-12
Data de criação do <i>Campus</i> :	17 de agosto de 1980
Esfera Administrativa:	Federal

7

Código SIAF da unidade gestora:	15.8334
Vinculação:	Ministério da Educação – MEC, no âmbito da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC
Legislação de criação do IFMT - <i>Campus</i> Cáceres:	LEI nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, Art. 5º, item XVIII e Art. 9º item V; que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.
Endereço:	Avenida dos Ramires, s.n. Distrito Industrial - Caixa Postal nº 244
Cidade/UF/CEP:	Cáceres - MT - CEP: 78.200-000
Telefone/Fax:	(65) 3221.2600 / 3221-2626
E-mail de contato:	gabinete@cas.ifmt.br
Site do <i>Campus</i> :	www.cas.ifmt.edu.br

3.2 Histórico do curso

A vocação florestal do Estado de Mato Grosso, a oferta do curso Técnico em Florestas desde 1996 no *Campus* Cáceres - Prof. Olegário Baldo e a criação dos Institutos Federais foram fatores relevantes para implantação do curso.

Com a criação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso *Campus* Cáceres – Prof. Olegário Baldo no início do ano de 2009 iniciaram-se as discussões para criação dos cursos superiores de Tecnologia em Biocombustíveis e em Silvicultura. Com o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) do curso de Tecnologia em Silvicultura sendo finalizado e, durante uma reunião entre a comissão de construção do PPC, o Prof. Reginaldo Antonio Medeiros, presidente da comissão encarregada de elaborar o documento e a Direção Geral do *Campus*, o então Diretor Geral Professor Olegário Baldo, foi sugerida a possibilidade de criação no *Campus* do curso de Bacharelado em Engenharia Florestal, ao invés de Tecnologia em Silvicultura.

As discussões avançaram e houve aprovação da comunidade interna e externa. Concluído o PPC do curso superior de Bacharelado em Engenharia Florestal, este foi submetido à apreciação da Pró-Reitoria de Ensino do IFMT, que também estava se consolidando. Através da Resolução n. 004 de 14 de outubro de 2009, o Reitor *Pró-Tempore* e Presidente do Conselho Superior (CONSUP), Prof. José Bispo Barbosa, aprova *ad referendum*, a criação e o Projeto Pedagógico do curso de Bacharelado em Engenharia Florestal do *Campus* Cáceres, e autoriza seu funcionamento a partir do primeiro semestre de

2010. Em 24 de novembro de 2010, o CONSUP, por meio da Resolução n. 037 de 24 de novembro de 2010, aprova a Resolução *ad referendum* 004 de 14/10/2009.

Efetivamente, o curso de Bacharelado em Engenharia Florestal iniciou suas atividades em 22 de fevereiro de 2010. Atualmente, já se realizaram duas formaturas de Engenheiros de Engenheiras Florestais e a terceira turma colará grau no primeiro semestre de 2017.

Contudo, ao longo dos últimos anos, houve necessidade de adequar o Projeto Político Pedagógico (PPC) do curso frente às normas e regimentos implementados *a posteriori* sua elaboração e aprovação no âmbito do IFMT, da necessidade de adequação de sua matriz curricular à infraestrutura da Instituição e, sobretudo de novas demandas e desafios do setor florestal, que resultarão em melhorias acadêmicas do curso.

4 JUSTIFICATIVA

As rápidas transformações, a velocidade de implementação de inovações tecnológicas e os avanços científicos, que incidem sobre a sociedade, o mercado de trabalho e as condições de exercício profissional, impõem uma tendência à necessidade de formar profissionais com base sólida, para oferecer melhores condições de capacitação frente aos desafios e transformações que ocorrem no campo da ciência e da tecnologia. Somado a isso, as questões acerca de preservação ambiental e restauração das florestas, apesar dos avanços nos últimos anos, ainda é foco de muitas discussões e estudos, principalmente nas áreas de manejo, silvicultura e de tecnologia de produtos florestais (UFMT, 2009).

O IFMT *Campus* Cáceres – Prof. Olegário Baldo está situado em uma região privilegiada sob a ótica ambiental. O município de Cáceres-MT, onde se situa o *Campus* é caracterizado como uma região de tensão ecológica, por abrigar três grandes biomas, o Cerrado (30%), Floresta Estacional (20%) e Pantanal Matogrossense (50%), além de fazer parte da Bacia do Alto Paraguai, rio de grande importância nacional (PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES, 2016). Isso demanda formação de profissionais com sólidos conhecimentos e habilidades para atuar nesses Biomas, com distintas peculiaridades. Além disso, o município possui extensa fronteira internacional com a Bolívia, e uma saída estratégica para o pacífico.

Para contextualizar e demonstrar a importância do curso de Bacharelado em Engenharia Florestal no IFMT *Campus* Cáceres – Prof. Olegário Baldo, em escala local,

regional, nacional e mundial, serão apresentados dados atualizados do setor florestal, nestas mesmas escalas.

As florestas ocupam cerca de 3,7 bilhões de hectares no mundo. Desse total, 93% são nativas. Apesar da área ocupada por florestas plantadas ocuparem cerca de 278 milhões de hectares (7%), estas respondem por 50 % da matéria-prima para fins industriais (FAO, 2015 citado pela IBA, 2016b). Estas florestas são fonte de diversos produtos e subprodutos e geram diversos serviços culturais, recreativos, turísticos e outros relacionados à pesquisa e a regulação do fluxo hídrico e de nutrientes, além de gerar benefícios climáticos com o sequestro de carbono.

Se as projeções sobre o crescimento populacional se concretizar, em 2050 a população mundial será estimada em 9,1 bilhões de pessoas. Este crescimento somado às mudanças de poder aquisitivo impulsionará o consumo de energia, abrindo espaço para aquela oriunda da biomassa. Para isso, serão necessárias cerca de 250 milhões de hectares de florestas plantadas no mundo, considerando um cenário de baixo carbono, uso de energia renovável e desmatamento líquido zero.

As florestas apresentam benefícios econômicos e sociais e sobretudo ambientais, pela sua alta capacidade de absorção de carbono, bem como as contribuições do setor para a construção de uma economia de baixo carbono. Para a IBÁ (2016a) em um cenário futuro desafiador, as florestas estão ganhando um novo status, que vai desde o suprimento de matéria-prima para todos os usos dos produtos florestais (atuais e potenciais), a uma nova economia de baixo carbono, cuja solução passa pelas florestas plantadas. Isso demandará em medidas de controle e combate ao desmatamento e incêndios florestais, adoção de medidas de combate às mudanças climáticas, cumprimento da legislação florestal e ambiental, mudanças de paradigmas, entre outras.

A FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura) (2015) publicou em seu relatório sobre a Avaliação Global dos Recursos Florestais (Global Forest Resources Assessment – FRA 2015), durante o XIV Congresso Mundial sobre Florestas em Durban, África do Sul, aponta alguns dados interessantes, como:

a. Enquanto em 1990 as áreas de floresta correspondiam a 31,6% das terras do mundo (4.128 milhões de hectares), em 2015 esse percentual mudou para 30,6% (3.999 milhões de hectares);

- b. A taxa líquida anual de perda de floresta diminuiu de 0,18% nos anos 1990 para 0,08% durante o período 2010-2015;
- c. A maior parte (93%) da área florestal do mundo corresponde à floresta natural, áreas de floresta primária, onde os distúrbios humanos foram minimizados, bem como áreas de floresta secundária que regeneraram naturalmente;
- d. Floresta plantada, corresponde a 7% da área total de florestas do mundo, tendo aumentado mais de 110 milhões de hectares desde 1990;
- e. O setor florestal contribui anualmente com aproximadamente \$600 bilhões para o PIB global e fornece empregos para mais de 50 milhões de pessoas.
- f. As florestas plantadas, por sua vez, são muitas vezes estabelecidas para produção e se bem gerenciadas podem fornecer vários bens e serviços florestais que podem ajudar a reduzir a pressão sobre as florestas naturais;
- g. Globalmente, a área de floresta natural está diminuindo e a área plantada de florestas está aumentando;
- h. Houve aumento do consumo global de madeira e da contínua e generalizada dependência de lenha;
- i. A gestão das florestas melhorou drasticamente nos últimos 25 anos, incluindo planejamento, compartilhamento de conhecimento, legislação e políticas para o setor;
- j. As florestas são ricas em diversidade biológica e abrigam mais da metade das espécies terrestres de animais, plantas e insetos. Apesar dos esforços de conservação, a ameaça de perda de biodiversidade persiste e é provável que continue com o desmatamento e a degradação ambiental;
- k. Desde 1990 as florestas para conservação aumentaram cerca de 150 milhões de ha e florestas em áreas protegidas aumentaram em mais de 200 milhões de hectares.
- l. Atualmente, a área florestal designada para a conservação da biodiversidade representa 13% da floresta mundial, cerca 524 milhões de hectares, com as maiores áreas no Brasil e nos Estados Unidos;
- m. O desmatamento e a degradação ambiental aumentam a concentração de gases de efeito estufa na atmosfera, mas o crescimento das florestas e das árvores absorve o dióxido de carbono, principal gás de efeito estufa. Isso demonstra que uma gestão mais sustentável das florestas resultará numa redução das emissões de carbono.

- n. As estimativas apontam que as emissões totais de carbono das florestas diminuiram mais de 25% entre 2001 e 2015, devido a uma desaceleração das taxas de desmatamento global.
- o. A África e América do Sul apresentaram a maior perda líquida anual de florestas no período de 2010 a 2015, com 2,8 e 2 milhões de hectares, respectivamente. Entretanto, a taxa de perda diminuiu substancialmente em relação ao quinquênio anterior;
- p. Constatou-se também que desde 1990, a maior parte do desmatamento ocorreu nos trópicos. Por outro lado, a área florestal líquida aumentou nos países temperados, enquanto houve relativamente pouca mudança nas regiões boreal e subtropical;
- q. O crescimento populacional global, a área florestal per capita média por pessoa decresceu em diversas regiões climáticas, sobretudo nos trópicos e subtropicais, excetuando-se as regiões temperadas.

O Brasil é um País florestal. É o que afirma o Serviço Florestal Brasileiro - SFB (2013). Segundo o SFB 54,4% do território brasileiro é coberto por florestas nativas (56,6%) e florestas plantadas (0,8%), o que representa a segunda maior área de florestas do mundo, atrás apenas da Rússia. Na Figura 1 são apresentadas as principais estatísticas nacionais relacionadas ao setor florestal obtidas no biênio 2011/2012.

Figura 1: Principais estatísticas nacionais do setor florestal no Brasil (Fonte: SFB, 2013).

População Total	194 milhões
Área total	851 milhões de ha
Área Florestal do país	463 milhões de ha
Proporção da área florestal em relação a área total do país	54,4%
Área florestal por habitante	2,38 ha
Área de florestas naturais	456 milhões de ha
Área de florestas plantadas	7,2 milhões de ha
Área de florestas públicas cadastradas	308 milhões de ha
Área de florestas comunitárias federais	124 milhões de ha
Área de florestas públicas (federal e estadual) sob concessão florestal	622,2 mil ha
Empregos formais no setor florestal	673 mil

Área de florestas certificadas	8,6 milhões de ha
Produção de madeira serradas (2010)	4,9 milhões de m ³
Produção de painéis (2010)	6,4 milhões de m ³
Produção de celulose	14,6 milhões de t
Produção de papel	10,1 milhões de t
Extração de madeira em tora para combustível	133,1 milhões de m ³
Extração de madeiras em tora para indústria	139,9 milhões de m ³
Principais produtos não madeireiros extraídos das florestas naturais	
Erva mate	229,7 mil t
Açaí	215,4 mil t
Amêndoa de babaçu	102,5 mil t
Piaçava	61,4 mil t
Exportação do setor florestal	9 bilhões de US\$
Importação do setor florestal	2,4 bilhões de US\$
Principais países importadores de produtos florestais do Brasil (2011)	
Estados Unidos	1,8 bilhões de US\$
China	1,3 bilhões de US\$
Holanda	1,0 bilhões de US\$

Nos cenários apresentados anteriormente, principalmente envolvendo crescimento populacional e suas demandas, a América Latina terá um papel de destaque no suprimento de produtos madeireiros e não madeireiros. Isso coloca o Brasil em posição privilegiada, visto que apresenta características edáficas e climáticas favoráveis à silvicultura, além de extensas áreas de terra disponíveis. Mais do que isso, o Brasil é referência mundial em produtividade de suas florestas plantadas.

O Centro de Inteligência em Florestas (CIFlorestas) realizou uma análise conjuntural do mercado de produtos florestais nos primeiros 10 meses de 2016 (janeiro a outubro) e observaram que o mercado desses produtos tem alternado alternam entre estagnação e crescimento nos seus diversos setores.

O setor de papel e celulose apresentou importância significativa na balança comercial brasileira nos primeiros 10 meses de 2016. As exportações de papel e celulose foram de

US\$1,7 e 4,5 bilhões, respectivamente. Já as importações foram US\$ 0,6 e 0,2 bi, nessa mesma ordem. O setor de madeira processada (que inclui produtos como painéis de compensado, madeira serrada, portas, molduras, pisos etc.) foi responsável por 57% dos empregos da cadeia florestal-madeireira, que representa 93% das empresas, das quais, 90% são de pequeno porte com produção de múltiplos produtos voltados para o mercado interno. No período as exportações totalizaram US\$1.929,3 milhões e as importações US\$82,9 milhões. O segmento de produtos florestais não madeireiros (PFNM), como, ceras vegetais, mate, castanha de caju, castanha do Brasil, taninos e borracha natural apresentou saldo positivo de US\$ 49,2 milhões na balança comercial.

A exportação de PFNM foi de US\$ 277,7 milhões. Entre os PFNM, a borracha natural é a menos exportada, por outro lado, é a mais importada. A baixa competitividade e produção da borracha brasileira são decorrentes do alto custo de produção, da falta de qualificação e da permanência da mão de obra no setor. Entre os setores envolvidos diretamente com a atividade florestal, o setor moveleiro foi o que apresentou pior desempenho. Mesmo assim, de janeiro a outubro de 2016 as exportações somaram US\$332 milhões, valor este 3% menor do que o exportado em 2015 no mesmo período. Já as importações somaram US\$12 milhões, um valor 34% menor do que o acumulado no mesmo período de 2015. Por outro lado, o segmento de carvão para siderurgia apresenta desempenho ruim se considerado aos demais setores, devido à baixa atividade econômica do setor de siderurgia.

Mesmo com esse cenário político-econômico instável, em 2015 as indústrias ligadas a setores de celulose e papel, painéis de madeira, carvão vegetal e madeira consumiram 194,4 milhões de m³ de toras de plantações florestais no Brasil (IBA 2016a).

Ainda segundo a IBA (2016a) essa instabilidade em que o Brasil vem passando devido à aceleração do dólar, o avanço do processo inflacionário, a perda do selo de bom pagador por agências de risco, a alta do desemprego e um cenário político ruim levaram o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro a acumular uma queda de 3,8% em 2015, a maior redução desde 1990. Fato que se repetiu em 2016. Praticamente todos os setores da economia apresentaram retrações. Apenas o setor agropecuário registrou crescimento. Deste, o setor de árvores plantadas figurou entre os poucos setores produtivos que reuniam condições para atravessar o período, enfrentar as dificuldades e atenuar o resultado desfavorável da economia brasileira, favorecido pela alta do dólar, o setor registrou alta nas exportações dos segmentos de celulose,

painéis de madeira e papel, contribuindo para o saldo positivo de operações do comércio exterior do País, conforme demonstrado pelo CI Florestas (2016). Por outro lado, o desemprego e a conseqüente queda na renda do trabalhador afetaram enormemente a demanda interna.

O Estado de Mato Grosso, com população estimada em 2014 em 3.224.357 milhões de pessoas, tem na atividade agropecuária a base de sua economia, cerca de 21% do valor adicionado bruto do seu Produto Interno Bruto (PIB), que em 2014 foi de R\$ 101,23 bilhões. Desse montante a produção florestal e aquicultura participaram no PIB 2014 com um montante de R\$ 681 milhões. Este setor foi o que apresentou maior índice acumulado na participação do PIB (2,113), se comparado aos demais setores da economia (SEPLAN, 2016).

O cenário matogrossense da madeira nativa foi um pouco mais otimista, quando comparado ao cenário nacional no período de 2008 a 2013. De acordo com a FAMATO (2013), citando dados do IBGE, a produção de carvão vegetal teve um crescimento de 26%, a lenha de 1% e a madeira em tora de 10%. O grande ganho para o Estado é a silvicultura. Nesse período produção de lenha cresceu 194%, que se deve à grande demanda para secagem de grãos, frigoríficos, laticínios e indústrias de cerâmica. A produção de madeira em tora aumentou 208%, principalmente com a colheita de teca (*Tectona grandis*), uma das espécies florestais mais cultivadas no Estado.

Com a implantação de usinas de etanol de milho na região médio norte do Estado, a demanda por biomassa para geração de energia crescerá exponencialmente. Atualmente o Estado possui cerca de 192 mil ha de floresta de eucalipto, número que deverá quintuplicar para atender a demanda nos próximos cinco anos, já que, a cada um milhão de toneladas de milho processadas demande 10.000 hectares de eucalipto (SNA, 2018)

Recentemente, o Governo do Estado firmou termos de cooperação com o banco de desenvolvimento alemão KfW (Kreditanstalt für Wiederaufbau) visando a construção do Programa Global REDD Early Movers (REDD para Pioneiros – REM) em Mato Grosso, o que em 17 milhões de euros para o bom desempenho do estado na redução do desmatamento, da degradação ambiental e promover o desenvolvimento sustentável, com ações que beneficiam principalmente as populações tradicionais, povos indígenas e agricultores familiares (DOMINGUES, 2017).

O IFMT *Campus* Cáceres – Prof. Olegário Baldo situa-se na região sudoeste do Estado de Mato Grosso, caracterizada pelo Governo do Estado como região de planejamento VII (Sudoeste – Cáceres), compreendida entre as coordenadas latitude sul 12°00' e 17°30' e longitude oeste 57°00' e 60°40', ocupando uma área territorial de 117.373,64 km² (13% da área territorial do Estado), constituído por 22 municípios (Araputanga, Cáceres, Campos de Júlio, Comodoro, Conquista D'Oeste, Curvelândia, Figueirópolis D'Oeste, Glória D'Oeste, Indiavaí, Jauru, Lambari D'Oeste, Mirassol D'Oeste, Nova Lacerda, Pontes e Lacerda, Porto Esperidião, Reserva do Cabaçal, Rio Branco, Salto do Céu, São José dos Quatro Marcos, Sapezal, Vale de São Domingos e Vila Bela da Santíssima Trindade).

O Secretaria de Estado de Planejamento do Estado de Mato Grosso (MATO GROSSO, 2017) caracterizou esta região em vários aspectos descritos a seguir.

O relevo é caracterizado pelas estruturas de sedimento da Bacia do Paraguai representada pela Planície Fluvial do rio Paraguai, áreas de acumulação inundáveis do Pantanal e Depressão do Paraguai; estrutura do cinturão orogênico do Paraguai-Araguaia, representada pela Província Serrana e Depressão do Alto Paraguai; estrutura dos sedimentos da Bacia do Guaporé representada pela Depressão do Guaporé e Planície e Pantanaís do Guaporé e estrutura das Coberturas Sedimentares da Plataforma Amazônica, representada pelos Planaltos Residuais do Alto Guaporé, Planalto do Alto Jauru-Rio Branco e Planalto dos Parecis.

As classes de solo são: Neossolo Quartzarênico ao norte e a oeste, Latossolo no leste, Argissolo no centro e leste da região e com menor expressividade o Plintossolo e Planossolo.

Há domínio do Clima Mesotérmico e suas variações: Sub-Úmido da Depressões e Pantanaís; Úmido dos Baixos Planaltos e Depressões; Quente e Úmido da Fachada Meridional dos Planaltos. Clima Sub-Equatorial Continental Úmido do Planalto do Parecis. Clima Úmido de Altitude de Maciços Isolados. A temperatura média da região varia de 21,3° a 25,8°C. O período seco ocorre de maio a setembro e o período chuvoso de novembro a abril.

A vegetação predominante é a Savana Arborizada (Cerrado). Ocorre o contato da Floresta Estacional com a Savana na porção centro-leste e centro-oeste. Presença da Floresta Estacional na parte noroeste da região.

A hidrografia é caracterizada pelas bacias do Rio Amazonas e do Rio Paraná. Sub-Bacia principal: Rio Madeira, Rio Tapajós e Rio Paraguai. Sub-Bacia secundária: Rio Guaporé, Rio Juruena e Rio Paraguai.

De acordo com a Secretaria de Planejamento do Estado de Mato Grosso (SEPLAN), a região apresentou população de 309.442 habitantes em 2010, que representa 10,2% da população de Mato Grosso no mesmo ano. Desse total, 75,0% está localizada na zona urbana e 25,0% na zona rural. A densidade demográfica foi de 2,6 hab. km² em 2010. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017), a população matogrossense em 2017 é estimada em 3.344.544 habitantes, sendo que na região sudoeste a população é de 327.451 habitantes, o que representa 9,8% da população estadual. O município de Cáceres é o mais populoso (91.271 habitantes) e o menos populoso é Reserva do Cabaçal (2.646 habitantes).

O IDHM médio da Região avançou de 0,555 no ano de 2000 para 0,698 em 2010 (aumento de 26%), fazendo com que a região ganhasse duas posições e assumisse a sétima colocação no ranking das regiões em 2010.

O IDEB dos anos iniciais no período 2005/2015, ocorreu em quase toda região, um processo de melhoria na qualidade da educação ofertada pela rede pública nos anos iniciais do ensino fundamental. Nos anos finais de acordo com os resultados, o ensino fundamental anos finais da rede pública, mostra uma trajetória de evolução inferior à observada no ensino fundamental anos iniciais. A taxa de analfabetismo na região é 11,2 %, acima da média estadual (8,4 %).

Nessa região, 99% dos domicílios da região tem acesso à energia elétrica, 91 % a água canalizada e 75% coleta de lixo.

O PIB da região totalizou R\$ 8,4 bilhões em 2014, representando 8,3% do PIB de Mato Grosso. O crescimento nominal acumulado do PIB da região no período de 2010 a 2014 registrou (74,5%), ou o equivalente a uma Taxa Média de Crescimento Anual (TMCA) de 14,9%. O Estado registrou uma TMCA do PIB de 15,6% para igual período.

O maior Valor Adicionado Bruto (VAB) de 2014 na região foi o setor de Serviços (exceto Administração Pública) com 36,6% do VAB. Em seguida, aparecem as atividades Agropecuária com 29,8%, Administração Pública com 18,7% e Indústria com 14,9%.

No período de 2010 a 2015 a região apresentou um incremento de 23,7% na geração de empregos, superior ao do Estado (22%).

40,27% (47,264 mil km²) da área territorial da região (117.373,64 km²) encontram-se desmatada. Os Municípios de Figueirópolis D'Oeste e Indiavaí apresentaram as maiores proporções de desmatamento do território do município, com proporções de 91,60% e 88,78%, respectivamente.

A região possui 8 unidades de conservação, totalizando 4.224 km². Essa área representa 10,8% das áreas de conservação de Mato Grosso. O município de Cáceres contempla 3 unidades de conservação totalizando 1.499 km². Também existem 11 áreas indígenas, que juntas somam 21.796 km² (14,7% das áreas indígenas do Estado).

O município de Cáceres possui uma área total de 24.398,399 km², com população de estimada pelo IBGE em 2014 de 90.106 habitantes. O clima é do tipo tropical subsumido, A altitude média é de 176 m acima do nível do mar. Está localizado na região de transição entre os biomas cerrado, amazônico e pantanal. De acordo com o SEBRAE (2017), o município de Cáceres possui um IDH (Índice de Desenvolvimento Humano de 0,708 - 35º posição no estado, em um total de 141 municípios).

A pecuária é a principal atividade econômica do município, que possui um dos maiores rebanhos de gado bovino do Brasil. A criação de jacaré do pantanal em cativeiro tem levado Cáceres ao mundo. No município foi realizado os primeiros plantios comerciais de teca (*Tectona grandis* L.f.) no Brasil na década de 60.

De acordo com os dados apresentados, na região sudoeste do Estado de Mato Grosso há necessidade de regularização fundiária e ambiental, principalmente por passivos ambientais (pastagens, reserva legal e áreas de preservação permanentes – APP degradadas) que necessitarão ser restaurados para atender a legislação vigente, já que 40% da área territorial encontram-se desmatada. Além disso, tem potencial de uso de produtos florestais não madeireiros, como borracha natural, palmito e frutas silvestres, manejo e criação de animais silvestres, como jacaré-do-pantanal. Observa-se também a possibilidade de atuação profissionais na gestão de unidades de conservação, assim como em órgãos públicos, como secretarias municipais de agricultura, entre outros. As práticas de cultivo integrado entre lavoura-pecuária-floresta, os chamados sistemas agroflorestais, também tem se intensificado na região. Neste PPC estão previstas disciplinas que proporcionarão ao estudante

conhecimentos básicos em agropecuária, que é uma das principais atividades da região, proporcionando maior inserção dos profissionais no mercado de trabalho.

Por esta e outras razões, a demanda profissional com sólidos conhecimentos na área florestal e ambiental na região e no estado é real e crescente, justificando dessa forma o curso de Bacharelado em Engenharia Florestal no IFMT *Campus* Cáceres – Prof. Olegário Baldo.

5 OBJETIVO GERAL

O curso de Bacharelado em Engenharia Florestal do IFMT *Campus* Cáceres - Prof. Olegário Baldo tem como objetivo assegurar a formação de profissionais aptos a compreender e traduzir as necessidades de indivíduos, grupos sociais e comunidade, com relação aos problemas tecnológicos, socioeconômicos, gerenciais e organizativos, com sólidos conhecimentos teóricos e práticos nas áreas de silvicultura, manejo florestal, tecnologia e utilização de produtos florestais, técnicas e operações florestais e conservação da natureza visando à colheita, a preservação, a conservação, a restauração e a gestão dos recursos naturais, sobretudo florestais, de modo sustentável.

6 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

O curso de Engenharia Florestal do IFMT *Campus* Cáceres tem como objetivos específicos àqueles preconizados pelas Diretrizes Curriculares de Engenharia Florestal, pelo Conselho Federal de Engenharia e Agronomia, além de peculiaridades inerentes à profissão, como:

- a) Proporcionar formação científica, tecnológica e humanística em Ciência Florestal e áreas afins, envolvendo atividades de ensino, pesquisa e extensão de forma plural, inclusiva e democrática, pautada no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional, preparando o educando para o exercício da profissão e da cidadania com responsabilidade ambiental.
- b) Formar profissionais com visão global, crítica e humanística para a inserção em setores profissionais, aptos a tomarem decisões em um mundo diversificado, interdependente, e que participem no desenvolvimento da sociedade brasileira;
- c) Contribuir para a construção de uma prática profissional comprometida com os avanços da ciência, com promoção da qualidade de vida da população e com o exercício da cidadania em geral, visando à sustentabilidade dos recursos naturais;

- d) Capacidade crítica e criativa de analisar problemas e propor solução nas diferentes fases do processo de produção, industrialização e comercialização de produtos florestais.
- e) Incentivar a pesquisa e a investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia bem como à difusão da cultura e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- f) Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento profissional continuado, integrando os conhecimentos adquiridos de forma crítica e criativa.
- g) Conhecimento dos processos de transformação industrial dos recursos florestais, relacionando características e propriedades da matéria prima florestal com a qualidade do produto;
- h) Capacidade de adaptação às novas tecnologias da área florestal;
- i) Compreender e aplicar a ética e responsabilidades profissionais.

7 DIRETRIZES

O Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Engenharia Florestal fundamenta-se na legislação vigente da educação nacional, da educação profissional, e nas diretrizes nacionais da educação de nível superior para desenvolver o processo pedagógico, e de estímulo a pesquisa e extensão ao longo do curso. Também comunga os mesmos objetivos, missão, metas, princípios e estratégias da comunidade acadêmica da instituição em seu conjunto, verbalizados em seu Plano de Desenvolvimento Institucional e a Organização Didática do IFMT.

Os temas transversais terão atenção e metodologia afinada com os conteúdos dos semestres, propiciando o trabalho interdisciplinar das temáticas sobre cultura afro-brasileira e indígena, questões étnico-raciais, ambientais, direitos humanos, economia solidária e saúde coletiva, pautados na legislação específica e nas discussões atualizadas.

Entre o rol de legislação que servirão como norte ao gerenciamento pedagógico e administrativo do Curso Superior de Bacharelado em Engenharia Florestal destaca-se: a

- a) Constituição Federal no seu art. 205, que coloca a educação como direito de todos e dever do estado e da família;

- b) Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que trata das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia;
- c) Lei Nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental;
- d) Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002, que regulamenta a Lei nº 9.795/1999;
- e) Lei Nº 13.005, de 25 de julho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação;
- f) Lei 10.098 de 19 de dezembro de 2000 que estabelece as normas e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida;
- g) Parecer CNE/CP nº 08 de 30 de maio de 2012 que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos;
- h) Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes como ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo; o aprendizado de competências profissionais e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho;
- i) Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a política nacional de proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista;
- j) Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, como instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas;
- k) Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES;
- l) Portaria MEC nº 2.051, de 09 de julho de 2004, que regulamenta os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES);
- m) Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, que dispõe sobre o exercício de regulação, avaliação e supervisão de instituições de educação superior, e cursos de graduação;

n) Nota Técnica nº 24/2015 do MEC, que explica o conceito de gênero e de orientação sexual e aponta para a abordagem científica, para que se compreendam as desigualdades e a necessidade do fortalecimento das relações das escolas com as famílias.

o) Resolução CNE nº 03 de 02 de fevereiro de 2006, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Engenharia Florestal e dá outras providências;

p) Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, que regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

q) Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino.

r) Despacho nº 249, de 7 de dezembro de 2017, que torna públicos os procedimentos e prazos para renovação de reconhecimento de cursos de graduação, tomando como referência os resultados do ciclo avaliativo - ano de 2016.

s) Instrução Normativa n. 1, de 15 de dezembro de 2017, que regulamenta o fluxo dos processos que chegaram à fase de avaliação externa in loco pelo Inep, a partir da vigência das Portarias nº 1.382 e nº 1.383, de 31 de outubro de 2017.

t) Instrução Normativa n. 2, de 15 de dezembro de 2017, que regulamenta os artigos 5º, 6º, 8º, 11, 13, 16, 20, 22, 24, 27, 28, 32, 33, 34 e 40 da Portaria Normativa nº 19, de 13 de dezembro de 2017, que dispõe sobre os procedimentos de competência do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP referentes à avaliação de instituições de educação superior, de cursos de graduação e de desempenho acadêmico de estudantes.

u) Nota técnica nº 16/2017/CGACGIES/DAES, que trata dos novos instrumentos de avaliação externa: Instrumento de avaliação institucional externa – presencial e a distância (IAIE); instrumento de avaliação de cursos de Graduação – presencial e a distância (IACG).

v) Nota técnica nº 32.2017.CGCQES.DAES, que trata do cálculo do conceito Enade;

w) Nota técnica nº 33.2017.CGCQES.DAES, que trata Cálculo do Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado – IDD;

x) Nota técnica nº 38.2017.CGCQES.DAES, que trata do Cálculo do Conceito Preliminar de Curso – CPC;

y) Nota técnica nº 39.2017. CGCQES.DAES, que trata do Cálculo do Índice Geral de Cursos Avaliação da Instituição (IGC);

z) Portaria INEP nº 697, de 31 de agosto de 2017, que pública os resultados do Conceito Enade e do Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD) referentes ao ano de 2016.

aa) Portaria INEP nº 917, de 24 de novembro de 2017, que publica os resultados do Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição referente ao ano de 2016 (IGC-2016) e os resultados do Conceito Preliminar de Curso referente ao ano de 2016 (CPC-2016);

bb) Portaria normativa nº 19, de 13 de dezembro de 2017, que dispõe sobre os procedimentos de competência do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP referentes à avaliação de instituições de educação superior, de cursos de graduação e de desempenho acadêmico de estudantes.

cc) Portaria nº 20, de 21 de dezembro de 2017, que dispõe sobre os procedimentos e o padrão decisório dos processos de credenciamento, reconhecimento, autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos, nas modalidades presencial e a distância, das instituições de educação superior do sistema federal de ensino;

dd) Portaria nº 21, de 21 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o sistema e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior Cadastro e-MEC.

ee) Portaria nº 22, de 21 de dezembro de 2017, que dispõe sobre os procedimentos de supervisão e monitoramento de instituições de educação superior e de cursos superiores de graduação e de pós-graduação lato sensu, nas modalidades presencial e a distância, integrantes do sistema federal de ensino;

ff) Portaria nº 23, de 21 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o fluxo dos processos de credenciamento e reconhecimento de instituições de educação superior e de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos;

gg) Portaria nº 24, de 21 de dezembro de 2017, que estabelece o Calendário Anual de abertura do protocolo de ingresso de processos regulatórios no Sistema e-MEC em 2018.

hh) Portaria normativa nº 11, de 20 de junho de 2017, que estabelece normas para o credenciamento de instituições e a oferta de cursos superiores a distância, em conformidade com o Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017.

ii) Portaria SETEC nº 1, de 3 de janeiro de 2018, que institui a Plataforma Nilo Peçanha - PNP, a Rede de Coleta, Validação e Disseminação das Estatísticas da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – REVALIDE;

jj) Portaria nº 1.134, de 10 de outubro de 2016, que revoga a Portaria MEC nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004, e estabelece nova redação para o tema.

kk) Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, que regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

ll) Resolução CONSUP/IFMT n. 016 de 08/03/2018, que trata da política de ações afirmativas de inclusão socioeconômica, étnico-racial e para pessoas com deficiência.

mm) Instrumentos de avaliação dos cursos de graduação.

De acordo com a Resolução, em seu Art. 2º, as Diretrizes Curriculares para o curso de graduação em Engenharia Florestal indicarão claramente os componentes curriculares, abrangendo a organização do curso, o projeto pedagógico, o perfil desejado do formando, as competências e habilidades, os conteúdos curriculares, o estágio curricular supervisionado, as atividades complementares, o acompanhamento e a avaliação bem como o trabalho de curso como componente obrigatório ao longo do último ano do curso, sem prejuízo de outros aspectos que tornem consistente o projeto pedagógico.

No seu Artigo 2º, são definidas as seguintes Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino de graduação em Engenharia Florestal:

§ 1º O projeto pedagógico do curso, observando tanto o aspecto do progresso social quanto da competência científica e tecnológica, permitirá ao profissional a atuação crítica e criativa na identificação e resolução de problemas, considerando seus aspectos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais, com visão ética e humanística, em atendimento às demandas da sociedade.

§ 2º O projeto pedagógico do curso de graduação em Engenharia Florestal deverá assegurar a formação de profissionais aptos a compreender e traduzir as necessidades de indivíduos, grupos sociais e comunidade, com relação aos problemas tecnológicos, socioeconômicos, gerenciais e organizativos, bem como a utilizar racionalmente os recursos disponíveis, além de conservar o equilíbrio do ambiente.

§ 3º O curso deverá estabelecer ações pedagógicas com base no desenvolvimento de condutas e de atitudes com responsabilidade técnica e social, tendo como princípios:

- a) o respeito à fauna e à flora;
- b) a conservação e recuperação da qualidade do solo, do ar e da água;
- c) o uso tecnológico racional, integrado e sustentável do ambiente;
- d) o emprego de raciocínio reflexivo, crítico e criativo; e
- e) o atendimento às expectativas humanas e sociais no exercício das atividades profissionais.

Conforme ainda o Art. 7º da Resolução CNE/CES nº 3, de 02 de fevereiro de 2006, os conteúdos curriculares do curso de Engenharia Florestal serão distribuídos em três núcleos de conteúdos, recomendando-se a interconexão entre eles:

I - O núcleo de conteúdos básicos será composto por campos de saber que forneçam o embasamento teórico necessário para que o futuro profissional possa desenvolver seu aprendizado. Esse núcleo será integrado por: Biologia, Estatística, Expressão Gráfica, Física, Informática, Matemática, Metodologia Científica e Tecnológica, e Química.

II - O núcleo de conteúdos profissionais essenciais será composto por campos de saber destinados à caracterização da identidade do profissional. O agrupamento desses campos gera grandes áreas que definem o campo profissional e o agronegócio, integrando as subáreas de conhecimento que identificam o Engenheiro Florestal. Esse núcleo será constituído por: Avaliação e Perícias Rurais; Cartografia e Geoprocessamento; Construções Rurais; Comunicação e Extensão Rural; Dendrometria e Inventário; Economia e Mercado do Setor Florestal; Ecossistemas Florestais; Estrutura de Madeira; Fitossanidade; Gestão Empresarial e Marketing; Gestão dos Recursos Naturais Renováveis; Industrialização de Produtos Florestais; Manejo de Bacias Hidrográficas; Manejo Florestal; Melhoramento Florestal; Meteorologia e Climatologia; Política e Legislação Florestal; Proteção Florestal; Recuperação de Ecossistemas Florestais Degradados; Recursos Energéticos Florestais; Silvicultura;

Sistemas Agrossilviculturais; Solos e Nutrição de Plantas; Técnicas e Análises Experimentais; e Tecnologia e Utilização dos Produtos Florestais.

III - O núcleo de conteúdos profissionais específicos deverá ser inserido no contexto do projeto pedagógico do curso, visando contribuir para o aperfeiçoamento da qualificação profissional do formando. Sua inserção no currículo permitirá atender às peculiaridades locais e regionais e, quando couber, caracterizar o projeto institucional com identidade própria.

Para o exercício profissional, os Engenheiros e as Engenheiras Florestais diplomados estão amparados pela Lei 5.194 de 1966 que regula o exercício de profissões de Engenheiro, Arquiteto e Agrônomo. Em complementação, o Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CONFEA) baixa resoluções para regulamentar a aplicação dos dispositivos previstos nessa Lei.

Os profissionais de Engenharia Florestal poderão e deverão requerer seu registro profissional junto ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA), de qualquer Unidade da Federal, onde vão gozar das atribuições regulamentadas pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CONFEA), de acordo com as Resoluções 218 de 29 de junho de 1973 e 1.073 de 19 de abril de 2016.

8 REQUISITOS DE ACESSO AO CURSO

Para matricular-se no curso de Bacharelado em Engenharia Florestal oferecido pelo IFMT *Campus Cáceres* – Prof. Olegário Baldo, o candidato deverá ter concluído o Ensino Médio e comprová-lo com documento de Histórico Escolar e diploma de instituições reconhecidas pelo MEC, para preenchimento das vagas destinadas a comunidade externa essencialmente aos candidatos que preencherem os requisitos para ingresso no curso.

A seleção para preenchimento das 40 (quarenta) vagas no Curso Superior de Bacharelado em Engenharia Florestal terá periodicidade de seleção anual e regime de matrícula semestral previsto em calendário acadêmico.

O ingresso nos cursos de Educação Superior do IFMT dar-se-á mediante processo seletivo, pautado na forma da Organização Didática do IFMT, vigente, e legislação específica; com formas e critérios estabelecidos em edital específico. O gerenciamento do quantitativo de vagas a serem ofertadas para cada período letivo será indicado pela Direção-Geral do *Campus* onde as vagas estarão dispostas, observando-se o Plano de Desenvolvimento Institucional.

Elaborada a relação dos classificados, o Departamento de Política de Ingresso procederá à chamada dos candidatos até o número de vagas definidas no edital.

No edital do processo seletivo, publicar-se-á o número de vagas, por curso e turno, e os requisitos de acesso, obedecendo, rigorosamente, ao estabelecido no projeto pedagógico do curso para o qual o candidato se inscreverá.

O processo seletivo para o ingresso nos Cursos Superiores de Graduação do IFMT se dará nas formas de exame de Vestibular; sistema de Seleção Unificada - SISU de responsabilidade do MEC; por processos simplificados para vagas remanescentes do primeiro período letivo do curso; reopção de curso (transferência interna ou externa); para portador de diploma de graduação; convênio/intercâmbio e outros que venham a ser instituídos pelo IFMT. A reserva de vagas é estabelecida em edital de seleção.

No âmbito do IFMT será aplicado disposto da Resolução CONSUP/IFMT n. 016 de 08/03/2018, que trata da política de ações afirmativas de inclusão socioeconômica, étnico-racial e para pessoas com deficiência

Não será realizado ingresso de estudante em datas diferentes daquelas definidas para matrícula no calendário acadêmico, exceto quando por força da Lei Nº 9.536/1997 e Art. 99 da Lei Nº 8.112/1990. O candidato classificado que não efetivar a matrícula junto ao setor de registros acadêmicos, no período designado no edital do processo seletivo, será considerado desistente, perdendo a vaga. As vagas não preenchidas serão oferecidas aos candidatos remanescentes, respeitando a ordem de classificação, em chamada pública em data e local especificada em Edital.

As formas de ingressos citadas anteriormente, tais como: vestibular, seleção pelo SISU, reopção de curso, transferências interna e externa, para portadores de diplomas de graduação e por convênios e intercâmbios, serão submetidas as normas da Organização Didática do IFMT.

9 PÚBLICO ALVO

O Curso Superior de Bacharelado em Engenharia Florestal destina-se a todos aqueles que tenham concluído o Ensino Médio e tenha interesse na área. O curso está estruturado para receber 40 alunos anualmente. Poderá a partir de Editais específicos receber estudantes

matriculados em cursos superiores desta e de outras instituições mediante transferência e também portadores de diplomas de cursos superiores.

O curso é oferecido em período integral com tem periodicidade semestral e duração de 05 (cinco) anos, com período máximo de 08 (oito) anos para integralização do curso, resguardando a seguinte estrutura:

I - Respeitando o prazo ideal de integralização do curso o acadêmico que interromper seus estudos no semestre, deverá rematricular no semestre seguinte em pelo menos uma disciplina. No caso de retenção em disciplinas, por qualquer motivo, o acadêmico deverá solicitar o Plano de Estudos para a matrícula, elaborado em conjunto com o coordenador do curso, considerando as dependências e os pré-requisitos para a matrícula no semestre seguinte. O Plano de Estudos deverá ser aprovado pelo coordenador do curso e registrado na Secretaria de Registros Escolares.

II - A desvinculação compulsória do aluno, no caso de ensino superior, o jubramento, antes previsto pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 4.024/1961, na Lei nº 5.540/1968 e no Decreto Lei 464/69, art. 6º com nova redação introduzida pela Lei 5.789/72, foram revogados pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394//1996 vigente. Dessa maneira deixa de prever o jubramento e institui, ao contrário, uma política de igualdade, tolerância e empenho na recuperação de alunos de menor rendimento escolar”.

III – Os casos que excederem ao prazo máximo de 8 (oito) anos para a integralização do curso, e quando for solicitado pelo aluno o retorno ao curso, serão analisadas pelo Colegiado do Curso, com visão humanística e holística no sentido de reincluir o cidadão que busca concluir sua formação.

IV – Se o acadêmico cursar e for aprovado em todas as disciplinas do 1 a 9º semestre e, caso tenha realizado e sido aprovado no estágio curricular obrigatório até o final do 9º semestre, incluindo defesa e aprovação no TCC e cumprido todas as exigências legais, poderá este solicitar junto à Reitoria do IFMT a colação de grau antecipada.

10 INSCRIÇÃO

Para inscrever-se no processo seletivo, o candidato deverá tomar ciência dos passos do processo, conforme rege no Edital de seleção, e da legislação da educação respeitando os prazos e condições para realizar sua inscrição. Em seguida formalizar sua inscrição e

disponibilizar os documentos exigidos para cada modalidade de ingresso em local e datas definidos no edital.

No ato de inscrição, quando previsto em edital, deverão ser disponibilizados documentos originais, com assinatura e carimbo do estabelecimento de ensino de origem, acompanhados de cópia. Após autenticação da cópia pelo servidor designado, os originais serão devolvidos ao candidato.

Em caso do candidato apresentar cópias autenticadas em cartório dos documentos exigidos, não será necessário a apresentação dos documentos originais.

A falta de qualquer um dos documentos especificados no edital, ou a existência de informações conflitantes implicará indeferimento da inscrição do candidato.

Se o candidato não for selecionado, os documentos apresentados para inscrição ficarão à disposição para devolução durante 30 dias.

11 MATRÍCULA

Para efetuar a primeira matrícula o aluno deve apresentar os documentos exigidos no edital ao qual concorreu para seu ingresso na instituição. Os documentos poderão ser cópias autenticadas, ou originais acompanhados das respectivas cópias para serem autenticadas pelo servidor do IFMT responsável.

A matrícula será realizada pelo candidato ou por seu representante legal, no local, dia e horário a serem divulgados no edital do processo seletivo e também na lista dos candidatos aprovados. Na condição de discente, uma mesma pessoa não poderá ocupar simultaneamente 02 (duas) vagas da Educação Superior em cursos ofertados por instituições públicas, conforme Lei nº 12.089, de 11/11/2009.

A matrícula será por componente curricular (disciplina), sendo que no primeiro semestre será efetivada, obrigatoriamente, em todos os componentes curriculares.

A matrícula em componente curricular far-se-á dentre um conjunto de componentes curriculares estabelecidos no Projeto Pedagógico do Curso para cada período letivo obedecendo aos pré-requisitos e o tempo mínimo de integralização do curso

A matrícula dos candidatos selecionados pelo ENEM/SISU; por processo de reopção de curso, por ser para portadores de diplomas de graduação; ser participante de convênios e

intercâmbios, por processos de transferências interna e externa, das disciplinas optativas e da matrícula especial serão regidas pelas normas da Organização Didática do IFMT.

12 TRANSFERÊNCIAS

A transferência é um ato documentado tanto para o estudante que deseja ingressar na instituição, quanto àquele que necessita mudar de domicílio ou situação semelhante. No caso de ingresso por transferência, o candidato poderá apresentar e pleitear uma vaga por Transferência Externa, ou ingresso por reopção de curso, e *ex-officio*, conforme normatizados na Organização Didática do IFMT.

12.1 Do ingresso por reopção de curso (transferência interna)

A reopção de curso permite, ao discente regularmente matriculado no IFMT, a mudança de seu curso de origem para outro curso de mesmo nível, obedecendo à seguinte ordem:

- I - mesma modalidade e área afim;
- II - mesma modalidade e outra área; e
- III - outra modalidade e área afim.

Para participar do processo seletivo, o candidato deverá:

- I- estar regularmente matriculado em curso de graduação do IFMT;
- II- ter sido aprovado em componentes curriculares que correspondam a, no mínimo, 60% (sessenta) por cento da carga horária do primeiro período do curso; e
- III- estar regular perante o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – ENADE.

Parágrafo único: O processo de seleção será definido em edital próprio.

A reopção entre os cursos da educação superior será permitida desde que o discente tenha concluído com êxito 60% (sessenta por cento) dos componentes curriculares do primeiro período do curso.

As datas para as solicitações de reopção de curso deverão ser efetuadas em período fixado no calendário acadêmico.

O ingresso por reopção de curso deve atender às seguintes condições:

- I- disponibilidade de vagas no curso pretendido; e

II- o candidato seja oriundo de curso que possibilite reopção, de acordo com os termos do edital.

O número de vagas disponíveis para reopção será computado por curso e por turno, de acordo com o quadro de vagas elaborado pela respectiva Coordenadoria de Curso/Área e publicado em edital pelos Campi.

É de competência do Colegiado de Curso analisar e emitir parecer sobre o aproveitamento de estudos e equivalência curricular, desenvolvidos no curso de origem.

Cada discente poderá solicitar apenas um pedido de reopção de curso durante todo o processo de integralização do curso.

12.2 Da transferência externa

A transferência externa deverá ocorrer por processo seletivo e será aberta a candidatos procedentes de cursos dos *Campi* do IFMT, e das instituições públicas ou privadas nacionais, credenciadas pelo MEC.

Para participar do processo seletivo, o candidato deverá:

- I- ser oriundo de curso afim, autorizado e/ou reconhecido pelo MEC;
- II- estar regularmente matriculado na Instituição de Ensino Superior de origem; e
- III- ter sido aprovado em componentes curriculares que correspondam a, no mínimo, 60% (sessenta por cento) da carga horária do primeiro período do curso.

É vedada a transferência externa para o primeiro período letivo.

Para inscrever-se no processo de seleção, o candidato deverá anexar ao pedido os seguintes documentos:

- a) atestado de matrícula atualizado;
- b) histórico escolar ou documento equivalente que ateste os componentes curriculares cursados e a respectiva carga horária, bem como o desempenho do discente; e
- c) conteúdo programático dos componentes curriculares em que obteve aprovação, com a devida descrição da carga horária e bibliografia utilizada.

Os critérios e a forma de seleção serão estabelecidos em edital próprio.

12.3 Da transferência *ex-officio*

É a mudança de um servidor público federal civil ou militar de um município ou estado para outro, por determinação da instituição para atender aos interesses da administração pública.

A transferência *ex-officio*, a que se refere o parágrafo único do artigo 49 da LDB, será efetivada entre instituições vinculadas a qualquer sistema de ensino, em qualquer época do ano e independentemente da existência de vaga, quando se tratar de servidor público federal civil ou militar discente, ou seu dependente discente, se requerida em razão de comprovada remoção ou transferência de ofício, que acarrete mudança de domicílio para o município onde se situe a instituição recebedora, ou para localidade mais próxima desta.

A transferência *ex-officio* dar-se-á na forma da Lei nº 9.536/1997.

O curso de origem deverá estar devidamente autorizado ou reconhecido pelo MEC.

O interessado à transferência *ex-officio* deverá vir de instituição pública e de curso idêntico ou equivalente ao curso do IFMT para o qual pleiteia transferência.

Ao requerer matrícula por transferência *ex-officio*, o candidato deverá apresentar na Secretaria Geral de Documentação Escolar os seguintes documentos:

I- formulário próprio expedido pela Secretaria Geral de Documentação Escolar, devidamente preenchido;

II- fotocópia da cédula de identidade e CPF;

III- fotocópia de comprovante de residência atual;

IV- fotocópia do ato que comprove a sua transferência ou a do familiar de que depende, caso em que anexará, também, documento demonstrativo dessa relação de dependência;

V- fotocópia do ato publicado no Diário Oficial da União ou Boletim de Serviço que instruiu o pedido;

VI- histórico escolar ou documento equivalente que ateste os componentes curriculares cursados e a respectiva carga horária, bem como o desempenho do discente; e

VII- conteúdo programático dos componentes curriculares em que obteve aprovação, nos quais se discrimine a carga horária e a bibliografia utilizada.

Todas as cópias documentais deverão ser autenticadas.

13 PERFIL PROFISSIONAL DOS EGRESSOS

O profissional formado no curso de Bacharelado em Engenharia Florestal está em consonância com a definição dada pela Sociedade Brasileira de Engenheiros Florestais (SBEF, 2005):

“O Engenheiro Florestal é o profissional apto a avaliar o potencial biológico dos ecossistemas florestais, e assim, planejar e organizar o seu aproveitamento racional de forma sustentável, garantindo sua perpetuação e a manutenção das formas de vida animal e vegetal. Essa aptidão deve-se a uma formação coerente com uma sequência de disciplinas teóricas, práticas, de campo e laboratórios, que possibilitam uma profissionalização nas áreas de silvicultura, de manejo florestal, de ecologia aplicada e de tecnologia de produtos florestais, propiciando uma formação que abrange os aspectos ambientais, sociais e econômicos da atividade florestal.

O perfil dos profissionais de Engenharia Florestal, conforme o Art. 5º das diretrizes curriculares de Engenharia Florestal (Resolução n. 3 do CNE/CES do MEC) são:

I - sólida formação científica e profissional geral que possibilite absorver e desenvolver tecnologia;

II - capacidade crítica e criativa na identificação e resolução de problemas, considerando seus aspectos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais, com visão ética e humanística, em atendimento às demandas da sociedade;

III - compreensão e tradução das necessidades de indivíduos, grupos sociais e comunidade, com relação aos problemas tecnológicos, socioeconômicos, gerenciais e organizativos, bem como utilização racional dos recursos disponíveis, além da conservação do equilíbrio do ambiente;

IV - capacidade de adaptação, de modo flexível, crítico e criativo, às novas situações.

Conforme o Art. 6º das diretrizes curriculares de Engenharia Florestal, o curso de Engenharia Florestal deve possibilitar a formação profissional que revele, pelo menos, as seguintes competências e habilidades:

- a) estudar a viabilidade técnica e econômica, planejar, projetar, especificar, supervisionar, coordenar e orientar tecnicamente;
- b) realizar assistência, assessoria e consultoria;
- c) dirigir empresas, executar e fiscalizar serviços técnicos correlatos;

- d) realizar vistoria, perícia, avaliação, arbitramento, laudo e pareceres técnicos;
- e) desempenhar cargo e função técnica;
- f) promover a padronização, mensuração e controle de qualidade;
- g) atuar em atividades docentes no ensino técnico profissional, ensino superior, pesquisa, análise, experimentação, ensaios e divulgação técnica e extensão;
- h) conhecer e compreender os fatores de produção e combiná-los com eficiência técnica e econômica;
- i) aplicar conhecimentos científicos e tecnológicos;
- j) conceber, projetar e analisar sistemas, produtos e processos;
- k) identificar problemas e propor soluções;
- l) desenvolver, e utilizar novas tecnologias;
- m) gerenciar, operar e manter sistemas e processos;
- n) comunicar-se eficientemente nas formas escrita, oral e gráfica;
- o) atuar em equipes multidisciplinares;
- p) avaliar o impacto das atividades profissionais nos contextos social, ambiental e econômico;
- q) conhecer e atuar em mercados do complexo agroindustrial e de agronegócio;
- r) compreender e atuar na organização e gerenciamento empresarial e comunitário;
- s) atuar com espírito empreendedor;
- t) conhecer, interagir e influenciar nos processos decisórios de agentes e instituições, na gestão de políticas setoriais.

A Resolução n. 1.073, de 16 de abril de 2016, que regulamenta a atribuição de títulos, atividades, competências e campos de atuação profissionais aos profissionais registrados no Sistema CONFEA/CREA para efeito de fiscalização do exercício profissional no âmbito da Engenharia e da Agronomia, designa no § 1º do artigo 5º as seguintes atividades profissionais:

Atividade 01 – Gestão, supervisão, coordenação, orientação técnica.

Atividade 02 – Coleta de dados, estudo, planejamento, anteprojeto, projeto, detalhamento, dimensionamento e especificação.

Atividade 03 – Estudo de viabilidade técnico-econômica e ambiental.

Atividade 04 – Assistência, assessoria, consultoria.

Atividade 05 – Direção de obra ou serviço técnico.

Atividade 06 – Vistoria, perícia, inspeção, avaliação, monitoramento, laudo, parecer técnico, auditoria, arbitragem.

Atividade 07 – Desempenho de cargo ou função técnica.

Atividade 08 – Treinamento, ensino, pesquisa, desenvolvimento, análise, experimentação, ensaio, divulgação técnica, extensão.

Atividade 09 – Elaboração de orçamento.

Atividade 10 – Padronização, mensuração, controle de qualidade.

Atividade 11 – Execução de obra ou serviço técnico.

Atividade 12 – Fiscalização de obra ou serviço técnico.

Atividade 13 – Produção técnica e especializada.

Atividade 14 – Condução de serviço técnico.

Atividade 15 – Condução de equipe de produção, fabricação, instalação, montagem, operação, reforma, restauração, reparo ou manutenção.

Atividade 16 – Execução de produção, fabricação, instalação, montagem, operação, reforma, restauração, reparo ou manutenção.

Atividade 17 – Operação, manutenção de equipamento ou instalação.

Atividade 18 – Execução de desenho técnico.

14 PERÍODO PARA RENOVAÇÃO DE RECONHECIMENTO DO CURSO

A renovação do reconhecimento do curso será feita conforme estabelecem o Decreto Nº 9.235, de 15/12/ 2017; a Portaria Nº 21, de 21/12/2017; a Portaria Nº 22, de 21 12/2017 e a Portaria Nº 23, de 21/12/2017.

Em 2015 o curso de Bacharelado em Engenharia Florestal recebeu a visita da comissão de Avaliadores *ad hoc* do MEC para realizar Avaliação de Regulação, visando o reconhecimento do curso. Na ocasião o curso foi avaliado com conceito 3,0, sendo que nas três dimensões avaliadas, o curso obteve conceito 3,0 na organização didático-pedagógica , 4,0 na avaliação do corpo docente e tutorial e 3,3 na avaliação de infraestrutura. O conceito recebido foi considerado suficiente ou satisfatório, de acordo com o § 1º do art. 33-A da Portaria Normativa n. 40 de 12/12/2007.

Em 2019 está prevista nova avaliação para renovação de reconhecimento e, são objetivo e meta do curso obter conceito igual ou superior a 4,0.

15 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

15.1 Aspectos gerais

A organização curricular do curso de Bacharelado em Engenharia Florestal será pautada no princípio didático e pedagógico da flexibilização curricular definidos no Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação presencial e a distância, publicado pelo MEC em 2017. Também favorecerão o delinear dos componentes curriculares e da carga horária pertinente, com consideração a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9394/96), o Decreto 5.154, de 23 de julho de 2004 e as diretrizes curriculares para o curso de Engenharia Florestal (Resolução CNE 03 de 02/02/2006).

Para integralização do Curso os estudantes deverão cursar e serem aprovados em todas as disciplinas obrigatórias, disciplinas optativas, atividades complementares, trabalho de conclusão de curso e estágio supervisionado obrigatório.

A distribuição das cargas horárias encontra-se no Quadro 2.

Quadro 2: Distribuição da carga horário do curso de Bacharelado em Engenharia Florestal do IFMT *Campus Cáceres* – Prof. Olegário Baldo – Matriz 2018.

Carga Horária	Horas
Disciplinas Obrigatórias e Optativas	3468
Trabalho de Conclusão de Curso	68
Estágio Curricular Obrigatório	360
Atividades Complementares	150
Carga Horária Total	4046

O curso será ofertado em turmas de 40 alunos, de forma presencial com duração de 05 (cinco) anos, organizado em 10 (dez) semestres, com tempo máximo previsto de 08 (oito) anos para integralização do curso.

A estrutura curricular do Curso Superior de Bacharelado em Engenharia Florestal será aplicada em no mínimo 100 dias letivos por semestre, com matrícula semestral, previstos em calendário acadêmico próprio, conforme prevê a LDB (Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996).

O curso será ofertado de segunda a sexta feira, com carga horária semanal de no mínimo 22 horas aulas, com máximo de 10 aulas diárias com duração de 50 minutos cada e intervalo de 10 minutos entre a terceira e quarta aula, ofertado em turno integral.

De acordo com a Organização Didática do IFMT “o sexto turno e os sábados poderão ser utilizados em função da necessidade de ajuste da matriz curricular do curso ou calendário acadêmico”.

Conforme o Art. 7º da Resolução CNE/CES nº 3, de 02 de fevereiro de 2006, os conteúdos curriculares do curso de Engenharia Florestal estão distribuídos em três núcleos de conteúdos (básico, profissional essencial e profissional específico), conforme o Quadro 3.

Quadro 3: Distribuição das disciplinas por carga horária, conforme os núcleos de conteúdos previstos no Art. 7º da Resolução CNE/CES nº 3, de 02 de fevereiro de 2006.

Núcleos de conteúdos	Carga Horária (horas)	Carga Horária (%)
Básicos	1122	28
Profissionais essenciais	2142	53
Profissionais específicos - Optativas	204	19
Profissionais específicos - Estágio Obrigatório	360	
Profissionais específicos - TCC	68	
Profissionais específicos - Atividades Complementares	150	

Conforme ainda o Art. 7º da Resolução CNE/CES nº 3, de 02 de fevereiro de 2006, os núcleos de conteúdos são assim definidos:

I - O núcleo de conteúdos básicos será composto por campos de saber que forneçam o embasamento teórico necessário para que o futuro profissional possa desenvolver seu aprendizado.

II - O núcleo de conteúdos profissionais essenciais será composto por campos de saber destinados à caracterização da identidade do profissional. O agrupamento desses campos gera grandes áreas que definem o campo profissional, integrando as subáreas de conhecimento que identificam o Engenheiro Florestal.

III - O núcleo de conteúdos profissionais específicos deverá ser inserido no contexto do projeto pedagógico do curso, visando contribuir para o aperfeiçoamento da qualificação profissional do formando. Sua inserção no currículo permitirá atender às peculiaridades locais e regionais e, quando couber, caracterizar o projeto institucional com identidade própria. As disciplinas optativas, o estágio curricular supervisionado, o trabalho de conclusão de curso e as atividades complementares também foram considerados como núcleo de conteúdos profissionais específicos, pois, conforme já explicitado, contribuem para o aperfeiçoamento

da qualificação profissional do formando, além de aproximá-lo do mercado de trabalho e prepará-lo melhor para atividades científicas.

O acadêmico deverá cursar pelo menos quatro (4) disciplinas daquelas que se enquadram no componente curricular Optativo, sendo uma no 7º semestre, uma no 8º e duas no 9º Semestre. No entanto, poderá o estudante cursar disciplinas optativas a partir do segundo semestre, desde que tenha cursado a disciplina pré-requisito ou que não exista pré-requisito da mesma e que estejam sendo ofertadas no semestre em questão.

Em conformidade com a Lei n.º 9.795, de 27 de abril de 1999, e ao Decreto n.º 4.281, de 25 de junho de 2002, as questões ambientais serão desenvolvidas de forma contínua e transversal, integrando a educação ambiental em todas as disciplinas. Dada à importância do tema, será ofertada a disciplina optativa *Meio Ambiente e Sociedade*, que contempla aspectos ambientais, ontológicos e epistemológicos da educação ambiental, fundamentais para a formação de nossos estudantes. De forma direta, o tema será abordado nas disciplinas de Recuperação de Áreas Degradadas, Manejo de Unidades de Conservação, Ecoturismo e Turismo Rural. Além disso, a temática será discutida de forma complementar em atividades de ensino, pesquisa e extensão.

As questões étnico-raciais serão desenvolvidas ao longo do curso (disciplina de Filosofia da Ciência) e em oportunidades de discussão coletiva e com realização de atividades complementares como seminários temáticos e debates, em complemento aos componentes curriculares, conforme preveem a Lei n.º 11.645, de 10 de março de 2008, e a Resolução CNE/CP n.º 01, de 17 de junho de 2004. Na disciplina de Sociologia Geral este tema será abordado.

A educação em direitos humanos se dará de maneira disciplinar e interdisciplinar (palestras, debates, seminários), de acordo com a Resolução nº 01 de 30/05/2012, considerando que os componentes curriculares remetem a questões de fomento a melhoria da qualidade das relações interpessoais e sociais; da gestão consciente dos recursos naturais e residuais em detrimento da melhoria da qualidade de vida, enfim, visa à qualificação dos sujeitos para o exercício da ética e da democracia na profissão, de sua cidadania plena. Na disciplina de Sociologia Geral este tema será abordado.

Considerando o Decreto n. 5.626, de 22 de dezembro de 2005, a disciplina de LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais – será ofertada como disciplina optativa.

A inclusão escolar constitui uma proposta que representa valores simbólicos importantes, condizentes com a política de igualdade, em ambiente educacional favorável, em atendimento aos Decretos nº 5296/05 e 5773/06.

A educação inclusiva implica a inserção de todos, sem distinção de condições linguísticas, sensoriais, cognitivas, físicas, emocionais, éticas, socioeconômicas e requer sistemas educacionais planejados e organizados que deem conta da diversidade dos alunos e ofereçam respostas adequadas às suas características e necessidades. As diferenças são vistas não como obstáculos para o cumprimento da ação educativa, mas, sim, como fatores de enriquecimento.

Em consonância com o Art. 59 da LDB, o IFMT *Campus* Cáceres – Prof. Olegário Baldo adotará e tem adotado medidas que visam o atendimento educacional especializado aos educandos portadores de deficiência de necessidades especiais os seguintes. São instrumentos de inclusão:

I. Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades;

II. Terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III. Professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores de ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV. Educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artísticas, intelectual ou psicomotora;

V. Acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Para fins de aprovação dos componentes curriculares, os alunos serão avaliados nas habilidades e competências, envolvendo conhecimento teórico e/ou prático, através de sistemas avaliativos e trabalhos de conclusão de curso (TCC e Relatório de Estágio).

Os Estágios Supervisionados obrigatórios e não obrigatórios estão detalhados no item 20 deste PPC.

15.2 Trabalho de Conclusão de curso - TCC

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é componente curricular obrigatório, centrado em determinada área teórico-prática ou de formação profissional como atividades de síntese e integração de conhecimento, e consolidação das técnicas de pesquisa. O aluno deve realizar um TCC correspondente a sessenta e oito horas (68 horas), em duas etapas: Trabalho de Conclusão de Curso I (Código TCC I) e Trabalho de Conclusão de Curso II (Código TCC II).

O TCC é um trabalho individual relacionado com as áreas de conhecimento da formação profissional do acadêmico, assistido pelo professor orientador e por um professor responsável pelas disciplinas.

A aprovação no TCC é componente obrigatório para recebimento de diploma.

As normas para o TCC estão apresentadas no Anexo I deste documento.

15.3 Atividades Complementares

O artigo 5º da Resolução nº11, de março de 2002 estipula que deverão ser estimuladas atividades complementares, tais como trabalhos de iniciação científica, projetos multidisciplinares, atividades extensionistas, trabalhos em equipe, desenvolvimento de protótipos, monitorias, participação em empresas juniores e outras atividades empreendedoras. As atividades complementares são atividades extracurriculares obrigatórias no curso de Bacharelado em Engenharia Florestal, com o mínimo de 150 horas, e têm por finalidade o enriquecimento do processo ensino-aprendizagem, ampliando o conhecimento de forma diferenciada e prática. Estas atividades correspondem à participação do estudante em atividades de ensino, de pesquisa e de extensão.

As atividades acadêmicas complementares correspondem àquelas que o estudante realiza de forma independente, fora do horário regular de aula e validadas pela Comissão de Avaliação e Validação de Atividades Complementares, visando promover a autonomia intelectual do estudante, proporcionando-lhe oportunidades de realizar atividades de seu

interesse, trabalhar suas vocações, desenvolver suas aptidões, enfim, decidir sobre os rumos de sua carreira profissional.

As atividades serão consideradas válidas se forem exercidas em data posterior à data da primeira matrícula no curso e podem ser iniciadas pelo aluno a partir do 1º semestre de matrícula no curso e podem ser realizadas ao longo do semestre letivo e durante as férias.

A pontuação das atividades complementares propostas e sua equivalência serão assim consideradas (Quadro 4).

Quadro 4: Pontuação das atividades complementares e respectivas cargas horárias.

Atividade complementar	Limite máximo de carga horária
Monitorias (voluntária ou remunerada)	05 horas/semestre, se remunerada 10 horas/semestre, se voluntária
Participação em projetos de pesquisa e/ou de extensão	05 horas/semestre
Publicação de artigos científicos em periódico especializado/científico	15 horas/artigo
Publicação de resumo em Anais de eventos	05 horas/artigo
Programa de Iniciação Científica	05 horas/semestre
Autor e coautor de livro/capítulo de livro na área de conhecimento do curso	15 horas/semestre
Membro da comissão organizadora de eventos	05 horas/evento
Apresentação de trabalho em eventos científicos (nacional, regional ou internacional)	01 hora/evento, se evento regional; 05 horas/evento, se evento nacional; 10 horas/evento, se evento
Participação em eventos diversos (seminários, palestras, conferências, congressos, encontros nacionais e regionais ou similares, dias de campo, entre outros)	05 horas/evento
Visita técnica com certificado	05 horas/atividade
Ministrante de curso, minicurso ou palestra	05 horas/atividade, se minicurso 01 hora/semestre, por palestra
Participação em Empresa Junior	05 horas/semestre, mas proporcional ao tempo de permanência na
Representante estudantil em conselhos do curso, centro acadêmico e outros de reconhecida relevância (Conselhos de classe, Conselhos do IFMT, Conselhos Municipais e Estaduais, relacionados ao curso)	05 horas/semestre/representação
Curso de língua estrangeira	05 horas/semestre

Participação em atividades didático-pedagógicas (fanfara, teatro, jogos estudantis, grupos de música, dança, artes, entre outros)	05 horas/semestre/participação
---	--------------------------------

A validação das atividades complementares, com a consequente contabilização de horas, ocorrerá com o recebimento e avaliação dos documentos comprobatórios de participação (certificados, declarações, boletins e outros) que deverão ser emitidos por pessoas físicas ou jurídicas idôneas, constando informações que denotam com clareza a veracidade das atividades desenvolvidas, concernentes ao local, período, duração em horas e aproveitamento do discente.

Caberá à Comissão de Avaliação e Validação de Atividades Complementares, designada pelo Colegiado de Curso, a organização e registro das atividades complementares.

16 MATRIZ CURRICULAR

16.1 Matriz 2010

1º SEMESTRE						
Código	Disciplina	Crédito	CH Teórica	CH Prática	CH Total	Pré-Requisito
EFL-101	Introdução às Ciências Florestais	2	15	15	30	-
EFL-102	Morfologia Vegetal	4	30	30	60	-
EFL-103	Informática Básica	4	30	30	60	-
EFL-104	Química Geral	4	30	30	60	-
EFL-105	Métodos Científicos e Solução de Problemas Florestais	2	15	15	30	-
EFL-106	Desenho Técnico Aplicado a Engenharia Florestal	3	15	30	45	-
EFL-107	Matemática Aplicada a Engenharia Florestal	5	60	15	75	-
EFL-108	Física aplicada a Engenharia Florestal	4	45	15	60	-
EFL-109	Produção de Texto e Leitura	2	15	15	30	-
EFL-100	Educação Física I	2	15	15	30	-
Subtotal		32	270	210	480	-
2º SEMESTRE						
Código	Disciplina	Crédito	CH Teórica	CH Prática	CH Total	Pré-Requisito
EFL-201	Histologia e Anatomia Vegetal	4	30	30	60	EFL-102
EFL-202	Zoologia geral	3	30	15	45	-

EFL-203	Cálculo Aplicado a Engenharia Florestal	4	45	15	60	EFL-107
EFL-204	Química Analítica	4	45	15	60	EFL-104
EFL-205	Química Orgânica	3	30	15	45	EFL-104
EFL-206	Gênese e Morfologia dos Solos	4	45	15	60	-
EFL-207	Genética na Agropecuária	4	45	15	60	-
EFL-208	Ecologia Geral	4	45	15	60	-
EFL-209	Educação Física II	2	15	15	30	-
Subtotal		32	330	150	480	-
3º SEMESTRE						
Código	Disciplina	Crédito	CH Teórica	CH Prática	CH Total	Pré-Requisito
EFL-311	Cartografia e Geodésia Básica	2	15	15	30	EFL-106
EFL-312	Máquinas e Mecanização Florestal	4	30	30	60	-
EFL-313	Taxonomia Vegetal	4	30	30	60	EFL-102
EFL-314	Meteorologia e Climatologia Florestal	4	45	15	60	-
EFL-315	Bioquímica	2	30	15	30	EFL-205
EFL-316	Hidráulica Aplicada Engenharia Florestal	4	45	15	60	-
EFL-317	Fisiologia Vegetal	4	45	15	60	EFL-201
EFL-308	Estatística Aplicada a Engenharia Florestal	4	45	15	60	-
EFL-309	Sociologia Rural	3	30	15	45	-
Subtotal		31	300	165	465	-
4º SEMESTRE						
Código	Disciplina	Crédito	CH Teórica	CH Prática	CH Total	Pré-Requisito
EFL-411	Dendrologia	4	30	30	60	EFL-313
EFL-412	Fertilidade dos Solos e Nutrição de Plantas	5	45	30	75	EFL-204
EFL-413	Microbiologia Agrícola	2	15	15	30	-
EFL-414	Experimentação Florestal	4	45	15	60	EFL-308
EFL-415	Política e Legislação Florestal	2	15	15	30	-
EFL-416	Topografia Agrícola e Florestal	6	45	45	90	-
EFL-417	Dendrometria	4	30	30	60	EFL-107
EFL-418	Ecologia Florestal	4	45	15	60	EFL-208
Subtotal		31	270	195	465	-
5º SEMESTRE						
Código	Disciplina	Crédito	CH Teórica	CH Prática	CH Total	Pré-Requisito
EFL-511	Anatomia da Madeira	4	45	15	60	EFL-201
EFL-512	Sementes e Viveiros Florestais	5	45	30	75	-

EFL-513	Tecnologia da Madeira	4	45	15	60	-
EFL-514	Classificação e Conservação do Solo	4	30	30	60	EFL-412
EFL-515	Patologia Florestal	4	45	15	60	EFL-413
EFL-516	Melhoramento Florestal	4	45	15	60	EFL-207
EFL-517	Entomologia Florestal	4	45	15	60	EFL-202
EFL-518	Geoposicionamento	2	15	15	30	EFL-311
Subtotal		31	315	150	465	-
6º SEMESTRE						
Código	Disciplina	Crédito	CH Teórica	CH Prática	CH Total	Pré-Requisito
EFL-611	Industrialização de Produtos Florestais	4	45	15	60	EFL-513
EFL-612	Inventário Florestal	4	30	30	60	EFL-417
EFL-613	Estruturas de Madeira	5	60	15	75	EFL-513
EFL-614	Práticas Silviculturais	4	45	15	60	-
EFL-615	Proteção Florestal	4	45	15	60	-
EFL-616	Sensoriamento Remoto e Sistema de Informação Geográfica para fins Florestais	6	45	45	90	EFL-518
EFL-617	Extensão Rural e Florestal	4	45	15	60	EFL-309
Subtotal		31	315	150	465	-
7º SEMESTRE						
Código	Disciplina	Crédito	CH Teórica	CH Prática	CH Total	Pré-Requisito
EFL-721	Conservação e Manejo de Fauna Silvestre	4	45	15	60	-
EFL-712	Economia Florestal	4	45	15	60	-
EFL-713	Manejo de Bacias Hidrográficas	4	45	15	60	EFL-514
EFL-714	Colheita e Transporte Florestal	4	30	30	60	EFL-312
EFL-725	Manejo de Florestas Plantadas	4	30	30	60	EFL-614
EFL-726	Arborização e Paisagismo	3	30	15	45	-
	Optativa I	4	45	15	60	Obs. 1
	Optativa II	4	45	15	60	Obs. 1
Subtotal		31	315	150	465	-
8º SEMESTRE						
Código	Disciplina	Crédito	CH Teórica	CH Prática	CH Total	Pré-Requisito
EFL-821	Trabalho de Conclusão de Curso I	2	15	15	30	EFL-109
EFL-812	Sistemas Agroflorestais	4	45	15	60	EFL-725
EFL-813	Silvicultura Tropical	4	45	15	60	EFL-614
EFL-814	Administração e Planejamento	4	45	15	60	-

	Florestal					
EFL-815	Impactos Ambientais e Recuperação de Áreas Degradadas	4	30	30	60	EFL-713
EFL-816	Manejo de Florestas Nativas	5	45	30	75	EFL-612
EFL-827	Segurança no Trabalho Florestal	3	30	15	45	-
EFL-828	Produtos Florestais não Madeireiros	3	30	15	45	-
Subtotal		29	285	150	435	-
9º SEMESTRE						
Código	Disciplina	Crédito	CH Teórica	CH Prática	CH Total	Pré-Requisito
EFL-921	Georreferenciamento de Imóveis	5	30	45	75	EFL-616
EFL-912	Legislação e Ética Profissional	3	30	15	45	-
EFL-913	Gestão Ambiental e Florestal	2	15	15	30	-
EFL-924	Manejo de Unidades de Conservação e Áreas Silvestres	3	30	15	45	EFL-415
EFL-925	Culturas Florestais	4	30	30	60	EFL-725
EFL-916	Perícia Ambiental	3	30	15	45	-
	Optativa III	4	45	15	60	Obs. 2
	Optativa IV	4	45	15	60	Obs. 2
Subtotal		28	255	165	420	-
10º SEMESTRE						
Código	Disciplina	Crédito	CH Teórica	CH Prática	CH Total	Pré-Requisito
TCC-II	Trabalho de Conclusão de Curso II	4	30	30	60	EFL-821
EST-SUP	Estágio Supervisionado	20	40	260	300	Obs. 3
Subtotal		24	70	290	360	-
Optativas						
Código	Disciplina	Crédito	CH Teórica	CH Prática	CH Total	Pré-Requisito
EFL-O21	Silvicultura Clonal	4	45	15	60	EFL-516
EFL-O22	Silvicultura de Precisão	4	45	15	60	EFL-616
EFL-O13	Nutrição Mineral de Espécies Florestais	4	45	15	60	EFL-412
EFL-O24	Projetos Florestais	4	45	15	60	EFL-814
EFL-O15	Processamento e Interpretação de Imagens Orbitais	4	45	15	60	EFL-616
EFL-O16	Serraria e Secagem da Madeira	4	45	15	60	EFL-513
EFL-O27	Ecoturismo e Turismo Rural	4	45	15	60	-
EFL-O18	Produtos Energéticos da Madeira	4	45	15	60	EFL-513
Subtotal		32	360	120	480	-

CARGA HORÁRIA TOTAL	
Disciplinas Obrigatórias	3.870
Disciplinas Optativas	240
Trabalho de Conclusão de Curso	90
Estágio Supervisionado	300
Total	4.500

Legenda: Significado do código das Disciplinas

Código	
EFL	Engenharia Florestal
1° Número	Semestre em que a disciplina é oferecida
2° Número	Núcleo de conteúdos em que a disciplina pertence
3° Número	Número da disciplina no semestre
O	Optativa
Núcleo de Conteúdos	
0	Núcleos de conteúdos básicos
1	Núcleos de conteúdos profissionais essenciais
2	Núcleos de conteúdos profissionais específicos

Exemplo: **EFL-925** (Eng. Florestal; 9º semestre; núcleos de conteúdos profissionais específicos; 5ª disciplina).

16.2 Matriz 2020

16.2.1 Disciplinas obrigatórias

1 SEMESTRE						
Código	Disciplina	Pré-Requisito	CH Teórica	CH Prática	CH Total	Aulas/semana
ENG101	Introdução as Ciências Florestais	-	17	17	34	2
ENG102	Desenho Técnico	-	17	34	51	3
ENG103	Morfologia Vegetal	-	34	17	51	3
ENG104	Zoologia Geral	-	17	17	34	2
ENG105	Química Geral	-	51	17	68	4
ENG106	Física Aplicada	-	51	17	68	4

ENG107	Matemática Aplicada	-	51	17	68	4
ENG108	Filosofia da Ciência	-	17	17	34	2
Carga horária total semestre			255	153	408	24
Carga horária acumulada			255	153	408	-
2 SEMESTRE						
Código	Disciplina	Pré-Requisito	CH Teórica	CH Prática	CH Total	Aulas/semana
ENG211	Meteorologia e Climatologia Florestal	-	34	17	51	3
ENG202	Cálculo Diferencial Integral	-	51	17	68	4
ENG203	Histologia e Anatomia Vegetal	-	51	17	68	4
ENG204	Genética Básica	-	34	17	51	3
ENG205	Ecologia Geral	-	34	17	51	3
ENG206	Química Analítica	ENG105	34	17	51	3
ENG217	Gênese e Morfologia de Solos	-	17	17	34	2
ENG208	Química Orgânica	ENG105	17	17	34	2
Carga horária total semestre			272	136	408	24
Carga horária acumulada			527	289	816	-
3 SEMESTRE						
Código	Disciplina	Pré-Requisito	CH Teórica	CH Prática	CH Total	Aulas/semana
ENG301	Estatística Básica	-	34	17	51	3
ENG302	Fisiologia Vegetal	-	34	17	51	3
ENG303	Bioquímica	ENG208	17	17	34	2
ENG314	Física do Solo	-	17	17	34	2
ENG305	Máquinas e Mecanização Florestal	-	51	17	68	4
ENG306	Topografia Aplicada	-	51	17	68	4
ENG307	Taxonomia Vegetal	-	34	17	51	3
ENG308	Metodologia Científica	-	17	17	34	2
Carga horária total semestre			255	136	391	23
Carga horária acumulada			782	425	1207	-
4 SEMESTRE						
Código	Disciplina	Pré-Requisito	CH Teórica	CH Prática	CH Total	Aulas/semana
ENG411	Anatomia da Madeira	-	34	17	51	3
ENG412	Estatística Experimental	ENG301	34	17	51	3
ENG413	Dendrologia	-	34	17	51	3
ENG414	Microbiologia Agrícola	-	34	17	51	3
ENG415	Viveiros Florestais	-	34	17	51	3

ENG416	Sementes Florestais	-	34	17	51	3
ENG417	Hidráulica e Irrigação	-	34	17	51	3
ENG418	Sociologia Geral	-	17	17	34	2
Carga horária total semestre			255	136	391	23
Carga horária acumulada			1037	561	1598	-

5 SEMESTRE

Código	Disciplina	Pré-Requisito	CH Teórica	CH Prática	CH Total	Aulas/semana
ENG511	Ecologia Florestal	-	34	17	51	3
ENG512	Dendrometria	-	51	17	68	4
ENG513	Tecnologia da Madeira	-	34	17	51	3
ENG514	Fertilidade dos Solos e Nutrição de Plantas	ENG206	51	17	68	4
ENG515	Entomologia Florestal	-	51	17	68	4
ENG516	Sensoriamento Remoto	-	34	17	51	3
ENG517	Algoritmos e Linguagem de Programação	-	34	17	51	3
Carga horária total semestre			289	119	408	24
Carga horária acumulada			1326	680	2006	-

6 SEMESTRE

Código	Disciplina	Pré-Requisito	CH Teórica	CH Prática	CH Total	Aulas/semana
ENG611	Sistemas de Informações Geográficas	-	17	34	51	3
ENG612	Melhoramento Florestal	-	34	17	51	3
ENG613	Incêndios Florestais	-	34	17	51	3
ENG614	Classificação de Solos	ENG514	34	17	51	3
ENG615	Extensão Rural	-	34	17	51	3
ENG616	Inventário Florestal	ENG512	34	17	51	3
ENG617	Práticas Silviculturais	-	51	17	68	4
Carga horária total semestre			238	136	374	22
Carga horária acumulada			1564	816	2380	-

7 SEMESTRE

Código	Disciplina	Pré-Requisito	CH Teórica	CH Prática	CH Total	Aulas/semana
ENG711	Patologia Florestal	-	34	17	51	3
ENG712	Industrialização de Produtos Florestais	-	34	17	51	3
ENG713	Economia Florestal	-	34	17	51	3
ENG714	Manejo de Bacias Hidrográficas	-	34	17	51	3

ENG715	Sistemas Agroflorestais	-	34	17	51	3
ENG716	Política e Legislação Florestal	-	34	-	34	2
ENG717	Manejo de Florestas Plantadas	ENG512	34	17	51	3
-	Optativa I		34	17	51	3
Carga horária total semestre			272	119	391	23
Carga horária acumulada			1836	935	2771	-
8 SEMESTRE						
Código	Disciplina	Pré-Requisito	CH Teórica	CH Prática	CH Total	Aulas/semana
ENG811	Estruturas de Madeira	-	51	17	68	4
ENG812	Produtos Florestais Não Madeireiros	-	51	17	68	4
ENG813	Recuperação de Áreas Degradadas	ENG511	34	17	51	3
ENG814	Colheita e Transporte Florestal	-	34	17	51	3
ENG815	Arborização e Paisagismo	-	34	17	51	3
TCC-I	Trabalho de Conclusão de Curso I	-	17	17	34	2
-	Optativa II		34	17	51	3
Carga horária total semestre			255	119	374	22
Carga horária acumulada			2091	1054	3145	-
9 SEMESTRE						
Código	Disciplina	Pré-Requisito	CH Teórica	CH Prática	CH Total	Aulas/semana
ENG911	Administração e Planejamento Florestal	-	34	17	51	3
ENG912	Manejo de Florestas Nativas	ENG616	51	17	68	4
ENG913	Manejo de Unidades de Conservação	-	34	17	51	3
ENG914	Manejo e Conservação da Fauna Silvestre	-	34	17	51	3
ENG915	Legislação e Ética Profissional	-	17	17	34	2
TCC - II	Trabalho de Conclusão de Curso II	TCC - I	17	17	34	2
-	Optativa III		34	17	51	3
-	Optativa IV		34	17	51	3
Carga horária total semestre			255	136	391	23
Carga horária acumulada			2346	1190	3536	-
10 SEMESTRE						
Estágio Supervisionado					CH Total	
Pré-Requisito: Cursado e Aprovado 2.300 horas em disciplinas					360	

obrigatórias, excluindo optativas, TCC, atividades complementares e o próprio estágio, independente se é ou não obrigatório.	
Carga horária acumulada	3896

Atividades Complementares	CH Total
Pré-Requisito: A partir da primeira Matrícula	150
Carga horária acumulada	4046

Integralização do Curso	Carga Horária
Disciplinas Obrigatórias e Optativas	3468
Trabalho de Conclusão de Curso	68
Estágio Curricular Obrigatório	360
Atividades Complementares	150
Carga Horária Total	4046

16.2.2 Disciplinas optativas

Código	Disciplina	Pré-Requisito	CH Teórica	CH Prática	CH Total	Aulas/Semana
ENGO01	Cartografia e Geodésia Básica	-	34	17	51	3
ENGO02	Geoposicionamento	-	34	17	51	3
ENGO03	Georreferenciamento de Imóveis Rurais	-	34	17	51	3
ENGO04	Silvicultura de Precisão	ENG611	34	17	51	3
ENGO05	Otimização e Pesquisa Operacional	-	34	17	51	3
ENGO06	Computação em R	ENG517	34	17	51	3
ENGO07	Serraria e Secagem da Madeira	ENG513	34	17	51	3
ENGO08	Bioenergia	-	34	17	51	3
ENGO09	Marcenaria	ENG712	34	17	51	3
ENGO10	Biodegradação e Preservação da Madeira	ENG414	34	17	51	3
ENGO11	Segurança no Trabalho Florestal	-	34	17	51	3
ENGO12	Avaliação de Impactos Ambientais	-	34	17	51	3
ENGO13	Uso dos Solos Tropicais	ENG514	34	17	51	3
ENGO14	Forragicultura Geral	-	34	17	51	3
ENGO15	Zootecnia Geral	-	34	17	51	3
ENGO16	Conservação do Solo e Água	ENG314	34	17	51	3
ENGO17	Aquicultura	-	34	17	51	3
ENGO18	Apicultura	-	34	17	51	3

ENGO19	Ferramentas e Controle de Qualidade de Atividades Florestais	ENG713	34	17	51	3
ENGO20	Projetos Florestais	-	34	17	51	3
ENGO21	Culturas Florestais	-	34	17	51	3
ENGO22	Fitotecnia Geral	-	34	17	51	3
ENGO23	Silvicultura Clonal	-	34	17	51	3
ENGO24	Agroecologia	-	34	17	51	3
ENGO25	Fruticultura Geral	-	34	17	51	3
ENGO26	Silvicultura Tropical	-	34	17	51	3
ENGO27	Ecoturismo e Turismo Rural	-	34	17	51	3
ENGO28	Manejo de Plantas Daninhas	-	34	17	51	3
ENGO29	Inglês Instrumental	-	34	17	51	3
ENGO30	Meio Ambiente e Sociedade	-	34	17	51	3
ENGO31	Empreendedorismo	-	34	17	51	3
ENGO32	Gestão de Recursos Humanos	-	34	17	51	3
ENGO33	Certificação Florestal	-	34	17	51	3
ENGO34	Direito Ambiental	-	34	17	51	3
ENGO35	Fauna, Flora e a Engenharia Florestal	-	34	17	51	3
ENGO36	Agroindustrialização de Produtos Agroflorestais	-	34	17	51	3
ENGO37	Plantas Medicinais, Aromáticas e Condimentares	-	34	17	51	3
ENGO38	Introdução a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS	-	34	17	51	3

Legenda: Significado do código das Disciplinas

Código	
ENG	Engenharia Florestal
1º Número	Semestre em que a disciplina é oferecida
2º Número	Núcleo de conteúdos em que a disciplina pertence
3º Número	Número da disciplina no semestre
O	Optativa
Núcleo de Conteúdos	
0	Núcleos de conteúdos básicos
1	Núcleos de conteúdos profissionais essenciais
2	Núcleos de conteúdos profissionais específicos

Exemplo: ENG-617 (Eng. Florestal; 6º semestre; núcleos de conteúdos profissionais essenciais; 7ª disciplina).

16.3 Equivalência de matrizes

O aluno que optar por migrar da Matriz Curricular 2010 para Matriz Curricular 2018, ou que seja obrigado a realizá-la em virtude de trancamento de matrícula, ou ainda, que tenha realizado novo processo seletivo e reingressa no Curso, pode solicitar o aproveitamento de disciplinas conforme o Quadro 5.

As disciplinas listadas podem ser aproveitadas em função da equivalência de ementa e carga horária entre uma Matriz Curricular e outra. Caso a equivalência entre as disciplinas seja inferior a 80%, de acordo com o artigo 304 da Organização Didática do IFMT/2013, o aluno será obrigado a cursar a disciplina cuja equivalência não foi efetivada, ficando a cargo da Instituição o oferecimento da mesma. Caso o aluno tenha sido reprovado em alguma componente curricular da Matriz 2010 cujo componente não é ofertado na Matriz 2018 ficará sujeito a repetir a disciplina em regime especial, podendo ser ofertada de acordo com a disponibilidade da Instituição, respeitando o prazo de conclusão do curso.

Quadro 5: Equivalências de estudos para o plano de adaptação entre as matrizes de 2010 e 2018 e respectivas cargas horária (CH) de disciplinas obrigatórias.

MATRIZ 2010	CH	MATRIZ 2018	CH
Desenho Técnico Aplicado a Engenharia Florestal	45	Desenho Técnico Aplicado	34
Física aplicada a Engenharia Florestal	60	Física Aplicada	68
Introdução às Ciências Florestais	30	Introdução a Ciência Florestais	34
Matemática Aplicada a Engenharia Florestal	75	Matemática Aplicada	68
Morfologia Vegetal	60	Morfologia Vegetal	51
Química Geral	60	Química Geral	68
Zoologia geral	45	Zoologia Geral	34
Cálculo Aplicado a Engenharia Florestal	60	Cálculo Diferencial Integral	68
Ecologia Geral	60	Ecologia Geral	51
Genética na Agropecuária	60	Genética Básica	51
Histologia e Anatomia Vegetal	60	Histologia e Anatomia Vegetal	68
Métodos Científicos e Solução de Problemas Florestais	30	Metodologia Científica	34
Química Analítica	60	Química Analítica	51
Química Orgânica	45	Química Orgânica	34
Bioquímica	30	Bioquímica	34
Estatística Aplicada a Engenharia Florestal	60	Estatística Básica	51
Fisiologia Vegetal	60	Fisiologia Vegetal	51
Hidráulica Aplicada Engenharia Florestal	60	Hidráulica e Irrigação	68
Máquinas e Mecanização Florestal	60	Máquinas e Mecanização Florestal	68
Meteorologia e Climatologia Florestal	60	Meteorologia e Climatologia Florestal	51
Ecologia Florestal	60	Ecologia Florestal	51

Experimentação Florestal	60	Estatística Experimental	51
Gênese e Morfologia dos Solos	60	Gênese e Morfologia dos Solos	34
Microbiologia Agrícola	30	Microbiologia Agrícola	68
Sementes e Viveiros Florestais	75	Sementes Florestais	51
		Viveiros Florestais	51
Anatomia da Madeira	60	Anatomia da Madeira	51
Taxonomia Vegetal	60	Taxonomia Vegetal	51
Tecnologia da Madeira	60	Tecnologia da Madeira	51
Dendrologia	60	Dendrologia	51
Dendrometria	60	Dendrometria	68
Entomologia Florestal	60	Entomologia Florestal	68
Topografia Agrícola e Florestal	90	Topografia Aplicada	68
Fertilidade dos Solos e Nutrição de Plantas	75	Fertilidade dos Solos e Nutrição de Plantas	68
Classificação e Conservação do Solo	60	Gênese e Morfologia dos Solos	34
		Manejo de Bacias Hidrográficas	51
		Classificação de Solos	51
Extensão Rural e Florestal	60	Extensão Rural	51
Inventário Florestal	60	Inventário Florestal	51
Melhoramento Florestal	60	Melhoramento Florestal	51
Patologia Florestal	60	Patologia Florestal	51
Sensoriamento Remoto e Sistema de Informação Geográfica para fins Florestais	90	Sensoriamento Remoto	51
		Geoposicionamento	30
		Topografia Aplicada	68
Cartografia e Geodésia Básica	30	Sistema de Informações Geográficas	51
Estruturas de Madeira	75	Estruturas de Madeira	68
Sociologia Rural	45	Sociologia Geral	34
Economia Florestal	60	Economia Florestal	51
<i>Não há equivalência</i>		Física dos Solo	34
<i>Não há equivalência</i>		Filosofia da Ciência	34
Industrialização de Produtos Florestais	60	Industrialização de Produtos Florestais	51
Política e Legislação Florestal	30	Política e Legislação Florestal	34
Práticas Silviculturais	60	Práticas Silviculturais	68
Sistemas Agroflorestais	60	Sistemas Agroflorestais	51
Administração e Planejamento Florestal	60	Administração e Planejamento Florestal	51
Colheita e Transporte Florestal	60	Colheita e Transporte Florestal	51
Conservação e Manejo de Fauna Silvestre	60	Manejo e Conservação da Fauna Silvestre	51
Proteção Florestal	60	Incêndios Florestais	51
Manejo de Bacias Hidrográficas	60	Manejo de Bacias Hidrográficas	51
Manejo de Florestas Nativas	75	Manejo de Florestas Nativas	68
Impactos Ambientais e Recuperação de Áreas Degradadas	60	Recuperação de Área Degradada	51
Manejo de Florestas Plantadas	60	Manejo de Florestas Plantadas	51
Produtos Florestais Não Madeireiros	60	Produtos Florestais Não Madeireiros	68
Manejo de Unidades de Conservação e Áreas Silvestres	45	Manejo de Unidades de Conservação	51
		Manejo e Conservação da Fauna Silvestre	51
Legislação e Ética Profissional	45	Legislação e Ética Profissional	34
Trabalho de Conclusão de Curso I	30	TCC I	34
Trabalho de Conclusão de Curso II	60	TCC II	34

Estágio Supervisionado	300	Estágio Supervisionado	360
Optativas	60	Optativas	51

16.4 Justificativa quanto às disciplinas excluídas

A atualização da matriz do Curso de Engenharia Florestal do IFMT *Campus* Cáceres – Prof. Olegário Baldo, a compor o PPC do Curso aprovado pelo CONSUP em 2009, exigiu dos docentes e equipe pedagógica do *Campus*, reflexão e discussões sobre as produções acadêmicas; sobre o perfil e os conhecimentos apresentados pelos estudantes egressos; além de pesquisas sobre cursos de engenharia florestal pelo Brasil, buscando fazer a leitura dos conhecimentos essenciais ao profissional da área, com o propósito de atualizar o curso do *Campus* Cáceres – Prof. Olegário Baldo, com foco na eficiência da proposta, do estudo e na qualidade do profissional a ser formado. Para a produção da proposta de matriz curricular do curso, foi realizado também consulta ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, com a finalidade de proporcionar ao estudante a preparação segura para conquistar seu registro junto ao órgão e poder desenvolver o trabalho com habilidade e segurança.

Algumas disciplinas foram excluídas ou passaram de obrigatórias a optativas, cujas justificativas são:

Informática Básica: a disciplina foi excluída da matriz curricular, considerando que os alunos de ensino superior têm conhecimento básico de informática, facilitado pelo acesso aos recursos básicos de informática, e que os recursos ou programas computacionais necessários ao desenvolvimento das habilidades do engenheiro florestal serão tratados separadamente nas disciplinas que os necessitam. Contudo, atento as necessidades e perfil profissional foi proposto na matriz 2018 a disciplina Algoritmos e Linguagem de Programação.

Produção de Texto e Leitura: as ementas abordadas na disciplina estão inseridas nas disciplinas Metodologia Científica, Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) I e TCC II.

Educação Física I e II: o curso de engenharia florestal envolve aulas práticas, que conduzem os alunos a constante atividade física em contatos com o meio ambiente, tais como caminhada, observação, coletas de materiais orgânicos entre outros pertinentes às atividades pedagógicas de ensino e pesquisa.

Gestão Ambiental e Florestal: a ementa básica desta disciplina, que contempla política, sustentabilidade e segurança são abordadas em outras disciplinas do curso, como Política e

Legislação Florestal, Administração e Planejamento Florestal, Segurança no Trabalho Florestal, Ecologia, Manejo de florestas plantadas e nativas.

Outras disciplinas sofreram atualizações ora de nomenclaturas, ora parciais de ementários, buscando considerar os temas e abordagens de estudos vinculados a formação essencial ao engenheiro florestal, com objetivo de proporcionar meios para estudos mais elaborados, com possibilidades de resultados mais eficazes.


Classificação e Conservação do Solo (Conservação do Solo e Água), Segurança no Trabalho Florestal, Silvicultura Tropical, Cartografia e Geodésia Básica, Geoposicionamento, Georreferenciamento de Imóveis, Culturas Florestais e Perícia Ambiental deixaram de ser obrigatórias e passaram a ser optativas.


17 FLUXOGRAMA

Fluxograma de disciplinas do curso de Engenharia Florestal IFMT Campus Cáceres – Prof. Olegário Baldo

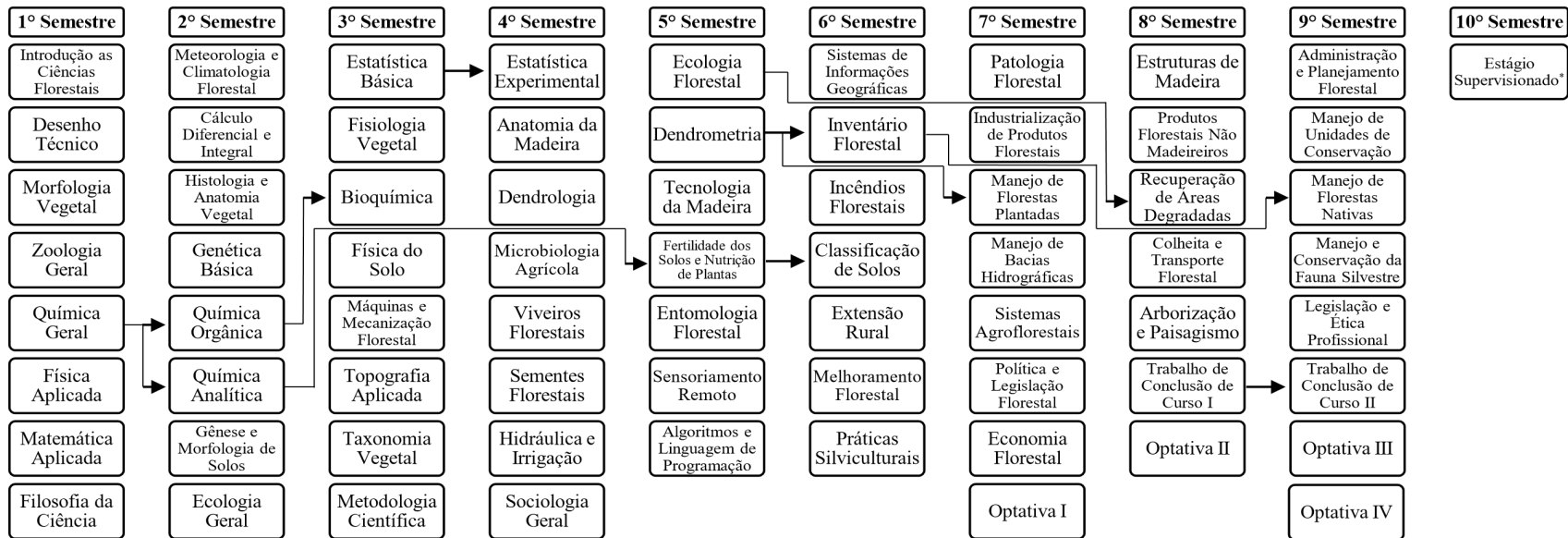
RESOLUÇÃO CONSEPE Nº 27, DE 26 DE OUTUBRO DE 2020

56 RESOLUÇÃO CONSUP Nº 080, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2020


Gláucia Alves e Silva
Coordenadora do Curso de Bach.
em Engenharia Florestal
Portaria IFMT nº 1.792, de 31/08/2020


Luçara Tinasi de Oliveira
Diretora do Dep. de Desenv. Educacional
Port. nº 555, de 09/03/17
IFMT Campus Cáceres - Prof. Olegário Baldo

Disciplinas obrigatórias



Disciplinas optativas




RESOLUÇÃO CONSEPE Nº 27, DE 26 DE OUTUBRO DE 2020

57 RESOLUÇÃO CONSUP Nº 080, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2020

Gláucia Alves e Silva
 Gláucia Alves e Silva
 Coordenadora do Curso de Bach.
 em Engenharia Florestal
 Portaria IFMT nº 1.792, de 31/08/2020

Luçara Tinasi de Oliveira
 Luçara Tinasi de Oliveira
 Diretora do Dep. de Desenv. Educacional
 Port. nº 555, de 09/03/17
 IFMT Campus Cáceres - Prof. Olegário Baldo

18 EMENTÁRIO

 INSTITUTO FEDERAL Mato Grosso Campus Cáceres - Prof. Olegário Baldo	IFMT/CÁCERES/PROF. OLEGÁRIO BALDO Curso de Bacharelado em Engenharia Florestal	
IDENTIFICAÇÃO		
DISCIPLINA	SEMESTRE	CARGA HORÁRIA
Introdução às Ciências Florestais	1º	34 h
DESCRIÇÃO/EMENTA		
Histórico do IFMT Campus Cáceres – Prof. Olegário Baldo. Estrutura do curso de engenharia florestal. Evolução da engenharia florestal no mundo e no Brasil. As grandes áreas de atuação da engenharia florestal. A engenharia florestal no contexto dos biomas brasileiros. A questão florestal e os aspectos sociais, ambientais, econômicos e políticos. Oportunidade em iniciação científica e pós-graduação. Mercado de trabalho. Visita às dependências do IFMT Campus Cáceres – Prof. Olegário Baldo.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes curriculares para o curso de graduação em Engenharia Florestal. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces03_06.pdf		
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA FLORESTAL. Engenharia Florestal no Brasil: 50 anos de sucesso . Viçosa, ARCA. 2010. 30 p.		
CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA. Lei Federal 5194/66 . Disponível em: www.confed.org.br .		
IFMT. Projeto pedagógico do curso de engenharia florestal . 2010.		
LIMA, S. M. Evolução da criação dos cursos de engenharia florestal no Brasil . UFRRJ – Seropédica. Monografia. 2008.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
BANTEL, C.A. O ensino da silvicultura, a distribuição espacial dos cursos de graduação em Engenharia Florestal e as atribuições do exercício profissional no Brasil. 2002. Disponível em: www.sbef.org.br		

 INSTITUTO FEDERAL Mato Grosso Campus Cáceres - Prof. Olegário Baldo	IFMT/CÁCERES/PROF. OLEGÁRIO BALDO Curso de Bacharelado em Engenharia Florestal	
IDENTIFICAÇÃO		
DISCIPLINA	SEMESTRE	CARGA HORÁRIA
Desenho Técnico Aplicado	1º Semestre	51h
DESCRIÇÃO/EMENTA		
Classificação dos desenhos. Normas técnicas brasileiras para o desenho técnico. Apresentação e manejo dos instrumentos. Noções de desenho projetivo. Visitas ortográficas. Escalas. Perspectivas paralelas. Leitura de vistas. Dimensionamento. Vistas auxiliares. Vistas seccionais. Cortes simplificados. Desenho de arquitetura.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
FRENCH, T. E. Desenho Técnico e Tecnologia Gráfica . 8ª Edição – São Paulo, editora Globo,		

2005, 5 reimpressão 2011.

SPECK, H.J.; PEIXOTO, V.V. Manual de Desenho Técnico. (2 Ed.) Florianópolis: Editora da UFSC, 2001. 180p.

OBERG, L. Desenho Arquitetônico. 31 Edição – Rio de Janeiro, 1997.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

PEREIRA, A. Desenho Técnico Básico. 9 Edição – Rio de Janeiro, editora S.A., 128p. 1999.

PEREIRA, M. F. Construções Rurais. São Paulo: Nobel, 1986. Reimpresso 2013.

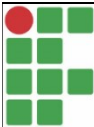
ROCHA, A. J. F.; GONÇALVES, R. S. Desenho Técnico. v. 1, 4.ed. Plêiade, 2008.

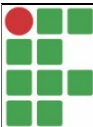
SANTIAGO, A. C. Guia do Técnico Agropecuário: Desenho e Topografia. Campinas: Instituto Campineiro de Ensino Agrícola, 1982.

SILVA, A.; RIBEIRO, C. T.; DIAS, J.; SOUSA, L. Desenho Técnico Moderno. 4. Ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

 INSTITUTO FEDERAL Mato Grosso Campus Cáceres - Prof. Olegário Baldo	IFMT/CÁCERES/PROF. OLEGÁRIO BALDO Curso de Bacharelado em Engenharia Florestal	
IDENTIFICAÇÃO		
DISCIPLINA	PERÍODO	CARGA HORÁRIA
Morfologia Vegetal	1º	51h
DESCRIÇÃO/EMENTA		
Evolução e importância dos grupos de plantas avasculares (Hepatófita, Antocerófita e Briófitas); plantas vasculares (Licófitas, Pteridófitas) e plantas vasculares com sementes – gimnospermas (Cicadófitas; Ginkgófitas; Gnétófitas e Coniferófitas) e angiospermas. Formas de vida. Estudo da morfologia externa (organografia) dos órgãos vegetativos e reprodutivos de gimnospermas e angiospermas. Sistemas de polinização em gimnospermas e angiospermas. Análise de material botânico.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
VIDAL, W. N. E VIDAL, M. R. R. Botânica Organografia: quadros sinópticos ilustrados de fanerógamos. 4. ed. rev. ampl. Viçosa: UFV, 2003.		
RAVEN, Peter H. Biologia vegetal. 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010. 830 p.		
GONÇALVES, E. G.; LORENZI, H. Morfologia vegetal: organografia e dicionário ilustrado de morfologia das plantas, plantas vasculares. 2ª ed. São Paulo: Instituto Plantarum de estudos da flora, 2011.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
AGAREZ, F.V.; RIZZINI, C.M.; PEREIRA, C. Botânica angiospermae: taxonomia, morfologia, reprodução, chave para determinação das famílias. (2ª ed.). Rio de Janeiro: Âmbito Cultural, 1994. 256p.		
FERRI, M.G. Botânica: morfologia externa das plantas (organografia). 15 ed. São Paulo: Nobel, 1983. 149p.		
MUNHOZ, C. B. R. EUGÊNIO, C. U. O.; OLIVEIRA, R. C. de. Vereda: guia de campo. Editora: Rede de Sementes do Cerrado 1ª Edição - 2011. 224p.		
Acta Botânica Brasilica. Disponível em: www.scielo.com.br		
RAMALHO, C. L.; PROENÇA, C. E. B. Trepadeiras ornamentais do cerrado. Planaltina:		

Embrapa Cerrados; Brasília; Universidade de Brasília, 2004. 59 p.

 INSTITUTO FEDERAL Mato Grosso Campus Cáceres - Prof. Olegário Baldo	IFMT/CÁCERES/PROF. OLEGÁRIO BALDO Curso de Bacharelado em Engenharia Florestal	
IDENTIFICAÇÃO		
DISCIPLINA	SEMESTRE	CARGA HORÁRIA
Zoologia Geral	1º	34 h
DESCRIÇÃO/EMENTA		
Introdução à Zoologia. Noções sobre evolução dos Filos. Estudo dos Filos: Platyhelminthes, Gastrotricha; Rotifera; Nematoda; Nematomorpha; Acantocephala; Chordata (Osteichthyes, Chondrycthes, Amphibia, Reptilia, Aves, Mammalia); Annelida; Molusca e Arthropoda (Crustacea, Arachnida, Chilopoda, Diplopoda, Insecta).		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
HICKMAN JR., C.P.; ROBERTS, L.S.; LARSON, A.; EISENHOUR, D.J.; KEEN, S.L.; I'ANSON, H. Princípios integrados de zoologia. Guanabara Koogan. 2004. 976p. RUPERT, E. E. BARNES, ROBERT, D. A., FOX, R. S. Zoologia dos invertebrados: uma abordagem funcional-evolutiva. São Paulo: Roca, 2005. 1148p. SILVA JÚNIOR, C., SASSON, S. Biologia, volume 2: seres vivos: estrutura e funções. São Paulo: Atual, 1981. 291 p.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
PAPAVERO, N. (org.) Fundamentos práticos de taxonomia zoológica. 2ªed. São Paulo: UNESP, 1994. 285p. POUGH, H.; JANIS, C. M.; HEISER, J. B. A Vida dos Vertebrados. 4 ed. São Paulo: Atheneu Editora, 2008. ROMER, A. S.; PARSONS, T. S. Anatomia comparada dos vertebrados. São Paulo: Atheneu Editora, 1985. SANTOS, E. Zoologia Basílica: o mundo dos artrópodes. Belo Horizonte: Itatiaia, 1982. 197p. STORER, T. I. Zoologia geral. 6 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2002. 816p.		

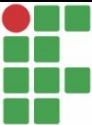
 INSTITUTO FEDERAL Mato Grosso Campus Cáceres - Prof. Olegário Baldo	IFMT/CÁCERES/PROF. OLEGÁRIO BALDO Curso de Bacharelado em Engenharia Florestal	
IDENTIFICAÇÃO		
DISCIPLINA	SEMESTRE	CARGA HORÁRIA
Química Geral	1º	68h
DESCRIÇÃO/EMENTA		
Conceitos gerais e medidas em química. Estrutura eletrônica, ligações químicas, geometria molecular, polaridade e interações intermoleculares. Principais funções inorgânicas (identificação, propriedades e nomenclatura). Equações químicas e estequiometria. Reações de neutralização. Operações fundamentais em laboratórios de química.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
ATKINS, P. LORETTA, J. Princípios de Química: Questionando a vida moderna e o meio ambiente. 3 Ed. Porto Alegre: Bookman, 2001. KOTZ, J.C; TREICHEL JR., P.M; WEAVER, G.C. Química geral e reações químicas. 6 ed. São		

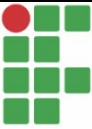
60

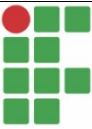
Paulo: Cengage Learning, 2010. V.1. 611p.
 KOTZ, J.C; TREICHEL JR., P.M; WEAVER, G.C. Química geral e reações químicas. 6 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010. V.2. 473p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ATKINS, P. LORETTA, J. Princípios de Química: Questionando a vida moderna e o meio ambiente. 3 Ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.
 BROWN, L.S; HOLME, T.A. Química geral aplicada à engenharia. São Paulo: Cengage Learning, 2009. 653p.
 BRADY, J.E; HUMISTON, G.E. Química geral. 2 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2002. V.1. 410p.
 BROWN, Theodore L. Química: a ciência central. 9. ed. São Paulo: Pearson, 2005.
 LEE, J. D. Química inorgânica não tão concisa. São Paulo: Edgard Blucher, 2009. 527 p.
 RUSSELL, J.B. Química geral. 2 ed. São Paulo: Pearson: Makron Books, 2008. V.1. 621p.
 RUSSELL, J.B. Química geral. 2 ed. São Paulo: Pearson Makron Books, 2008. V.2. 656p.

 INSTITUTO FEDERAL Mato Grosso Campus Cáceres - Prof. Olegário Baldo		IFMT/CÁCERES/PROF. OLEGÁRIO BALDO Curso de Bacharelado em Engenharia Florestal	
IDENTIFICAÇÃO			
DISCIPLINA	SEMESTRE	CARGA HORÁRIA	
Física Aplicada	1º	68h	
DESCRIÇÃO/EMENTA			
Medidas Físicas; Vetores; Mecânica: Momento, Resultantes, Força e Tensão; Fluidos: Viscosidade, Capilaridade, Difusão, Adsorção e Dessorção; Calor: Condução e Propagação; Ótica.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
RAMALHO-JÚNIOR, F, FERRARO, N.G. , SOARES, P.A.T. Os Fundamentos da física I. São Paulo: Moderna. 1999. 497p., v. 1.			
RAMALHO-JÚNIOR, F, FERRARO, N.G. , SOARES, P.A.T. Os Fundamentos da física II. São Paulo: Moderna. 1999. 528p., v. 2.			
RAMALHO-JÚNIOR, F, FERRARO, N.G., SOARES, P.A.T. Os Fundamentos da física III. São Paulo: Moderna. 1999. 482p., v. 3.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
CHAVES, A.; SAMPAIO, J.L. Física básica: mecânica. São Paulo: LTC, 2007. 308p.			
EISBERG, R.M.; LERNER, L.S. Física: fundamentos e aplicações. São Paulo: McGraw-Hill, 1982.			
GARCIA, E.A.C. Biofísica. São Paulo: Sarvier, 2002. 387p.			
OKUNO, E.; CALDAS, I.L.; CHOW, C. Física para ciências biológicas e biomédicas. São Paulo: Harbra, 1986. 490p.			
TIPLER, P.A. Física para cientistas e engenheiros. v 2. mecânica. 3 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1995. 556p.			

 INSTITUTO FEDERAL Mato Grosso Campus Cáceres - Prof. Olegário Baldo		IFMT/CÁCERES/PROF. OLEGÁRIO BALDO Curso de Bacharelado em Engenharia Florestal
IDENTIFICAÇÃO		
DISCIPLINA	SEMESTRE	CARGA HORÁRIA
Matemática Aplicada	1º	68h
DESCRIÇÃO/EMENTA		
Unidades de medidas. Trigonometria. Geometria Plana. Geometria Espacial. Matrizes. Determinantes. Sistemas lineares.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
DOLCE, Osvaldo e POMPEO, José N. Fundamentos de Matemática Elementar: Geometria Plana. Volume 09. São Paulo: Atual, 2005. DOLCE, Osvaldo e POMPEO, José N. Fundamentos de Matemática Elementar: Geometria Espacial. Volume 10. São Paulo: Atual, 2005. IEZZI, Gelson. Fundamentos de Matemática Elementar: Trigonometria. Volume 3. São Paulo: Atual, 2004.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
ÁVILA, Geraldo. Introdução ao Cálculo. Rio de Janeiro: LTC, 2010. BATSCHLET, E. Introdução à Matemática para Biocientistas. 2ª edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1978. HARIKI, Seiji e ABDOUNUR, João O. Matemática Aplicada. São Paulo: Saraiva, 1999. IEZZI, Gelson e HAZZAN, Samuel. Fundamentos de Matemática Elementar: Sequências, matrizes, determinantes e sistemas. Volume 4. São Paulo: Atual, 2004. SAFIER, Fred. Pré-Cálculo. 2. ed. (Coleção Schaum). Porto Alegre: Bookman, 2011.		

 INSTITUTO FEDERAL Mato Grosso Campus Cáceres - Prof. Olegário Baldo		IFMT/CÁCERES/PROF. OLEGÁRIO BALDO Curso de Bacharelado em Engenharia Florestal
IDENTIFICAÇÃO		
DISCIPLINA	SEMESTRE	CARGA HORÁRIA
Filosofia da Ciência	1º	34h
DESCRIÇÃO/EMENTA		
A filosofia da ciência – o que é? (O senso comum e a ciência; Ciência na história – a razão científica através do tempo; Epistemologia – a investigação filosófica da ciência; Ciência e sociedade – As relações entre as duas esferas; O método científico: Diversidade dos métodos e unidade de visão). A práxis científica (A ciência com consciência, o “contrato natural”, a <i>vita activa</i> no campo da ciência. Aspectos históricos da Ciência. A revolução científica moderna: o conceito de paradigma. A teoria do falseamento e a escola de Viena. Filosofia da Ciência Contemporânea. Ciência, tecnologia e meio ambiente: análise crítica).		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
PORTOCARRERO, V., org. Filosofia, história e sociologia das ciências I: abordagens contemporâneas [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1994. 272 p. ISBN: 85-85676-02-7 Available from SciELO Books < http://books.scielo.org >.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
CHALMERS, A. F. O que é Ciência, Afinal? São Paulo: Brasiliense, 1993.		

FITAS, Augusto José. História e filosofia da ciência: coletânea de textos [online]. Universidade de Évora: 2011. Disponível em:
 < <https://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/4200/1/Notas-HFC-ajsFITAS.pdf>>.

KOYRÉ, A. Estudos de história do pensamento científico. Rio de Janeiro: Forense Universitária; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982. (Coleção Campo Teórico).

KUHN, T. A Estrutura das Revoluções científicas. 3ª Ed., São Paulo: Perspectiva, 1994.

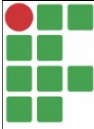
MORIN, E. Ciência com consciência. Maria D. Alexandre e Maria Alice S. Dória, 2ª Ed. (Revista e Modificada pelo autor). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

POPPER, K. A Lógica da Investigação Científica. São Paulo: Abril Cultural, 1980 (Introdução e Cap 1) (Col. Pensadores).

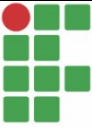
SERRES, Michel. O contrato Natural. Trad. Beatriz Sedoux. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1991.

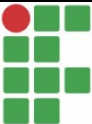
_____. Hominescências: O começo de uma outra humanidade? Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.


SEVERINO, Joaquim Antônio Severino. Metodologia do Trabalho Científico. 23ª Edição (revista e ampliada). São Paulo: Cortez Editora. 2000.

 INSTITUTO FEDERAL Mato Grosso Campus Cáceres - Prof. Olegário Baldo		IFMT/CÁCERES/PROF. OLEGÁRIO BALDO Curso de Bacharelado em Engenharia Florestal	
IDENTIFICAÇÃO			
DISCIPLINA	SEMESTRE	CARGA HORÁRIA	
Meteorologia e Climatologia Florestal	2º	51h	
DESCRIÇÃO/EMENTA			
Aplicações da climatologia/meteorologia na área florestal e ambiental. A atmosfera terrestre. Terra: movimentos e estações do ano. Fotoperíodo. Balanço de radiação e energia. Variáveis atmosféricas. Balanço hídrico. Coleta de dados ambientais. Classificação climática: generalidades e tipos. Mudanças climáticas. Estresses abióticos relacionados com o clima. Distribuição das espécies com base no clima. Zoneamento florestal.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
VIANELLO, R.L.; ALVES, A.R. Meteorologia básica e aplicações . 2 ed. Viçosa: UFV, 2012. 460p. PEREIRA, A.R., SENTELHAS, P.C., ANGELOCCI, L.R. Agrometeorologia: fundamentos e aplicações práticas . Guaíba: Agropecuária, 2002. 478p. SOARES, R.V.; BATISTA, A.C. Meteorologia e climatologia florestal . Curitiba: Produção Independente. 2015. 215 p. VAREJÃO-SILVA, M.A. Meteorologia e climatologia . Recife: versão digital 2. 2006. Disponível em: http://www.icat.ufal.br/laboratorio/clima/data/uploads/pdf/METEOROLOGIA_E_CLIMATOLOGIA_VD2_Mar_2006.pdf MENDONÇA, F. DANNI-OLIVEIRA, I.M. Climatologia: noções básicas e climas do Brasil . São Paulo: Oficina de Textos, 2007. Disponível em: http://www.ebah.com.br/content/ABAAAgkLAAA/climatologia-nocoas-basicas-climas-brasil			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
LIMA, M.A.; CABRAL, O.M.R.; MIGUEZ, J.D.G. Mudanças climáticas globais e a agropecuária brasileira . Jaguariúna: Embrapa Meio Ambiente, 2001. 397 p.			

MOTA, F. S. Meteorologia Agrícola. São Paulo, 3 ed., Ed. Nobel. 1997. 376 p.
 OMETTO, J. C. Bioclimatologia Vegetal. São Paulo: Ed. Agronômica Ceres, 1981.
 SANT'ANNA NETO, J.L., ZAVATINI, J.A. (Org). Variabilidade e Mudanças Climáticas. Maringá: Eduem, 2000.
 TUBELIS, A.; NASCIMENTO, F. J. L. Meteorologia Descritiva: fundamentos e aplicações brasileiras. São Paulo, Nobel, 1984. 374 p.
 FERREIRA, A.G. **Meteorologia prática**. São Paulo: Oficina de Textos, 2006. 415 p.
 OLIVEIRA, G.S. SILVA, N.F.; HENRIQUES, R. **Mudanças climáticas: ensino fundamental e médio**. Brasília: MEC, SEB; MCT; AEB. 2009. 348 p.
 CONTI, J.B. **Clima e meio ambiente**. São Paulo: Atual, 1998.
 TARIFA, J.R. **Mato Grosso: Clima - análise e representação cartográfica**. Cuiabá: Entrelinhas, 2011.
 ZANETTI, S.S. Meteorologia Agrícola. Disponível em: <
<http://sidneyzanetti.webnode.com.br/disciplinas/gradua%C3%A7%C3%A3o/meteorologia-agricola/>

 INSTITUTO FEDERAL Mato Grosso Campus Cáceres - Prof. Olegário Baldo		IFMT/CÁCERES/PROF. OLEGÁRIO BALDO Curso de Bacharelado em Engenharia Florestal
IDENTIFICAÇÃO		
DISCIPLINA	SEMESTRE	CARGA HORÁRIA
Cálculo Diferencial e Integral	2º	68h
DESCRIÇÃO/EMENTA		
Funções de uma variável real. Limites. Continuidade. Derivadas. Máximos e mínimos de uma função. Integrais definidas e indefinidas. Técnicas de Integração. Aplicações.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
ÁVILA, G. Introdução ao Cálculo. Rio de Janeiro: LTC, 2010. FLEMMING, D. M.; GONÇALVES, M. B. Cálculo A: Funções, Limite, derivação e integração. 6ª edição. São Paulo: Pearson, 2006. HOFFMANN, L. D.; BRADLEY, G. L. Cálculo: Um Curso Moderno e suas Aplicações. 10ª edição. Rio de Janeiro: LTC, 2010.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
ANTON, H. B. I; DAVIS, S. Cálculo. Vol. 1. 7ª edição. Porto Alegre: Bookman, 2007. LEITHOLD, L. O Cálculo com Geometria Analítica. Vol.1. 3ª edição. São Paulo: Harbra, 1994. STEWART, J. Cálculo. Vol. 1. 6ª edição. São Paulo: Cengage Learning, 2009 GUIDORIZZI, H. L. Um Curso de Cálculo. Vol.1 – 5ª edição. Rio de Janeiro: LTC, 2008. STEWART, J. Cálculo. Vol. 1. 6ª edição. São Paulo: Cengage Learning, 2009.		

 INSTITUTO FEDERAL Mato Grosso Campus Cáceres - Prof. Olegário Baldo		IFMT/CÁCERES/PROF. OLEGÁRIO BALDO Curso de Bacharelado em Engenharia Florestal
IDENTIFICAÇÃO		
DISCIPLINA	PERÍODO	CARGA HORÁRIA
Histologia e Anatomia Vegetal	2º	68 h
DESCRIÇÃO/EMENTA		
Organização interna do corpo vegetal (atividade de meristemas). Citologia vegetal: características da célula vegetal; Técnicas de microscopia vegetal. Epiderme. Parênquima, colênquima e esclerênquima. Xilema. Floema. Câmbio. Periderme. Anatomia dos órgãos vegetativos (raiz, caule e folha).		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
APEZZATO-DA-GLÓRIA, B.; CARMELLO-GUERREIRO, S. M. (editoras), Anatomia vegetal. 2. ed. atual. Viçosa: Ed. UFV, 2006. 438p. (obs.: em meio eletrônico). ESAU, K. Anatomia das plantas com sementes. São Paulo: Edgard Blücher, 1974. 293 p. RAVEN, P. H.; EVERT, R. F.; EICHHORN, S. E. Biologia vegetal. 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007. 830p.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
NULTSCH, W. Botânica geral. Trad. Paulo Luiz de Oliveira – 10. Ed. Revisada e atualizada – Porto Alegre: Artmed, 2000. CUTTER, E.G. Anatomia vegetal parte I: células e tecidos. (2ª ed.). São Paulo: Roca, 1986. 304p. FERRI, M.G. Botânica: morfologia interna das plantas (anatomia). (9ª ed.). São Paulo: Nobel, 1984. 113p. VANNUCCI, A. L.; REZENDE, M. H. Anatomia Vegetal: noções básicas. Goiânia: Edição do Autor, 2003. 190p. GONÇALVES, E. G.; LORENZI, H. Morfologia vegetal: organografia e dicionário ilustrado de morfologia das plantas vasculares. Nova Odessa: Instituto Plantarum de estudos da flora, 2007. 446 p.		

 INSTITUTO FEDERAL Mato Grosso Campus Cáceres - Prof. Olegário Baldo		IFMT/CÁCERES/PROF. OLEGÁRIO BALDO Curso de Bacharelado em Engenharia Florestal
IDENTIFICAÇÃO		
DISCIPLINA	SEMESTRE	CARGA HORÁRIA
Genética Básica	2º	51 h
DESCRIÇÃO/EMENTA		
Importância da Genética na Agropecuária. Genética molecular. Bases Citológicas da Herança e Gametogênese. Mendelismo. Ligação, Permuta, Mapas genéticos e Pleiotropia. Efeito do ambiente na Expressão Gênica. Genética Quantitativa. Genética de Populações e Evolução. Biotecnologia.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
GRIFFITHS, A.J.F.; WESSLER, S.R.; CAROLL, S.B.; DOEBLEY, J. Introdução à genética. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013.		

BROWN, T. A. Genética: um enfoque molecular. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1999. 336p.

RAMALHO, M. A. P.; SANTOS, J. B.; PINTO, C. A. B. P. Genética na agropecuária. 5 ed. São Paulo: Editora Globo, 1996, 359 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR


CARVALHO, H. C. Fundamentos de genética e evolução. Rio de Janeiro: LTC/UFMG, 1987. 556p.

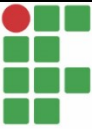
GARDNER, E. J.; SNUSTAD, D. P. 1987 Genética. 7 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1987. 497 p.


RAMALHO, M. A. P.; SANTOS, J. B.; PINTO, C. A. B. P. Genética na agropecuária. 3. ed. rev. Lavras: UFLA, 2004. 472p.

SUZUKI, D. T. Introdução à Genética. 4 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1992. 633 p.

5. WATSON, J. D. DNA: o segredo da vida. São Paulo: Companhia da Letras, 2008. 470p.

 INSTITUTO FEDERAL Mato Grosso Campus Cáceres - Prof. Olegário Baldo		IFMT/CÁCERES/PROF. OLEGÁRIO BALDO Curso de Bacharelado em Engenharia Florestal
IDENTIFICAÇÃO		
DISCIPLINA	PERÍODO	CARGA HORÁRIA
Ecologia Geral	2º	51 h
DESCRIÇÃO/EMENTA		
Escopo da ecologia. O ecossistema. Energia nos sistemas ecológicos. Ciclos biogeoquímicos. Fatores limitantes e regulatórios. Ecologia de populações. Ecologia de comunidades. Tipos de ecossistemas e biomas. Diversidade e conservação biológica.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
ODUM, E.P.; BARRETT, G.W. Fundamentos de Ecologia. Tradução Pégasus. Sistemas e Soluções. São Paulo: Cengage Learning, 2008. BEGON, M., TOWNSEND, C. R., HARPER, JOHN L. Fundamentos em Ecologia. 3ª ed., Artmed: 2010, 576p. BEGON, M; et al. Ecologia: de Indivíduos a Ecossistemas. 4 ed. Artmed. 2007.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
RICKLEFS, R. E. A Economia da Natureza. 5ª. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003. GUREVITCH, J, Scheiner, S.M, Fox, G.A. 2009. Ecologia Vegetal. Cap. 5 - Ed. Artmed, São Paulo. ODUM, E.P.; BARRETT, G.W. Fundamentos de Ecologia. Thomson Learning, 2007. RAVEN, P. H.; EVERT, R. F.; EICHHORN, S. E. Biologia vegetal. 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007. 830p. ROCHA, C. F. D.; BERGALHO, H. G.; SLUYS, M. V.; ALVES, M. A. S. Biologia da Conservação: essências. São Carlos: Rima, 2006. 582 p.		

 INSTITUTO FEDERAL Mato Grosso Campus Cáceres - Prof. Olegário Baldo		IFMT/CÁCERES/PROF. OLEGÁRIO BALDO Curso de Bacharelado em Engenharia Florestal
IDENTIFICAÇÃO		
DISCIPLINA	SEMESTRE	CARGA HORÁRIA
Química Analítica	2º	51 h
DESCRIÇÃO/EMENTA		
Introdução à análise quantitativa. Concentrações, preparo de soluções e padronização. Equilíbrio químico: pH e soluções tampão. Análises Volumétricas (neutralização, precipitação e oxirredução). Operações Fundamentais em Laboratório de Química Analítica.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
BACCAN, N. et al. Química analítica quantitativa elementar. 3 ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2008. 308p. SKOOG, D.A. et al. Fundamentos da química analítica. São Paulo: Cengage Learning, 2008. 999p. VOGEL, A.I.; Análise Química Quantitativa, Ed. Guanabara Koogan, de Janeiro. 6 Ed. 2002.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
HARRIS, D. C. Análise química quantitativa. 7a. Ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008. LEITE, F. Práticas de Química Analítica. 3. ed. Campinas: Editora Átomo e Alínea, 2008. OHLWEILER, O.A. Química Analítica Quantitativa. Rio de Janeiro. Ed. Livros Técnicos e Científicos, 1982. 259 p. SETTLE, F.A. Handbook of Instrumental Techniques for Analytical Chemistry. New Jersey: Prentice Hall PTR, 1997. 995p. VOGEL, A.I. Química analítica qualitativa. 5 ed. São Paulo: Mestre Jou, 1981. 665p.		

 INSTITUTO FEDERAL Mato Grosso Campus Cáceres - Prof. Olegário Baldo		IFMT/CÁCERES/PROF. OLEGÁRIO BALDO Curso de Bacharelado em Engenharia Florestal
IDENTIFICAÇÃO		
DISCIPLINA	SEMESTRE	CARGA HORÁRIA
Gênese e Morfologia de solos	2º	34 h
DESCRIÇÃO/EMENTA		
Aspectos gerais do globo terrestre. Conceito de solo. Fundamentos de petrologia. Minerais primários e secundários. Intemperismo das rochas e sedimentos. Fatores e processos de formação dos solos. Composição do solo. Perfil do solo e horizontes. Morfologia do solo.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
KER, J. C.; CURI, N.; SCHEFER, C. E. G. R. e VIDAL-TORRADO, P., Eds. Pedologia: fundamentos. 1ª ed. Viçosa, MG, Sociedade Brasileira de Ciências do solo – SBCS, p.207-302. 2012. RESENDE, M., CURI, N., REZENDE, S.B., CORREA, G.F. Pedologia: base para distinção de ambientes. 6. ed. Lavras: Editora da UFLA, 2014. 378 p. SANTOS, R. D.; LEMOS, R. C.; SANTOS, H.G.; KER, J.C e ANJOS, L.H.C. Manual de descrição e coleta de solo no campo. 5ª ed. Viçosa, MG, Sociedade Brasileira de Ciências do Solo - SBCS, 100p. 2005.		

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

EMBRAPA, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Procedimentos Normativos de Levantamentos Pedológicos. SPI, Brasília, 1995.

LEINZ, V. e AMARAL, S. E. Geologia geral. 12ª ed. São Paulo: Nacional. Ed Nacional, 1995.

LEPSCH, I. Dezenove lições de pedologia. São Paulo: Oficina de Textos, 2011. 440 p.

LEPSCH, I. F. Formação e conservação dos solos. São Paulo: oficina de Textos, 2002. 178p.

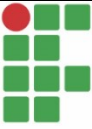
MOREIRA, M. L. C. e VASCONCELOS, T. N. N. Mato Grosso: solos e paisagens. Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral, SEPLAN-MT. Edit. Cuiabá: entrelinhas. 2007. 272p.

OLIVEIRA, J.B. Pedologia aplicada. 5. ed. Piracicaba: FEALQ, 2011. 592 p.


RESENDE, M.; CURTI, N.; KER, J. C.; REZENDE, S. B. Mineralogia de solos brasileiros: interpretação e aplicação. Lavras: ed. UFLA, 2005. 192p.

SILVA, M.L.N; MARQUES, J.J.G.S.M; LIMA, J.M.; CURTI, N. Aspectos de Gênese, Classificação, Conservação e Manejo de Solos Tropicais. Lavras: INEPAD/UFLA, 2007. 75 p.

TEIXEIRA, W.; TOLEDO. M. C. M.; FAIRCHILD, T. R.; TAIOLI, F. Decifrando a terra. São Paulo: Oficina de Textos, 2001. 568p.

 INSTITUTO FEDERAL Mato Grosso Campus Cáceres - Prof. Olegário Baldo		IFMT/CÁCERES/PROF. OLEGÁRIO BALDO Curso de Bacharelado em Engenharia Florestal	
IDENTIFICAÇÃO			
DISCIPLINA	SEMESTRE	CARGA HORÁRIA	
Química Orgânica	2º	34 h	
DESCRIÇÃO/EMENTA			
Introdução à química orgânica. Principais funções orgânicas, nomenclatura, propriedades químicas e físicas. Principais processos de extrações de compostos vegetais (proteína, óleos, óleos essenciais, extrativos em madeira, lignina, celulose).			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
ALLINGER, N. L. et al. Química orgânica. 2. ed. Rio de Janeiro : LTC, 1976.			
McMURRY, J.. Química Orgânica – Combo. 6 ed. São Paulo: Thomson, 2005.			
SOLOMONS, T.W.G.. FRYHLE, C.. Química Orgânica. vol. 1. 2 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2009.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
COSTA, P. R. R. Ácidos e bases em química orgânica. Porto Alegre: Bookman, 2005.			
MANO, Eloisa Biasotto; SEABRA, Affonso do Prado. Práticas de química orgânica. 3 ed. São Paulo: Edgard Blücher, 1987. 245 p.			
MORRISON, R.; BOYD, R.t. Química Orgânica. Tradução da 13ª edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996. ISBN: 9723107422.			
SOLOMONS, T.W.G.. FRYHLE, C.. Química Orgânica. vol. 2. 2 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2009.			
PAIVA, D. L. et al. Química Orgânica Experimental. 2 ed. Porto Alegre:Bookman, 2009.			

 INSTITUTO FEDERAL Mato Grosso Campus Cáceres - Prof. Olegário Baldo		IFMT/CÁCERES/PROF. OLEGÁRIO BALDO Curso de Bacharelado em Engenharia Florestal	
IDENTIFICAÇÃO			
DISCIPLINA	SEMESTRE	CARGA HORÁRIA	
Estatística Básica	3º	51 h	
DESCRIÇÃO/EMENTA			
Definição e importância da estatística. Variáveis. Organização de dados. População e amostra. Distribuições de variáveis aleatórias. Técnica de amostragem. Apresentação de dados em tabelas de frequências. Apresentação de dados em gráficos. Testes de rejeição de dados, Medidas de tendência central (média aritmética, geométrica, harmônica, mediana e moda). Medidas de dispersão (amplitude, variância, desvio padrão, coeficiente de variação e erro padrão). Intervalo de confiança. Testes de hipóteses. Teste qui-quadrado. Análise de variância.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
TRIOLA, M.F. Introdução à Estatística. 9 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2005. ISBN: 8521614314. BUSSAB, W.O.; MORETTIN, P.A. Estatística Básica. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2005. ISBN: 8502034979. LEVINE, D.M.; STEPHAN, D.F.; KRETIBIEL, C.T.; BERENSON, M.L. Estatística: Teoria e Aplicações. 5 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008. ISBN: 9788521616344.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
CECON, P. R.; SILVA, A. R.; NASCIMENTO, M.; FERREIRA, A. Métodos Estatísticos. Viçosa: Editora UFV, 2012. 229p. LARSON, F.; FARBER, B. Estatística Aplicada. São Paulo: Editora Pearson, 2010. 637p. OLIVEIRA, M. S.; BEARZOTI, E.; VILAS BOAS, F. L.; NOGUEIRA, D. A.; NICOLAU, L. A. Introdução à Estatística. Lavras: Editora UFLA, 2009. 329p. MORETTIN, L.G. Estatística Básica: Probabilidade. 7 ed. São Paulo: Pearson Makron Books, 1999. ISBN: 8534610622. SPIEGEL, M.R. Estatística. 3 ed. São Paulo: Pearson Makron Books, 1993. SPIEGEL, M.R.; SCHILLER, J.J.; SRINIVASAN, R.A. Probabilidade e Estatística. 2 ed. Porto Alegre: ARTMED, 2004. ISBN: 8536302976. VIEIRA, S. Estatística Experimental. São Paulo: Atlas, 1999. BANZATTO, D. A.; KRONKA, S. N. Experimentação Agrícola. 4 ed. Jaboticabal: Funep, 2006. 237p.			

 INSTITUTO FEDERAL Mato Grosso Campus Cáceres - Prof. Olegário Baldo		IFMT/CÁCERES/PROF. OLEGÁRIO BALDO Curso de Bacharelado em Engenharia Florestal	
IDENTIFICAÇÃO			
DISCIPLINA	SEMESTRE	CARGA HORÁRIA	
Fisiologia Vegetal	3º	51 h	
DESCRIÇÃO/EMENTA			
Água no metabolismo na planta (Célula vegetal, funções da água nas plantas, água no solo, movimento da água no sistema solo-água-planta). Transpiração (anatomia dos estômatos, funcionamento dos estômatos, fatores que influenciam a respiração, gutação). Fotossíntese (introdução, pigmentos fotossintéticos, estrutura do cloroplasto, reação fotossintética, fatores			

que influenciam o processo de fotossíntese, relações ecofisiológicas). Respiração (respiração aeróbica, fotorrespiração, cadeia respiratória, respiração anaeróbica, fatores que afetam a respiração). Absorção, transporte e redistribuição (introdução, translocação no xilema, translocação no floema). Crescimento e desenvolvimento da planta (introdução, hormônios vegetais, auxinas, giberilinas, citocininas, etileno, ácido abscísico, reprodução vegetativa). Germinação e dormência (fatores ambientais que influenciam a atividade reprodutiva, dormência e germinação).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

KERBAUY, G. B. Fisiologia vegetal. 2 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008. 452p.

MARENCO, R.A.; LOPES, N.F. Fisiologia vegetal: fotossíntese, respiração, relações hídricas e nutrição mineral. 3 ed. Viçosa: UFV, 2009. 486p.

TAIZ, L.; ZEIGER, E. Fisiologia Vegetal. Porto Alegre: Artmed, 2010. 848 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BENINCASA, M.M.P.; LEITE, I.C. Fisiologia Vegetal. Jaboticabal: Funep, 2002. 168p.

FERREIRA, A.G.; BORGHETTI, F. Germinação: do básico ao aplicado. Porto Alegre: Artmed, 2004. 324 p.

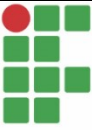
LARCHER, W. Ecofisiologia vegetal. 1 ed. São Carlos: Rima, 2004. 550p.

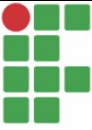
PAIVA, R. Fisiologia e Produção Vegetal. Lavras: UFLA, 2006. 104p.

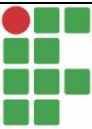
FLOZZ, E.L. Fisiologia de plantas cultivadas: o estudo que está por trás do que se vê. 2 ed.

Passo Fundo: UPF, 2004. 536p.

SAMPAIO, E. S. Fisiologia vegetal: teoria e experimentos. Ponta Grossa: Editora UEPG, 1998. 190 p.

 INSTITUTO FEDERAL Mato Grosso Campus Cáceres - Prof. Olegário Baldo		IFMT/CÁCERES/PROF. OLEGÁRIO BALDO Curso de Bacharelado em Engenharia Florestal	
IDENTIFICAÇÃO			
DISCIPLINA	SEMESTRE	CARGA HORÁRIA	
Bioquímica	3º	34 h	
DESCRIÇÃO/EMENTA			
A importância da água no metabolismo celular. Principais biomacromoléculas (Proteínas, Carboidratos e Lipídios) e seu metabolismo no vegetal. Bioquímica da fotossíntese. Aspectos gerais sobre a lignina na madeira.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
CONN, E.E. STUMPF, P. K. Introdução à bioquímica. São Paulo: Edgard Blucher, 1996. 360p.			
KOOLMAN, J.; RÖHM, K.H. Bioquímica: texto e atlas. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2005. 478p.			
LEHNINGER, A.L. Princípios de bioquímica. 5o ed. São Paulo: Sarvier, 2011.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
CAMPBELL, M. K. Bioquímica. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.			
REMIÃO, J.O.R.; SIQUEIRA, A.J.S.; AZEVEDO, A.M.P. Bioquímica: guia de aulas práticas. Porto Alegre: PUC-RS, 2003. 214p.			
MURRAY, R.H. Bioquímica. São Paulo: Atheneu, 1998. 860p.			
VIEIRA, E.C.; GAZZINELLI, G.; MARES-GUIA, M. Bioquímica celular e biologia molecular. 2 ed. São Paulo: Atheneu, 1996. 360p.			
STRYER, L. Bioquímica. 4.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1996. 1000p.			


 INSTITUTO FEDERAL Mato Grosso Campus Cáceres - Prof. Olegário Baldo		IFMT/CÁCERES/PROF. OLEGÁRIO BALDO Curso de Bacharelado em Engenharia Florestal
IDENTIFICAÇÃO		
DISCIPLINA	SEMESTRE	CARGA HORÁRIA
Física do solo	3º	34 h
DESCRIÇÃO/EMENTA		
Caracterização física do solo. Estrutura do solo e a sua relação com aeração e ao comportamento da água no solo. Práticas relacionadas à determinação de agregados, granulometria, aeração, resistência à penetração e armazenamento de água no solo. Tendo como principais tópicos: - Caracterização da Estrutura do solo. Agregação do solo. - Frações volumétricas do solo. - Densidade do solo e das partículas - Porosidade do solo. - Aeração do solo. - Água no solo. Quantificação da umidade do solo. - Água no solo. Retenção e armazenamento de água no solo. - Água no solo. Movimento da água. - Temperatura do solo. Disponibilidade de água às plantas: intervalo hídrico ótimo. Manejo do solo em função de suas características físicas. Fatores físicos que definem a qualidade do solo. Qualidade do solo e práticas sustentáveis.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
de JONG VAN LIER, Q. (Org.). Física do Solo. Viçosa: Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, 2010. v. 1. 298 p. BRANDÃO, V. S.; CECÍLIO, R. A.; PRUSKI, F. F.; SILVA, D. D. Infiltração da Água no Solo. 3º ed. Viçosa, 2006. REICHARDT, K. 1987. A água em sistemas agrícolas. Editora Manole, Piracicaba, São Paulo / SP. 188p.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
EMBRAPA. Centro Nacional de Pesquisa de Solos. Sistema brasileiro de classificação de solos. 3ª ed., Rio de Janeiro: EMBRAPA, 2013. 306p. HILLEL, D. Environmental soil physics. San Diego, Academic Press. 1998. 771 p. REICHARDT, K.; TIMM, L.C. Solo, planta e atmosfera: conceitos, processos e aplicações. 1.ed. reimpressa. Barueri: Manole, 2008. 478p. RESENDE, M., CURI, N., REZENDE, S.B., CORREA, G.F. Pedologia: base para distinção de ambientes. 6. ed. Lavras: Editora da UFPA, 2014. 378 p. SANTOS, R.D.; LEMOS, R.C.; SANTOS, H.G.; KER, J. & ANJOS, L.H.C. Manual de descrição e coleta de solo no campo. 5.ed. Viçosa, MG, Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, 2005. 92p.		

 INSTITUTO FEDERAL Mato Grosso Campus Cáceres - Prof. Olegário Baldo		IFMT/CÁCERES/PROF. OLEGÁRIO BALDO Curso de Bacharelado em Engenharia Florestal
IDENTIFICAÇÃO		
DISCIPLINA	SEMESTRE	CARGA HORÁRIA
Máquinas e Mecanização Florestal	3º	68 h
DESCRIÇÃO/EMENTA		
Segurança no trabalho de máquinas agrícola e florestal; Abrigo de maquinas; Motores de combustão interna; Mecanismos auxiliares dos motores de combustão interna; Lubrificantes e lubrificação; Tratores agrícolas e florestais; Preparo do solo; Plantio, Capacidade operacional dos conjuntos mecanizados e Manutenção de maquinas agrícola e florestal.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		

BALASTREIRE, L. A. Máquinas Agrícolas. Editora Manole. São Paulo, SP. 1987. 307p.
 BARGUER, E.L., LILJEDAHN, J.B., CARLETON, W.M., MCKIBBEN, E.G. Tratores e seus motores. São Paulo: Edgar Blucher, 1966. 398p
 MACHADO, C.C.: Colheita Florestal, Viçosa UFV, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MIALHE, L.G. Manual de Mecanização Agrícola. São Paulo. Editora Agronômica Ceres Ltda. 1972. 301p.
 MIALHE, L. G., Máquinas agrícolas: Ensaio & Certificações. Piracicaba, SP: Fundação de estudos agrários Luiz de Queiroz, 1996.
 SILVEIRA, G. M. Preparo de Solo: Técnicas e Implementos. Editora Aprenda Fácil. Viçosa, MG. 2001. 299p.
 SILVEIRA, G.M. Máquinas para plantio e condução das culturas. Editora Aprenda Fácil. 2001, 322p.
 MARCO RACHE A.M. Mecânica Diesel (caminhões. pick-ups . Barcos). Editora hermus.

	INSTITUTO FEDERAL Mato Grosso Campus Cáceres - Prof. Olegário Baldo	IFMT/CÁCERES/PROF. OLEGÁRIO BALDO Curso de Bacharelado em Engenharia Florestal
---	--	---

IDENTIFICAÇÃO

DISCIPLINA	SEMESTRE	CARGA HORÁRIA
Topografia Aplicada	3º	68 h

DESCRIÇÃO/EMENTA

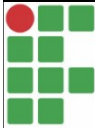
Introdução à Geodésia. Sistemas de coordenadas. Sistemas de referências. Introdução a Topografia. Medições de ângulos e distâncias. Levantamentos topográficos: etapas e métodos. Operações topográficas de escritório. Altimetria. Noções de Geoposicionamento. Introdução ao Georreferenciamento de Imóveis Rurais.

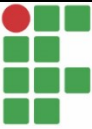
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

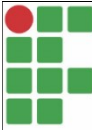
CASACA, J.M.; MATOS, J.L.; DIAS, J.M.B. Topografia Geral. 4 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2010.
 AQUINO, A.F. de et al. Manual técnico de Posicionamento: Georreferenciamento de Imóveis Rurais. 1 ed. Brasília: INCRA, 2013, 34 p. Disponível em:
https://sigef.incra.gov.br/static/documentos/manual_tecnico_posicionamento_1ed.pdf. Acesso em: 09 de junho de 2015.
 ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 13133: Execução de levantamento topográfico. Rio de Janeiro, 1994.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BORGES, A.C. Exercícios de Topografia. 3 ed. São Paulo: Editora Blucher, 1975.
 ESPARTEL, L.; LUDERITZ, J. Caderneta de campo. 13 ed. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1983.
 MEIRELLES, M.S.P. et al. Geomática: modelos e aplicações ambientais. 1 ed. Editora EMBRAPA, 2007. ISBN: 978-85-7383386-7. 593p.
 GOMES, E.; PESSOA, L. M. da C.; SILVA JÚNIOR, L. B. da. Medindo Imóveis Rurais com GPS. Editora LK, 1 ed., 2001. 136p. ISBN: 85-87890-02-5.
 FRENCH, T.E.; VIERCK, C.J. Desenho Técnico e Tecnologia Gráfica. 9 ed. São Paulo: Editora Globo, 2005.

 INSTITUTO FEDERAL Mato Grosso Campus Cáceres - Prof. Olegário Baldo	IFMT/CÁCERES/PROF. OLEGÁRIO BALDO Curso de Bacharelado em Engenharia Florestal	
IDENTIFICAÇÃO		
DISCIPLINA	PERÍODO	CARGA HORÁRIA
Taxonomia Vegetal	3º	51h
DESCRIÇÃO/EMENTA		
Introdução à botânica sistemática. Sistemas de classificação. Métodos e princípios de sistemática biológica. Sistemática de Gymnospermas e Angiospermas: caracterização morfológica, distribuição geográfica, ecologia, interesse econômico e filogenia das famílias mais representativas e importantes da flora do Brasil. Identificação de espécies nativas de destaque ecológico e econômico na flora do Brasil. Técnicas e manejo (coleta e herborização) de coleções botânicas.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
JUDD, Walter S.; Campbell, Christopher S., Kellogg, Elizabeth A.; Stevens, Peter F.; Donoghue, M. J. Sistemática Vegetal: um enfoque filogenético. Trad. André Olmos Simões, et al. 3. Ed. Porto Alegre: Artmed. 2009. 632p.		
RAVEN, P. H.; EVERT, R. F.; EICHHORN, S. E. Biologia Vegetal. 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007. 830p.		
SOUZA, V. C.; LORENZI, H. Botânica sistemática: um guia ilustrado para identificação das famílias de fanerógamas nativas e exóticas no Brasil, baseado em APG III. Nova Odessa, SP: Instituto Plantarum, 2012. 768p.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
AGAREZ, F. V.; PEREIRA, C.; RIZZINI, C. M. Botânica: taxonomia, morfologia e reprodução dos angiospermae: chaves para determinação das famílias. 2.ed. Rio de Janeiro: Âmbito Cultural, 1994. 256p.		
APG II. 2003. An update of the Angiosperm Phylogeny Group classification for the orders and families of flowering plants: APG II. Botanical Journal of the Linnean Society 141: 399–436.		
APG III (2009). An update of the Angiosperm Phylogeny Group classification for the orders and families of flowering plants: APG III. Botanical Journal of the Linnean Society 161, 105–121.		
MOTA, N. F. de O.; PAULA, L. F.; VIANA, P. L. Guia Prático de Métodos de Campo para Estudos de Flora. Bocaina Biologia da Conservação. – 2ª. Edição – Belo Horizonte, MG. 2014. 81p. (Disponível em meio eletrônico).		
SOUZA, V. C.; LORENZI, H. Botânica sistemática: um guia ilustrado para identificação das famílias de fanerógamas nativas e exóticas no Brasil, baseado em APG II. Nova Odessa, SP: Instituto Plantarum, 2008.		

 INSTITUTO FEDERAL Mato Grosso Campus Cáceres - Prof. Olegário Baldo		IFMT/CÁCERES/PROF. OLEGÁRIO BALDO Curso de Bacharelado em Engenharia Florestal
IDENTIFICAÇÃO		
DISCIPLINA	SEMESTRE	CARGA HORÁRIA
Metodologia Científica	3º	34 h
DESCRIÇÃO/EMENTA		
Tipos de pesquisa. O método científico. Verdade e certeza. Natureza da ciência e do espírito científico. Métodos quantitativos utilizados em pesquisa. Relatório técnico científico e redação de resumo e artigo científico. Cadastro do Currículo na Plataforma Lattes do CNPq. Projeto de Pesquisa. Normas da ABNT.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
CARVALHO, M. C. M. Construindo o saber - metodologia científica: fundamentos e técnicas. 14ed. Campinas: Papyrus Editora, 1989. 180p.		
CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. Metodologia científica. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006. 159p.		
DEMO, P. Metodologia do conhecimento científico. 1ed. São Paulo: Atlas, 2011. 216p.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
ANDRADE, M.M. Introdução à metodologia do trabalho científico. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2001. 174p.		
KÖCHE, J.C. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e prática da pesquisa. Petrópolis: Vozes, 1997, 180p.		
PRESTES, M.L.M. A pesquisa e a construção do conhecimento científico - do planejamento aos textos, da escola à academia. 2 ed. São Paulo: Respel, 2003. 256p.		
SEVERINO, A. J. Metodologia do Trabalho Científico. 22ª Ed. São Paulo: Cortez, 2002.		
THIOLLENT, M. Metodologia da Pesquisa-ação. São Paulo: Cortez, 1988.		

 INSTITUTO FEDERAL Mato Grosso Campus Cáceres - Prof. Olegário Baldo		IFMT/CÁCERES/PROF. OLEGÁRIO BALDO Curso de Bacharelado em Engenharia Florestal
IDENTIFICAÇÃO		
DISCIPLINA	SEMESTRE	CARGA HORÁRIA
Anatomia da Madeira	4º	51 h
DESCRIÇÃO/EMENTA		
Constituição anatômica do meristema apical e câmbio. Estruturas anatômicas macroscópicas e microscópicas do lenho de coníferas e folhosas. Estruturas anatômicas microscópicas de monocotiledôneas (bambus e palmeiras). Características organolépticas da madeira. Técnicas anatômicas de identificação de madeiras.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
BURGER, L. M.; RICHTER, H. G. Anatomia da Madeira. São Paulo: Nobel, 1991. 156p.		
MATTOS, P. P.; TEIXEIRA, L. L.; SEITZ, R. A.; SALIS, S. M. BOTOSSO, P. C. Anatomia de Madeiras do Pantanal Mato-Grossense. Colombo: EMBRAPA, 2003. 182 p.		
RIZZINI, C. T. Árvores e madeiras úteis do Brasil: manual de dendrologia brasileira. São Paulo: Edgard Blücher, 2008. 302 p.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		

CHIMELO, J.P.; ANGYALOSSY-ALFONSO, V. Anatomia e identificação de madeiras. In: INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO-IPT. Madeira: o que é e como pode ser processada e utilizada. São Paulo, Associação Brasileira de Preservadores de Madeira, 1985.

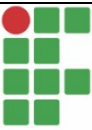
ESAU, K. Anatomia das plantas com sementes. São Paulo: Editora Edgard Blücher, 1976. 284p.

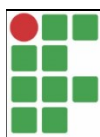
FEDALTO, L. C.; MENDES, I. C. A.; CORADIN, V. T. R. Madeiras da Amazônia: descrição do lenho de 40 espécies ocorrentes na floresta nacional do Tapajós. Brasília: IBAMA, 1989. 156p.

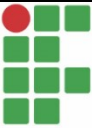
INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL. Padronização da nomenclatura comercial brasileira das madeiras tropicais amazônicas. Brasília: IBDF, 1987. 85p.

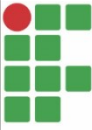
MAINIERI, C.; CHIMELO, J. P. Fichas de características das madeiras brasileiras. 2.ed. São Paulo: IPT, 1989. 418p.

MAINIERI, C., J.P. CHIMELO & ANGYALOSSY- ALFONSO, V. Manual de identificação das principais madeiras comerciais brasileiras. São Paulo: PROMOCET, 1983. 418 p.

 INSTITUTO FEDERAL Mato Grosso Campus Cáceres - Prof. Olegário Baldo		IFMT/CÁCERES/PROF. OLEGÁRIO BALDO Curso de Bacharelado em Engenharia Florestal	
IDENTIFICAÇÃO			
DISCIPLINA	SEMESTRE	CARGA HORÁRIA	
Estatística Experimental	4º	51 h	
DESCRIÇÃO/EMENTA			
Princípios básicos de experimentação. Planejamento e implantação de experimentos. Testes de normalidade e de homocedasticidade. Testes de comparação múltipla de médias. Delineamentos experimentais: inteiramente casualizado, em blocos casualizados, em quadrado latino. Experimentos em esquema fatorial. Experimentos em esquema de parcelas subdivididas. Uso de softwares para fins estatísticos experimentais.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
TRIOLA, M.F. Introdução à Estatística. 9 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2005. ISBN: 8521614314.			
LEVINE, D.M.; STEPHAN, D.F.; KRETIBIEL, C.T.; BERENSON, M.L. Estatística: Teoria e Aplicações. 5 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008. ISBN: 9788521616344.			
BANZATTO, D. A.; KRONKA, S. N. Experimentação Agrícola. 4 ed. Jaboticabal: Funep, 2006. 237p.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
BUSSAB, W.O.; MORETTIN, P.A. Estatística Básica. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2005. ISBN: 8502034979.			
Daniel Furtado Ferreira. Estatística Multivariada. Editora UFLA. 2008. ISBN:978-85-87692-52-8.			
MORETTIN, L.G. Estatística Básica: Probabilidade. 7 ed. São Paulo: Pearson Makron Books, 1999. ISBN: 8534610622.			
SPIEGEL, M.R. Estatística. 3 ed. São Paulo: Pearson Makron Books, 1993.			
SPIEGEL, M.R.; SCHILLER, J.J.; SRINIVASAN, R.A. Probabilidade e Estatística. 2 ed. Porto Alegre: ARTMED, 2004. ISBN: 8536302976.			
VIEIRA, S. Estatística Experimental. São Paulo: Atlas, 1999.			

 INSTITUTO FEDERAL Mato Grosso Campus Cáceres - Prof. Olegário Baldo	IFMT/CÁCERES/PROF. OLEGÁRIO BALDO Curso de Bacharelado em Engenharia Florestal	
IDENTIFICAÇÃO		
DISCIPLINA	SEMESTRE	CARGA HORÁRIA
Dendrologia	4º	51 h
DESCRIÇÃO/EMENTA		
Introdução à dendrologia. Conceito, origem, classificação e nomenclatura da árvore. Principais grupos taxonômicos que incluem espécies arbóreas dos biomas nacionais de interesse e potencialidades científicas e socioeconômicas. Métodos de identificação de árvores. Características dendrológicas de reconhecimento de árvores da floresta amazônica, pantanal e cerrado. Técnicas de coleta, herborização, manejo e utilização de herbário florestal. Fenologia florestal. Sistemas interativos de identificação de espécies florestais.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
MARCHIORI, J. N. C. Elementos de Dendrologia. 2ª Ed. Santa Maria: Editora da UFSM, 2004. 176p. RIZZINI, C.T. Árvores e madeiras úteis do Brasil: manual de dendrologia brasileira. (5ª ed.). São Paulo: Editora Edgard Blücher, 2000. 296p. PINHEIRO, A.L. e ALMEIDA, E.C. de. Fundamentos de Taxonomia e Dendrologia Tropical – Introdução aos Estudos Dendrológicos. Viçosa: UFV, 2008. 72p SAUERESSIG, DANIEL. Manual de dendrologia [recurso eletrônico]. Irati (PR): Editora Plantas do Brasil, 2017. 150 p. 70.000 kbytes		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
CAMARGOS, J.A.A. Catálogo de árvores do Brasil. 2. ed. rev. e atual. Brasília, D.F: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, 2001. 896p. il. CARVALHO, P. E. R. Espécies Arbóreas Brasileiras, vol. 1. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica; Colombo, PR: Embrapa Florestas, 2003. 1040p. CARVALHO, P. E. R. Espécies Arbóreas Brasileiras, vol. 2. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica; Colombo, PR: Embrapa Florestas, 2006. 628p. GONÇALVES, E.G.; LORENZI, H. Morfologia vegetal. São Paulo: Instituto Plantarum, 2007. 441p. LORENZI, H. Árvores brasileiras: manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas do Brasil, vol. 1. Nova Odessa, SP: Instituto Plantarum, 2002. 352p. LORENZI, H. Árvores brasileiras: manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas do Brasil, vol. 2. Nova Odessa, SP: Instituto Plantarum, 2002. 368p. MARTINS, S. V. Ecologia de florestas tropicais do Brasil. Viçosa: UFV. 2009, 261 p. MARCHIORI, J. N. C. Dendrologia das gimnospermas. Santa Maria: UFSM, 2005. 160p. MARCHIORI, J. N. C. Dendrologia das angiospermas: das Magnoliáceas às Flacourtiáceas. Santa Maria: UFSM, 1997.		

 INSTITUTO FEDERAL Mato Grosso Campus Cáceres - Prof. Olegário Baldo		IFMT/CÁCERES/PROF. OLEGÁRIO BALDO Curso de Bacharelado em Engenharia Florestal	
IDENTIFICAÇÃO			
DISCIPLINA	SEMESTRE	CARGA HORÁRIA	
Microbiologia Agrícola	4º	51 h	
DESCRIÇÃO/EMENTA			
Introdução ao estudo da microbiologia e classificação dos micro-organismos. Organização das células procarióticas e eucarióticas. Cultivo e crescimento dos micro-organismos. Metabolismo microbiano. Controle de micro-organismos. Características gerais de bactérias, fungos e vírus aplicados a agricultura. Noções sobre microbiologia do solo e da água. Transformações dos nutrientes (C, N, S e P) nos ecossistemas.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
MADIGAN, M. T.; MARTINKO, J. M.; DUNLAP, P. V.; CLARK, D. P. 2010. Microbiologia de Brock. 12ª ed. Artmed, Porto Alegre. MOREIRA, F. M. S.; SIQUEIRA, J. O. Microbiologia e bioquímica do solo. 2 ed. Lavras: UFLA, 2006, 626 p. Disponível em: http://www.prgp.ufla.br/solos/wp-content/uploads/2012/09/MoreiraSiqueira2006.pdf TORTORA, G. J.; FUNKE, B. R.; CASE, C. L. Microbiologia. 10ª ed. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2012.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
HUNGRIA, Mariângela; ARAUJO, Ricardo S. Manual de métodos empregados em estudos de microbiologia agrícola. Brasília, DF: EMBRAPA, 1994. 542 p. PELCZAR, J. R.; M. J.; CHAN, E. C. S.; KRIEG, N. R. Microbiologia: conceitos e aplicações. v.1, Makron Books, 1997, 524p. PELCZAR, J. R.; M. J.; CHAN, E. C. S.; KRIEG, N. R. Microbiologia: conceitos e aplicações. v.2, Makron Books, 1997, 518p. RIBEIRO, M. C.; SOARES, M. M. S. R. Microbiologia prática: roteiro e manual - bactérias e fungos. São Paulo: Atheneu, 2002. 112p. VARGAS, M. A. T.; HUNGRIA, M. (eds.) Biologia dos solos dos cerrados. Planaltina: EMBRAPA-CPAC, 1997. 524 p.			

 INSTITUTO FEDERAL Mato Grosso Campus Cáceres - Prof. Olegário Baldo		IFMT/CÁCERES/PROF. OLEGÁRIO BALDO Curso de Bacharelado em Engenharia Florestal	
IDENTIFICAÇÃO			
DISCIPLINA	SEMESTRE	CARGA HORÁRIA	
Viveiros Florestais	4º	51 h	
DESCRIÇÃO/EMENTA			
Definições, escolha do local e dimensionamento; Métodos de produção (semeaduras direta, indireta e propagação vegetativa). Recipientes e substratos. Procedimentos de envasamento, semeadura, desbaste, repicagem, raleio, monda e rustificação. Sombreamento. Micorrização. Fertilização. Irrigação. Fertirrigação. Avaliação da qualidade da muda. Transporte de mudas.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
FERREIRA, A.G. & BORGUETTI, F. Germinação: do básico ao aplicado. Porto Alegre:			

Artmed, 2004, 323p.

MAURO, J. G., PAIVA, H. N. Viveiros Florestais: propagação sexuada. Viçosa: UFV, 2004, 107 p.

PIÑA-RODRIGUES, F. C. M., FREIRE, J. M., LELES, P. S. S., BREIER, T. B. (ORG.). Parâmetros técnicos para produção de sementes florestais. Seropédica: EDUR, 2007. 188 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

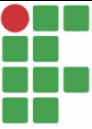
ALFENAS, A. C., ZAUZA, A. A. V., MAFIA, R., G., ASSIS, T.F. Clonagem e Doenças do Eucalipto. Viçosa MG. Imprensa Universitária/UFV. 2004.

BARROSO, G.M. et al. Frutos e sementes: morfologia aplicada a sistemática de dicotiledôneas. Viçosa: UFV, 1999. 443p.

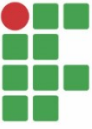
MEDEIROS, A. C. DE S. Aspectos de dormência em sementes de espécies arbóreas. Colombo: Embrapa Florestas, 2001. 12 p. (Embrapa Florestas. Circular Técnica 55).

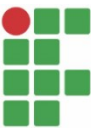
WENDLING, I., FERRARI, M. P., GROSSI, F. Curso intensivo de viveiros e produção de mudas. Colombo: Embrapa Florestas, 2002. 79 p. (Embrapa Florestas. Documentos 79).

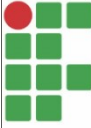
XAVIER, A.; WENDLING I.; SILVA, R.L. Silvicultura clonal: princípios e técnicas. Viçosa: UFV, 2009.

 INSTITUTO FEDERAL Mato Grosso Campus Cáceres - Prof. Olegário Baldo		IFMT/CÁCERES/PROF. OLEGÁRIO BALDO Curso de Bacharelado em Engenharia Florestal	
IDENTIFICAÇÃO			
DISCIPLINA	SEMESTRE	CARGA HORÁRIA	
Sementes Florestais	4º	51 h	
DESCRIÇÃO/EMENTA			
Fatores que afetam a produção e germinação das sementes. Maturação, dispersão, colheita, secagem, extração, beneficiamento e armazenamento de sementes. Seleção a marcação de matrizes. Germinação: conceitos, fatores ambientais e das sementes que afetam a germinação; Dormência: papel ecológico, tipos de dormência e processo de superação. Vigor de sementes, conceitos e métodos; Armazenamento de sementes: fatores ambientais condicionantes, classificação fisiológica e métodos de armazenamento. Análise de sementes: importância, análise de pureza, unidades e germinação. Legislação pertinente.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
FERREIRA, A.G. & BORGUETTI, F. Germinação: do básico ao aplicado. Porto Alegre: Artmed, 2004, 323p.			
MAURO, J. G., PAIVA, H. N. Viveiros Florestais: propagação sexuada. Viçosa: UFV, 2004, 107 p.			
PIÑA-RODRIGUES, F. C. M., FREIRE, J. M., LELES, P. S. S., BREIER, T. B. (ORG.). Parâmetros técnicos para produção de sementes florestais. Seropédica: EDUR, 2007. 188 p.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
ALFENAS, A. C., ZAUZA, A. A. V., MAFIA, R., G., ASSIS, T.F. Clonagem e Doenças do Eucalipto. Viçosa MG. Imprensa Universitária/UFV. 2004.			
BARROSO, G.M. et al. Frutos e sementes: morfologia aplicada a sistemática de dicotiledôneas. Viçosa: UFV, 1999. 443p.			
MEDEIROS, A. C. DE S. Aspectos de dormência em sementes de espécies arbóreas. Colombo:			

Embrapa Florestas, 2001. 12 p. (Embrapa Florestas. Circular Técnica 55).
 WENDLING, I., FERRARI, M. P., GROSSI, F. Curso intensivo de viveiros e produção de mudas. Colombo: Embrapa Florestas, 2002. 79 p. (Embrapa Florestas. Documentos 79).
 XAVIER, A.; WENDLING I.; SILVA, R.L. Silvicultura clonal: princípios e técnicas. Viçosa: UFV, 2009.

 INSTITUTO FEDERAL Mato Grosso Campus Cáceres - Prof. Olegário Baldo		IFMT/CÁCERES/PROF. OLEGÁRIO BALDO Curso de Bacharelado em Engenharia Florestal
IDENTIFICAÇÃO		
DISCIPLINA	SEMESTRE	CARGA HORÁRIA
Hidráulica e Irrigação	4º	51 h
DESCRIÇÃO/EMENTA		
Conhecimentos básicos de hidráulica; escoamentos sob pressão; tubulações e orifícios; relação solo, água, planta e clima; dimensionamento agrônomico, sistemas de irrigação por aspersão e localizado. Dimensionamento de sistemas de irrigação.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
MANTOVANI, EVERARDO CHARTUNI; BERNARDO, SALASSIER; PALARETTI, LUIZ FABIANO. Irrigação: princípios e métodos. 3 ed. Viçosa - MG, UFV, 2009.355p. BERNARDO, S.; SOARES, A. A.; MANTOVANI, E. C. Manual de Irrigação. 8 ed. Viçosa, MG: UFV, 2006. 625p. AZEVEDO NETTO, JOSE MARIANO. Manual de Hidráulica. 8 ed. São Paulo – SP: Editora Blucher, 1998. 669p.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
ALBUQUERQUE, P.E.P.; DURÃES, F.O.M. Uso e manejo de irrigação. Embrapa informação tecnológica, 2008. BERNARDO, S.; SOARES, A.A.; MANTOVANI, E.C. Manual de Irrigação. Ed. Viçosa, MG: UFV, 2005. DOOREMBOS, J.; KASSAM,A.H. Efeito da água no rendimento das culturas. (tradução de H.R.Gheyi, A.A. de Sousa, F.A.V.Damasceno, J.F de Medeiros). Campina grande, UFPB, 1994. (estudos FAO: irrigação e drenagem,33) DOOREMBOS. J.; PRUITT, W.O. Necessidades hídricas das culturas. (tradução de H.R. Gheyi, J.E.C.Metri, F.A.V.Damasceno).Campina Grande, UFPB, 1997. (estudos FAO: irrigação e drenagem, 24) REICHARDT, K; TIMM, L.C. Solo, planta e atmosfera conceitos, processos e aplicações. Barueri, SP: Ed. Manole. 2004. Carvalho, Jacinto de Assunção; Oliveira, Luiz Fernando Coutinho. Instalações de bombeamento para irrigação. – 2 ed.rev.e amp. – Lavras: Ufla, 2014. 429p.:il. Franco Brunetti. Mecânica dos Fluidos. 2 ed. Pearson Education – BR. 2008. 448p. R.J Houghtalen. Engenharia Hidráulica. 4 ed. Pearson Education – BR. 2013. 333p. Ivar Wendling e Alcides Gatto. Substratos, Adubação e Irrigação na Produção de Mudas. 1. Ed. Aprenda Fácil – 2002. 165p. Aureo Silva de Oliveira; Dalmir Kuhn; Gilson Pereira Silva. A irrigação e a relação solo-planta-atmosfera. 1.ed. LK Editora – 2006. 88p.		

 INSTITUTO FEDERAL Mato Grosso Campus Cáceres - Prof. Olegário Baldo		IFMT/CÁCERES/PROF. OLEGÁRIO BALDO Curso de Bacharelado em Engenharia Florestal
IDENTIFICAÇÃO		
DISCIPLINA	SEMESTRE	CARGA HORÁRIA
Sociologia Geral	4º	34 h
DESCRIÇÃO/EMENTA		
<p>O mundo das Ciências Sociais: objeto de estudo e compreensão sociológica. A construção da identidade social: relação indivíduo e sociedade, a construção de identidades étnico-raciais, de classe e de gênero. Como a sociedade se mantém: divisão social do trabalho, solidariedade e coerção, desvio e punição. Como a sociedade se transforma: movimentos sociais, políticas de direitos humanos, alteridades e diferenças. O método na pesquisa social: pesquisas e trabalhos científicos</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>BECKER, HOWARD S. Outsiders. Estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.</p> <p>BERGER, PETER L.; LUCKMANN, THOMAS. A construção social da realidade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.</p> <p>DAVIES, ANGELA: Mulheres, Raça e Classe. São Paulo: Boitempo, 2016.</p> <p>FANON, FRANZ. Peles negras, mascaras brancas. Salvador: EDUFBA, 2008.</p> <p>GIDDENS, ANTHONY. A constituição da sociedade. São Paulo: editora WMF Martin Fontes, 2009.</p> <p>MILLS, C. WRIGHT. Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.</p> <p>SEVERINO, ANTÔNIO JOAQUIM. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Cortez, 2007.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<p>BECK, ULRICH. Sociedade de risco. São Paulo: Ed. 34, 2010.</p> <p>FOUCAULT, MICHEL. Vigiar e Punir. Petrópolis – RJ: Vozes, 1987.</p> <p>GIDDENS, ANTHONY. As consequências da modernidade. São Paulo: editora UNESP, 1991.</p> <p>MARX, KARL & ENGELS, FRIEDRICH. Manifesto comunista. Várias edições.</p> <p>RODRIGUES, JOSÉ ALBERTINO (org.) Durkheim. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 2006.</p> <p>SIMMEL, GEORG. Questões fundamentais da sociologia. Rio de Janeiro: Zahar, 2004</p> <p>WEBER, MAX. A ética protestante e o espírito do capitalismo. Várias edições.</p>		

 INSTITUTO FEDERAL Mato Grosso Campus Cáceres - Prof. Olegário Baldo		IFMT/CÁCERES/PROF. OLEGÁRIO BALDO Curso de Bacharelado em Engenharia Florestal
IDENTIFICAÇÃO		
DISCIPLINA	SEMESTRE	CARGA HORÁRIA
Ecologia Florestal	5º	51 h
DESCRIÇÃO/EMENTA		
<p>Introdução à ecologia florestal: conceitos básicos e aplicação. A vegetação e os fatores edáficos,</p>		

climáticos, fisiográficos e bióticos. Sucessão ecológica. Sistemas de classificação da vegetação brasileira. Biomas. Ciclagem de nutrientes em florestas nativas e plantadas. Fragmentação florestal: causas e consequências. Índices ecológicos. Conservação das florestas tropicais. Métodos de Levantamentos fitossociológicos e análise estrutural da floresta.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FELFILI, J.M.; EISENLOHR, P.V., MELO, M.M. da R.F. de, Andrade, L.A. de, Meira Neto, J.A.A. (Eds.), Fitossociologia no Brasil: Métodos e Estudos de Caso. Viçosa, Editora da Universidade Federal de Viçosa – MG: Ed. UFV, 2011. 556 p.

ODUM, E.P.; BARRETT, G.W. Fundamentos de ecologia. Cengage Learning, 2008. 612p.

TOWNSEND, C.R.; BEGON, M.; Harper, J.L. Fundamentos em Ecologia. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FERNANDES, I.M.; SIGNOR, C.A.; PENHA, J. Biodiversidade no Pantanal de Poconé. Cuiabá: Centro de Pesquisa do Pantanal, 2010. 196p.

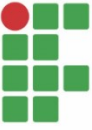
GUREVITCH, J, Scheiner, S.M, Fox, G.A. 2009. Ecologia Vegetal. Cap. 5 - Ed. Artmed, São Paulo.

MARTINS, S.V. (Ed.) Ecologia de florestas tropicais do Brasil. Viçosa: Editora UFV, 2012.

RICKLEFS, R.E. A Economia da Natureza, 6ª Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010. 546 p.


VELOSO, H.P., RANGEL FILHO, A.L.R.; LIMA, J.C.A. Classificação da vegetação brasileira, adaptada a um sistema universal. IBGE, Rio de Janeiro: IBGE, 1991. 123p.


SILVEIRA, E A.; BORGES, H.B. Guia de campo: caracterização de tipologias vegetais de Mato Grosso. Cuiabá: Carlini & Caniato. 2009. 77p.

 INSTITUTO FEDERAL Mato Grosso Campus Cáceres - Prof. Olegário Baldo		IFMT/CÁCERES/PROF. OLEGÁRIO BALDO Curso de Bacharelado em Engenharia Florestal	
IDENTIFICAÇÃO			
DISCIPLINA	SEMESTRE	CARGA HORÁRIA	
Dendrometria	5º	68 h	
DESCRIÇÃO/EMENTA			
Mensuração e unidades de medidas. Medição de diâmetro e altura. Forma do tronco (fator de forma artificial) e cubagem das árvores (Smalian, Huber, Newton e Hohenadl). Análise de tronco e crescimento das árvores. Análise de regressão linear (simples e múltipla). Modelos matemáticos para estimativas biométricas. Relação hipsométrica. Métodos de estimação dos volumes. Estimativas de área basal, número de árvores e volume por hectare. Uso de aplicativos para coleta e processamento de dados dendrométricos.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
CAMPOS, J. C. C.; LEITE, H. G. Mensuração Florestal: perguntas e respostas. Viçosa: Editora UFV, 2009. 542 p.			
SOARES, C.P.B.; PAULA NETO, F.P.; SOUZA, A.L. Dendrometria e Inventário Florestal. 2. ed. Viçosa, MG: Editora UFV, 2011. 272p.			
MACHADO, S. A.; FIGUEIREDO FILHO, A. Dendrometria. 2ª Edição. Guarapuava: UNICENTRO, 2009. 316p.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
BATISTA, J.L.F. Mensuração de árvores: uma introdução à dendrometria. Piracicaba:			

81

USP/ESALQ. 2001. 85p.
 CUNHA, U. S. Dendrometria e Inventário Florestal. Disponível em: <http://engenhariaflorestal.jatai.ufg.br/uploads/284/original_dendroinv.pdf>. Acesso: 07/06/2014.
 FINGER, C.A.G. Fundamentos de biometria florestal. Santa Maria: UFSM / CEPEF – FATEC, 1992. 269p.
 FINGER, C. A. G. Biometria florestal. Santa Maria: CEPEF/FATEC/UFSM, 2006. 296 p.
 SCOLFORO, J.R.S.; THIERSCH, C.R. Biometria florestal: medição, volumetria e gravimetria. UFLA/FAEPE, Lavras, 2004.

 INSTITUTO FEDERAL Mato Grosso Campus Cáceres - Prof. Olegário Baldo		IFMT/CÁCERES/PROF. OLEGÁRIO BALDO Curso de Bacharelado em Engenharia Florestal	
IDENTIFICAÇÃO			
DISCIPLINA	SEMESTRE	CARGA HORÁRIA	
Tecnologia da Madeira	5º	51 h	
DESCRIÇÃO/EMENTA			
Formação do tronco, a célula lenhosa, crescimento da árvore. Propriedades físicas, mecânicas e especiais da madeira (térmica, elétrica e acústica). Tecnologia de amostragem de corpo de prova. Preparo para teste. Peso específico, teor de umidade, retratibilidade. Limite de resistência. Flexão estática, compressão, tração, dureza, cisalhamento, fendilhamento. Noções sobre química da madeira.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
LOBÃO, M. S.; PEREIRA, K. M. R. Tecnologia da madeira: propriedades físicas e mecânicas da madeira. Rio Branco: UFAC, 2005. 35p. NENNEWITZ, I. Manual de tecnologia da madeira. São Paulo: Edgard Blücher, 2008. 354 p. INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL. Madeiras da Amazônia: características e utilização. v 2. Brasília: IBDF, 1988. 236 p.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
GALVÃO, A. P. M.; JANKOWSKY, I. P. Secagem racional da madeira. São Paulo: Nobel, 1985. 112p. JÚNIOR, C. C.; LAHR, F. A. R.; DIAS, A. A. Dimensionamento de elementos estruturais da madeira. São Paulo: Editora Manole, 2003. 152p. HASELEIN, C. R.; PAULESKI, D. T. Caderno didático da disciplina de tecnologia da madeira II: parte I. Santa Maria: Imprensa Universitária, 2003. 82p. HELLMEISTER, J.C. Sobre a determinação das características físicas da madeira. EESC, São Carlos: EESC, 1982. 119p. VITAL, B. R. Tecnologia da Madeira: Métodos de Determinação do Teor de Umidade da Madeira. Viçosa: SIF/UFV, 1997. 33p.			

 INSTITUTO FEDERAL Mato Grosso Campus Cáceres - Prof. Olegário Baldo		IFMT/CÁCERES/PROF. OLEGÁRIO BALDO Curso de Bacharelado em Engenharia Florestal	
IDENTIFICAÇÃO			
DISCIPLINA	SEMESTRE	CARGA HORÁRIA	
Fertilidade do Solo e Nutrição de Plantas	5º	68 h	

DESCRIÇÃO/EMENTA

Conceitos básicos em fertilidade do solo. Reação do solo e poder tampão. Macro e micronutrientes no solo. Critérios de essencialidade. Elementos essenciais, não essenciais, tóxicos e benéficos. Absorção e translocação de nutrientes pelas plantas. Funções dos macro e micronutrientes nas plantas. Avaliação do estado nutricional das plantas. Análise química do solo e interpretação dos resultados para fins de recomendação de corretivos e fertilizantes. Práticas corretivas: calagem, gessagem e potassagem. Metodologias de recomendações de corretivos e fertilizantes.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MALAVOLTA, E. Manual de nutrição mineral de plantas. São Paulo: Agronômica Ceres, 2006. 638 p.

NOVAIS, R.F.; ALVAREZ V., V.H.; BARROS, N.F.; FONTES, R.L.F.; CANTARUTTI, R.B.; NEVES, J.C.L. (ed.) Fertilidade do solo. Viçosa: SBCS, 2007. 1017p.

MALAVOLTA, E. et al. Adubos e adubações. São Paulo: NOBEL, 2000. 200p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FAQUIN, V. Nutrição Mineral de Plantas. Lavras, ESAL/FAEPE, 2001. 182 p.

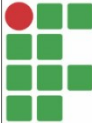
Disponível: http://www.dcs.ufla.br/site/_adm/upload/file/pdf/Prof_Faquin/Nutricao%20mineral%20de%20plantas.pdf.

LOPES, A. S.; SILVA, M. C.; GUILHERME, L. R. G. Acidez do solo e calagem. 3 ed. São Paulo: ANDA, 1990. 22p. (Boletim Técnico 1).

LOPES, A. S. Manual internacional de fertilidade do solo. 2 ed. Piracicaba: Potafos, 1998. 177p.

SOUSA, D. M. G; LOBATO, E. Cerrado: correção do solo e adubação. 2 ed. Planaltina: EMBRAPA, 2002, 416p.

VITTI, G.C.; LUZ, P.H.C. Utilização agrônômica de corretivos agrícolas. 2 ed. Piracicaba: FEALQ, 2004, 120p.

 INSTITUTO FEDERAL Mato Grosso Campus Cáceres - Prof. Olegário Baldo	IFMT/CÁCERES/PROF. OLEGÁRIO BALDO Curso de Bacharelado em Engenharia Florestal	

IDENTIFICAÇÃO

DISCIPLINA	SEMESTRE	CARGA HORÁRIA
Entomologia Florestal	5º	68 h

DESCRIÇÃO/EMENTA

Morfologia, fisiologia e ecologia de insetos. Principais ordens e famílias de importância florestal. Métodos de controle de insetos. Pragas de viveiro. Pragas de raízes. Pragas de troncos. Pragas de ponteiros. Pragas de folhas. Pragas de sementes. Pragas de produtos da madeira. Manejo de pragas florestais das principais espécies florestais cultivadas no país. Receituário agrônômico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

COSTA, E. C.; D'AVILA, M.; CANTARELLI, E. B.; MURARI, A. B.; MANZONI, C. C. Entomologia Florestal. 2 ed. Santa Maria: Editora UFSM, 2008. 240p.

LARA, F. M. Princípios de Entomologia. 3 ed. São Paulo: Ícone Editora, 1992. 245p.

GALLO, D.; NAKANO, O.; SILVEIRA NETO, S.; CARVALHO, R. P. L.; BATISTA, G. C.; BERTI FILHO, E.; PARRA, J. R. P.; ZUCCHI, R. A.; ALVES, S. B.; VENDRAMIN, J. D.; MARCHINI, L. C.; LOPES, J. R. S.; OMOTO, C. Entomologia Agrícola. Piracicaba: FEALQ, 2002, 920p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR


LARA, F.M. Princípios de Resistência de Plantas a Insetos. 2 ed., São Paulo: Editora Ícone, São Paulo, 1991. 336p.

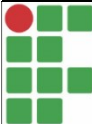
ZANETTI, R.; CARVALHO, G. A.; SANTOS, A.; SOUZA-SILVA, A.; GODOY, M. S. Manejo integrado de formigas cortadeiras. Lavras: Editora UFLA, 2002. 16p. (Texto Acadêmico).

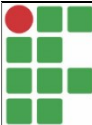
ZANETTI, R.; SANTOS, A.; DIAS, N.; SOUZA-SILVA, A.; CARVALHO, G. A. Manejo integrado de pragas florestais. Lavras: Editora UFLA, 2004. 119p. (Texto Acadêmico).

VENZON, M.; PAULA JÚNIOR, T. J.; PALLINI, A. 3 ed. Avanços no controle alternativo de pragas e doenças. Viçosa: Editora UFV, 2008. 283p.

ZAMBOLIM, L.; PICANÇO, M. C. Controle Biológico - pragas e Doenças. Viçosa: Editora UFV, 2009. 310p.

 INSTITUTO FEDERAL Mato Grosso Campus Cáceres - Prof. Olegário Baldo		IFMT/CÁCERES/PROF. OLEGÁRIO BALDO Curso de Bacharelado em Engenharia Florestal	
IDENTIFICAÇÃO			
DISCIPLINA	SEMESTRE	CARGA HORÁRIA	
Sensoriamento Remoto	5º	51 h	
DESCRIÇÃO/EMENTA			
Introdução à Cartografia. Introdução ao Sensoriamento Remoto. Radiação eletromagnética (REM). Interação da REM com atmosfera, solo, vegetação e água. Sensores Remotos. Estrutura das Imagens. Registro de Imagens. Contraste. Filtragem. Transformação IHS-RGB. Índices de vegetação. Análise de Componentes Principais. Classificação de Imagens.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
NOVO, E.M.L.M. Sensoriamento Remoto: Princípio e Aplicações. 4 ed. São Paulo: Blucher, 2010. MEIRELLES, M.S.P.; CAMARA, G.; ALMEIDA, C.M. de. Geomática: modelos e aplicações ambientais. 1 ed. Brasília: EMBRAPA, 2007. ISBN: 978-85-7383386-7. 593p. LAMPARELLI, R.A.C.; ROCHA, J.V.; BORGHI, E. Geoprocessamento e agricultura de precisão: fundamentos e aplicações. Guaíba: Agropecuária, 2001. ISBN: 8585347775.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
SANTOS, A.R.; PELUZIO, T.M.O.; SAITO, N.S. SPRING 5.1.2 Passo a Passo: Aplicações Práticas. Alegre, ES: CAUFES, 2012. ISBN: 9788561890063. Disponível em: < http://www.mundogeomatica.com.br/spring5x.htm >. Acesso em: 9 de junho de 2015. SILVA, R.M. da. Introdução ao Geoprocessamento: Conceitos, técnicas e aplicações. Editora Feevale. 1 ed. 2007, 176p. FITZ, P.R. Cartografia Básica. 4 ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2008. MARTINELLI, M. Cartografia Temática: Caderno de Mapas. 4 ed. São Paulo: Editora da USP, 2003. Daniel Furtado Ferreira. Estatística Multivariada. Editora UFLA. 2008. ISBN:978-85-87692-52-8.			

 INSTITUTO FEDERAL Mato Grosso Campus Cáceres - Prof. Olegário Baldo		IFMT/CÁCERES/PROF. OLEGÁRIO BALDO Curso de Bacharelado em Engenharia Florestal
IDENTIFICAÇÃO		
DISCIPLINA	SEMESTRE	CARGA HORÁRIA
Algoritmos e Linguagem de Programação	5º	51 h
DESCRIÇÃO/EMENTA		
Conceituação de algoritmo, tipos de dados, operadores e comandos básicos, comandos de controle de fluxo, procedimentos e funções. Introdução à programação, uso de Ambiente de Desenvolvimento, declaração de variáveis, operadores aritméticos e lógicos, comandos de condição e de repetição, estruturas de dados Array e Registro, funções e procedimentos, manipulação de arquivo e banco de dados.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
FORBELLONE, A. L. V.; EBERSPACHER, Henri Frederico. Lógica de Programação – 2ª edição. São Paulo: Makron Books, 2005, 196 pgs. MANZANO, J. A. N. G.; OLIVEIRA, Jayr Figueiredo de. Algoritmos: Lógica para o Desenvolvimento da Programação de Computadores – 17ª edição. São Paulo: Editora Érica, 2001, 236 pgs. DEITEL, H.M.; DEITEL, P.J.; Java Como Programar. 6ª edição. Editora Pearson, 2005.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
FARRER, H.; Algoritmos Estruturados. Rio de Janeiro: Guanabara, 1999. MEDINA, M.; FERTIG, C.; Algoritmos e Programação – teoria e prática – 1ª edição. São Paulo: Editora Novatec, 2005, 384 pgs. SALIBA, W. L. C.; Técnicas de Programação: Uma Abordagem Estruturada. São Paulo: Makron Books do Brasil, McGraw-Hill Ltda., 1993. 141p. TREMBLAY. Ciência dos Computadores: Uma Abordagem Algorítmica. São Paulo: McGraw-Hill, 1983. TROELSEN, A. Profissional C# e a Plataforma .NET 3.5 - Curso Completo. 1ª edição. Editora Alta Books, 2009.		

 INSTITUTO FEDERAL Mato Grosso Campus Cáceres - Prof. Olegário Baldo		IFMT/CÁCERES/PROF. OLEGÁRIO BALDO Curso de Bacharelado em Engenharia Florestal
IDENTIFICAÇÃO		
DISCIPLINA	SEMESTRE	CARGA HORÁRIA
Sistema de Informações Geográficas	6º	51 h
DESCRIÇÃO/EMENTA		
Introdução à Cartografia. Introdução ao Sistema de Informações Geográficas (SIG). Componentes básicos de um SIG. Modelo de dados de um SIG. Equipamentos de Entrada e Saída de dados. Operações Matriciais e Vetoriais. Modelagem numérica. Análise e Consulta Espacial. Geração de carta e impressão.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
ASSAD, E. D.; SANO, E. E. Sistemas de informações geográficas – aplicações na agricultura. 2 ed. EMBRAPA, 1998. ISBN: 85-7383-045-X. MEIRELLES, M.S.P.; CAMARA, G.; ALMEIDA, C.M. de. Geomática: modelos e aplicações		

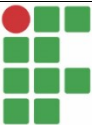
ambientais. 1 ed. Brasília: EMBRAPA, 2007. ISBN: 978-85-7383386-7. 593p.
LAMPARELLI, R.A.C.; ROCHA, J.V.; BORGHI, E. Geoprocessamento e agricultura de precisão: fundamentos e aplicações. Guaíba: Agropecuária, 2001. ISBN: 8585347775.


BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR


SANTOS, A.R.; PELUZIO, T.M.O.; SAITO, N.S. SPRING 5.1.2 Passo a Passo: Aplicações Práticas. Alegre, ES: CAUFES, 2012. ISBN: 9788561890063. Disponível em:
"http://www.mundogeomatica.com.br/spring5x.htm"://HYPERLINK
"http://www.mundogeomatica.com.br/spring5x.htm"www.mundogeomatica.com.br/spring5x.htm
SILVA, R.M. da. Introdução ao Geoprocessamento: Conceitos, técnicas e aplicações. Editora Feevale. 1 ed. 2007, 176p.
FITZ, P.R. Cartografia Básica. 4 ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.
MARTINELLI, M. Cartografia Temática: Caderno de Mapas. 4 ed. São Paulo: Editora da USP, 2003.
NOVO, E.M.L.M. Sensoriamento Remoto: Princípio e Aplicações. 4 ed. São Paulo: Blucher, 2010.

 INSTITUTO FEDERAL Mato Grosso Campus Cáceres - Prof. Olegário Baldo		IFMT/CÁCERES/PROF. OLEGÁRIO BALDO Curso de Bacharelado em Engenharia Florestal
IDENTIFICAÇÃO		
DISCIPLINA	SEMESTRE	CARGA HORÁRIA
Melhoramento Florestal	6º	51h
DESCRIÇÃO/EMENTA		
Histórico de melhoramento florestal no Brasil e no Mundo. Conceitos básicos em melhoramento florestal. Introdução de espécies e procedências. Testes genéticos. Delineamentos experimentais em melhoramento florestal. Métodos de melhoramento florestal. Estimação de ganhos por seleção. Interação genótipo-ambiente. Métodos de reprodução de espécies florestais. Produção de sementes melhoradas. Hibridação. Conservação genética. Biotecnologia aplicada ao melhoramento florestal.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
PIRES, I. E.; RESENDE, M. D. V.; SILVA, R. L.; RESENDE JÚNIOR, M. F. R. Genética florestal . Viçosa: Arka, 2011. 318 p. BÓREM, A.; MIRANDA, G.V. Melhoramento de plantas . (6 ed.). Viçosa: Editora UFV, 2013. 523p. XAVIER, A.; WENDLING, I.; SILVA, R.L. Silvicultura clonal – princípios e técnicas . Viçosa: UFV. 2009. 272p. FALEIRO, F.G. Marcadores genético-moleculares aplicados a programas de conservação e uso de recursos genéticos . Planaltina: Embrapa Cerrados, 2007. 102 p. Disponível em: http://www.cpac.embrapa.br/publicacoes/search_pbl/1?q=Marcador%20molecular .		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
RESENDE, M. D. V. Genética biométrica e estatística no melhoramento de plantas perenes . Curitiba: EMBRAPA Informação Tecnológica, 2002. 975 p. `		
RESENDE, M. D. V. Matemática e estatística na análise de experimentos e no melhoramento genético . Colombo-PR: Embrapa Florestas, 2007. 362 p.		
RAMALHO, M.A.P., SANTOS, J.B., PINTO, C.A.B.P.; SOUZA, E.A.; GONÇALVES, F.M.A.; SOUZA J.C. Genética na agropecuária . 5 ed. Lavras: UFLA, 2004. 472p. Disponível em:		

<http://www.vetarq.com.br/2016/10/livro-genetica-agropecuaria-pdf.html>.
 GRIFFITHS, A.J, WESSLER, S.R., LEWONTIN, R.C., CARROL, S.B. **Introdução à Genética**. (MOTA, P.A., Trad.). 9 ed. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 2008. 712 p.
 BOREM, A. **Melhoramento de espécies cultivadas**. Viçosa: Ed. UFV, 2005. 969p.
 BOREM, A. **Biotecnologia Florestal**. Viçosa: Suprema, 2007. 387p.
 ALFENAS, A.C.; ZAUZA, E.A.V.; MAFIA, R.G.; ASSIS, T.F. **Clonagem e doenças do eucalipto**. 2 ed. Viçosa:UFV, 2009. 500 p.
 Costa, Ana Maria; Spehar, Carlos Roberto; Sereno, Jose Robson Bezerra (Eds). **Conservação de recursos genéticos no Brasil**. Brasília: Embrapa, 2012. 628 p. Disponível em: www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/bitstream/doc/998664/1/costa01.pdf.
 BUENO, L.C.S.; MENDES, A.N.G.M.; CARVALHO, S.P. **Melhoramento genético de plantas**. Lavras: Editora UFLA, 2001. 282 p.

 INSTITUTO FEDERAL Mato Grosso Campus Cáceres - Prof. Olegário Baldo		IFMT/CÁCERES/PROF. OLEGÁRIO BALDO Curso de Bacharelado em Engenharia Florestal	
IDENTIFICAÇÃO			
DISCIPLINA	SEMESTRE	CARGA HORÁRIA	
Incêndios Florestais	6º	51 h	
DESCRIÇÃO/EMENTA			
Estatística de incêndios florestais. Princípios da combustão. Classificação de incêndios, Propagação de incêndios. Comportamento do fogo. Efeitos dos incêndios. Caracterização do material combustível florestal. Queimas controladas. Índices de risco de incêndios. Plano de proteção contra incêndios florestais. Técnicas de planejamento de combate de incêndios florestais.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
SANT'ANNA, C. M.; PEREIRA, J. A. A.; BORÉM, R. A. T. Prevenção e combate a incêndios florestais. Lavras: UFLA/FAEPE, 2001. 88p. SOARES, R. V., BATISTA, A. C. Incêndios florestais: controle, efeitos e uso do fogo. Curitiba: FUPEF, 2007. 264p. SOARES, R. V.; BATISTA, A. C.; SOARES, J. R. Incêndios florestais no Brasil: o estado da arte. Curitiba: FUPEF, 2009. 246p.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
COUTO, E. A.; CANDIDO, J. F. Incêndios florestais. Viçosa: UFV, 1995. 101p. INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL. Manual de combate a incêndios florestais. Brasília: IBDF. 38p. NOGUEIRA, G. S.; RIBEIRO, G. A.; RIBEIRO, C. A. A. S. e SILVA, E. P. Escolha de locais para instalação de torres de detecção de incêndio com o auxílio do SIG. Revista Árvore. Viçosa, v.26, n. 3, p.363-369. 2002. SILVA, R. G. Manual de prevenção e combate aos incêndios florestais. Brasília, DF: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente, 1998. 106 p. WHELAN, R. J. The ecology of fire. In: BIRKS, H. J. B.; WIENS, J. A. (org.). The ecology of fire. Reino Unido: Cambridge University Press, 1995, 346p.			

 INSTITUTO FEDERAL Mato Grosso Campus Cáceres - Prof. Olegário Baldo		IFMT/CÁCERES/PROF. OLEGÁRIO BALDO Curso de Bacharelado em Engenharia Florestal
IDENTIFICAÇÃO		
DISCIPLINA	SEMESTRE	CARGA HORÁRIA
Classificação de Solos	6º	51 h
DESCRIÇÃO/EMENTA		
Relação solo-paisagem. Sistema Brasileiro de Classificação do Solo. Levantamento e mapeamento de solos. Princípios básicos de classificação. Principais domínios pedológicos brasileiros. Interpretação de perfis de solos para uso florestal.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
EMBRAPA. Centro Nacional de Pesquisa de Solos. Sistema brasileiro de classificação de solos. 3ª ed., Rio de Janeiro: EMBRAPA, 2013. 306p. KER, J. C.; CURTI, N.; SCHEFER, C. E. G. R. e VIDAL-TORRADO, P., Eds. Pedologia: fundamentos. 1ª ed. Viçosa, MG, Sociedade Brasileira de Ciências do solo – SBCS, p.207-302. 2012. OLIVEIRA, J.B. Pedologia aplicada. 5. ed. Piracicaba: FEALQ, 2011. 592 p.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
EMBRAPA, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Procedimentos Normativos de Levantamentos Pedológicos. SPI, Brasília, 1995. LEINZ, V. e AMARAL, S. E. Geologia geral. 12ª ed. São Paulo: Nacional. Ed Nacional, 1995. LEPSCH, I. Dezenove lições de pedologia. São Paulo: Oficina de Textos, 2011. 440 p. LEPSCH, I. F. Formação e conservação dos solos. São Paulo: oficina de Textos, 2002. 178p. MOREIRA, M. L. C. e VASCONCELOS, T. N. N. Mato Grosso: solos e paisagens. Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral, SEPLAN-MT. Edit. Cuiabá: entrelinhas. 2007. 272p. RESENDE, M., CURTI, N., REZENDE, S.B., CORREA, G.F. Pedologia: base para distinção de ambientes. 6. ed. Lavras: Editora da UFLA, 2014. 378 p. RESENDE, M.; CURTI, N.; KER, J. C.; REZENDE, S. B. Mineralogia de solos brasileiros: interpretação e aplicação. Lavras: ed. UFLA, 2005. 192p. SANTOS, R.D.; LEMOS, R.C.; SANTOS, H.G.; KER, J. & ANJOS, L.H.C. Manual de descrição e coleta de solo no campo. 5.ed. Viçosa, MG, Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, 2005. 92p. SILVA, M.L.N; MARQUES, J.J.G.S.M; LIMA, J.M.; CURTI, N. Aspectos de Gênese, Classificação, Conservação e Manejo de Solos Tropicais. Lavras: INEPAD/UFLA, 2007. 75 p. TEIXEIRA, W.; TOLEDO. M. C. M.; FAIRCHILD, T. R.; TAIOLI, F. Decifrando a terra. São Paulo: Oficina de Textos, 2001. 568p.		

 INSTITUTO FEDERAL Mato Grosso Campus Cáceres - Prof. Olegário Baldo	IFMT/CÁCERES/PROF. OLEGÁRIO BALDO Curso de Bacharelado em Engenharia Florestal	
IDENTIFICAÇÃO		
DISCIPLINA	SEMESTRE	CARGA HORÁRIA
Extensão Rural	6º	51 h
DESCRIÇÃO/EMENTA		
<p>Elementos históricos e conceituais da prática extensionista (origem, filosofia, princípios, fundamentos). Fases da Extensão Rural no Brasil e em Mato Grosso. Pedagogia da Extensão Rural. Cultura campestre. Educação e mudanças sociais. Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER. Comunicação e metodologia da Extensão Rural: teorias, classificação, tipologia, processos e meios. Modernização e globalização do rural. O contexto da comunidade rural. A comunidade rural no contexto da globalização. Convivência com o ambiente rural. A cidadania no campo. Territorialidade e inclusão social no campo. Desenvolvimento regional e local sustentável. Mobilização e organização comunitária rural. Desenvolvimento Rural: modelos de desenvolvimento rural, planejamento participativo do espaço rural. Diagnóstico Rural Participativo (DRP). Projeto de desenvolvimento sustentável da comunidade rural.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<p>BROSE, M. Participação na extensão rural: experiências inovadoras de desenvolvimento. 1 ed. Porto Alegre: Tomo editorial, 2004. 256p. NOGUEIRA, O. Preconceito Racial de Marca e Preconceito Racial de Origem. In: Tanto Preto quanto Branco. São Paulo: Quatro, 1985. RAMOS, L.; TAVARES, J. Assistência técnica e extensão rural: construindo o conhecimento agroecológico. 1 ed. Manaus: Bagaço, 2006. 118p. UNTAR, ABDALA. Metodologia de Extensão Rural: planejamento e aplicação prática. Cuiabá-MT, 2013.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<p>ALMEIDA, J. A construção social de uma nova agricultura. 1 ed. Porto Alegre: UFRGS. 1999. 149p. CAPORAL, F.R. Agroecologia e extensão rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. 1 ed. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004. 166p. CAPORAL, Francisco Roberto. Bases para uma Nova ATER pública. Santa Maria-RS, 2003. 19 p. (Capítulo VIII da Tese de Doutorado pela ISEC/ETSIAM, Universidade de Córdoba, Espanha). FROEHLICH, M.J.; DIESEL, V. Desenvolvimento rural: tendências e debates contemporâneos. 2 ed. Ijuí: Unijuí, 2009. 198p. MEDEIROS, L.S. de; LEITE, S. A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas. 1 ed. Porto Alegre/Rio de Janeiro: UFRGS/CPDA. 1999. 282p. UNTAR, ABDALA. Comunicação Rural: a teoria da comunicação aplicada em Extensão Rural. Cuiabá-MT, 2013.</p>		

 INSTITUTO FEDERAL Mato Grosso Campus Cáceres - Prof. Olegário Baldo		IFMT/CÁCERES/PROF. OLEGÁRIO BALDO Curso de Bacharelado em Engenharia Florestal	
IDENTIFICAÇÃO			
DISCIPLINA	SEMESTRE	CARGA HORÁRIA	
Inventário Florestal	6º	51 h	
DESCRIÇÃO/EMENTA			
Introdução aos Inventários Florestais: importância, definição e tipos; Teoria de Amostragem; Métodos de Amostragem: Área Fixa, Bitterlich, Strand, Prodan e 3-P. Processos de Amostragem: Amostragem Aleatória Simples, Amostragem Estratificada, Amostragem Sistemática, Amostragem em dois estágios, Amostragem em Conglomerados, Amostragem Sistemática com múltiplos estágios aleatórios, Amostragem em Múltiplas Ocasões. Planejamento de um inventário florestal. Aplicativos computacionais.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
SANQUETTA, C. R.; WATZLAWICK, L. F.; DALLA CÔRTE, A.; FERNANDES, L. A. V. Inventários florestais: planejamento e execução. Curitiba, 2006. 271 p. SOARES, C.P.B. PAULA NETO, F.de; SOUZA, A.L.de. Dendrometria e inventário florestal. 2 ed. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2011. 272 p. CAMPOS, J. C. C.; LEITE, H. G. Mensuração Florestal: perguntas e respostas. Viçosa: Editora UFV, 2009. 542 p.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
CUNHA, U. S. Dendrometria e Inventário Florestal. Disponível em: < http://engenhariaflorestal.jatai.ufg.br/uploads/284/original_dendroinv.pdf >. Acesso:07/06/2014. PÉLLICO NETTO, S.; BRENA, D. Inventário florestal. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1997. 316 p. SCOLFORO, J.R.S.; MELLO, J.M.de; Inventário Florestal. Lavras: UFLA/FAEPE, 1997. 341 p. SCOLFORO, J. R. S.; MELLO, J. M.; OLIVEIRA, A. D. Inventário Florestal de Minas Gerais: Cerrado- Florística, Estrutura, Diversidade, Similaridade, Distribuição Diamétrica e de Altura, Volumetria, Tendências de Crescimento e Áreas aptas para Manejo Florestal. Editora UFLA, Lavras, 2008, 816 p. SOARES, C.P.B.; PAULA NETO, F.P.; SOUZA, A.L. Dendrometria e Inventário Florestal. 2. ed. Viçosa, MG: Editora UFV, 2011. 272p.			

 INSTITUTO FEDERAL Mato Grosso Campus Cáceres - Prof. Olegário Baldo		IFMT/CÁCERES/PROF. OLEGÁRIO BALDO Curso de Bacharelado em Engenharia Florestal	
IDENTIFICAÇÃO			
DISCIPLINA	SEMESTRE	CARGA HORÁRIA	
Práticas Silviculturais	6º	68 h	
DESCRIÇÃO/EMENTA			
Fundamentos de silvicultura. O setor florestal no mundo, no Brasil e em Mato Grosso. Escolha de genótipos e locais. Implantação de povoamentos florestais (seleção de espécies, planejamento de talhões e rede viária, preparo do terreno do solo, espaçamento, coveamento, semeadura, plantio e replantio). Tratos culturais (irrigação, fertilização, controle da matocompetição).			

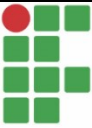
Desrama artificial. Desbastes (tipos, objetivos, época, intensidade e efeitos sobre povoamento). Regeneração e reforma de povoamentos florestais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GALVÃO, A.P.M. (org.) **Reflorestamento de propriedades rurais para fins produtivos e ambientais: um guia para ações municipais e regionais**. Brasília: Embrapa – CNPF, 2000.
 PAIVA, H. N. et al. **Cultivo de eucalipto em propriedades rurais**. Viçosa: Aprenda Fácil Editora, 2001. 138p
 SCHUMACHER, M. V.; VIEIRA, M. **Silvicultura do eucalipto no Brasil**. Santa Maria: Editora UFSM, 2015. 308 p.
 VALE, A. B.; MACHADO, C. C.; PIRES, J. M. M.; VILAR, M. B.; COSTA, C. B.; NACIF, A. P. **Eucaliptocultura no Brasil: silvicultura, manejo e ambiência**. Viçosa: SIF, 2014. 551 p.
 FERREIRA, C. A.; SILVA, H. D. da (Org.). **Formação de povoamentos florestais**. Colombo: Embrapa Florestas, 2008. p. 55-65.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

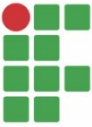
LORENZI, H. Árvores Brasileiras Vol 3. **Manual de Identificação e Cultivo de Plantas Arbóreas Nativas do Brasil**. São Paulo: Ed. Plantarum, 2009. 384p.
 LORENZI, H. Árvores Brasileiras Vol 1. 4ª Ed. **Manual de Identificação e Cultivo de Plantas Arbóreas Nativas do Brasil**. São Paulo: Ed. Plantarum, 2002. 368p.
 LORENZI, H. Árvores Brasileiras Vol 2. 2ª Ed. **Manual de Identificação e Cultivo de Plantas Arbóreas Nativas do Brasil**. São Paulo: Ed. Plantarum, 2002. 368p.
 HIGA, R.C.V. **Plantio de eucalipto na pequena propriedade rural**. Curitiba: EMBRAPA – Florestas, 2000. 32p.
 CARNEIRO, J. G. A. (Ed.). **Princípios de desramas e desbastes**. Campos dos Goytacazes: Produção Independente, 2012. p. 96.
 LORENZI, H. Árvores Brasileiras Vol 3. Manual de Identificação e Cultivo de Plantas Arbóreas Nativas do Brasil. São Paulo: Ed. Plantarum, 2009. 384p.
 PAIVA, H. N. et al. Cultivo de eucalipto em propriedades rurais. Viçosa: Aprenda Fácil Editora, 2001. 138p
 VALE, A. B.; MACHADO, C. C.; PIRES, J. M. M.; VILAR, M. B.; COSTA, C. B.; NACIF, A. P. **Eucaliptocultura no Brasil: silvicultura, manejo e ambiência**. Viçosa: SIF, 2014. 551 p.

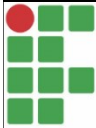
 INSTITUTO FEDERAL Mato Grosso Campus Cáceres - Prof. Olegário Baldo		IFMT/CÁCERES/PROF. OLEGÁRIO BALDO Curso de Bacharelado em Engenharia Florestal	
IDENTIFICAÇÃO			
DISCIPLINA	SEMESTRE	CARGA HORÁRIA	
Patologia Florestal	7º	51h	
DESCRIÇÃO/EMENTA			
Doenças florestais de causas não-parasitárias. Agentes causais de doenças florestais parasitárias. Princípios de micologia para reconhecimento dos principais gêneros de fungos patógenos florestais. Sintomatologia das doenças florestais. Etiologia. Epifitologia. Princípios de controle de doenças. Controle de doenças com fungicidas e nematicidas. Resistência de plantas no controle de enfermidades. Doenças nas fases de viveiro e campo de espécies de interesse para a região amazônica brasileira.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
ALFENAS, A. C., ZAUZA, E. A. V., MAFIA, R. G., ASSIS, T. F. Clonagem e doenças do			

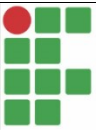
eucalipto. Viçosa: Editora UFV, 2004. 442p.
 BERGAMIN FILHO, A.; KIMATI, H.; AMORIM, L. Manual de Fitopatologia. v 1. São Paulo: Agronômica Ceres, 4 ed. 2011. 704p.
 BERGAMIN FILHO, A.; KIMATI, H.; AMORIM, L. Manual de Fitopatologia. v 2. São Paulo: Agronômica Ceres, 4 ed. 2005. 663p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BLUM, L. E. B.; CARES, J. E.; UESUGI, C. H. Fitopatologia e estudo das doenças de Plantas. 1 ed. Brasília: Editora Otimismo, 2006. 265p.
 DIANESE, J.C. Patologia Vegetal: Agressão e defesa em sistemas planta/patógeno. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1990. 139p.
 FERREIRA, F.A. Patologia Florestal. Principais Doenças Florestais no Brasil. Viçosa: Sociedade de Investigações Florestais, 1989. 570p.
 FURTADO, E. L.; DIAS, D. C.; OHTO, C. T.; ROSA, D. D. Doenças do Eucalipto no Brasil. 1 ed. Botucatu: FCA/UNESP, 2009. 74p.
 LORDELLO, L. G. E. Nematoides das plantas cultivadas. São Paulo: Editora Nobel. 1980. 314 p.

 INSTITUTO FEDERAL Mato Grosso Campus Cáceres - Prof. Olegário Baldo		IFMT/CÁCERES/PROF. OLEGÁRIO BALDO Curso de Bacharelado em Engenharia Florestal	
IDENTIFICAÇÃO			
DISCIPLINA	SEMESTRE	CARGA HORÁRIA	
Industrialização de Produtos Florestais	7º	51 h	
DESCRIÇÃO/EMENTA			
Generalidades sobre industrialização. Lenha e carvão. Moirões. Dormentes. Postes. Laminados. Vigas laminadas, Chapas sarrafeadas. Compensados. Painéis. Aglomerados. Chapas de composição. Painéis de madeira. Adesivos para madeira. Controle de qualidade dos produtos industrializados. Aproveitamento de resíduos de origem florestal.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
JANKOWSKY, I. P.; GALVÃO, A. P. M. Secagem racional da madeira, São Paulo: Nobel, 1985. 111p. MORAES, A. B.; SOUZA, A. A. Desdobramento de toras. Brasília: Editora SENAR, 2004. 64 p. VITAL, B. R. Planejamento e Operação de Serrarias. Viçosa: UFV, 2008. 211 p.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
DELEPINASSE, B.M.; BONSE, R. Diagnóstico da comercialização de produtos florestais. Brasília: MMA, 2002. 205p. FONTES, P. J. P.; QUIRINO, W. F.; OKINO, E. Y. A. Aspectos técnicos da briquetagem do carvão vegetal no Brasil. Brasília: IBAMA-LPF, 1989. 14p. GALVÃO, A.P.M. Processos práticos para preservar a madeira. 2.ed. Piracicaba: ESALQ, 1975. 29p. IBDF. Norma para classificação de madeira serrada de folhosas. 2 ed. Brasília: Brasileira, 1984. 67p. SILVA, J. T. Tecnologia aplicadas ao setor madeireiro. Jerônimo Monteiro: UFES, 2007.			

 INSTITUTO FEDERAL Mato Grosso Campus Cáceres - Prof. Olegário Baldo		IFMT/CÁCERES/PROF. OLEGÁRIO BALDO Curso de Bacharelado em Engenharia Florestal
IDENTIFICAÇÃO		
DISCIPLINA	PERÍODO	CARGA HORÁRIA
Economia Florestal	7º	51 h
DESCRIÇÃO/EMENTA		
Cadeias produtivas do setor florestal. Preço e valor. Fluxo de caixa de uma empresa. Custos na empresa florestal. Regime de juros simples e composto. Taxa equivalente de juros. Séries de pagamento/investimento. Métodos de avaliação econômica de projetos florestais. Rotação econômica de povoamentos florestais. Sistemas de amortização. Métodos de valoração econômica de bens florestais e ambientais.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
CARVALHO, L. C. S.; ELIA, B. S.; DECOTELLI, C. A. Matemática Financeira Aplicada. Ed. FGV, 2009, 160p. REZENDE, J. L. P.; OLIVEIRA, A. D. Análise Econômica e Social de Projetos Florestais. Ed. UFV, 2001, 389p. SILVA, M. L.; JACOVINE, L. A. G.; VALVERDE, S. R. Economia Florestal. Ed. UFV, 2005, 176p.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
BELLIA, V. Introdução à economia do meio ambiente. Brasília: MMA/IBAMA, 1996. 262p. DAMODAR, N. G. Econometria Básica. Ed. Pearson, 2000, 846p. GRAÇA, L. R.; RODIGHIERI, H. R.; CONTO, A. J. Custos florestais de produção: conceituação e aplicação. (Documentos, 50). Embrapa Florestas, 2000. 32p. MATTOS, K. M. C. Valoração Econômica do Meio Ambiente: Uma Abordagem Teórica e Prática. Ed. Rima, 2004, 148p. 5. NETO, A. F. Matemática Financeira e suas Aplicações. Ed. Atlas, 1994, 421p.		

 INSTITUTO FEDERAL Mato Grosso Campus Cáceres - Prof. Olegário Baldo		IFMT/CÁCERES/PROF. OLEGÁRIO BALDO Curso de Bacharelado em Engenharia Florestal
IDENTIFICAÇÃO		
DISCIPLINA	SEMESTRE	CARGA HORÁRIA
Manejo de Bacias Hidrográficas	7º	51 h
DESCRIÇÃO/EMENTA		
Conceitos básicos de bacias hidrográficas. Delimitação de bacias hidrográficas. A bacia hidrográfica como unidade de planejamento e gestão ambiental. Análise morfométrica em bacias hidrográficas. Dinâmica fluvial. A floresta e o ciclo hidrológico. Dinâmica da água em solos florestados. Proteção de nascentes. Importância e função das matas ciliares. Efeito do reflorestamento, desflorestamento e da exploração florestal sobre os recursos hídricos. Controle e produção de água em bacias hidrográficas florestadas. Floresta e qualidade da água. Uso racional dos recursos da bacia hidrográfica. Fases do manejo da bacia hidrográfica. Política e legislação para manejo dos recursos da bacia hidrográfica.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		

BOTELHO, R. G. M. Planejamento ambiental em microbacia hidrográfica. In: GUERRA, A. J. T. ; SILVA, A. S. ; BOTELHO, R. G. (orgs). Erosão e conservação dos solos: Conceitos, temas e aplicações. 6ª ed. – Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2010. p. 269 – 288.

RODRIGUES, R. R.; H. ; FILHO, H. de F. L. Matas Ciliares: Conservação e Recuperação. 1ed. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 2000. 320p.

CHRISTOFOLETTI, A. Geomorfologia. Edgard Blücher, São Paulo, 1980. 188 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ROSS, J. e PRETTE, M. Recursos hídricos e bacias hidrográficas: âncoras do planejamento e gestão ambiental. Revista do Departamento de Geografia da FFLCH – USP, nº 12, 1998. p. 89 – 121.

BOTELHO, R. G. M. e SILVA, A. S. da. Bacia hidrográfica e qualidade ambiental. In: VITTE, A. C. ; GUERRA, A. J. (org). Reflexões sobre a geografia física no Brasil. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.p. 153 – 192.

GARCEZ, L.N.; ALVARES, G.A. Hidrologia. (2ª ed.). São Paulo: Editora Edgard Blücher, 1988. 291p. 46

TUCCI, C. E. M. ; CLARKE, R. T. Impacto das mudanças da cobertura vegetal no escoamento: revisão. Revista Brasileira de Recursos Hídricos. Volume 2. n.1, jan/jun, 1997, p. 135 – 152.

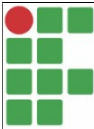
LANNA, A.E.L. Gerenciamento de bacia hidrográfica: aspectos conceituais e metodológicos. Brasília: IBAMA, 1995. 171p.

LIMA, W.P.; ZAKIA, M.J.B. As florestas plantadas e a água: Implementando o conceito da microbacia hidrográfica como unidade de planejamento. São Carlos: Rima. 2006. 226p.

PAIVA, J. B. D., PAIVA, E. M. C. D. (Org.). Hidrologia Aplicada a Gestão de Pequenas Bacias Hidrográficas. Porto Alegre: ABRH, 2001.

FELICIDADE, N.; MARTINS, R.C.; LEME, A.A. Uso e gestão dos recursos hídricos no Brasil. São Carlos: RiMA, 2001. 238p.

BRASIL. LEI Nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos.

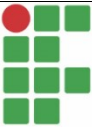
 INSTITUTO FEDERAL Mato Grosso Campus Cáceres - Prof. Olegário Baldo		IFMT/CÁCERES/PROF. OLEGÁRIO BALDO Curso de Bacharelado em Engenharia Florestal	
IDENTIFICAÇÃO			
DISCIPLINA	PERÍODO	CARGA HORÁRIA	
Sistemas Agroflorestais	7º	51 h	
DESCRIÇÃO/EMENTA			
Os sistemas agroflorestais (SAFs) e a conjuntura econômica, social, ambiental e política. Classificação e terminologia aplicada aos SAFs. Vantagens e desvantagens dos SAFs: fatores econômicos, sociais e ambientais. Modelos de SAFs. Arranjo espacial. Escolha de espécies para os sistemas agroflorestais. Implantação e manejo do componente arbóreo. Culturas agrícolas, pastagem e componente animal. Avaliação técnica e econômica de SAFs. Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF): aspectos gerais.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
BUNGENSTAB, J. D. (org.). Sistemas de integração lavoura-pecuária-floresta: a produção sustentável, 2ª Edição. Brasília: Embrapa, 2012.			
GALVÃO, A.P.M. (org.). Reflorestamento de propriedades rurais para fins produtivos e ambientais: um			

94

guia para ações municipais e regionais. Brasília: Embrapa – CNPF, 2000.
 OLIVEIRA NETO, S.N. de; VALE, A. B. do; NACIF, A. de P; VILAR, M. B; ASSIS, J. B. de. Sistema agrossilvipastoril – integração lavoura, pecuária e floresta. Viçosa: SIF, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANDRADE, C.M.S. de, SALMAN, A.K.D., OLIVEIRA, T.K. de. Guia arbopasto: manual de identificação e seleção de espécies arbóreas para sistemas silvipastoris. Brasília: Embrapa, 2012.
 DUBOIS, J.C.L., VIANA, V.M. e ANDERSON, A.B. Manual agroflorestal para a Amazônia. REBRAF. 2 ed. vol. 1. Rio de Janeiro. 1996. 228p.
 SILVA, V.P. da S. Arborização de pastagens: procedimentos para introdução de árvores em pastagens convencionais. Comunicado Técnico nº 155. Colombo: Embrapa. 2006.
 Lei nº 12.805 de 29 de abril de 2013. Institui a política nacional de integração lavoura-pecuária-floresta e altera a lei nº 8.171 de janeiro de 1991. Presidência da república.
 ABDO, M.T.V.N., VALERI, S.V., MARTINS, A.L.M. Sistemas Agroflorestais e Agricultura Familiar: uma parceria interessante. Tecnologia & Inovação Agropecuária (Online), v. 1, p. 50-59, 2008.

 <p>INSTITUTO FEDERAL Mato Grosso Campus Cáceres - Prof. Olegário Baldo</p>	<p>IFMT/CÁCERES/PROF. OLEGÁRIO BALDO Curso de Bacharelado em Engenharia Florestal</p>						
	<p>IDENTIFICAÇÃO</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>DISCIPLINA</th> <th>SEMESTRE</th> <th>CARGA HORÁRIA</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Política e Legislação Florestal</td> <td>7º</td> <td>34 h</td> </tr> </tbody> </table>		DISCIPLINA	SEMESTRE	CARGA HORÁRIA	Política e Legislação Florestal	7º
DISCIPLINA	SEMESTRE	CARGA HORÁRIA					
Política e Legislação Florestal	7º	34 h					

IDENTIFICAÇÃO

DISCIPLINA	SEMESTRE	CARGA HORÁRIA
Política e Legislação Florestal	7º	34 h

DESCRIÇÃO/EMENTA

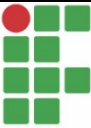
A Política e a Legislação Florestal no Brasil: origem, objetivos e evolução. Análise dos Objetivos da Legislação Florestal. O Processo Legislativo no Brasil. Princípios Gerais do Direito Ambiental e Florestal. O Novo Código Florestal brasileiro. Distribuição das Florestas no Brasil. Florestas como Base de Desenvolvimento Econômico. Principais Políticas Florestais a Nível Nacional e Regional. A Propriedade florestal: cadastro e tributação. Infrações Florestais. Crédito Rural para fins florestais e outro mecanismo de fomento florestal.


BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ANTUNES, P. B. Direito ambiental. Rio de Janeiro: Editora Lumen Júris. 2008. 906 p.
 ANTUNES, P. B. Federalismo e competências ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Lumen Júris. 2007. 267 p.
 ANTUNES, P. B. Política Nacional do Meio Ambiente – PNMA: comentários à Lei nº. 6,938, de 31 de agosto de 1981. Rio de Janeiro: Editora Lumen Júris. 2005. 229 p.

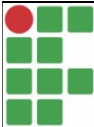
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AVZARADEL, PEDRO CURVELLO SAAVEDRA. Novo Código Florestal: enchentes e crise hídrica no Brasil. 1. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016. v. 1. 325p.
 BENSUSAN, N. Conservação da Biodiversidade em Áreas Protegidas. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2006. 176p.
 BURSZTYN, M. A. A. Gestão ambiental: instrumentos e práticas. Brasília: IBAMA. 175p. 1994.
 LIMA, A. Zoneamento ecológico-econômico: à luz dos direitos socioambientais. Curitiba: Juruá. 2006. 288 p.
 RIBEIRO, W. C. A ordem ambiental internacional. São Paulo: Contexto Editora. 2006. 176 p.

 INSTITUTO FEDERAL Mato Grosso Campus Cáceres - Prof. Olegário Baldo		IFMT/CÁCERES/PROF. OLEGÁRIO BALDO Curso de Bacharelado em Engenharia Florestal
IDENTIFICAÇÃO		
DISCIPLINA	SEMESTRE	CARGA HORÁRIA
Manejo de Florestas Plantadas	7º	51 h
DESCRIÇÃO/EMENTA		
Elementos do manejo florestal; Classificação da capacidade produtiva; Modelagem do crescimento e da produção; Idade técnica e econômica de desbastes e colheita florestal; Sortimento dos multiprodutos florestais; Regulação florestal.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
CAMPOS, J. C. C.; LEITE, H. G. Mensuração Florestal: perguntas e respostas. Viçosa: Editora UFV, 2009. 542 p.		
SCHNEIDER, P. R.; SCHNEIDER, P. S. P. Introdução ao Manejo Florestal. 2. Ed. – Santa Maria: FACOS-UFSM, 2008. 566p.		
SCOLFORO, J.R.S. Manejo Florestal. Lavras. UFLA/FAEPE. 1998. 438 p.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
BARUSSO, A. P. A determinação de funções de crescimento mediante análise de tronco. 1977. 122 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais) - Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná, Curitiba – PR.		
BEZERRA, A.F. Modelagem do crescimento e da produção de povoamentos de <i>Tectona grandis</i> submetidos a desbaste. 2009. 73p. Dissertação (Mestrado em Ciência Florestal) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2009.		
IMANÃ ENCINAS, J.; SILVA, G. F. da; PINTO, J. R. R. Idade e crescimento das árvores. Comunicações técnicas florestais, Brasília, UFB, Departamento de Engenharia Florestal, v.7, n.1, 2005. ISSN 1517-1922. 43p.		
SCHNEIDER, P. R.; SCHNEIDER, P. S. P.; SOUZA, C. A. M. Análise de regressão aplicada à engenharia florestal. 2 ed. rev. e ampl. - Santa Maria: FACOS, 2009. 294p.		
SCOLFORO, J.R.S. Biometria florestal: modelagem do crescimento e da produção de florestas plantadas e nativas. Lavras. UFLA/FAEPE. 1998. 441p.		

 INSTITUTO FEDERAL Mato Grosso Campus Cáceres - Prof. Olegário Baldo		IFMT/CÁCERES/PROF. OLEGÁRIO BALDO Curso de Bacharelado em Engenharia Florestal
IDENTIFICAÇÃO		
DISCIPLINA	SEMESTRE	CARGA HORÁRIA
Estruturas de Madeira	8º	68 h
DESCRIÇÃO/EMENTA		
Características mecânicas da madeira. Princípios da Estática. Equilíbrio de um corpo rígido. Apoios. Reações de Apoio. Esforços solicitantes em vigas simples. Diagramas de esforços solicitantes. Teoria de treliças planas. Esforços solicitantes em treliças planas. Normas brasileiras sobre construções com madeira. Padrão comercial de materiais construtivos de madeira. Carregamento em estruturas de madeira. Características geométricas de seções planas simples. Dimensionamento de peças estruturais de madeira. Ligações estruturais entre peças de madeira. Detalhamento estrutural de coberturas, pontes e torres de madeira.		

BIBLIOGRAFIA BÁSICA
AMARAL, O. C. Curso Básico de Resistência dos Materiais. 2012, 519p. PFEIL, W.; PFEIL, M. Estruturas de madeira, 6 Ed. Rio de Janeiro: LTG, 2003. 224p HIBBELER, R. C. Resistência dos Materiais. Ed. Pearson, 2010, 637p.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
ABNT NBR 7190:1997 Projeto de estruturas de madeira. ABNT, 1997, 107p. BAUD, G. Manual de Pequenas Construções. Ed. Hemus, 2002, 477p. BEER, F. P.; JOHNSTON JUNIOR, E. R. Resistência dos Materiais. Ed. Pearson, 1996, 1280p. BORGES, A. C. Prática das Pequenas Construções. Vol I. Ed. Blucher, 2009, 400p. BORGES, A. C. Prática das Pequenas Construções. Vol II. Ed. Blucher, 2010. 152p. BOTELHO, M. H. C. Resistência dos Materiais. Ed. Blucher, 2008. CALIL JÚNIOR, C.; LAHR, F. A. R.; DIAS, A. A. Dimensionamento de elementos estruturais da madeira. Barueri: Manole, 2003. 152p. DI BLASI, C. G. Resistência dos Materiais. Ed. Freitas Bastos. 1990. HIBBELER, R. C. Estática. Mecânica para Engenharia. Ed. Pearson, 2011, 512p HIBBELER, R. C. Resistência dos Materiais. Ed. Pearson, 2010, 637p. PEREIRA, M. F. Construções rurais. 4ª ed. São Paulo: Nobel, 1986. 330p. SORIANO, H. L. Estática das Estruturas. Ed. Ciência Moderna, 2013, 440p.


 INSTITUTO FEDERAL Mato Grosso Campus Cáceres - Prof. Olegário Baldo	IFMT/CÁCERES/PROF. OLEGÁRIO BALDO Curso de Bacharelado em Engenharia Florestal	
	IDENTIFICAÇÃO	
DISCIPLINA	SEMESTRE	CARGA HORÁRIA
Produtos Florestais Não Madeireiros	8º	68 h
DESCRIÇÃO/EMENTA		
O potencial de produção de produtos não madeireiros da Amazônica, Cerrado e Pantanal. Produtos não madeireiros: folhas, cascas, raízes, frutos e sementes. Resina e óleos essenciais. Artesanato. Produtos não madeireiros de organismos associados com as florestas. Serviços Ambientais.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
CARVALHO, P. R. F. Espécies Arbóreas Brasileiras. v 1. Colombo: EMBRAPA Florestas, 2003. 1039 p. CARVALHO, P. R. F. Espécies Arbóreas Brasileiras. v 2. Colombo: EMBRAPA Florestas, 2006. 627 p. CARVALHO, P. R. F. Espécies Arbóreas Brasileiras. v 3. Colombo: EMBRAPA Florestas, 2008. 593 p.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
BALZON, D. R.; SILVA, J. C. G. L.; SANTOS, A. J. Aspectos mercadológicos de produtos florestais não madeireiros: análise retrospectiva. Floresta, Curitiba, v.34, n.3, p.363-371, 2004. BRAZ, E. M.; ORFANÓ, E.; MIRANDA, E. M.; OLIVEIRA, L. C.; SOUZA, J. M.; ARAÚJO, L. Manejo dos produtos florestais não madeireiros da Floresta Estadual do Antimary: a busca de um modelo. In: Congresso Ibero-Americano de Pesquisa e Desenvolvimento de Produtos Florestais, II, Anais... Curitiba: FUPEF/UFPr, 2002. FIGUEIREDO, E. O.; BRAZ, E. M.; OLIVEIRA; M. V. N. Manejo de precisão em florestas tropicais: modelo digital de exploração florestal. Rio Branco: Embrapa. 2007.183p.		

HOMES, T. P.; BLATE, G. M.; ZWEEDE, J. C.; PEREIRA JUNIOR, R.; BARRETO, P.; BOLTZ, F. Custos e benefícios financeiros da exploração florestal de impacto reduzido em comparação à exploração florestal convencional na Amazônia Oriental. Belém: Fundação Floresta Tropical, 2002. 69p.

IBAMA. Roteiros metodológicos: plano de manejo de uso múltiplo das reservas extrativistas federais. Brasília: IBAMA, 2004. 157p.

 INSTITUTO FEDERAL Mato Grosso Campus Cáceres - Prof. Olegário Baldo		IFMT/CÁCERES/PROF. OLEGÁRIO BALDO Curso de Bacharelado em Engenharia Florestal	
IDENTIFICAÇÃO			
DISCIPLINA	SEMESTRE	CARGA HORÁRIA	
Recuperação de Áreas Degradadas	8º	51 h	
DESCRIÇÃO/EMENTA			
<p>Introdução à recuperação de áreas degradadas (RAD). Histórico. Definições: área degradada, área perturbada, recuperação, reabilitação e restauração ecológica. Fatores regionais de degradação e efeitos da degradação. A função da vegetação na proteção do solo. Características do solo de áreas degradadas. Sucessão ecológica no processo de recuperação. A ação da vegetação no processo de recuperação da qualidade do solo. Atuação da fauna na restauração. Técnicas e modelos de restauração. Fitorremediação. SAFs na recuperação de áreas degradadas. Restauração ecológica de remanescentes florestais. Revegetação de taludes. Controle de processos erosivos. Indicadores e monitoramento da recuperação. Custos. Educação ambiental. PRAD. Cadastro ambiental rural. Legislação aplicada.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<p>KAGEYAMA, P. Y.; OLIVEIRA, R. E. de; MORAES, L. F. D. de; ENGEL, V. L. & GANDARA, F. B. Restauração ecológica de ecossistemas naturais. Botucatu: FEPAF, 2003. 340p.</p> <p>MARTINS, S. V. Recuperação de áreas degradadas: ações em áreas de preservação permanente, voçorocas, taludes rodoviário e mineração. Viçosa: Aprenda Fácil, 2009. 270p.</p> <p>RODRIGUES, R. R.; BRANCALION, P. H. S. Pacto pela restauração da mata atlântica: referencial dos conceitos e ações de restauração florestal. São Paulo: LARF. ESALQ, 2009. 264p.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
<p>CORREIA, R. S. Recuperação de áreas degradadas pela mineração no cerrado. Brasília: Ed. Universa, 2005. 111p.</p> <p>MARTINS, S. V. Restauração ecológica de ecossistemas degradados. Viçosa: Ed. UFV, 2012. 293p.</p> <p>MARTINS, S. V. Ecologia de Florestas Tropicais do Brasil. Viçosa: Ed. UFV. 2012. 371p.</p> <p>RODRIGUES, E. Ecologia da Restauração. Londrina: Ed. Planta, 2013. 300p.</p> <p>RIBEIRO, J. F. Cerrado: matas de galeria. Planaltina: EMBRAPA-CPAC, 1998. 164p.</p>			

 INSTITUTO FEDERAL Mato Grosso Campus Cáceres - Prof. Olegário Baldo		IFMT/CÁCERES/PROF. OLEGÁRIO BALDO Curso de Bacharelado em Engenharia Florestal	
IDENTIFICAÇÃO			
DISCIPLINA	SEMESTRE	CARGA HORÁRIA	
Colheita e Transporte Florestal	8º	51 h	
DESCRIÇÃO/EMENTA			
<p>Conceitos fundamentais de colheita, exploração e transporte florestal. Sistemas de colheita utilizado em florestas nativas e plantadas. Técnicas de corte com motosserras. Equipamentos Florestais. Mecanização Florestal. Planejamento da colheita florestal. Exploração de impacto reduzido. Controle de produção e custos de colheita. Controle de qualidade na colheita. Transporte florestal: principais métodos. Transportes com caminhões. Comparação entre os diversos tipos de caminhões. Desempenho e planejamento do transporte florestal. Carregamento e descarregamento florestal. Noções de ergonomia e segurança no trabalho. Estradas Florestais: Classificação, finalidades e modelos. Planejamento, instalação e conservação de estradas florestais: Principais conceitos. Impactos ambientais das estradas florestais.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
MACHADO, C.C. Colheita florestal. 2º ed. Viçosa/MG. Ed. UFV, 2008. 501p. MACHADO, C.C. Construção e conservação de estradas rurais e florestais. Viçosa/MG. Ed. SIF, 2013. 441p. ROBERT, R.C.G. Guia prático de operações florestais na colheita de madeira. Curitiba/PR. Ed. do Autor, 2012. 112p.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
BURLA, E.R. Mecanização de atividades silviculturais em relevo ondulado. Belo Oriente/MG. Ed. CENIBRA, 2001. 144p. MACHADO, C.C. et. al. Transporte rodoviário florestal. Viçosa/MG. Ed. UFV, 2009. 217p. MORAES, A.B.; SOUZA, A.A. Operação de motosserras. 2º ed. Brasília/DF. SENAR, 2009. 114p. REZENDE, J. L. P.; FIEDLER, N. C.; MELLO, O. M. T.; SOUZA, A. P. Análise técnica e de custos de métodos de colheita e transporte florestal. Lavras: UFLA, 1997. 50 p. LAMPARELLI, R.A.C.; ROCHA, J.V.; BORGHI, E. Geoprocessamento e agricultura de precisão: fundamentos e aplicações. Guaíba: Agropecuária, 2001. ISBN: 8585347775. SEIXAS, F. Mecanização e exploração florestal. Notas de aula. Piracicaba, LCF-ESALQ, 1998.			

 INSTITUTO FEDERAL Mato Grosso Campus Cáceres - Prof. Olegário Baldo		IFMT/CÁCERES/PROF. OLEGÁRIO BALDO Curso de Bacharelado em Engenharia Florestal	
IDENTIFICAÇÃO			
DISCIPLINA	SEMESTRE	CARGA HORÁRIA	
Arborização e Paisagismo	8º	51 h	
DESCRIÇÃO/EMENTA			
História e evolução dos estilos de jardins. Introdução ao estudo do paisagismo. Critérios para escolha das espécies vegetais de finalidade ornamental. Propagação e produção de plantas ornamentais. Espécies ornamentais de valor econômico e principais espécies ornamentais			

utilizadas no Brasil. Arborização e paisagismo na escala urbana. Manutenção de áreas verdes. Ocupação de espaços livres. Projetos paisagísticos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FILHO, J. A. L.; PAIVA H. N.; GONÇALVES, W. Paisagismo Princípios Básicos. Ed. Aprenda Fácil. 2000.

FILHO, J. A. L.; Paisagismo Elaboração de Projetos de Jardins. Ed. Aprenda Fácil. 2003.

GONÇALVES, W.; PAIVA, H. N. Implantação da Arborização Urbana. Ed. UFV, 2013. 53p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

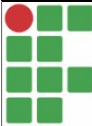
ABBUD, B. Criando Paisagens - Guia de Trabalho em Arquitetura Paisagística. Ed. Senac São Paulo, 2007.

BARBOSA, A. C. S. Paisagismo, jardinagem e plantas ornamentais. São Paulo: Iglu, 2000. 231p.

PAIVA, P. D. O. Implantação e Manutenção de Jardins. Lavras: UFLA/FAEPE, 2001. 88p.

PAIVA, P. D. O. Plantas Ornamentais: Classificação e Usos em Paisagismo. Lavras: UFLA/FAEPE, 2001. 121p.

PRADO, N.J.S.; PAIVA, P.D.O. Arborização Urbana. Lavras: UFLA/FAEPE, 2001. 43p.

 INSTITUTO FEDERAL Mato Grosso Campus Cáceres - Prof. Olegário Baldo	IFMT/CÁCERES/PROF. OLEGÁRIO BALDO Curso de Bacharelado em Engenharia Florestal
--	---

IDENTIFICAÇÃO

DISCIPLINA	SEMESTRE	CARGA HORÁRIA
Trabalho de Conclusão de Curso (TCC I)	8º	34 h

DESCRIÇÃO/EMENTA

Projeto e Relatório de pesquisa. Elaboração e Apresentação do Projeto de TCC.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BASTOS, L.; PAIXÃO, L.; FERNANDES, L.; DELUIZ, N. Manual para elaboração de projetos e relatórios de pesquisas, teses, dissertações e monografias, São Paulo: Editora LTC, 2003.

VOLPATO, G. L. Bases teóricas para redação científica. 1. ed. São Paulo: Acadêmica, 2007. V. 1. 125p.

VOLPATO, G. L. Dicas para redação científica. 3. ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. V. 1. 152p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR


GONSALVES, E. P. Iniciação a pesquisa científica. 3 ed. Campinas: Alínea, 2003. 79p.


LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003. 311p.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. A. Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos, 5 ed., São Paulo: Atlas, 2001.

LIMA, M.C.; OLIVO, S. Estágio supervisionado e trabalho de conclusão de curso. 1 ed. São Paulo: Thomson, 2006. 334p.

MARTINS, G.A. Manual para elaboração de monografias e dissertações. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2000. 120p.

 INSTITUTO FEDERAL Mato Grosso Campus Cáceres - Prof. Olegário Baldo		IFMT/CÁCERES/PROF. OLEGÁRIO BALDO Curso de Bacharelado em Engenharia Florestal
IDENTIFICAÇÃO		
DISCIPLINA	SEMESTRE	CARGA HORÁRIA
Administração e Planejamento Florestal	9º	51 h
DESCRIÇÃO/EMENTA		
A definição da Empresa Florestal, seus objetivos e sua constituição. Introdução às filosofias administrativas: Fordismo, Taylorismo, o Método Deming, o Método 5S, o Ciclo PDCA e outras. Noções sobre a legislação trabalhista. Segurança no trabalho. Planejamento da empresa florestal. Estrutura e organização nas empresas. Gestão de aquisição, produção e comercialização de produtos florestais. Controle de qualidade. Administração pública do setor florestal e ambiental.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
ANTUNES, L.M.; ENGEL, A. Manual de Administração Rural. Ed. Agropecuária, 1999, 196p. FERREIRA, A. A.; REIS, A. C. F.; PEREIRA, M. I. Gestão Empresarial: de Taylor aos Nossos Dias. Ed. Pioneira, 1997, 256p. TRINDADE, C.; REZENDE, J. L. P.; JACOVINE, L. A. G.; SARTÓRIO, M. L. Ferramentas de Qualidade. Aplicação na Atividade Florestal. Ed. UFV, 2007, 158p.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
ASSAF NETO, A.; SILVA, C. A. T. Administração do Capital de Giro. Ed. Atlas, 1997, 200p. CHAMPY, J. Reengenharia da Gerência. O Mandato da Nova Liderança. Ed. Campus, 1995, 219p. GALBRAITH, J. R.; LAWLER III, E. E. Organizando para Competir no Futuro. Estratégia para Gerenciar o Futuro das Organizações. Ed. Makron Books, 1995, 287p. KUME, H. Métodos Estatísticos para Melhoria da Qualidade. Ed. Gente, 1993, 245p. SECURATO, J. R. Decisões Financeiras em Condições de Risco. Ed. Atlas, 1996, 244p.		

 INSTITUTO FEDERAL Mato Grosso Campus Cáceres - Prof. Olegário Baldo		IFMT/CÁCERES/PROF. OLEGÁRIO BALDO Curso de Bacharelado em Engenharia Florestal
IDENTIFICAÇÃO		
DISCIPLINA	SEMESTRE	CARGA HORÁRIA
Manejo de Florestas Nativas	9º	68 h
DESCRIÇÃO/EMENTA		
Plano de Manejo Florestal Sustentável; Plano de Operação Anual; Inventário diagnóstico; Macro e micro planejamento da exploração madeireira; Censo para exploração madeireira; Exploração de impacto reduzido; Estrutura e técnicas de arraste; Medição, romaneio e transporte da madeira; Certificação de Florestas Nativas.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
SOUZA, A. L. de; SOARES, C. P. B. Florestas Nativas: estrutura, dinâmica e manejo. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2013. 322p. CAMPOS, J. C. C.; LEITE, H. G. Mensuração Florestal: perguntas e respostas. Viçosa: Editora UFV, 2009. 542 p. NARDELI, A. M. B. (Tradutora). Manual do Manejo Florestal Sustentável. Viçosa: Editora UFV,		

2015. 398 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

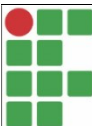
AMARAL, P. et al. Floresta para sempre: manual para produção de madeira na Amazônia. Belém: IMAZON, 1998. 137p.

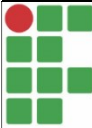
POKORNY, B. et al. Diretrizes técnicas de manejo para produção madeireira mecanizada em florestas de terra firme. Brasília-DF, Embrapa Informação Tecnológica, 2009. 217 p.

SCHNEIDER, P. R.; SCHNEIDER, P. S. P. Introdução ao Manejo Florestal. 2. Ed. – Santa Maria: FACOS-UFSM, 2008. 566p.

SCOLFORO, J.R.S. Biometria florestal: modelagem do crescimento e da produção de florestas plantadas e nativas. Lavras. UFLA/FAEPE. 1998. 441p.

SCOLFORO, J.R.S. Manejo Florestal. Lavras. UFLA/FAEPE. 1998. 438 p.

 INSTITUTO FEDERAL Mato Grosso Campus Cáceres - Prof. Olegário Baldo	IFMT/CÁCERES/PROF. OLEGÁRIO BALDO Curso de Bacharelado em Engenharia Florestal	
IDENTIFICAÇÃO		
DISCIPLINA	SEMESTRE	CARGA HORÁRIA
Manejo de Unidades de Conservação	9º	51 h
DESCRIÇÃO/EMENTA		
Definições de Termos e Siglas relacionadas a Unidades de Conservação. Objetivos e importância das unidades de conservação. Tipos de Unidades de Conservação no Brasil. Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Planejamento e gestão das Unidades de Conservação. Planos de manejo em Unidades de Conservação. Programas de proteção e interpretação ambiental nas Unidades de Conservação.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
IBAMA. Roteiro metodológico para o planejamento de Unidades de Conservação de Uso Indireto. 1996. 73 p.		
IDENTIDADES DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL BRASILEIRA/MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Diretoria de Educação Ambiental; Philippe Pomier Layrargues (coord.). – Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. 156 p.		
MORSELLO, C. Áreas protegidas públicas e privadas: seleção e manejo. São Paulo: Anna Blume/FAPESP –SP, 2001. 344p.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. LEI N. 9.985 DE 18 DE JULHO DE 2000. SNUC. WWW.ibama.gov.br/unidades/ [IBAMA: Base, princípios] e diretrizes. Diretoria de Unidades de Conservação e Vida Silvestre. 1997. 27 p.		
COSTA, P. C. Unidades de conservação: matéria-prima do ecoturismo. São Paulo: ALEPH, 2002. 163 p.		
DEZ ANOS DO SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA: lições do passado, realizações presentes e perspectivas para o futuro / Rodrigo Medeiros, Fábio França Silva Araújo; Organizadores. – Brasília: MMA, 2011. 220 p.		
GRANDES REGIÕES NATURAIS: AS ÚLTIMAS ÁREAS SILVESTRES DA TERRA. Conservation International. 31 p. Disponível em: http://www.conservation.org.br/publicacoes/files/capa_grandes_regioes.pdf .		
SEUC – LEI ESTADUAL Nº 9.502, DE 14 DE JANEIRO DE 2011.		
SILVA, L. L. Ecologia: manejo de áreas silvestres. Santa Maria: MMA/ FNMA/FATEC, 1996. 301 p.		

 INSTITUTO FEDERAL Mato Grosso Campus Cáceres - Prof. Olegário Baldo		IFMT/CÁCERES/PROF. OLEGÁRIO BALDO Curso de Bacharelado em Engenharia Florestal
IDENTIFICAÇÃO		
DISCIPLINA	SEMESTRE	CARGA HORÁRIA
Manejo e Conservação da Fauna Silvestre	9º	51 h
DESCRIÇÃO/EMENTA		
Importância e conceitos em manejo de fauna silvestre. População e ambiente. Classificação de vertebrados silvestres. Espécies brasileiras ameaçadas em extinção. Levantamentos faunísticos. Estudo de populações de animais silvestres. Marcação de animais silvestres. Técnicas de conservação e exposição de animais silvestres. Técnicas de manejo de fauna silvestre do pantanal, cerrado e amazônica.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
FIORILLO, C. A. P. Curso de direito ambiental brasileiro. 19 ed. São Paulo: Saraiva, 2013. 961 p. PAGLIA, A. P.; DRUMMOND, G. M.; MACHADO, A. B. M. Livro vermelho da fauna brasileira ameaçada de extinção: volume I. Brasília: MMA, 2010. 509 p. VALLADARES-PADUA, C.; RUDRAN, R.; CULLEN JR., L. Métodos de estudos em biologia da conservação e manejo da vida silvestre. Curitiba: UFPR, 2006. 651 p.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
AURICCHIO, P. Primatas do Brasil. São Paulo: Terra Brasília, 1995. 168 p. CARDOSO, J. L. C. Animais peçonhentos no Brasil: biologia clínica e terapêutica dos acidentes. São Paulo: SARVIER, 2003. 468 p. OLIVEIRA, T. G. Neotropical cats: ecology and conservation. São Luís: EDUFMA, 1994. 220 p. PAIVA, M. P. Conservação da fauna brasileira. Rio de Janeiro: Interciência, 1999. 260 p. VIEIRA, J. L. Código florestal: Lei nº 4771/65; Proteção à fauna: Lei nº 5197/67; Pesca: Decreto-Lei nº 221/67; Meio ambiente: Lei nº 9605/98 e Legislação complementar. 4 ed. Bauru: EDIPRO, 1999.		

 INSTITUTO FEDERAL Mato Grosso Campus Cáceres - Prof. Olegário Baldo		IFMT/CÁCERES/PROF. OLEGÁRIO BALDO Curso de Bacharelado em Engenharia Florestal
IDENTIFICAÇÃO		
DISCIPLINA	SEMESTRE	CARGA HORÁRIA
Legislação e Ética Profissional	9º	34 h
DESCRIÇÃO/EMENTA		
Ética geral e ética profissional. Conceitos e sua inserção na Engenharia Florestal. Sociedade e ética. Ética profissional. Código de ética profissional do engenheiro florestal. Legislação profissional. Regulamentação da atividade profissional. Prerrogativas profissionais. Sistema CREA/CONFEA. Registro Profissional.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
Código de Ética do Profissional da Engenharia Florestal. SBEF. Disponível em: https://engenhariaflorestal.jatai.ufg.br/up/284/o/CodigoEtica.pdf CONFEA. Resolução 218 de 29 de junho de 1973. Discrimina atividades das diferentes		

modalidades profissionais da Engenharia, Arquitetura e Agronomia.

CONFEA. Resolução 1073 de 19 de abril de 2016. Regulamenta a atribuição de títulos, atividades, competências e campos de atuação profissionais aos profissionais registrados no Sistema CONFEA/CREA para efeito de fiscalização do exercício profissional no âmbito da Engenharia e da Agronomia.

NALINI, J.R. **Ética geral e profissional**. 9 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Superior. Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Engenharia Florestal. Resolução CNE/CES nº 3, de 02 de fevereiro de 2006.

CONFEA. Resolução nº 473 de 26 de novembro de 2002.

Ética CONFEA/CREA. Código de Ética Profissional da Engenharia, da Agronomia, da Geologia, da Geografia e da Meteorologia. Disponível em:

http://www.confea.org.br/media/codigo_etica_sistemaconfea_8edicao_2015.pdf


NALINI, J.R. **Ética Ambiental**. 3 ed. Campinas: Millenium Editora, 2010


Oliveira, Antônio Roberto. **Ética profissional**. Belém: IFPA; Santa Maria: UFSM, 2012. 80p.

Disponível em:

http://estudio01.proj.ufsm.br/cadernos/ifpa/tecnico_metalurgica/etica_profissional.pdf

SÁ, A.L. **Ética profissional**. 9. Ed. São Paulo: Atlas, 2012.

 INSTITUTO FEDERAL Mato Grosso Campus Cáceres - Prof. Olegário Baldo	IFMT/CÁCERES/PROF. OLEGÁRIO BALDO Curso de Bacharelado em Engenharia Florestal	
IDENTIFICAÇÃO		
DISCIPLINA	SEMESTRE	CARGA HORÁRIA
Trabalho de Conclusão de Curso (TCC II)	9º	34 h
DESCRIÇÃO/EMENTA		
Elaboração e apresentação da Monografia do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
A Bibliografia Básica referente a esta disciplina é de responsabilidade do professor orientador do trabalho de conclusão do curso e dependerá do tema escolhido pelo aluno, podendo variar de aluno para aluno.		

 INSTITUTO FEDERAL Mato Grosso Campus Cáceres - Prof. Olegário Baldo	IFMT/CÁCERES/PROF. OLEGÁRIO BALDO Curso de Bacharelado em Engenharia Florestal	
IDENTIFICAÇÃO		
Estágio Supervisionado	SEMESTRE*	CARGA HORÁRIA
	10º	360 h
DESCRIÇÃO		
Realização de uma pesquisa Florestal ou estudo de caso, acompanhamento, participação e execução de atividades planejadas em uma empresa rural, cooperativa, sindicato, organização não governamental ou similar que possibilite individualmente ao aluno: i) a sistematização, aprofundamento e a aplicação de conceitos e de relações interdisciplinares adquiridos ao longo		

do curso; ii) a familiarização com procedimentos e técnicas da produção, iii) a aquisição da experiência profissional específica da Engenharia Florestal e iii) o estabelecimento do diálogo entre a Ciência e a realidade socioeconômica e ambiental da região. O estágio, quando envolver entidade externa ao IFMT Campus Cáceres – Prof. Olegário Baldo, será realizado num sistema de parceria institucional, mediante convênios e credenciamentos legais. No final do estágio supervisionado o discente deverá elaborar relatório final, bem como defendê-lo perante uma banca examinadora de pelo menos, dois docentes do IFMT - Cáceres, presidida pelo professor orientador. Durante a condução da disciplina serão seguidas as normas estabelecidas pela Coordenação do Curso de Engenharia Florestal.

***O aluno poderá matricular-se no Estágio Obrigatório depois de Cursado e Aprovado 2.300 horas em disciplinas obrigatórias, excluindo optativas, TCC, atividades complementares e o próprio estágio, independente se é ou não obrigatório.**

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BASTOS, L. da R. et al. Manual para elaboração de projetos e relatórios de pesquisa, teses, dissertações e monografias. 5 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2000. 222p.

BIANCHI, A. C. de M.; ALVARENGA, M.; BIANCHINI, R. Manual de orientação: estágio supervisionado. 3 ed. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2003. 98p.

BURIOLLA, M. A. F. O estágio supervisionado. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2009. 184p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724: informação e documentação - trabalhos acadêmicos — apresentação. Rio de Janeiro, 2005. 9p.

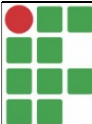
GONSALVES, E. P. Iniciação a pesquisa científica. Campinas – São Paulo: Alínea, 2003.

LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LIMA, M. C.; OLIVO, S. Estágio supervisionado e trabalho de conclusão de curso. 1 ed. São Paulo: Thomson, 2006. 334p.

MACHADO, A. R.; LOUSADA, E.; TARDELLI, L. S. A. Resumo - leitura e produção de textos técnicos e acadêmicos – 1. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2004. V. 1. 69p.

MARTINS, G. A. Manual para elaboração de monografias e dissertações. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2000. 134p.

 INSTITUTO FEDERAL Mato Grosso Campus Cáceres - Prof. Olegário Baldo	IFMT/CÁCERES/PROF. OLEGÁRIO BALDO Curso de Bacharelado em Engenharia Florestal	
--	---	--

IDENTIFICAÇÃO

DISCIPLINA	SEMESTRE	CARGA HORÁRIA
Cartografia e Geodésica Básica	Optativa	51 h

DESCRIÇÃO/EMENTA

Introdução a Cartografia e Geodésica Básica. Sistemas de Coordenadas e de referência. Sistemas de coordenadas astronômicas ou geodésicas. Sistema de referência. Geometria do elipsoide,. Transformação de coordenadas e de sistemas de referência. Projeções cartográficas. Legislação cartográfica

BIBLIOGRAFIA BÁSICA


GHALINI, C.D.; WOLF, P.R. Geomática. 13 Edição. São Paulo. 2013. 720p.


FITZ, P.R. Cartografia básica. 1 Edição. 2008. 141p.

FITZ, P.R. Geoprocessamento sem complicação. 1 Edição. 2008. 160p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL, Decreto nº 89.817 de 20 de junho de 1984. Normas Técnicas da Cartografia Nacional. Brasília, Diário Oficial da União, 1984.
 CASANOVA, M. A., Câmara, G., Davis Jr., C., Vinhas, L., Queiroz, G. R. Banco de Dados Geográficos. Curitiba, Editora MundoGEO, 2005.
 IBGE (1983): PR nº 22. Especificações e Normas Gerais para Levantamentos Geodésicos em Território Brasileiro. Rio de Janeiro.
 INCRA. Normas técnicas para georreferenciamento de imóveis rurais - NTGIR Brasília, DF: INCRA, 2013

 INSTITUTO FEDERAL Mato Grosso Campus Cáceres - Prof. Olegário Baldo		IFMT/CÁCERES/PROF. OLEGÁRIO BALDO Curso de Bacharelado em Engenharia Florestal
IDENTIFICAÇÃO		
DISCIPLINA	SEMESTRE	CARGA HORÁRIA
Geoposicionamento	Optativa	51 h
DESCRIÇÃO/EMENTA		
Introdução ao GNSS. Posicionamento por GNSS: Posicionamento relativo, RTK e DGPS, RTK convencional, RTK em rede, <i>Differential</i> GPS (DGPS), Posicionamento por ponto preciso (PPP). Ajustamento de observações. Confecção de plantas georreferenciadas.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
CASACA, J.; MATOS, J.; BAILO, M. Topografia Geral. 4a Edição. Rio de Janeiro: LTC. 208p. 2010. FITZ, P.R. Cartografia básica. 1 Edição. 141p. 2008. FITZ, P.R. Geoprocessamento sem complicação. 1 Edição. 160p. 2008.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 13133: Execução de Levantamento Topográfico. Rio de Janeiro, 1994. AQUINO, A.F. de et al. Manual técnico de Posicionamento: Georreferenciamento de Imóveis Rurais. 1 ed. Brasília: INCRA, 2013, 34 p. Disponível em: < https://sigef.incra.gov.br/static/documentos/manual_tecnico_posicionamento_1ed.pdf >. Acesso em: 09 de junho de 2015 GHIALINI, C.D.; WOLF, P.R. Geomática. 13 Edição. São Paulo. 720p. 2013. INCRA. Norma Técnica de Georreferenciamento de Imóveis Rurais (NTGIR). Georreferenciamento de Imóveis Rurais. 3a Edição. Brasília. 2013. INCRA. Manual Técnico de Posicionamento. Georreferenciamento de Imóveis Rurais. 1a Edição. Brasília. 2013.		

 INSTITUTO FEDERAL Mato Grosso Campus Cáceres - Prof. Olegário Baldo		IFMT/CÁCERES/PROF. OLEGÁRIO BALDO Curso de Bacharelado em Engenharia Florestal
IDENTIFICAÇÃO		
DISCIPLINA	SEMESTRE	CARGA HORÁRIA
Georreferenciamento de Imóveis Rurais	Optativa	51 h
DESCRIÇÃO/EMENTA		
Legislação do Georreferenciamento. Legislação da Certificação. Manual para Gestão da Certificação de Imóveis Rurais – INCRA. Norma Técnica para georreferenciamento de imóveis		

rurais – INCRA. Manuais Técnicos de Posicionamento e de Limites e Confrontações – INCRA. Introdução à Geodesia e à Cartografia. GPS aplicado ao georreferenciamento. Tipos de posicionamento GPS: Posicionamento absoluto ou instantâneo, Posicionamento relativo, Posicionamento estático e Posicionamento cinemático. Tipos (tempo real e pós-processada) e bases (estações geodésicas, estações da RBMC e estações particulares) de correções. Topografia aplicada ao georreferenciamento. Norma Brasileira de Execução de Levantamentos Topográficos (NBR 13.133/94).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GOMES, E.; PESSOA, L. M. da C.; SILVA JÚNIOR, L. B. da. Medindo Imóveis Rurais com GPS. Editora LK, 1 ed., 2001. 136p. ISBN: 85-87890-02-5.

AQUINO, A.F. de et al. Manual para Gestão da Certificação de Imóveis Rurais. 1 ed. Brasília: INCRA, 2013, 16 p. Disponível em: <https://sigef.inra.gov.br/static/documentos/manual_gestao_certificacao_1ed.pdf>. Acesso em: 09 de junho de 2015.

AQUINO, A.F. de et al. Norma Técnica para georreferenciamento de imóveis rurais. 3 ed. Brasília: INCRA, 2013, 4 p. Disponível em: <https://sigef.inra.gov.br/static/documentos/norma_tecnica_georreferenciamento_imoveis_rurais_3ed.pdf>. Acesso em: 09 de junho de 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

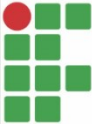
AQUINO, A.F. de et al. Manual técnico de Posicionamento: Georreferenciamento de Imóveis Rurais. 1 ed. Brasília: INCRA, 2013, 34 p. Disponível em: <https://sigef.inra.gov.br/static/documentos/manual_tecnico_posicionamento_1ed.pdf>. Acesso em: 09 de junho de 2015.

AQUINO, A.F. de et al. Manual técnico de Limites e Confrontações: Georreferenciamento de Imóveis Rurais. 1 ed. Brasília: INCRA, 2013, 24 p. Disponível em: <https://sigef.inra.gov.br/static/documentos/manual_tecnico_limites_confrontacoes_1ed.pdf>. Acesso em: 09 de junho de 2015.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 13133: Execução de levantamento topográfico. Rio de Janeiro, 1994.

FITZ, P.R. Cartografia Básica. 4 ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.

CASACA, J.M.; MATOS, J.L.; DIAS, J.M.B. Topografia Geral. 4 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2010.

 INSTITUTO FEDERAL Mato Grosso Campus Cáceres - Prof. Olegário Baldo		IFMT/CÁCERES/PROF. OLEGÁRIO BALDO Curso de Bacharelado em Engenharia Florestal	
IDENTIFICAÇÃO			
DISCIPLINA	SEMESTRE	CARGA HORÁRIA	
Silvicultura de Precisão	Optativa	51 h	
DESCRIÇÃO/EMENTA			
Conceitos básicos em agricultura de precisão e silvicultura de precisão. Sistemas de posicionamento por satélites. Geoestatística aplicada. Sensoriamento remoto aplicado à silvicultura de precisão. Mapeamento de atributos do solo. Mapeamento de atributos das plantas. Mapeamento de produtividade. Sistemas de aplicação à taxa variável.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
FIGUEIREDO, E. O.; BRAZ, E. M.; OLIVEIRA; M. V. N. Manejo de precisão em florestas tropicais: modelo digital de exploração florestal. Rio Branco: Embrapa. 2007.183p. LAMPARELLI, R.A.C.; ROCHA, J.V.; BORGHI, E. Geoprocessamento e agricultura de precisão: fundamentos e aplicações. Guaíba: Agropecuária, 2001. ISBN: 8585347775.			

YAMAMOTO, J. K.; LANDIM, P. M. B. Geoestatística: conceitos e aplicações. Editora Oficina de Textos. 1 ed. 2013, 215p. ISBN: 9788579750779.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

SANTOS, A.R.; PELUZIO, T.M.O.; SAITO, N.S. SPRING 5.1.2 Passo a Passo: Aplicações Práticas. Alegre, ES: CAUFES, 2012. ISBN: 9788561890063. Disponível em:

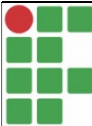
<<http://www.mundogeomatica.com.br/spring5x.htm>>. Acesso em: 9 de junho de 2015.

NOVO, E.M.L.M. Sensoriamento Remoto: Princípio e Aplicações. 4 ed. São Paulo: Blucher, 2010.

SILVA, R.M. da. Introdução ao Geoprocessamento: Conceitos, técnicas e aplicações. Editora Feevale. 1 ed. 2007, 176p.

4. Daniel Furtado Ferreira. Estatística Multivariada. Editora UFLA. 2008. ISBN:978-85-87692-52-8.

5. MEIRELLES, M.S.P.; CAMARA, G.; ALMEIDA, C.M. de. Geomática: modelos e aplicações ambientais. 1 ed. Brasília: EMBRAPA, 2007. ISBN: 978-85-7383386-7. 593p.

 INSTITUTO FEDERAL Mato Grosso Campus Cáceres - Prof. Olegário Baldo	IFMT/CÁCERES/PROF. OLEGÁRIO BALDO Curso de Bacharelado em Engenharia Florestal
--	---

IDENTIFICAÇÃO

DISCIPLINA	SEMESTRE	CARGA HORÁRIA
Otimização e Pesquisa Operacional	Optativa	51 h

DESCRIÇÃO/EMENTA

Introdução, importância e conceitos básicos em pesquisa operacional. Tipos de modelos de pesquisa operacional. Programação linear para soluções de problemas florestais. Regulação florestal com emprego de modelos de planejamento florestal tipo 1 e tipo 2. Otimização em Redes para Modelos de Transporte.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Taha, H. A. Pesquisa Operacional. 8ª Edição. São Paulo: Pearson, 2008. 563 p.

LACHTERMACHER, G. Pesquisa Operacional Na Tomada de Decisões. 4a ed. Rio de Janeiro: Pearson/Prentice Hall, 2014. 223p.

Pinto, K. C. R. Aprendendo a Decidir com a Pesquisa Operacional. Campus Santa Mônica: EDUFU, 2005. 114p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BREGALDA, P.F. Introdução a programação linear. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

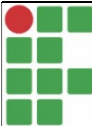
CAIXETA-FILHO, J.V. Pesquisa Operacional: técnicas de otimização. 2a ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2004. 176p.

HILLIER, F.S. e LIEBERMAN, G.J. Introdução a Pesquisa Operacional. 8a ed. Rio de Janeiro: Mcgraw Hill, 2006. 1040p.

ARENALES, M.; ARMENTANO, V.; MORABITO, R.; YANASSE, H. Pesquisa Operacional para cursos de Engenharia. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015. 744 p.

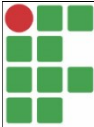
 INSTITUTO FEDERAL Mato Grosso Campus Cáceres - Prof. Olegário Baldo	IFMT/CÁCERES/PROF. OLEGÁRIO BALDO Curso de Bacharelado em Engenharia Florestal
IDENTIFICAÇÃO	

DISCIPLINA	SEMESTRE	CARGA HORÁRIA
Computação em R	Optativa	51 h
DESCRIÇÃO/EMENTA		
O ambiente R. Conceitos Básicos (Tipos de objetos, operadores matemáticos e lógicos, pacotes, ajuda, Rstudio). Importando e explorando dados (Data frame, Pacotes Gráficos). Estatística Básica (Correlação, estatística descritiva, testando pressuposições). Testes de hipóteses (Qui-quadrado, Kolmogorov-Smirnov, Teste F, Teste t). Análise de Regressão (Linear e Não Linear). Loopings e Funções. Lógica de Programação Completa (Entrada, processamento e saída de dados e relatórios).		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
MELLO, M. P.; PETERNELLI, L. A. Conhecendo o R. Uma Visão Mais que Estatística. Viçosa-MG: UFV, 2013. 222 p. TORGO, L. Linguagem R – Programação para análise de dados. LIVRARIA ESCOLAR EDI, 2009. GORGENS, E. Computação Em R: Introdução. CreateSpace Independent Publishing Platform, 2014		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
PETERNELLI, L.A.; MELLO, M.P. de. Conhecendo o R: Uma visão Estatística. Editora UFV: Universidade Federal de Viçosa, 2007. DE VRIES, A.; MEYS, J. R for Dummies. For Dummies, 2015. Braun, W. J. and Murdoch, D. J. 2007. A first course in statistical programming with R. — Cambridge University Press. Chambers, J. M. 2008. Software for data analysis: Programming with R.		

 INSTITUTO FEDERAL Mato Grosso Campus Cáceres - Prof. Olegário Baldo	IFMT/CÁCERES/PROF. OLEGÁRIO BALDO Curso de Bacharelado em Engenharia Florestal	
	IDENTIFICAÇÃO	
DISCIPLINA	SEMESTRE	CARGA HORÁRIA
Serraria e Secagem de Madeira	Optativa	51 h
DESCRIÇÃO/EMENTA		
Introdução ao processamento mecânico da madeira. Tipos básicos de engenhos de serra. Planejamento de uma serraria. Classificação das técnicas de desdobro. Secagem de madeira serrada. Secagem ao ar livre. Secagem em estufa. Durabilidade natural da madeira. Agentes deterioradores de madeira.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
GONÇALVES, M.T.T. Processamento da madeira. – Bauru SP Brasil – 2000, 242 p. MORAES, A. B.; SOUZA, A. A. Desdobramento de toras. Brasília: Editora SENAR, 2004. 64 p. VITAL, B. R. Planejamento e Operação de Serrarias. Viçosa: UFV, 2008. 211 p.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
ALBUQUERQUE, C.E.C. Processamento mecânico da madeira. Rio de Janeiro: UFRJ/IF/DPF, 1996. 84p. EMBRAPA. Secagem industrial acelerada de madeira. DVD com 60 min. Dia de Campo na TV, EMBRAPA. 2005. GONZAGA, A.L. Madeira: uso e conservação. Brasília: IPHAN, 2006. 243p.		

JANKOWSKY, I. P.; GALVÃO, A. P. M. Secagem racional da madeira, São Paulo: Nobel, 1985. 111p.
 KLITZKE, R.J. Secagem da madeira. Curitiba: Fundação Hugo Simas/UFPR, 2000. 90p.
 LEPAGE, E.S. (Coord.) Manual de preservação de madeiras. São Paulo: IPT/SICCT, 1986. 708p.

 INSTITUTO FEDERAL Mato Grosso Campus Cáceres - Prof. Olegário Baldo		IFMT/CÁCERES/PROF. OLEGÁRIO BALDO Curso de Bacharelado em Engenharia Florestal	
IDENTIFICAÇÃO			
DISCIPLINA	SEMESTRE	CARGA HORÁRIA	
Bioenergia	Optativa	51 h	
DESCRIÇÃO/EMENTA			
<p>A energia da madeira no contexto energético brasileiro. Propriedades da madeira para energia. Combustão direta. Processos de pirólise e carbonização. Impacto ambiental do carvoejamento. Gaseificação de lenha. Briquetagem de biomassa para energia. Biogás. Biocombustíveis: fontes potenciais, tecnologia e produção.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<p>VASCONCELLOS, G. F. Biomassa - a Eterna Energia do Futuro, SENAC, 2002. Benedito Rocha Vital, Angélica de Cássia Carneiro, Fábio Machado Cruz et al. Manual de Identificação do Carvão Vegetal. 1.ed. Editora UFV. 2014. 163p. Luís Augusto Barbosa Cortez, Electo; Eduardo Silva Lora, Edgardo Olivares Gómez. Biomassa para energia. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
<p>MAREK, WALISIEWICZ. Energia Alternativa Solar, Eólica, Hidrelétrica e de Biocombustíveis, 2008. Paulo Barreira. Biodigestores. 3.d. Ícone Editora – 2011. 115p. José de Castro Silva e Vinícius Resende de Castro. Propriedades e usos da madeira de eucalipto. Arbotec Editora. ISBN: 9788581790657. 68p. Martha Andreia Brand. Energia de Biomassa Florestal. 1.ed. Interciência. 2010. 114p. MELLO, M. G. Biomassa: energia dos trópicos em Minas Gerais, Belo Horizonte: Labmedia/UFMG, 2001.</p>			

 INSTITUTO FEDERAL Mato Grosso Campus Cáceres - Prof. Olegário Baldo		IFMT/CÁCERES/PROF. OLEGÁRIO BALDO Curso de Bacharelado em Engenharia Florestal	
IDENTIFICAÇÃO			
DISCIPLINA	SEMESTRE	CARGA HORÁRIA	
Marcenaria	Optativa	51 h	
DESCRIÇÃO/EMENTA			
<p>Tipos de produtos de madeira. Ferramentas manuais (Bancada de marceneiro, Metro, Esquadro, Suta, Graminho, Compasso, Soveia, Grosa, Formão, Serrote, Martelo, Repuxo, Plaina, Raspadeira). Afiação de ferramentas. Ferramentas elétricas portáteis (Furadeira, Serra Circular, Serra Tico-tico, Lixadeiras, Tupias). Ferramentas Estacionárias (Serra circular esquadrejadeira, Desempenadeira, Desengrossadeira, Furadeira, Lixadeira, Tupia, Serra de fita, Torno). Elementos de fixação (Pregos, Parafusos, Cola PVA, Cola de Contato, Cola Ureia-Formol).</p>			

Juntas e encaixes. Segurança, higiene e saúde no trabalho. Projeto 1: Cadeira. Projeto 2: Mesa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

PEIXOTO, V. M. F.; DEUTSCH, H. Curso de Marcenaria - Nível Básico. Viçosa-MG: CPT. 2008

PEIXOTO, V. M. F.; DEUTSCH, H. Curso de Marcenaria - Nível Intermediário. Viçosa-MG: CPT. 2008

PEIXOTO, V. M. F.; DEUTSCH, H. Curso de Marcenaria - Nível Profissional. Viçosa-MG: CPT. 2008

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MARCELLINI, D. Manual pratico de marcenaria. Ediouro. 1999. 277 p.

PEIXOTO, V. M. F.; DEUTSCH, H. Curso de Marcenaria - Nível Profissional II. Viçosa-MG: CPT. 2008

MASSARDI, O.; MARANGON, E. M. Curso Fabricação de Móveis em Série. Viçosa-MG: CPT. 2009

OLIVEIRA, M. O.; MOREIRA, J. R. Curso Como Montar e Operar uma Pequena Fábrica de Móveis. Viçosa-MG: CPT. 2009

OLIVEIRA, M. O.; BAILONI, M. C. Curso Projetos e Fabricação de Móveis. Viçosa-MG: CPT. 2009

 INSTITUTO FEDERAL Mato Grosso Campus Cáceres - Prof. Olegário Baldo	IFMT/CÁCERES/PROF. OLEGÁRIO BALDO Curso de Bacharelado em Engenharia Florestal	
IDENTIFICAÇÃO		
DISCIPLINA	SEMESTRE	CARGA HORÁRIA
Biodegradação e Preservação da Madeira	Optativa	51 h
DESCRIÇÃO/EMENTA		
Agentes e causas da deterioração da madeira. Requisitos para o desenvolvimento de fungos e os tipos de degradação na madeira. Meios de controle. Ataque de insetos na madeira e meios de controle. Tipos e formulações de preservativos para a madeira. Seleção do preservativo a ser empregado e aplicação no material. Métodos de preservação da madeira. Testes de toxidade. Fatores que influenciam na efetividade dos tratamentos. Tratamentos de painéis, chapas e compensados. Tratamento para o retardamento do fogo em madeira. Anatomia, ultraestruturas, química, propriedades físicas e mecânicas da madeira deteriorada por microorganismos.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
KLOCK, U. Química da Madeira. Curitiba: Fupef, 2005.		
LEPAGE, E. S. Manual de Preservação de Madeiras Vol. I e II. São Paulo: IPT, 1986		
NENNEWITZ, I; et al. Manual da Tecnologia da Madeira. São Paulo. Editora Blucher, 2008.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
CHIRRA, FLORIAN. Ohio Pesticide Applicator Training. Wood Preservation – Student Workbook. The Ohio State University, 1995. Disponível em: < http://ohioline.osu.edu/pdf/b821-13.pdf >. Acesso em fevereiro de 2011.		
DESCH, H. E; DINWOODIE, J M (Revised by). Timber: Its Structure, Properties and Utilization. NewYork Timber Press (OR), 1974. RICHARDSON, B.A. Wood Preservation. E & FN SPON, an imprint of chapman & Hall. Second Edition, London, 1993.		
MORESCHI, J.C. Biodegradação da Madeira. Curso de Pós Graduação em Engenharia Florestal. Universidade Federal do Paraná. Disponível em :		

111

< http://www.madeira.ufpr.br/ceim/index.php?option=com_content&view=article&id=37&catid=28>. Acesso em fevereiro de 2011.

MORESCHI, J.C. Produtos Preservantes de Madeira. Curso de Pós Graduação em Engenharia Florestal. Universidade Federal do Paraná. Disponível em:

< http://www.madeira.ufpr.br/ceim/index.php?option=com_content&view=article&catid=28&id=36>. Acesso em fevereiro de 2011.


OLIVEIRA, M. O. Secagem e Tratamento de Madeira na Fazenda. Viçosa: CPT.

ROLL, DIANA. Wood Preservation - Study Guide For Commercial Applicators. Ohio Department of Agriculture – Pesticide Regulation – Certification and Training, 2003. Disponível:

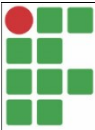
<http://www.agri.ohio.gov/Public_Docs/Pest_Study_Material/4b%20Wood%20Preservation.pdf>. Acesso em fevereiro de 2011.

SCHWEINGRUBER, F. H. Wood Structure and Environment. Editora: Springer. 2009.

TSOUMIS, G.T. Science and Technology of wood: Structure, Properties, Utilization. New York: Chapman&Hall, 1991.

 INSTITUTO FEDERAL Mato Grosso Campus Cáceres - Prof. Olegário Baldo		IFMT/CÁCERES/PROF. OLEGÁRIO BALDO Curso de Bacharelado em Engenharia Florestal	
IDENTIFICAÇÃO			
DISCIPLINA	SEMESTRE	CARGA HORÁRIA	
Segurança no Trabalho Florestal	Optativa	51 h	
DESCRIÇÃO/EMENTA			
Introdução à segurança no trabalho. Higiene e medicina do trabalho. Riscos e acidentes do trabalho. Movimentação de materiais. Proteção e prevenção de incêndios. Ruído e vibração. Ventilação. Riscos biológicos. Emergências. Segurança do trabalho em atividades culturais e silviculturais (aplicação de agrotóxicos, plantio, poda) e colheita florestal. Acidentes no trabalho. Ergonomia humana. Ergonomia de máquinas florestais.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
YEE, Z. C. Perícias de engenharia de segurança do trabalho: aspectos processuais e erros práticos. Curitiba: Juruá, 2005. 194p. FLORENZANO, T. G. Imagem de satélite para estudos ambientais. São Paulo: Oficina de Textos, 2002. 97p. FILHO, A. N. Barbosa. Segurança do trabalho & gestão ambiental. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
BRASIL. Segurança e medicina do trabalho. (Manuais de legislação atlas) 59. ed. São Paulo: Atlas, 2006. 672 p. GARCIA, G. F. B. (Org.). Legislação de segurança e medicina do trabalho. 2. ed. São Paulo: Método, 2008. ROUSSELET, E. da S. A segurança na obra: manual de procedimentos para implantação e funcionamento de canteiro de obras. Rio de Janeiro: Seconci, 1997. 183 p. SAMPAIO, J. C. de A. PCMAT: programa de condições e meio ambiente do trabalho na indústria da construção. São Paulo: Sinduscon, 1998. 193 p YASUKO, Y. R. Segurança e Saúde no Trabalho Florestal. Fundacentro, 2005. Curso de Engenharia de Segurança do Trabalho, 6 volumes. São Paulo: Fundacentro, 1982			

 INSTITUTO FEDERAL Mato Grosso Campus Cáceres - Prof. Olegário Baldo		IFMT/CÁCERES/PROF. OLEGÁRIO BALDO Curso de Bacharelado em Engenharia Florestal
IDENTIFICAÇÃO		
DISCIPLINA	SEMESTRE	CARGA HORÁRIA
Avaliação de Impactos Ambientais	Optativa	51 h
DESCRIÇÃO/EMENTA		
Evolução da consciência ambiental no Mundo e no Brasil. A Legislação e a AIA Aspectos sociais e Econômicos e os Impactos Ambientais Avaliação de Impacto Ambiental: planejamento a previsão de impactos; indicadores de impactos ambientais; métodos de previsão de impactos; incertezas e erros de previsão e áreas de influência. Fundamentos da Metodologia de Avaliação de Impactos Ambientais Método Had Hoc; Listagem de Controle; Sobreposição de Cartas; Redes de Interação; Matrizes de Interação; Modelos de Simulação e Seleção da Metodologia. Análise Técnica dos Estudos Ambientais.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
CONAMA. Resoluções CONAMA, 1986 a 1991. Brasília: IBAMA, 1992. CUNHA, Sandra Baptista; GUERRA, Antônio José Teixeira. Avaliação e perícia ambiental. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999. SANCHEZ, L.E. Avaliação de Impacto Ambiental. Conceitos e Métodos. Oficina de Textos. São Paulo.2006.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
CONAMA. Resoluções CONAMA, 1986 a 1991. Brasília: IBAMA, 1992. SILVA, E. Métodos de avaliação de impactos ambientais. In: _____. Técnicas de avaliação de impactos ambientais. Série Saneamento e Meio Ambiente, Manual n. 199. Viçosa: CPT, 1999.		

 INSTITUTO FEDERAL Mato Grosso Campus Cáceres - Prof. Olegário Baldo		IFMT/CÁCERES/PROF. OLEGÁRIO BALDO Curso de Bacharelado em Engenharia Florestal
IDENTIFICAÇÃO		
DISCIPLINA	SEMESTRE	CARGA HORÁRIA
Uso dos Solos Tropicais	Optativa	51 h
DESCRIÇÃO/EMENTA		
Os solos e as atividades agrícolas nos trópicos, com ênfase no Brasil. Uso dos solos nos trópicos relacionados aos aspectos climáticos. Conhecimento das potencialidades e limitações de terras para uso agrícola. Uso dos solos em agricultura. Uso dos solos em relação à quantidade e qualidade da água. Agricultura em solos arenosos. Indicadores da qualidade do solo.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
ALVAREZ, V; FONTES, L.E.F. & FONTES, M.P.F. 1996. Solos nos grandes domínios morfoclimáticos do Brasil e o desenvolvimento sustentado. Viçosa. 930p. LESCH, I. F. 1993. Manual para levantamento utilitário do meio físico e classificação de terras no sistema de capacidade uso. Soc. Bras. Ciência do Solo. SILVA, L.S.; CANELLA, L.P.; CAMARGO. F.A.O., eds. 2008. Fundamentos da matéria orgânica do solo: Ecossistemas tropicais e subtropicais. 2. ed. Porto Alegre, Metrópole, p. 561 – 569.		

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GLEISSMAN, S.R., 2001. Agroecologia: Processos Ecológicos em Agricultura Sustentável. Ed. Universidade/UFRGS, 2ª Ed. Porto Alegre.

MERTEN, G.H. (coord.) Manejo de solos de baixa aptidão agrícola no Centro-Sul do Paraná. Circular n° 84, Instituto Agrônômico do Paraná – Londrina, novembro/94.

TAN, K. H., 1994. Environmental Soil Science. Marcel Dekker, Inc., New York.

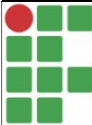
4. RESENDE, M.; CURI, N. : SANTANA, D.P. 1988. Pedologia e Fertilidade do solo – Interações e aplicações. MEC/ESAL/POTATOS. 81 p. RESENDE, M.; CURI, N.; RESENDE, S.R. & CORRÊA, G.F. 2007. Pedologia: Base para distinção de ambientes. 5ª. Ed. Lavras, Universidade Federal de Lavras. 322p.

Periódicos

Revista Brasileira de Ciência do Solo.

Pesquisa Agropecuária Brasileira.

Soil Science Journal

 <p>INSTITUTO FEDERAL Mato Grosso Campus Cáceres - Prof. Olegário Baldo</p>	<p>IFMT/CÁCERES/PROF. OLEGÁRIO BALDO Curso de Bacharelado em Engenharia Florestal</p>
---	---

IDENTIFICAÇÃO

DISCIPLINA	SEMESTRE	CARGA HORÁRIA
Forragicultura Geral	Optativa	51 h

DESCRIÇÃO/EMENTA

Introdução à Forragicultura. Botânica de gramíneas e leguminosas. Características gerais das plantas forrageiras (gramíneas e leguminosas). Formação e manejo de pastagens. Processos, causas e estratégias de recuperação de pastos degradados. Calagem e adubação de forrageiras. Crescimento vegetativo e recuperação após desfolha. A planta forrageira sob pastejo. Sistemas de pastejo. Recuperação de pastagens degradadas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

PIRES, WAGNER. Manual de Pastagem – Formação, Manejo e Recuperação. Editora Aprenda Fácil, 2006. 1 ed. ISBN: 8576300281. 302p.

MARTINS, S. V. Recuperação de áreas degradadas: ações em áreas de preservação permanente, voçorocas, taludes rodoviários e de mineração. 1. ed. Viçosa, MG: Aprenda Fácil Editora, 2009. v.1. ISBN: 9788562032028. 270p.

CORRÊA, RODRIGO STUDART. Recuperação de áreas degradadas pela mineração no cerrado. Editora Universa, 2005. 1 ed. ISBN: 8586591874. 186p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR


CORRÊA, RODRIGO STUDART; BAPTISTA, GUSTAVO MACEDO DE MELLO. Mineração e áreas degradadas no cerrado. Editora Universa, 2004. 1 ed. ISBN: 858659170X. 174 p.


BRANDÃO, V. S.; CECÍLIO, R. A.; PRUSKI, F. F.; SILVA, D. D. Infiltração da água no solo. Viçosa: UFV, 2006. 3ª ed. ISBN: 85-7269-247-9. 2006. 108p.

RAIJ, BERNARDO VAN. Fertilidade do Solo e Manejo de Nutrientes. Editora IPNI, 2011. 1ª ed. ISBN: 9788598519074. 420p.

SCHNEIDER, PAULO; GIASSON, ELVIO; KLAMT, EGON. Classificação da Aptidão Agrícola das Terras. Editora: Agrolivros, 2007. 1ª ed. ISBN: 9788598934105. 72p.

BERTONE, J.; LOMBARDI NETO, F. Conservação do Solo. Editora: Ícone, 2010. 7 ed. ISBN: 9788527409803. 360p.

 INSTITUTO FEDERAL Mato Grosso Campus Cáceres - Prof. Olegário Baldo		IFMT/CÁCERES/PROF. OLEGÁRIO BALDO Curso de Bacharelado em Engenharia Florestal	
IDENTIFICAÇÃO			
DISCIPLINA		SEMESTRE	CARGA HORÁRIA
Zootecnia Geral		Optativa	51 h
DESCRIÇÃO/EMENTA			
Mecanismos e fatores que afetam a importância econômica dos animais domésticos; principais tipos e raças de animais domésticos; noções de melhoramento genético animal; sistemas de criação; instalações, equipamentos e profilaxia ligados a espécies de interesse zootécnico; bioclimatologia na produção animal.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
TORRES, A. P. Manual de Zootecnia. 2º Ed. 1982. Editora Ceres. 302p DOMINGUES, O. Elementos de zootecnia tropical. 6.ed. São Paulo: Nobel, 1984. 143p. DOMINGUES, O. Introdução à zootecnia. S. T. A. MA-RJ, 1986. FARIA, E. V. Zootecnia geral. Rio de Janeiro: UFRJ, 1979.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
DIAS, D. S. O.; DIAS, M. J.; FERREIRA, M. R. Noções de Reprodução e Eficiência Reprodutiva e suas relações com o Melhoramento Animal, 2007. 42p. (Manual Didático nº 8). JARDIM, V. R. Manual de zootecnia. São Paulo: ICEA, 1980. MULLER, P. B. Bioclimatologia aplicada aos animais domésticos. Santa Maria: Palotti, 1978.			


 INSTITUTO FEDERAL Mato Grosso Campus Cáceres - Prof. Olegário Baldo		IFMT/CÁCERES/PROF. OLEGÁRIO BALDO Curso de Bacharelado em Engenharia Florestal	
IDENTIFICAÇÃO			
DISCIPLINA		SEMESTRE	CARGA HORÁRIA
Conservação do Solo e da Água		Optativa	51 h
DESCRIÇÃO/EMENTA			
Princípios e conceitos relativos a conservação do solo e da água. Mecanismos e fatores que afetam a erosão do solo. Impactos ambientais e econômicos da erosão do solo. Práticas de controle da erosão do solo. Manejo conservacionista do solo e da água; indicadores da qualidade do solo e da água. Manejo do solo e a sustentabilidade da atividade florestal. Práticas conservacionistas do solo e da água. Sistemas de uso e manejo dos solos tropicais. Métodos e diagnósticos do uso sustentável dos solos tropicais: capacidade de uso, aptidão agrícola. Plantas de cobertura e /ou adubação verde.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
BERTONI, J.; LOMBARDI NETO, F. Conservação do solo. 7.ed. São Paulo, Ícone, 2010. 355p. PIRES, F. R.; SOUZA, C. M. de. Práticas mecânicas de conservação do solo e da água. Viçosa: UFV, 2003. 176p. GUERRA, A.J.T.; SILVA, A.S.; BOTELHO, R.G.M. Erosão e conservação de solos: conceitos temas e aplicações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
INFORME AGROPECUÁRIO: Manejo de Microbacias. Belo Horizonte, 21(207), 1987.			


LEPSCH, I.F. Manual para levantamento utilitário do meio físico e classificação de terras no sistema de capacidade de uso. I.F. Lepsch, R Bellinazzi Jr., D. Bertolini, C.R. Espíndola. 4 aproximação, Campinas, Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, 1991, 175 p.

RESENDE, M., CURTI, N., REZENDE, S.B., CORREA, G.F. Pedologia: base para distinção de ambientes. 6. ed. Lavras: Editora da UFLA, 2014. 378 p.

SANTOS, R.D.; LEMOS, R.C.; SANTOS, H.G.; KER, J. & ANJOS, L.H.C. Manual de descrição e coleta de solo no campo. 5.ed. Viçosa, MG, Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, 2005. 92p.

USDA. Department of Agriculture. Natural Resources Conservation Service. Soil Survey Staff. Keys to soil taxonomy. 8a ed. Washington, 1998, 326 p.

 INSTITUTO FEDERAL Mato Grosso Campus Cáceres - Prof. Olegário Baldo		IFMT/CÁCERES/PROF. OLEGÁRIO BALDO Curso de Bacharelado em Engenharia Florestal	
IDENTIFICAÇÃO			
DISCIPLINA		SEMESTRE	CARGA HORÁRIA
Aquicultura		Optativa	51 h
DESCRIÇÃO/EMENTA			
Importância da piscicultura. Instalação de uma piscigranja. Propriedades físico-químicas da água. Espécies indicadas para a piscicultura. Alimentação de peixes de água doce. Formulação de ração. Manejo alimentar. Policultivo. Piscicultura integrada (P.I.). Transporte, comercialização, conservação e defumação de pescado. Noções sobre carcinocultura. Noções sobre ranicultura.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
VIEIRA, REGINE HELENA SILVA DOS FERNANDES. Microbiologia, higiene e qualidade do pescado: teoria e prática. Editora Varela, 2003. 1 ed. ISBN: 858551972X. 380p. BRITSKI, H. A.; DE SILIMON, K. Z. S.; LOPES, B. S. Peixes do Pantanal: manual de identificação. Editora EMBRAPA, 2007. 2 ed. ISBN: 9788573833881. 227p. VIEIRA, PRISCILA; LOGATO, ROSA. Nutrição e Alimentação de Peixes de Água Doce. Editora Aprenda fácil, 2000. 1 ed. ISBN: 8588216582. 128p.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
MORAIS, ANDRÉ STEFFENS; MARQUES, DÉBORA K. S. Coleção 500 Perguntas 500 Respostas: Pesca e Piscicultura no Pantanal. Editora EMBRAPA, 2010. 1 ed. ISBN: 9788573834864. 191p. DA SILVA, N.; JUNQUEIRA, V. C. A.; SILVEIRA, N. F. A.; TANIWAKI, M. H.; DOS SANTOS, R. F. S.; GOMES, R. A. R.; OKAZAKI, M. M. Manual de técnicas de análise microbiológica de alimentos e água. Editora Varela, 2010. 4 ed. ISBN: 9788577590131. 624p. PEREIRA, MILTON FISCHER. Construções Rurais. Editora Nobel, 1986. 1 ed. ISBN: 9788521315384. 330p. BORGES, ALBERTO DE CAMPOS. Prática das Pequenas Construções. Editora Edgard Blucher, 2009. 9ed. ISBN: 9788521204817. 400p. NASCIMENTO, FLÁVIO LIMA. Noções básicas sobre piscicultura e cultivo em tanques-rede no Pantanal. Corumbá: Embrapa Pantanal, 2010. ISBN 9788598893198. 28 p.			

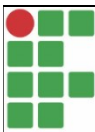
 INSTITUTO FEDERAL Mato Grosso Campus Cáceres - Prof. Olegário Baldo		IFMT/CÁCERES/PROF. OLEGÁRIO BALDO Curso de Bacharelado em Engenharia Florestal
IDENTIFICAÇÃO		
DISCIPLINA	SEMESTRE	CARGA HORÁRIA
Apicultura	Optativa	51 h
DESCRIÇÃO/EMENTA		
Introdução à Apicultura: evolução, histórico e partes do corpo (órgãos e funções, fases da evolução biológica). Importância do inseto como polinizador; Potencialidades e limitações a exploração no Brasil, expansão; Requisitos para iniciar-se na atividade; Diferenças básicas entre ápis e melíponas; Partes da colmeia e funções; Formas de apicultura, características e diferenças; Equipamentos básicos de manejo e colheita de mel; Composição química dos produtos das abelhas; Manejo de colmeias: revisão, união, transporte; Preparação de caixas iscas; Processo de obtenção de cera bruta e alveolada. Abelhas sem ferrão: importância, criação e manejo.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
WIESE, HELMUTH. Apicultura - Novos Tempos. Editora Agrolivros, 2005. 2ª ed. ISBN: 8598934011. 378p. COUTO, R. H. N. Apicultura: manejo e produtos. Editora Funep, 2006. 3ª ed. 193p. PINHEIRO, ANTÔNIO LELIS; CÂNDIDO, JOSÉ FLÁVIO. As Árvores e a Apicultura. Editora: Produção Independente, 2009. ISBN: 9788562961069. 71p.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
PEREIRA, MILTON FISCHER. Construções Rurais. Editora Nobel, 1986. 1 ed. ISBN: 9788521315384. 330p. BORGES, ALBERTO DE CAMPOS. Prática das Pequenas Construções. Editora Edgard Blucher, 2009. 9ed. ISBN: 9788521204817. 400p. COSTA, P. S. C. Planejamento e implantação do apiário (livro e CD-Rom). Editora CPT, Viçosa, MG. 2003. 118p. COSTA, P. S. C. Apicultura migratória – produção intensiva de mel (livro e CD-Rom). Editora CPT, Viçosa, MG. 2003. 142p. COSTA, P. S. C. Manejo do apiário – mais mel com qualidade (livro e CD-Rom). Editora CPT, Viçosa, MG. 2003. 118p.		

 INSTITUTO FEDERAL Mato Grosso Campus Cáceres - Prof. Olegário Baldo		IFMT/CÁCERES/PROF. OLEGÁRIO BALDO Curso de Bacharelado em Engenharia Florestal
IDENTIFICAÇÃO		
DISCIPLINA	SEMESTRE	CARGA HORÁRIA
Ferramentas e Controle de Qualidade na Atividade Florestal	Optativa	51 h
DESCRIÇÃO/EMENTA		
Histórico. Importância da utilização das ferramentas da qualidade. Ferramentas da qualidade. Métodos de controle. Execução, verificação, padronização e conclusão. Controle estatístico de processo.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
RIBEIRO JUNIOR, J. I. Métodos Estatísticos Aplicados ao Controle da Qualidade. Viçosa:		

Editora UFV, 2013. 274p.
 TRINDADE, C.; JOSÉ REZENDE, L. P.; JACOVINE, L. A. G. SARTORIO, M. L. 2 ed.
 Ferramentas da Qualidade - Aplicação na atividade florestal. Viçosa: Editora UFV, 2007. 158p.
 TRINDADE, C.; JOSÉ REZENDE, L. P.; JACOVINE, L. A. G. SARTORIO, M. L. Gestão e
 Controle da Qualidade na Atividade Florestal. Viçosa: Editora UFV, 2012. 253p

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

KIRCHNER, A.; KAUFMANN, H.; SCHIMID, D.; FISHER, G. Gestão da Qualidade -
 Segurança do Trabalho e Gestão Ambiental. São Paulo: Edgard Blucher, 2009. 240p.
 LOUZADA, F.; DINIZ, C. A. R.; SILVA, P. H. F.; FERREIRA, E. L. Controle Estatístico de
 Processos. 2013. 282p.

 <p>INSTITUTO FEDERAL Mato Grosso Campus Cáceres - Prof. Olegário Baldo</p>	<p>IFMT/CÁCERES/PROF. OLEGÁRIO BALDO Curso de Bacharelado em Engenharia Florestal</p>
---	--

IDENTIFICAÇÃO

DISCIPLINA	SEMESTRE	CARGA HORÁRIA
Culturas Florestais	Optativa	51 h

DESCRIÇÃO/EMENTA

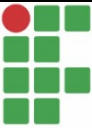
Principais culturas florestais de importância econômica madeireira e não madeireira. Seringueira. Teca. Eucalipto. Pau de Balsa. Pinus. Palmáceas (açai, pupunha). Algaroba. Cumbarú. Pequi. Pinho Cuiabano. Mogno Africano. Cedro Australiano. Erva Mate.

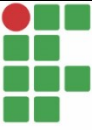
BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CARVALHO, P.E.R. Espécies arbóreas brasileiras. Curitiba: EMBRAPA – Florestas, 2003. 1039p.
 DUBOIS, J.C.L., VIANA, V.M. e ANDERSON, A.B. Manual agroflorestal para a Amazônia. REBRAF. 2 ed. vol. 1. Rio de Janeiro. 1996. 228p.
 GALVÃO, A.P.M. (org.) Reflorestamento de propriedades rurais para fins produtivos e ambientais: um guia para ações municipais e regionais. Brasília: Embrapa – CNPF, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

LORENZI, H. Árvores Brasileiras: manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas nativas do Brasil. (7ª ed.). Nova Odessa: Instituto Plantarum., 2016. 392p. v.1.
 LORENZI, H. Árvores Brasileiras: manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas nativas do Brasil. (4ª ed.). Nova Odessa: Instituto Plantarum, 2016. 368p. v.2.
 LORENZI, H. Árvores Brasileiras: manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas nativas do Brasil. (2ª ed.). Nova Odessa: Instituto Plantarum, 2016. v.3.

 INSTITUTO FEDERAL Mato Grosso Campus Cáceres - Prof. Olegário Baldo		IFMT/CÁCERES/PROF. OLEGÁRIO BALDO Curso de Bacharelado em Engenharia Florestal	
IDENTIFICAÇÃO			
DISCIPLINA	SEMESTRE	CARGA HORÁRIA	
Fitotecnia Geral	Optativa	51 h	
DESCRIÇÃO/EMENTA			
<p>Conceito, importância e complexidade da agricultura. Disponibilidade, aptidão, adequação e incorporação de terras para agricultura. Aspectos gerais da botânica, variedades, clima, solo, propagação, sistemas de cultivo, plantio, manejo, adubação, fitossanidade, colheita, pós-colheita, armazenamento, classificação, certificação, comercialização, industriabilidade e mercados de culturas anuais e perenes. Rotação de culturas. Plantio direto.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<p>BORÉM, A. Melhoramento de espécies cultivadas. Editora UFV- MG, 1999. EHLERS, E. Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma. São Paulo: Livros da Terra, 1996. 175p. MANICA, I. Frutas Anonáceas. Tecnologia de produção, pós colheita, mercado. Porto Alegre, RS: Cinco Continentes, 2003, 596p.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
<p>ARANTES, N. E.; SOUZA, P. I. M. A cultura da soja nos cerrados. Piracicaba, SP: Associação Brasileira para pesquisa da potassa e fosfato, 1993, 535 p. AZEVEDO, D. M. P.; LIMA, E. F. O Agronegócio da Mamona no Brasil. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2001, 350 p. BELTRÃO, N. E. M. (Org). O Agronegócio do Algodão no Brasil. Brasília, DF: Embrapa Comunicação para Transferência de Tecnologia, 1999, 491 p. (Vol. I e II). FACHINELLO, J.C.; NACHTIGAL, J.C.; KERSTEN, E. Fruticultura - fundamentos e práticas. Pelotas: Editora Universitária - Ufpel, 1996. 311 p. VIEIRA, N. R. A.; SANTOS, A. B.; SANT'ANA, E. P. (Eds). A Cultura do Arroz no Brasil. Santo Antônio de Goiás, GO: Embrapa Arroz e Feijão, 1999, 633 p.</p>			

 INSTITUTO FEDERAL Mato Grosso Campus Cáceres - Prof. Olegário Baldo		IFMT/CÁCERES/PROF. OLEGÁRIO BALDO Curso de Bacharelado em Engenharia Florestal	
IDENTIFICAÇÃO			
DISCIPLINA	SEMESTRE	CARGA HORÁRIA	
Silvicultura Clonal	Optativa	51 h	
DESCRIÇÃO/EMENTA			
<p>Aspectos gerais da silvicultura clonal. Seleção e multiplicação de clones. Testes clonais. Organização e estratégias de plantios clonais. Biotecnologia no melhoramento florestal. Produção e comercialização de sementes e mudas.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<p>BORÉM, A. Melhoramento de espécies cultivadas. Editora UFV- MG, 1999. ALFENAS, A.C.; ZAUZA, E.A.V.; MÁFIA, R.G.; ASSIS, T.F. Clonagem e doenças do eucalipto. Viçosa: UFV, 2004. 442p. XAVIER, A. Silvicultura Clonal I: princípios e técnicas de propagação vegetativa. Caderno</p>			

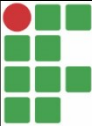
Didático. Viçosa: UFV. 2002.

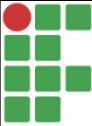
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BUENO, L.C.S.; MENDES, A.N.G.M.; CARVALHO, S.P. Melhoramento genético de plantas. Lavras: Editora UFLA, 2001. 282p.

RESENDE, M.D.V. Genética biométrica e estatística no melhoramento de plantas perenes. Brasília: EMBRAPA – Informação Tecnológica, 2002. 975p.

ROCHA, M.G.B. Melhoramento de espécies arbóreas nativas. Belo Horizonte: IEF. 2002.

 INSTITUTO FEDERAL Mato Grosso Campus Cáceres - Prof. Olegário Baldo		IFMT/CÁCERES/PROF. OLEGÁRIO BALDO Curso de Bacharelado em Engenharia Florestal	
IDENTIFICAÇÃO			
DISCIPLINA	SEMESTRE	CARGA HORÁRIA	
Agroecologia	Optativa	51 h	
DESCRIÇÃO/EMENTA			
História da Agricultura. Bases teóricas da ecologia agrícola. Princípios da Agroecologia. Manejo ecológico de pragas. Manejo do ambiente. Ciclagem e manejo da matéria orgânica. Planejamento de agroecossistemas. Perspectivas do mercado de produtos agroecológicos. Sustentabilidade social-ambiental-econômica de agroecossistemas. Segurança alimentar e tendências de mercado. Processo de conversão de modelo de produção. Perspectivas legais e de mercado. Marketing de Produtos Orgânicos. Monitoramento de indicadores de eficiência			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
GLIESSMAN, S. Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável. 2a ed. Porto Alegre: UFRGS, 2001. 653 p. ALTIERE, M.A. Agroecologia: Bases Científicas da Agricultura Alternativa. FASE, Rio de Janeiro, RJ. 235 p. 1989. PRIMAVESI, A. Agricultura sustentável. São Paulo: Nobel, 1992. 142 p.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
ALTIERI, M. Agroecologia: A dinâmica produtiva da agricultura sustentável. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 2000. 110p. CHABOUSSOU, F. Plantas Doentes pelo Uso de Agrotóxicos: A teoria da Trofobiose. Porto Alegre: L&PM, 1999. 272p. KHATOUNIAN, C.A. A reconstrução ecológica da Agricultura. Botucatu: Agroecológica, 2001. 348p. SOUZA, J.L & RESENDE, P. Manual de Horticultura Orgânica. Viçosa: Aprenda Fácil, 2003. 560p.			

 INSTITUTO FEDERAL Mato Grosso Campus Cáceres - Prof. Olegário Baldo		IFMT/CÁCERES/PROF. OLEGÁRIO BALDO Curso de Bacharelado em Engenharia Florestal	
IDENTIFICAÇÃO			
DISCIPLINA	SEMESTRE	CARGA HORÁRIA	
Fruticultura Geral	Optativa	51 h	
DESCRIÇÃO/EMENTA			
Importância da Fruticultura. Conceitos. Espécies-Varietades. Características botânicas.			

Propagação. Modelos de produção, adubação, plantio, práticas culturais, manejo, colheita e pós-colheita de fruteiras tropicais nativas e exóticas. Planejamento, instalação e manejo de pomares. Mercados atuais e potenciais de produtos e subprodutos. Sistemas de classificação e embalagem. Associativismo, certificação e escala de exploração.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FACHINELLO, J.C.; NACHTIGAL, J.C.; KERSTEN, E. Fruticultura - fundamentos e práticas. Pelotas: Editora Universitária - Ufpel, 1996. 311 p.

MANICA, I. Frutas Anonáceas. Tecnologia de produção, pós colheita, mercado. Porto Alegre, RS: Cinco Continentes, 2003, 596p.

MANICA, I. Fruticultura tropical. Porto Alegre, RS: Cinco Continentes, 2000, 374p

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

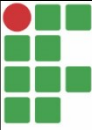
ALVES, E. J. (Org). A Cultura da Banana: aspectos técnicos, sócio econômicos e agroindustriais. Brasília, DF: EMBRAPA – SPI, 1997, 585P.

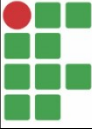
FERREIRA, J. M. S.; WARWICK, P. R. N., SIQUEIRA, L. A. (Ed.). A cultura do coqueiro no Brasil. Brasília-DF: EMBRAPA – SPI, 1998, 292P.

CUNHA, A. P. et al. (Org). O abacaxizeiro. Cultivo, agroindústria e economia. Brasília, DF: Embrapa Comunicação para Transferência de Tecnologia. 1999, 480p.

BRUCKNER, C. H.; PICANÇO, M. C. (Ed). Maracujá: tecnologia de produção, pós-colheita, agroindústria e mercado. Porto Alegre: Cinco Continentes, 2001, 472p.

 INSTITUTO FEDERAL Mato Grosso Campus Cáceres - Prof. Olegário Baldo		IFMT/CÁCERES/PROF. OLEGÁRIO BALDO Curso de Bacharelado em Engenharia Florestal	
IDENTIFICAÇÃO			
DISCIPLINA	SEMESTRE	CARGA HORÁRIA	
Silvicultura Tropical	Optativa	51 h	
DESCRIÇÃO/EMENTA			
Aspectos gerais das florestas tropicais. Sucessão de florestas tropicais. Regeneração natural de florestas tropicais. Tratamentos silviculturais aplicados a regeneração natural. Sistemas silviculturais aplicados às florestas tropicais. Método de transformação do povoamento ou conversão. Método de transformação por via da sucessão dirigida. Sistemas de transformação por meio de regeneração combinada com exploração. Método de substituição.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
AMARAL, P. et al. Floresta para sempre: manual para produção de madeira na Amazônia. Belém: IMAZON, 1998. 137p.			
LAMPRECHT, H. Silvicultura nos trópicos: ecossistemas florestais e respectivas espécies arbóreas. Alemanha. Universidade Gottingen. Eschborn. 1990.			
SOUZA, A.L.; JARDIM, F.C.S. Sistemas silviculturais aplicados às florestas tropicais. Viçosa: SIF. 1993 (Documento 8).			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
NARDELI, A. M. B. (Tradutora). Manual do Manejo Florestal Sustentável. Viçosa: Editora UFV, 2015. 398 p.			
SCOLFORO, J.R.S. Manejo Florestal. Lavras. UFLA/FAEPE. 1998. 438 p.			
Zarin, D.J. et al. As florestas produtivas no neotrópico. Conservação por meio do manejo sustentável? São Paulo: Ed. Petrópolis. Brasília: IEB – Instituto Internacional de Educação no Brasil, 2005. 511p.			

 INSTITUTO FEDERAL Mato Grosso Campus Cáceres - Prof. Olegário Baldo		IFMT/CÁCERES/PROF. OLEGÁRIO BALDO Curso de Bacharelado em Engenharia Florestal	
IDENTIFICAÇÃO			
DISCIPLINA	SEMESTRE	CARGA HORÁRIA	
Ecoturismo e Turismo Rural	Optativa	51 h	
DESCRIÇÃO/EMENTA			
Definição, evolução e importância do setor de turismo/ecoturismo. Classificação e origem do ecoturismo. Levantamento e análise dos recursos naturais com potencialidades para o ecoturismo. Determinação de capacidade de carga. Planejamento e gestão de empreendimentos ecoturísticos. Pesquisa e análise de mercado. Educação ambiental. Impactos ambientais, socioculturais e econômicos do ecoturismo. Empreendimentos ecoturísticos. Exploração do potencial turístico de propriedades rurais.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
KINKER, S. Ecoturismo e conservação da natureza em parques nacionais. Campinas, SP: Papirus, 2002, (Coleção Turismo). SWARBROOKE, J. Turismo Sustentável: conceitos e impacto ambiental. (tradução Margarete Dias Paulido) São Paulo: Aleph, 2000, (Coleção Turismo). TRIGO, L. G. G. Cronologia do Turismo no Brasil. São Paulo: CTI/TERRA, 1991. http://www.embratur.gov.br , consultado em 26 de Junho de 2007.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
EMABRATUR/IBAMA. Diretrizes para uma política nacional de Ecoturismo. Grupo de Trabalho Interministerial. In: KINKER, S. Ecoturismo e conservação da natureza em parques nacionais. Campinas, SP: Papirus, 2002, (Coleção Turismo).			

 INSTITUTO FEDERAL Mato Grosso Campus Cáceres - Prof. Olegário Baldo		IFMT/CÁCERES/PROF. OLEGÁRIO BALDO Curso de Bacharelado em Engenharia Florestal	
IDENTIFICAÇÃO			
DISCIPLINA	SEMESTRE	CARGA HORÁRIA	
Manejo de Plantas Daninhas	Optativa	51 h	
DESCRIÇÃO/EMENTA			
Classificação das plantas daninhas. Mecanismos de reprodução e dispersão. Dinâmica populacional das plantas daninhas em áreas agrícolas e não agrícolas. Banco de sementes de plantas daninhas em áreas agrícolas. Métodos de análise da vegetação daninha Interferência entre plantas daninhas e cultivadas. Métodos de controle das plantas daninhas. Resistência de plantas daninhas aos herbicidas. Classificação dos herbicidas. Interações entre herbicida-solo-plantas. Culturas geneticamente modificadas resistentes aos herbicidas.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
KISSMANN, K.G.; GROTH, D. Plantas infestantes e nocivas: Vol. I, II, III. BASF, 2000 LORENZI, H. Manual de Identificação e Controle de Plantas Daninhas: plantio direto e convencional. 4a edição, Editora Plantarum, Nova Odessa. 1994. 299 p. RODRIGUES, B.N. & F.S. ALMEIDA. Guia de herbicidas. 3a Edição, IAPAR, Edição dos autores. Londrina, 1995. 675 p.			

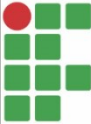
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALTIERE, M.A. Agroecologia: Bases Científicas da Agricultura Alternativa. FASE, Rio de Janeiro, RJ. 235 p. 1989.

DEUBER, R. Ciência das plantas daninhas: Fundamentos. Funep, 1992. 431 p.

OLIVEIRA Jr, R.S.; CONSTANTIN, J. Planta daninha e seu manejo. Ed. Guaíba:

Agropecuária, 2001. 362 p

 INSTITUTO FEDERAL Mato Grosso Campus Cáceres - Prof. Olegário Baldo	IFMT/CÁCERES/PROF. OLEGÁRIO BALDO	
	Curso de Bacharelado em Engenharia Florestal	

IDENTIFICAÇÃO

DISCIPLINA	SEMESTRE	CARGA HORÁRIA
Inglês Instrumental	Optativa	51 h

DESCRIÇÃO/EMENTA

Conscientização do processo de leitura. Utilização dos elementos iconográficos do texto. Noção do texto como um todo linear, coeso e coerente. Estratégias de leitura. Gramática da língua inglesa. Aquisição de vocabulário. Reconhecimento de gêneros textuais. Análise textual de um gênero.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GAMA, A.N.M. et al.. Introdução à Leitura em inglês. 2ed. rev. Rio de Janeiro: Ed. Gama Filho, 2001.

MUNHOZ, Rosangela. Inglês Instrumental. Módulos I e II. São Paulo: Texto novo, 2002.

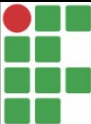
DICIONÁRIO Oxford escolar: para estudantes brasileiros de inglês: português-inglês, inglês-português. 2. ed. New York: Oxford University Press, 2007. 757 p. + CD-ROM

Socorro Evaristo et al. Inglês instrumental: estratégias de leitura. Teresina: Halley S. A. Gráfica e Editora, 1996.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

SOUZA, Adriana Grade Fiori et al. Leitura em língua inglesa: uma abordagem instrumental. São Paulo, SP: DISAL, 2005. 151 p.

SWAN, M. Practical English Usage. 2 ed. Oxford: Oxford University Press, 1995.

 INSTITUTO FEDERAL Mato Grosso Campus Cáceres - Prof. Olegário Baldo	IFMT/CÁCERES/PROF. OLEGÁRIO BALDO	
	Curso de Bacharelado em Engenharia Florestal	

IDENTIFICAÇÃO

DISCIPLINA	SEMESTRE	CARGA HORÁRIA
Meio Ambiente e Sociedade	Optativa	51h

DESCRIÇÃO/EMENTA

A temática socioambiental no contexto da teoria Crítica e da teoria da Ação Dialógica. Ética e Educação Ambiental. Racionalidade ambiental. Epistemologia da Educação Ambiental e sua contextualização histórico-crítica. Identidades da Educação Ambiental no Brasil. Educação Ambiental e Trabalho. Educação Ambiental e Participação. Política Nacional de Educação Ambiental. Organização e orientação para a elaboração e apresentação de projetos em Educação Ambiental.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CARVALHO, I. C. M. Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico. São Paulo: Cortez, 2004.

FERRARO JUNIOR, L. A. (Org.). Encontros e caminhos: formação de educadoras (es) ambientais e coletivos educadores. v.1. Brasília: MMA, Diretoria de Educação Ambiental. 2005.

LAYRARGUES, P.P.; LOUREIRO, C.F.B.; CASTRO, R.S. (Org.) Sociedade e meio ambiente: a educação ambiental em debate. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9795.htm>. Acesso em 30/04/2017.

CASTELLS, M. Sociedade em rede. v. 1, 8 ed., São Paulo: Paz e Terra, 2005.

CHAUÍ, M. Convite à Filosofia. 13 ed. 7 imp. São Paulo: Ática, 2008.

DEMO, P. Participação é conquista: noções de política social participativa. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. 38 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

LEFF, E. Epistemologia Ambiental. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LEFF, E. Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LOUREIRO, C. F. B. Educação ambiental transformadora. In: LAYRARGUES, P. P. (Coord.). Identidades da educação ambiental brasileira. Brasília: MMA, 2004. p. 65-84.

LOUREIRO, C. F. B. TORRES, J. R. (Org.). Educação Ambiental. Dialogando com Paulo Freire. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2014.

PORTO-GONÇALVES, C.W. A globalização da natureza e a natureza da globalização. 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

ZART, L. L. Educação ambiental crítica: o encontro dialético da realidade vivida e da utopia imaginada. Cáceres-MT: Unemat. Editora, 2004.

 INSTITUTO FEDERAL Mato Grosso Campus Cáceres - Prof. Olegário Baldo		IFMT/CÁCERES/PROF. OLEGÁRIO BALDO Curso de Bacharelado em Engenharia Florestal	
IDENTIFICAÇÃO			
DISCIPLINA	SEMESTRE	CARGA HORÁRIA	
Empreendedorismo	Optativa	51 h	
DESCRIÇÃO/EMENTA			
Conceitos. Sistemas e processos organizacionais. Mudanças nas relações de trabalho. Características empreendedoras. A motivação na busca de oportunidades. O funcionamento de um negócio. Estudo de viabilidade. Plano de negócios.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
BUSINESSWEEK. Empreendedorismo: as regras do jogo. São Paulo: Nobel, 2008 DORNELAS, José C. Empreendedorismo: transformando ideias em negócios. Rio de Janeiro: Campus, 2001. DORNELAS, José Carlos Assis. Empreendedorismo na prática: mitos e verdades do empreendedor de sucesso. Rio de Janeiro: Campus, 2007.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			

ARAÚJO FILHO, Geraldo Ferreira de. Empreendedorismo criativo. Rio de Janeiro: Ciência Moderno, 2007.

DOLABELA, Fernando. O Segredo de Luisa. 14ª Edição. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1999.

KOTLER, Philip; KELLER, Kevin Lane. Administração de marketing. 12. ed. São Paulo: Prentice-Hall, 2006.

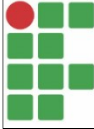
MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. Introdução à administração: edição compacta. São Paulo: Atlas, 2006.

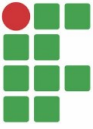
SLACK, Nigel; CHAMBERS, Stuart; JOHNSTON, Robert. Administração da produção. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 747 p.

SALIM, César S. HOCHMAN, Nelson. RAMAL, Andrea C. RAMAL, Silvina A. Construindo Planos de Negócios. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

 INSTITUTO FEDERAL Mato Grosso Campus Cáceres - Prof. Olegário Baldo		IFMT/CÁCERES/PROF. OLEGÁRIO BALDO Curso de Bacharelado em Engenharia Florestal	
IDENTIFICAÇÃO			
DISCIPLINA	SEMESTRE	CARGA HORÁRIA	
Gestão de Recursos Humanos	Optativa	51 h	
DESCRIÇÃO/EMENTA			
Estudo da relação entre a empresa e seus recursos humanos. Integração e a produtividade do trabalhador. Análise da gestão estratégica e da gestão de recursos humanos para os resultados organizacionais. Estudo da coordenação sistêmica da administração de gestão de pessoas e sua influência no clima organizacional. Desafios de tendências da gestão de Recursos Humanos. A Sustentabilidade nas Organizações. Remuneração, programa de incentivos, sindicalismo e negociações coletivas. Treinamento e Desenvolvimento. Higiene, qualidade de vida e segurança no trabalho.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
CHIAVENATO, Idalberto. Recursos Humanos: O Capital Humano nas Organizações. São Paulo: Atlas. 2008. FERNANDES, Bruno Henrique Rocha; BERTON, Luiz Hamilton. Administração Estratégica: Da Competência Empreendedora à Avaliação de Desempenho. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2012. (livro eletrônico) MARRAS, Jean Pierre. Administração de Recursos Humanos: do Operacional ao Estratégico. 14 ed. São Paulo: Saraiva, 2011. PINTO, Sandra Regina da Rocha; PEREIRA, Claudio de Souza. Dimensões Funcionais da Gestão de Pessoas. 9 ed. Rio de Janeiro: FGV. 2008.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
ALLEN, Justin; ULRICH, Dave. A Transformação do RH: Construindo os Recursos Humanos de Fora para Dentro. São Paulo: Bookman, 2011. (livro eletrônico) CARBONE, Pedro Paulo; BRANDÃO, Hugo Pena. Gestão por Competência e Gestão do Conhecimento. 3 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2011. HITT, Michel. Administração Estratégica. 7 ed. Editora Geagage learning 2008. TANURE, Betania. EVANS, Paul. PUCIK, Vladimir. Gestão de Pessoas no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Campus. 2007. PINTO, Sandra Regina da Rocha; PEREIRA, Claudio de Souza. Dimensões Funcionais da			

Gestão de Pessoas. 9 ed. Rio de Janeiro: FGV. 2008.
 ROBBINS Stephen; JUDGE, Tomothy; SOBRAL Filipe. Comportamento Organizacional: Teoria e Prática no Contexto Brasileiro. São Paulo. Editora Pearson, 2011.
 VERGARA, Silvia. Gestão de Pessoas. 14 ed. São Paulo: Atlas, 2013.
 WAGNER, John A. HOLLENBECK, John R. Comportamento Organizacional: Criando Vantagem Competitiva. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

 INSTITUTO FEDERAL Mato Grosso Campus Cáceres - Prof. Olegário Baldo		IFMT/CÁCERES/PROF. OLEGÁRIO BALDO Curso de Bacharelado em Engenharia Florestal	
IDENTIFICAÇÃO			
DISCIPLINA	SEMESTRE	CARGA HORÁRIA	
Certificação Florestal	Optativa	51 h	
DESCRIÇÃO/EMENTA			
Introdução à certificação florestal. Sistemas de certificação florestal no mundo e no Brasil. A certificação do manejo florestal pelo sistema FSC – Forest Stewardship Council. A certificação de cadeia custódia pelo sistema FSC. A certificação do manejo florestal e da cadeia de custódia pelo sistema ABNT – CERFLOR, PEFC. Instituições envolvidas. Estudos de caso em florestas naturais e plantadas.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
FOREST STEWARDSHIP COUNCIL - FSC. Disponível em: http://www.fsc.org.br . Acesso em: abril de 2013. SANQUETTA, C.R.; DALLA CORTE. A.P. Certificação Florestal. Curitiba: apostila de aula, 2012. 70p. ZANETTI, E. Certificação de Florestas Nativas no Brasil. Curitiba: Juruá, 2007. 376p.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
IMAFLORA. Disponível em http://www.imaflora.org.br . Acesso em: abril de 2013. INMETRO. Disponível em http://www.inmetro.gov.br/qualidade/cerflor.asp . Acesso em: abril de 2013. REZENDE, M.T.R. Certificação Florestal: estudo da equivalência dos sistemas. Universidade Federal Fluminense. Centro Tecnológico. Mestrado profissional em Sistema de Gestão. 2006. 175p. REZENDE, M.T.R.; MONTEIRO, L. C. HENRIQUES, A.S. Desafios da sustentabilidade: Cerflor – 10 anos trabalhando em favor das florestas brasileiras. São Paulo: Essencial Idea Editora, 2012.			

 INSTITUTO FEDERAL Mato Grosso Campus Cáceres - Prof. Olegário Baldo		IFMT/CÁCERES/PROF. OLEGÁRIO BALDO Curso de Bacharelado em Engenharia Florestal	
IDENTIFICAÇÃO			
DISCIPLINA	SEMESTRE	CARGA HORÁRIA	
Direito ambiental	Optativa	51h	
DESCRIÇÃO/EMENTA			
Considerações gerais sobre a questão ambiental nacional e internacional. A crise ambiental e a Lei. Legislação Ambiental no Brasil. Direito do Ambiente: princípios fundamentais do direito			


do ambiente. Multidisciplinaridade do Direito do Ambiente. Patrimônio Ambiental Nacional: natural e cultural. Proteção ambiental na Constituição Federal. Política Nacional do Meio Ambiente: Sistema Nacional do Meio Ambiente e Instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente: padrões de qualidade ambiental; zoneamento ambiental; avaliação de impacto ambiental; licenciamento e meio ambiente. Política florestal: espaços territoriais especialmente protegidos. Política Estadual do Meio Ambiente. Tutela civil, administrativa e penal do ambiente.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FIORILLO, C. A. P. Curso de Direito Ambiental Brasileiro, 11ª ed., São Paulo: Saraiva, 2010.
MILARÉ, É. Direito do Ambiente. 10ª ed. São Paulo: RT, 2015.
SILVA, J. A. Direito Ambiental Constitucional. 10ª ed. São Paulo: Malheiros: São Paulo, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

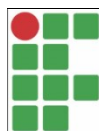
BESSA, P.A. Direito Ambiental. 14ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.
BRASIL. Lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6938.htm>. Acesso em 30/04/2017
MACHADO, P. A. L. Direito Ambiental Brasileiro. 20ª ed. São Paulo, Malheiros, 2008.
MATO GROSSO. Lei Complementar nº 38 de 21 de novembro de 1995. Institui a Política Estadual de Meio Ambiente. Disponível em: <<http://app1.sefaz.mt.gov.br/sistema/legislacao/LeiComplEstadual.nsf/9e97251be30935ed03256727003d2d92/589a53ac84391cc4042567c100689c20?OpenDocument>>. Acesso em 30/04/2017
MILARÉ, E. Direito do Ambiente: A Gestão Ambiental Em Foco - 8ª ed. São Paulo: RT, 2013.
AGOSTINHO, L. O. V. Retrocessos no Novo Código Florestal. Análise das mudanças relativas às áreas de preservação permanente e reserva legal. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

 <p>INSTITUTO FEDERAL Mato Grosso Campus Cáceres - Prof. Olegário Baldo</p>	<p>IFMT/CÁCERES/PROF. OLEGÁRIO BALDO Curso de Bacharelado em Engenharia Florestal</p>	
<p>IDENTIFICAÇÃO</p>		
<p>DISCIPLINA Fauna, Flora e a Engenharia Florestal</p>	<p>SEMESTRE Optativa</p>	<p>CARGA HORÁRIA 51 h</p>
<p>DESCRIÇÃO/EMENTA</p>		
<p>Conceito de diversidade biológica incluindo os fatores ambientais moduladores dessa diversidade. Integração de conceitos fundamentais para o estudo da diversidade, tais como evolução, adaptação e seleção natural, e a sua relação com fatores bióticos e abióticos. Diversidade da fauna e flora dos biomas Pantanal, Cerrado e Amazônia. Discussão de temas ligados à conservação da diversidade e ao impacto do ser humano sobre ela. Valoração da fauna e da flora. Espécies da fauna e flora ameaçadas de extinção. O papel do engenheiro florestal na conservação da biodiversidade.</p>		
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p>		
<p>BEGON, M., TOWNSEND, C.R. & J. L. HARPER. Ecologia. De Indivíduos a Ecossistemas. Art Med Editora. Porto Alegre. 4. ed., 2007. 740p. RICKLEFS, R. E. A Economia da Natureza. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). Espécies exóticas invasoras: situação brasileira. Secretaria de Biodiversidade e Florestas. – Brasília: 2006. 24 p.</p>		

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Townsend, C.R., Begon, M., Harper, J.L. 2006. Fundamentos de ecologia. 2ed, Artmed, Porto Alegre. 592p

Martins, M., & P. T. Sano. 2009. Biodiversidade Tropical. Coleção Paradidáticos, Série Evolução. São Paulo: Editora UNESP. 128 pp.



INSTITUTO FEDERAL
Mato Grosso
Campus Cáceres - Prof. Olegário Baldo

IFMT/CÁCERES/PROF. OLEGÁRIO BALDO
Curso de Bacharelado em Engenharia Florestal

IDENTIFICAÇÃO**DISCIPLINA**

Plantas Medicinais, Aromáticas e
Codimentares

SEMESTRE

Optativa

CARGA HORÁRIA

51 h

DESCRIÇÃO/EMENTA

Importância econômica e social das plantas medicinais, aromáticas e condimentares. Principais espécies exóticas e nativas de uso popular no Brasil. Conservação de recursos genéticos. Principais grupos e características químicas dos metabólitos secundários. Cultivo de plantas medicinais herbáceas e arbustivas. Coleta e extrativismo: manejo sustentável. Colheita e manejo pós-colheita, processamento e comercialização. Controle de qualidade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CORRÊA JÚNIOR, CIRINO; SCHEFFER, MARIANNE CHRISTINA. **Boas práticas agrícolas (BPA) de plantas medicinais, aromáticas e condimentares**. Curitiba: Emater, 2013. 52 p. Disponível em: <http://portal.arquivos.saude.gov.br/images/pdf/2015/agosto/28/bpa-plantas-medicinais-aromaticas-condimentares.pdf>

TORRES, P.G.V.; TORRES, M.A.P. **Plantas Medicinais, Aromáticas & Condimentares**. 2 ed. Rigel, 2014. 144p.

MARTINS, E. R., CASTRO, D. M., CASTELLANI, D. C., DIAS, J. E. Plantas medicinais. Editora: UFV - Universidade Federal de Viçosa. 2003. 220 p

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

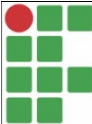
CASTRO, L.O.; CHEMALE, V.M. Plantas medicinais, condimentares e aromáticas: descrição e cultivo. Guaíba, Agropecuária, 1995. 196 p. CARVALHO, A.F. Ervas e temperos: cultivo, processamento e receitas. Viçosa: Aprenda Fácil, 2002, 296 p.


CORRÊA, A. D., SIQUEIRA-BATISTA, R., QUINTAS, L. E. Plantas medicinais: do cultivo à terapêutica. Editora Vozes. 2005. 248 p.

HERTWING, I.F.V. Plantas medicinais e aromáticas: plantio, colheita, secagem e comercialização. 2 ed. São Paulo: Editora Ícone, 1991. 449p.

SILVA, F., LOPES, R. C., ARMOND, C., ALMASSY JÚNIOR, A. A., CASALI, V. W. D. Folhas de chá, remédios caseiros e comercialização de plantas medicinais, aromáticas e condimentares. Editora: UFV, 2005. 233 p.

CORRÊA JÚNIOR, C.; MING, L.C.; SCHEFFER, M.C. Cultivo de Plantas Medicinais, Condimentares e Aromáticas. Jaboticabal: Fundação de Estudos e Pesquisas em Agronomia, Medicina Veterinária e Zootecnia, 1994. 162 p.

 INSTITUTO FEDERAL Mato Grosso Campus Cáceres - Prof. Olegário Baldo		IFMT/CÁCERES/PROF. OLEGÁRIO BALDO Curso de Bacharelado em Engenharia Florestal
IDENTIFICAÇÃO		
DISCIPLINA	SEMESTRE	CARGA HORÁRIA
Agroindustrialização de Produtos Agroflorestais	Optativa	51 h
DESCRIÇÃO/EMENTA		
Processamento de sementes comestíveis: desidratação, secagem, processo de torrefação, produção de barras de cereais. Processamento de frutos comestíveis produzidos por espécies florestais: produção de polpas, doces cremosos, geleias, geleiadas, frutas em calda, frutas desidratadas. Produção de óleos essenciais. Embalagens. Comercialização e marketing. Aspectos sanitários da agroindustrialização.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
FELLOWS, P.J. Tecnologia do Processamento de Alimentos: Princípios e Prática . Porto Alegre: Artmed, 2006. GAVA, Altanir J.; SILVA, Carlos A. B.; FRIAS, Jenifer R. G. Tecnologia de alimentos: princípios e aplicações . São Paulo: Nobel, 2008. BOBBIO, F. O; BOBBIO, P.A. Química do processamento de alimentos . 3. ed. São Paulo: Varela, 2001. 478p.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
BARROS, C. Agroindústria e pequena produção: integração, modernização e dependência . Editora Universidade Federal da Paraíba, 1997. PREZOTTO, L. L. Agroindústria de pequeno porte, instrumento para o desenvolvimento local e para a agricultura familiar . Editora MA/SDR/PNFC, 1998. BATALHA, M. O. Gestão agroindustrial . 2 ed., Editora Atlas, vol. I e vol. II, 2001 CAMARGO, R. Tecnologia dos Produtos Agropecuários . Alimentos. São Paulo: Nobel, 1984. CHITARRA, M.I.; CHITARRA, A.B. Pós-colheita de Frutas e Hortaliças: fisiologia e manuseio . 2ª ed. Lavras: UFLA, 2006.		

 INSTITUTO FEDERAL Mato Grosso Campus Cáceres - Prof. Olegário Baldo		IFMT/CÁCERES/PROF. OLEGÁRIO BALDO Curso de Bacharelado em Engenharia Florestal
IDENTIFICAÇÃO		
DISCIPLINA	SEMESTRE	CARGA HORÁRIA
Introdução a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS	Optativa	51 h
DESCRIÇÃO/EMENTA		
Noções básicas de LIBRAS com vistas a uma comunicação funcional entre ouvintes e surdos no âmbito do trabalho.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
BRASIL, Secretaria de Educação Especial. LIBRAS em Contexto . Brasília: SEESP, 1998.		

BRASIL, Secretaria de Educação Especial. Língua Brasileira de Sinais. Brasília: SEESP, 1997.
QUADROS, R. M. Educação de Surdos – A aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CAPOVILLA, F. C., RAPHAEL, W. D. São Paulo, SP: Edusp, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. 2004 a. v.1.
CAPOVILLA, F.; RAPHAEL, V. Dicionário enciclopédico ilustrado trilingüe – Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. (vol. I e II). São Paulo: EDUSP, 2001.
Falando com as Mãos: LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais). Curitiba: SEED/SUED/DEE, 1998.
PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Educação especial. Cadernos publicados, 2009 a 2012.
REIS, B. A. C., Segala, S. R., Abc Em HYPERLINK "<http://compare.buscape.com.br/abc-em-libras-reis-benedicta-a-c-dos-segala-sueli-ramalho-8578880021.html>" Libras. Panda Books, HYPERLINK "<http://compare.buscape.com.br/abc-em-libras-reis-benedicta-a-c-dos-segala-sueli-ramalho-8578880021.html>" 2009.
HYPERLINK "<http://compare.buscape.com.br/abc-em-libras-reis-benedicta-a-c-dos-segala-sueli-ramalho-8578880021.html>" HYPERLINK "<http://compare.buscape.com.br/abc-em-libras-reis-benedicta-a-c-dos-segala-sueli-ramalho-8578880021.html>"

19 PESQUISA, EXTENSÃO, INOVAÇÃO E PRODUÇÃO CIENTÍFICA

A Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (os Institutos Federais) prevê que as Instituições deverão realizar pesquisas e desenvolver atividades de extensão, além de oferecer cursos de pós-graduação *lato sensu e stricto sensu*, conforme consta nos Incisos III, IV, V e VI (alíneas “d” e “e”) do Art. 7º, como segue:

III - realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;

IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

V - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional;

e VI - ministrar em nível de educação superior:

d) cursos de pós-graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e

e) cursos de pós-graduação *stricto sensu* de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

O IFMT possui dezesseis programas de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, sendo este último mestrado e doutorado interinstitucional.

Anualmente as Pró-Reitorias de Ensino e de Pesquisa e Inovação e o Campus publicam editais para incentivo a pesquisa aplicada, inovação tecnológica, extensão tecnológica, entre outros.

Nos editais de fomento à pesquisa são previstas concessões de bolsa produtividade em pesquisa, auxílio financeiros ao pesquisador (taxa de bancada), bolsa de iniciação científica aos discentes e auxílio financeiro às publicações em periódicos científicos e objetivam despertar nos estudantes a vocação científica e envolvimento nas atividades de pesquisa, proporcionando-lhes a aprendizagem de métodos e técnicas de pesquisa e estimulando-os ao desenvolvimento da criatividade e do pensar científico.

Os editais de inovação e extensão tecnológica, assistidos pela Agência de Inovação Tecnológica (AIT) do IFMT, em conformidade com a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, são previstas concessões de bolsa produtividade em pesquisa, auxílio financeiros ao pesquisador (taxa de bancada) e bolsa de iniciação tecnológica aos discentes. Esses editais têm importância estratégica para o IFMT *Campus Cáceres* – Prof. Olegário Baldo, de forma a incrementar a estruturação de linhas de pesquisa que, no futuro, terão grande relevância tecnológica e na formação de pessoal qualificado para as áreas de pesquisa, desenvolvimento e inovação (P, D&I). Particularmente no estado de Mato Grosso, onde se constata falta de profissionais qualificados na área, constituindo enorme assimetria comparada às regiões do Sul e Sudeste brasileiro.

As ações de extensão, como por exemplo, atividades lúdicas, visita da comunidade ao campus, jogos estudantis, festas culturais, desfiles cívicos e comemorativos, oficinas, palestras, participação e organização de eventos na região, entre outras, caracterizam-se por serem ações processuais e contínuas, de caráter educativo, social, cultural, desportivo, científico ou tecnológico. Anualmente são publicados editais de fomento à extensão, bem como incentivo e apoio à realização dessas ações.

O IFMT, *Campus Cáceres* – Prof. Olegário Baldo realiza anualmente eventos científicos e atividades de extensão, a exemplo da Jornada Científica do Pantanal, Semana Tecnológica, Jornada de Ensino, Pesquisa e Extensão, Dias de Campo, Semana Acadêmica, seminários palestras, cursos, entre outras atividades. Os acadêmicos do Curso de Engenharia Florestal serão estimulados a participar dessas atividades e eventos, além promover outros.

Intenciona-se nessa proposta, que todos os resultados de pesquisas e até mesmo de atividades de ensino sejam divulgados a toda a sociedade interessada, por meio de meios de comunicação de massa (informativos, boletins, sites, e-mails, palestras, entre outros).

As atividades de pesquisa serão fomentadas nos moldes da produção técnica-científica, com estudos e análises de produtos, realização de experiências, registro da pesquisa, produção de dados estatísticos e relativos ao objeto de estudo, descrição do objeto e das etapas da pesquisa, bem como dos resultados alcançados.

A produção de textual se dará nas formas permitidas a evidenciar os resultados, seja no âmbito informativo, descritivo ou crítico. Para divulgação dos resultados e elevação da produção acadêmica, as produções poderão ser na forma de relatório de pesquisa, artigos científicos, pôster, entre outros mecanismos de divulgação, que respeitem as normas da ABNT, apresentação em congresso e seminários, e com propositura de publicação.

20 ESTÁGIO SUPERVISIONADO

De acordo com a Lei nº. 11.788, de 25/09/2008, considera-se o estágio como ato educativo escolar supervisionado que visa à preparação produtiva de discentes que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos para o mundo do trabalho.

Para o curso de Bacharelado em Engenharia Florestal estudante é obrigado a cursar o estágio curricular obrigatório e terá a opção de cursar estágio extracurricular (não obrigatório ou livre).

20.1 Estágio supervisionado obrigatório

O estágio curricular supervisionado no Curso de Bacharelado em Engenharia Florestal será concebido como conteúdo curricular obrigatório, visando assegurar ao acadêmico a

oportunidade de compreender a lógica e importância entre os conhecimentos teóricos e práticos adquiridos ao longo do curso.

Para caracterização e definição do estágio é necessária a existência de instrumento jurídico, preferencialmente na modalidade de convênio, entre o IFMT e as pessoas jurídicas de direito público e privado, coparticipantes do estágio, no qual estarão acordadas todas as condições de realização deste.

O Estágio Supervisionado será regido com base na Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008, consonante com as normas da Coordenação de Integração e Escola Comunidade (CIEC) do IFMT *Campus* Cáceres Prof. Olegário Baldo, na busca de parcerias locais, regionais e nacionais e formalização do processo até a conclusão do estágio.

O aluno só poderá iniciar o estágio após celebração do Termo de Compromisso entre a instituição de ensino e a empresa/instituição concedente. O Estagiário deverá ser acompanhado regularmente pelo supervisor de estágio (empresa/instituição concedente) que garantirá o cumprimento da Lei do Estágio e do Termo de Compromisso celebrado entre as instituições.

O Termo de Compromisso celebra o acordo entre estagiário, instituição de ensino e empresa concedente assegurando o cumprimento da Lei 11.778. Este deve conter o Plano de Atividades do Estagiário com cronograma equivalente a 360 horas de atividades. Para que seja integralizado o Estágio Supervisionado Obrigatório numa empresa/instituição concedente, o aluno deverá ter cumprido uma carga horária mínima de 360 horas de atividades.

Conforme disposto na Lei 11.778, é vedado ao estagiário ultrapassar seis horas diárias de jornada de estágio e dois anos de estágio na mesma empresa.

O Estágio Obrigatório está previsto no currículo do curso para o período do 10º Semestre. ***Contudo, o aluno poderá matricular-se no Estágio Obrigatório depois de Cursado e Aprovado 2.300 horas em disciplinas obrigatórias, excluindo optativas, TCC, atividades complementares e o próprio estágio, independente se é ou não obrigatório.***

As atividades programadas para o estágio devem manter uma correspondência com os conhecimentos teórico-práticos adquiridos pelos discentes no decorrer do Curso. As atividades de estágio serão orientadas e acompanhadas por um Coordenador de Estágios

(CIEC) e um Professor Orientador para cada discente, em função da área de atuação no estágio e das condições de disponibilidade de carga horária dos professores.

São mecanismos de acompanhamento e avaliação de estágio:

- a) plano de estágio aprovado pelo professor orientador;
- b) reuniões do aluno com o professor orientador;
- c) visitas às empresas por parte do professor orientador, sempre que necessário;
- d) relatório do estágio supervisionado entre outros.

Após a realização do estágio, o aluno apresentará o relatório final para ser avaliado conforme prazos e normas estabelecidos no regulamento interno de estágios da instituição, para aprovação final de conclusão do curso superior.

A conclusão do estágio é condição obrigatória para a aprovação final e obtenção do diploma de Bacharel em Engenharia Florestal.

Após a matrícula na disciplina “Estágio Supervisionado Obrigatório”, o estudante que já tiver trabalhado em funções ligadas à área de atuação da Engenharia Florestal poderá solicitar ao coordenador do curso a Solicitação de Aproveitamento de Estágio. A validação de atividade profissional como estágio obrigatório poderá ser requerida no Setor de Estágio do *Campus*, quando o discente possuir experiência comprovada na sua área de formação.

No caso de trabalho formal, carteira profissional e/ou contrato de trabalho ou, no caso de trabalho informal, declaração de prestação de serviços (projetos, execução e consultoria).

O aceite do pedido de validação dar-se-á sobre o conjunto de competências associadas a uma determinada unidade curricular ou a um módulo, conforme o Projeto Pedagógico do Curso.

O discente matriculado nos cursos do IFMT poderá solicitar validação em até 10 (dez) dias letivos após o início das aulas. No entanto, o mesmo não deverá ausentar-se das atividades acadêmicas até que seja publicado o resultado do seu requerimento. Os discentes de chamadas posteriores à primeira poderão requerer validação no prazo de 10 (dez) dias letivos após a efetivação de sua matrícula.

A validação de conhecimentos e experiências adquiridas no trabalho ou por outros meios informais, será realizada por análise de memorial descritivo, com descrição detalhada

das atividades desenvolvidas, e mediante avaliação condizente com o programa de ensino do componente curricular ou área.

Estará aprovado o aluno que cumprir pelo menos 80% das atividades contidas no cronograma de atividades, celebrado no Termo de Compromisso, e tiver o Relatório Final de Atividades aprovado pelos avaliadores do estágio.

O cronograma de atividades cumpridas deverá ser assinado pelo supervisor de estágio.

O Relatório Final de Estágio deverá ser avaliado pelo Orientador de Estágio mais dois professores designados pelo orientador para avaliação.

20.2 Estágio não obrigatório

De acordo com o disposto da Lei 11.778 de 25 de dezembro de 2008, o estudante do Curso de Engenharia Florestal, do *Campus* Cáceres Prof. Olegário Baldo do IFMT também poderá cursar o Estágio Supervisionado Não-Obrigatório (Estágio Livre). O Estágio Livre é uma modalidade de estágio concomitante ao cumprimento da matriz curricular do curso, sendo proibida a sobreposição de horários entre as disciplinas e o estágio.

O Estágio Livre é permitido ao discente regularmente matriculado no curso a partir do 2º semestre, sendo de inteira responsabilidade do aluno as solicitações vinculadas ao mesmo.

O aluno só poderá iniciar o estágio após celebração do Termo de Compromisso entre a instituição de ensino e a empresa/instituição concedente.

O termo de compromisso e a aprovação no estágio não obrigatório deverão ser celebrados seguindo as normas previstas para o Estágio Obrigatório, excetuando-se a necessidade de um professor orientador.

Ainda conforme disposto na Lei 11.778, é vedado ao estagiário ultrapassar seis horas diárias de jornada de estágio e dois anos de estágio na mesma empresa ou órgão.

Para que seja integralizado o Estágio Livre o aluno deverá ter cumprido uma carga horária mínima de 360 horas de atividades. A carga horária poderá ser contabilizada em uma única empresa/instituição concedente e, ou somando-se cargas horárias de atividades de estágio realizado em mais de uma empresa/instituição concedente. Neste caso, 60 horas será a fração mínima para contabilizar o somatório total de 360 horas de estágio não obrigatório.

Após o término das atividades previstas no cronograma, o estagiário apresentará ao Coordenador do Curso um relatório final assinado pelo supervisor do estágio (representante da empresa/instituição concedente) a ser aprovado pela Coordenação do Curso.

O Coordenador do Curso poderá avaliar o Relatório Final de Estágio Livre ou poderá designar um docente para a avaliação, cabendo a estes registrar e integralizar as horas atividades do Estágio Livre ao currículo do aluno.

21 METODOLOGIA

21.1 Aspectos gerais

A metodologia baseia-se no desenvolvimento dos mecanismos cognitivos que envolvem o processo ensino-aprendizagem, buscando evidenciar e privilegiar a relação entre os docentes, os acadêmicos e as estratégias pedagógicas, a partir de um conjunto de procedimentos empregados para atingir os objetivos, considerando as características específicas dos acadêmicos, seus interesses, conhecimentos prévios, condições de vida e de trabalho, suas potencialidades e os objetivos do curso; orientando-os na construção dos conhecimentos gerais, socioambientais e técnico científico na especificidade do curso.

O planejamento deverá ter como princípio que, o aluno seja sujeito ativo e atuante no processo de ensino e aprendizado, utilizando-se de ferramentas que o possibilitem domínio de conteúdos, e relacioná-los com o conhecimento de forma ativa, construtiva e criadora, referendados pelos eixos norteadores: trabalho, ciência, cultura, ensino, pesquisa e extensão.

E, nesse cenário, o docente atuando como facilitador do processo, dividindo seu conhecimento numa relação respeitosa e construtiva, organizando e desenvolvendo atividades didáticas geradoras de aprendizagens significativas, estimulando a integração dos acadêmicos para que se aperfeiçoe o processo de socialização na construção do saber, e ouse nos experimentos e nas produções acadêmico-científico.

Os procedimentos metodológicos a serem utilizados serão os mais diversos: aulas expositivas dialogadas, exposição de vídeos, seminários, aulas práticas de campo, aulas práticas de laboratório, saídas a campo, visitas técnicas, pesquisa, procedimentos experimentais, elaboração de artigos, de cartazes e maquetes, desenvolvimento de projetos, interpretação de textos científicos relacionados aos conteúdos trabalhados, que serão explicitados no plano de ensino.

As diretrizes curriculares, os núcleos de conteúdos poderão ser dispostos em atividades práticas e teóricas, individuais ou em equipe, tais como:

- a) participação em aulas práticas, teóricas, conferências e palestras;
- b) experimentação em condições de campo ou laboratório;
- c) utilização de sistemas computacionais;
- d) consultas à biblioteca;
- e) viagens de estudo;
- f) visitas técnicas;
- g) pesquisas temáticas e bibliográficas;
- h) projetos de pesquisa e extensão;
- i) estágios profissionalizantes em instituições credenciadas pelas IES (já mencionado);
- j) encontros, congressos, exposições, concursos, seminários, simpósios, fóruns de discussões, etc.

21.2 Atividades práticas

Na matriz curricular 2019, as cargas horárias das disciplinas estão distribuídas em carga horária teórica e prática, além das atividades complementares, conforme Figura 2.

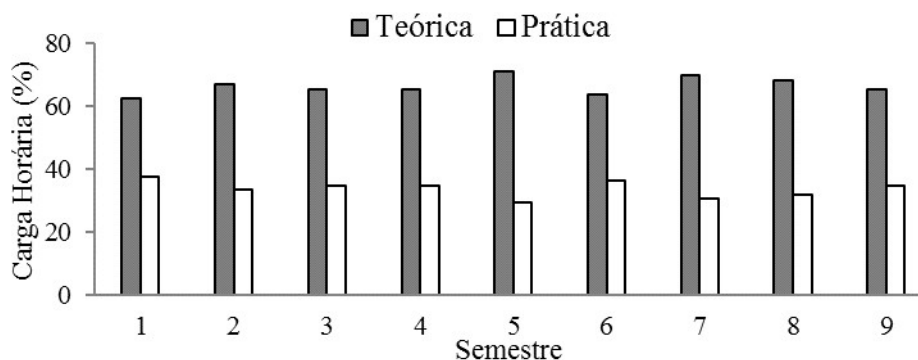


Figura 2: Distribuição de carga horária teórica e prática por semestre – Matriz 2018.

Em consonância com a missão do IFMT, a prática pedagógica buscará integrar, o ensino, a pesquisa e a extensão estimulando a capacidade transformadora dos estudantes, valorizando seus interesses, o aspecto cognitivo e o afetivo, possibilitando meios para uma aproximação de novos conhecimentos, experiências e vivências. A prática a que se propõem será um elo que permita aos alunos estabelecer correspondência com outros conhecimentos e com sua própria vida.

Nesse sentido, será estimulado o desenvolvimento de projetos interdisciplinares que contemplem a diversidade, a autonomia, a contextualização e a flexibilidade, ou seja, uma prática efetiva e consistente do ensino, de modo amplo e democrático. Buscar uma educação de qualidade, com constante reavaliação dos seus pressupostos, que devem, antes de tudo, estar em sintonia com as necessidades, as expectativas e a formação integral dos acadêmicos, procurando atender ao desafio do sistema educacional de tornar possível a todos os discentes o acesso ao saber e ao trabalho.

A escolha desses procedimentos didático-pedagógicos auxiliará os estudantes nas suas construções intelectuais, procedimentais e atitudinais, contribuindo e fortalecendo sua formação integral para a vivência na sociedade e no mundo do trabalho. Considerando que faz parte da natureza da prática docente a indagação, a busca, a pesquisa, a reflexão, a ética, o respeito aos saberes dos acadêmicos, a tomada consciente de decisões, a disponibilidade para o diálogo, o estar aberto às novidades, aos diferentes métodos de trabalho. Dentre essas atitudes, a reflexão crítica sobre a prática se torna uma exigência da relação teoria-prática porque envolve o movimento dinâmico, dialético entre o fazer e o pensar sobre o fazer, e de intervenção no sistema de ensino.

Isso se torna relevante na atualidade, dado a globalização de conhecimentos e do avanço científico veloz que deriva, as instituições de ensino devem possibilitar a ampliação das fronteiras, profissionais, disciplinares e culturais. Para tanto, as práticas pedagógicas de ensino devem ser flexíveis e interdisciplinares, valorizando a capacidade de assimilar e criar conhecimentos que surgem nas fronteiras disciplinares, que exigirão criatividade e inovação para propositura de soluções de problemas de toda natureza.

Além disso, a autonomia é necessária no processo de ensino aprendizagem, já que os atores envolvidos neste processo sejam capazes de atualizar-se frente aos desenvolvimentos e demandas de natureza diversa, sobretudo aquelas relacionadas ao curso de engenharia florestal.

Esse princípio se justifica como características para indivíduos ativos, tornando o ensino em última instância uma tarefa pessoal, onde a escola é o espaço para apreensão de ferramentas, acúmulo de informação e debate especializado. Em sentido complementar a ideia de contextualização funciona para expandir a formação em outros aspectos da realidade do trabalho e da tecnologia. Inserem na formação aplicada (profissional), questões pertinentes

sobre as relações políticas, estéticas, sociais, culturais, filosóficas etc. Espera-se que o egresso consiga compreender a ciência e sua aplicação em um contexto amplo, que inclua as muitas dimensões: da teoria, da tecnologia, do trabalho, da aplicação em áreas produtivas, da incorporação pela sociedade, dos reflexos no ambiente (natural e urbano), do valor moral e estético, etc.

A construção da autonomia só será possível a partir do reconhecimento da construção do conhecimento como tarefa comunicativa entre o arcabouço de conhecimento cultural, científico e tecnológico da humanidade e as ferramentas de crítica e autoavaliação que mediam o aprendizado do indivíduo. Daí a procura em garantir acessibilidade pedagógica, atitudinal e flexibilidade. Enfatiza-se que só através de uma bagagem cultural ampla, o sujeito poderá inferir a complexidade da sua realidade, sendo capaz de avaliar percepções estéticas, éticas, de humanidade (adjetivo) e liberdade. É apenas a partir de um corpo de erudição que o sujeito pode torna-se crítico, livre e autônomo. Importante destacar que erudição aqui, não pressupõe qualquer hierarquia entre tipos de conhecimento, haja vista, que existem muitas formas de conhecer. Leia-se erudição como acúmulo de formas de conhecer, o que inclui também a técnica e o trabalho (IFMT, 2017).

O objetivo é que esses princípios funcionem de forma integrada, aparecendo como norteadores em diversas dimensões do curso, desde a formulação e andamento das disciplinas, como nos projetos de pesquisa, extensão e atividades complementares. Sua disseminação no projeto pedagógico garante o perfil profissional de egresso pretendido.

Os princípios definidos como base desse projeto pedagógico devem funcionar de forma interligada para permitir abrangência, integralidade e coerência do modelo de educação adotado.

21.3 Tecnologia da informação e comunicação (TIC)

Embora neste PPC não esteja previsto o modelo semipresencial nos termos da Legislação vigente, como por exemplo, ensino a distância (EAD), o uso dessas tecnologias como ferramenta auxiliar nas atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação devem ser encorajadas. A EAD é uma modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica, nos processos de ensino e aprendizagem, ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação. Mais do que isso, esta modalidade permite a flexibilização do

ensino-aprendizagem, de maneira a garantir aos discentes a inclusão digital e a autonomia de sua aprendizagem. O uso de ferramentas digitais amplia e potencializa a interação entre discentes e docentes.

No PDI do IFMT, assim como na Organização Didática menciona-se a possibilidade de uso modalidades de ensino a distância, a qual busca autoaprendizagem, com mediação docente, tutorial e de recursos didáticos sistematicamente organizados, apresentados em diferentes meios tecnológicos de informação e de comunicação, utilizados isoladamente ou combinados, veiculados pelos diversos meios de comunicação, que podem apresentar diferentes desenhos e múltiplas combinações de linguagens e recursos educacionais e tecnológicos.

Como o IFMT possui um ambiente virtual de aprendizagem (AVA) para cada *Campus*, os docentes poderão utilizar diversos instrumentos pedagógicos para auxiliar as atividades didático-pedagógicas, dentre as quais pode-se citar:

- Disponibilização de Material de Leitura;
- Canal Aberto de Diálogo;
- Trabalho Avaliativo;
- Questionário Objetivo Online;
- Fórum de Debate;
- Chats;

21.4 Metodologias ativas

No ensino convencional, os professores procuram garantir que todos os estudantes aprendam o mínimo esperado. Para isso, explicam os conceitos básicos e, então, pedem que os alunos estudem e aprofundem esses conceitos por meio de leituras e atividades. Já nas metodologias ativas, buscam-se estratégias de ensino centradas na participação efetiva dos estudantes na construção do processo de aprendizagem, de forma flexível, interligada e híbrida. As metodologias ativas, num mundo conectado e digital, expressam-se por meio de modelos de ensino híbridos, com muitas possíveis combinações (BACICH; MORAN, 2018).

Para Gontijo e Silva (2015) não é apenas interessante como necessário que o professor, se aproprie de novas metodologias de ensino para tornar o conhecimento abstrato em algo significativo para os estudantes, ou seja, é importante que o docente tenha primeiramente um bom conhecimento e domínio de conteúdo e também saiba qual sua tendência para os processos de ensino-aprendizagem.

Levando em consideração que o aluno passe a ser o protagonista de seu aprendizado, têm-se estudado diversas metodologias ativas para o alcance destes objetivos no ensino, uma delas é a Aprendizagem baseada em problemas do inglês Problem-Based Learning (PBL). Esta é uma metodologia ativa de ensino-aprendizagem na qual a apresentação de uma situação-problema é utilizada para motivar o estudo dos alunos. Os discentes trabalham em grupos organizados e o docente assume o papel de tutor ou orientador da aprendizagem. No PBL, a exposição oral do professor e os estudantes como ouvintes da matéria, na forma como ocorre no ensino tradicional, é significativamente reduzida.

Outras metodologias que podem ser adotadas são (BARDINI; SPALDING, 2017):

- ✓ *Dinâmica de Grupo (Batata Quente): remete à brincadeira de criança, em que os jogadores formam um círculo, e cada jogador deve passar a bola – ou a “batata”*
- ✓ *Recurso Tecnológico (Hot Potatoes): é um software livre e que inclui seis aplicativos, possibilitando ao usuário criar testes de múltipla escolha interativos, respostas curtas, frases desordenadas, palavras-cruzadas, correspondência/ordenação e preenchimento*
- ✓ *Recurso Tecnológico (Kahoot): é um software livre em que pode ser criada uma série de questões de múltipla escolha em forma de jogo para os alunos. Podem ser adicionados vídeos, imagens e diagramas nas questões para aumentar o envolvimento dos estudantes.*
- ✓ *Peer Instruction (PI): baseia-se no conceito de debate e deliberação de problemas do dia a dia da profissão ao qual o discente busca na graduação. Há debates, questionamentos e promoção de inúmeras perguntas em que o estudante se depara e tem como objetivo solucionar através da troca de conhecimentos entre seus pares. Este método promove uma rápida troca de conhecimento sobre diversas áreas onde os estudantes gerenciam o ensinamento com auxílio do professor como mediador (BISPO et al., 2016).*

22 AVALIAÇÃO DO ENSINO APRENDIZAGEM

A avaliação, de acordo com o disposto na Organização Didática do IFMT é um processo que se constitui na prática como um momento de verificação do nível de alcance dos objetivos propostos, devendo partir das concepções formativa e dialógica, considerando o contexto de vida dos acadêmicos, bem como sua capacidade de incorporar novos saberes e de transitar de maneira consciente no campo da ciência.

A avaliação do processo de ensino-aprendizagem deve ter como parâmetro os princípios contidos no Projeto Pedagógico Institucional, a função social, os objetivos gerais e específicos do IFMT e a construção do perfil profissional previsto para o curso.

De acordo com o Art. 24, inciso V, alínea “a”, da LDB, a verificação do rendimento escolar deverá ser contínua e cumulativa do desempenho do discente, com prevalência dos aspectos qualitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais.

Os critérios e valores da avaliação adotados pelo docente devem ser explicitados aos discentes no início do período letivo, observadas as normas estabelecidas na Organização Didática do IFMT, a seguir:

São considerados instrumentos de avaliação do conhecimento:

- I- exercícios;
- II- trabalhos individuais e/ou coletivos;
- III- fichas de acompanhamento;
- IV- relatórios;
- V- atividades complementares;
- VI- provas escritas;
- VII- atividades práticas;
- VIII- provas orais;
- IX- seminários; e
- X- projetos interdisciplinares e outros.

Todos os componentes curriculares devem ser avaliados numa dimensão somativa através de uma nota de 0 (zero) a 10 (dez), à exceção dos estágios, trabalhos de conclusão de

curso, atividades complementares e componentes curriculares com características especiais, nos termos do Projeto Pedagógico do Curso.

O resultado das atividades complementares, do estágio e do trabalho de conclusão de curso será registrado no fim de cada período letivo em que for ofertado.

No contexto da avaliação fica estabelecido que:

Para efeito de aprovação nos componentes curriculares os discentes deverão obter a média final igual ou maior que 6,0 (seis).

O resultado do desempenho acadêmico deverá ser concretizado por uma dimensão somativa através de uma nota de 0,0 (zero) a 10,0 (dez), admitindo-se frações de 0,1 (um décimo).

A cada semestre o docente deverá realizar no mínimo duas avaliações de aprendizagem por componente curricular.

Para expressar o resultado do desempenho acadêmico dos cursos de ensino superior, a média final e média de prova final deve obedecer aos seguintes critérios de aproximação:

I- para fração menor que 0,05, aproxima-se para o valor decimal imediatamente inferior; e

II- para fração igual ou maior que 0,05, aproxima-se para valor decimal imediatamente superior.

Em curso semestral, a nota do semestre será a média aritmética simples de todas as avaliações do período (Equação 1).

$$M_{Sem} = \frac{\sum An}{N} \quad (1)$$

Onde: M_{Sem} = Média Semestral, $\sum An$ = Somatório das avaliações e N = Número de avaliações.

O docente deverá programar as avaliações conforme calendário acadêmico, observando que os discentes não podem ser submetidos a mais de duas avaliações diárias.

O resultado das avaliações aplicadas no decorrer do semestre deve ser apresentado aos discentes em até 10 (dez) dias úteis após sua realização.

O discente poderá solicitar revisão de avaliação, no prazo de até 02 (dois) dias úteis após a divulgação do resultado, conforme exposto no Art. 326.

Será concedida a segunda chamada para realização de avaliação ao discente que justificar sua ausência, mediante processo devidamente fundamentado, respaldado por motivo previsto em lei, no prazo de até 03 (três) dias úteis após a realização da primeira chamada.

Decorrido o prazo da segunda chamada, será atribuída nota 0,0 (zero) ao discente que não comparecer para realizar avaliação de que trata o artigo anterior.

Para os cursos da Educação Superior no IFMT:

I- é considerado aprovado o discente que obtenha frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) das aulas e demais atividades e média igual ou superior a 6,0 (seis) em cada componente curricular; e

II- fica sujeito à prova final de avaliação o discente que obtenha frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) das aulas e demais atividades e média inferior a 6,0 (seis) em cada componente curricular.

Para os cursos da Educação Superior considera-se reprovado:

I- o discente que obtiver frequência menor que 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária do componente curricular, independentemente da nota que tiver alcançado; e

II- o discente que obtiver frequência maior ou igual a 75% (setenta e cinco por cento) e que tenha obtido após Prova Final, média final menor que 5,0 (cinco).

É direito do discente solicitar ao docente a revisão da avaliação aplicada, da seguinte forma:

I- por meio de pedido verbal, em primeira instância; e

II- por meio de requerimento escrito, em segunda instância, dirigido ao Coordenador do Curso, que intermediará o caso.

O pedido ou requerimento de revisão da avaliação deve ser fundamentado e justificado, de modo que as solicitações intempestivas serão desconsideradas.

Ao receber o requerimento de revisão de avaliação escrito, conforme inciso II do caput deste artigo, o Coordenador do Curso terá o prazo de até 02 (dois) dias úteis para solicitar ao docente a revisão pleiteada ou indeferir o requerimento e informar a decisão ao discente.

Em caso de indeferimento do docente, caberá constituição de banca para revisão da avaliação, com no mínimo três docentes de área afim, indicados pelo Coordenador de Curso.

O discente que faltar a avaliação previamente agendada, em 1ª chamada, poderá requerer 2ª chamada, na coordenação de curso, até três dias úteis após o término da data de validade de um dos documentos apresentados.

Atendidas as condições do caput, o Coordenador do Curso deferirá o requerimento e o encaminhará no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, ao docente responsável.

Será concedida a segunda chamada para realização de avaliação ao discente que justificar sua ausência, mediante requerimento devidamente fundamentado.

A segunda chamada será aplicada pelo docente responsável pelo componente curricular, ou pelo Coordenador do Curso/Área, no dia e horário definidos pelo docente.

Decorridas todas as avaliações do semestre, haverá Prova Final (PF) destinada aos discentes que obtiverem média final inferior a 6,0 (seis), independentemente do número de componentes curriculares.

Realizada a PF, o resultado será apurado por média aritmética, conforme segue (Equação 2):

$$M_F = \frac{M_S + P_F}{2} \quad (2)$$

Onde: MF = Média Final; MS = Média Semestral e; PF = Nota da Prova Final.

Após a Prova Final, será aprovado o discente que obtiver média igual ou superior a 5,0 (cinco).

O discente que não for promovido em componente curricular definido como pré-requisito não poderá avançar no eixo das interdependências para se matricular em outro componente curricular que exija aquele pré-requisito.

O discente poderá continuar seus estudos em período posterior matriculando-se em componentes curriculares fora do eixo da interdependência, até que as daquele eixo sejam novamente ofertadas.

23 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DE CURSO

A preocupação fundamental de toda Instituição é com qualidade de ensino. Nessa perspectiva, e visando à melhoria na educação, é que surge a avaliação institucional. Concebida como um processo permanente que busca o autoconhecimento da instituição e

possibilita o repensar das ações que estão sendo desenvolvidas. Dessa forma, a avaliação é considerada um instrumento que busca a inovação e deve ter condições para a elevação do padrão de qualidade, traduzindo a realidade e os desafios que se propõe atingir.

A Avaliação Institucional foi efetivada no IFMT, como componente do Projeto Pedagógico e é um dos componentes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), criado pela lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, e regulamentado pela portaria 2.051, de 09 de julho de 2004. A avaliação está relacionada com à melhoria da qualidade da educação superior; ao aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social; ao aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.

No que tange a esta avaliação, os indicadores utilizados para este fim estão dispostos no Instrumento de avaliação de cursos de graduação presencial e a distância, especificamente para reconhecimento e renovação de reconhecimento (BRASIL, 2017). Este instrumento é a ferramenta dos avaliadores na verificação das três dimensões do instrumento: Organização Didático-Pedagógica, Corpo Docente e Tutorial e Infraestrutura constante no Processo Pedagógico do Curso – PPC.

Além disso, no Campus, assim como no âmbito do IFMT, há a Comissão Local Própria de Avaliação (CLPA), instituída pela Portaria 38 de 05/04/2016 do IFMT *Campus* Cáceres – Prof. Olegário Baldo é responsável pela elaboração destes questionários. É composta por representante dos seguimentos Docentes, Técnico-administrativos, discentes e Representantes da Sociedade Civil Organizada.

A CLPA é uma subcomissão designada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), instituída pela Portaria/IFMT número 862, de 07/04/2016, e tem por objetivo sistematizar e prestar informações relativas a Avaliação das Instituições de Educação Superior (AVALIES), quando solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP), elaborar e implantar a primeira Avaliação Institucional do IFMT.

Neste contexto, para que o CPA consiga alcançar este objetivo em todos os *Campus* e na sua totalidade com qualidade, é que surge a CLPA, para auxiliar neste processo de implantação da Auto avaliação Institucional, na elaboração de questionários, sua aplicação e

avaliação dos resultados. Este processo de implantação do auto-avaliação e elaboração de questionários foi realizado através de um Plano de ação, e baseado em sugestões do INEP, e está de acordo com a Lei dos SINAES (Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior).

Especificamente, a CLPA tem os seguintes objetivos:

- a) Conscientizar e sensibilizar a comunidade acadêmica/sociedade da importância do processo de avaliação institucional;
- b) Firmar valores que conduzam a permanente e sistemática melhoria de qualidade do ensino, da pesquisa, da extensão, e de gestão da Faculdade, tendo como base os interesses de toda a categoria do IFMT- *Campus Cáceres*;
- c) Elaborar questionários, coletar, analisar, interpretar e registrar de forma permanente e sistemática, a opinião da comunidade acadêmica sobre o ensino, pesquisa, extensão, infraestrutura, gestão, e a auto avaliação de docentes e discentes sobre o processo didático-pedagógico do IFMT;
- d) Divulgar os resultados das avaliações;
- e) Redigir os relatórios parciais;
- f) Redigir o relatório Final.

O plano de trabalho no processo de avaliação será desenvolvido em três etapas:

- a) 1ª Etapa- Preparação:
 - i. Planejamento das ações da CLPA ;
 - ii. Elaboração do projeto de ação da CPA;
 - iii. Elaboração do questionário;
 - iv. Reestruturação dos instrumentos de Coleta de dados;
 - v. Sensibilização dos participantes na avaliação.
- b) 2ª Etapa- Desenvolvimento:
 - i. Aplicação dos questionários para cada categoria e nos dois cursos do IFMT;
 - ii. Análise de todos os questionários;
 - iii. Fazer os relatórios Parciais.
- c) 3ª Etapa- Consolidação:
 - i. Redigir o relatório final;
 - ii. Divulgação dos resultados.

As variáveis a serem utilizadas no processo de avaliação estão apresentadas no quadro 6.

Quadro 6: Variáveis e Indicadores de uma Avaliação Institucional

Variáveis	Indicadores
Docentes	Titulação Forma de ingresso (concurso, teste seletivo, situação funcional e Regime de trabalho); Qualificação; Docentes em funções administrativas;
Discentes	Participação em projetos (bolsistas, voluntários, etc); Participação em conselhos, colegiados e reuniões estudantis;
Infraestrutura	Estado de conservação dos equipamentos; Condições ambientais de trabalho; Equipamentos disponíveis para trabalho dos funcionários;
Gestão	Procedimento de distribuição de disciplinas (departamento); Acompanhamento do chefe de departamento no desenvolvimento das disciplinas; Orientação acadêmica para alunos ingressantes; Atendimento dos servidores ao acadêmico; Incentivo a qualificação; Atuação em colegiados e conselhos; Elaboração/execução de projetos e programas; Ações para a solução de problemas acadêmicos; Departamentos possui Plano Político; Pedagógicas bibliotecas/quantidade de acervo suficiente;
Ensino/Currículo	Relação professor/ensino, professor/aluno e funcionário gestor; Planejamento do professor e do departamento; Procedimento e instrumentos didáticos mais utilizados; Instrumentos de avaliação mais utilizados; Avaliação utilizada é coerente com os objetivos; Relação professor/aluno; Relação ensino/aprendizagem; Encadeamento lógico das disciplinas;
Servidores técnicos Administrativos	Titulação forma de ingresso; Qualificação/aperfeiçoamento; Desempenho; Número de servidores

24 PLANO DE MELHORIA DO CURSO

O Projeto Pedagógico do curso de Bacharelado em Engenharia Florestal deste *Campus* do IFMT foi elaborado no ano de 2009 e o curso autorizado a iniciar suas atividades em 2010.

Nos últimos sete anos, diversas ações de melhoria e expansão do curso foram consolidadas e outras ainda estão por consolidar.

No plano de reestruturação do curso, ora proposto, estão sendo previstas ações tanto na gestão pedagógica, quanto na administrativa. Para definição dessas ações foram observados relatórios e apontamentos de Comissões e Coordenações, a saber: de Avaliação do Curso, do Núcleo Docente Estruturante, do Colegiado de Curso, da Comissão de Reconhecimento do Curso, da Coordenação de Curso, da representação estudantil e do IFMT.

24.1 Gestão pedagógica

- a) Reformulação do Projeto Pedagógico do Curso – PPC, visando adequá-lo à legislação pertinente, de acordo com Ministério da Educação e IFMT. Algumas normativas foram publicadas pelo IFMT após a elaboração do primeiro Projeto Pedagógico, como por exemplo, a Organização Didática do IFMT. A tarefa de reformular caberá ao Núcleo Docente Estruturante do Curso (NDE) em consonância com a Coordenação de Curso, professores, equipe pedagógica do *Campus*, representação estudantil, Pró-Reitoria de Ensino do IFMT e representantes e membros de órgãos e empresas do setor florestal. Após a conclusão dos trabalhos o PPC será submetido à apreciação do Conselho Superior do IFMT (CONSUP) visando sua implementação em 2020.
- b) Viabilizar a contratação de professores efetivos e especialistas nas áreas de tecnologia e industrialização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros (química e produtos energéticos da madeira, serraria e secagem da madeira, uso múltiplo de recursos florestais, bioenergia, etc) e melhoramento e biotecnologia de plantas (escolha e testes para seleção de genótipos superiores, métodos de seleção, silvicultura clonal, micropropagação, mapeamento genético, conservação de germoplasma, etc.), que estão sendo demandados não somente o curso de engenharia florestal, mas também cursos ofertados pela instituição, como Técnico em Agropecuária e Tecnologia em Biocombustíveis.
- c) Apoiar e ampliar a participação de docentes e servidores administrativos que atuam diretamente na engenharia florestal, a participarem da elaboração e efetivação de projetos, pedagógicos de ensino, de pesquisa e de extensão, sobretudo em editais de órgãos de fomento, como próprio IFMT, FAPEMAT, CNPq, CAPES, inclusive com orientação de iniciação científica.

- d) Incentivar e apoiar ações que resultem em publicações científicas resultados de Trabalho de Conclusão de Curso, projetos de pesquisa, de extensão e de ensino visando melhorar a produção científica e intelectual do curso e do IFMT.
- e) Fortalecer ações relativas ao estágio supervisionado, como por exemplo, ampliar parcerias com empresas ou instituições para oferta de estágio no estado, no país e no exterior.
- f) Apoiar, incentivar ou criar mecanismos para ampliar a participação dos acadêmicos no curso em programas de intercâmbio estudantil no estado, no país e no exterior.
- g) Apoiar, avaliar e tornar efetivas ações apontadas pelo NDE e CPLA.
- h) Avaliar a possibilidade de oferta de curso de pós-graduação *lato sensu*, conforme orientações apontadas pela Coordenação de Pesquisa do *Campus* e Pró-Reitoria de Pesquisa do IFMT. Além disso, avaliar também a possibilidade de oferta de curso nesta mesma área, na modalidade *FIC* (Formação Inicial e Continuada).
- i) Ampliar oferta de curso de curta duração e ciclos de palestras aos estudantes em diversas áreas da engenharia florestal.
- j) Fortalecer, ampliar, incentivar e efetivar as atividades complementares, que são atividades se constitui componentes curriculares enriquecedoras e implementadoras do próprio perfil do formando, como, participação em projetos de pesquisa, monitoria, iniciação científica, projetos de extensão, módulos temáticos, seminários, grupos de estudo, eventos de toda natureza (simpósios, congressos, conferências, semana tecnológica, dias de campo, etc).
- k) Adequar salas de aula, laboratórios e demais espaços didáticos de ensino às necessidades de estudantes que tenham alguma necessidade especial.
- l) Ampliar ações para diminuir a retenção e evasão escolar.
- m) Apresentar, discutir e implementar ações ou demandas observadas durante a avaliação do curso pela Comissão de Avaliação.
- n) Viabilizar junto ao IFMT ações concretas de divulgação do curso como medida de ampliar o interesse pela profissão.

24.2 Gestão administrativa

- a) Fortalecer ações e as competências do Núcleo Docente Estruturante, Coordenação de Curso, Colegiado de Curso, Coordenação Local de Avaliação, Centro Acadêmico e gestão do *Campus* e do IFMT.

- b) Viabilizar junto à direção do *Campus* à ampliação do acervo bibliográfico básico e complementar na biblioteca central do *Campus*.
- c) Propor e apoiar a criação de núcleos de excelência no *Campus* Cáceres – Prof. Olegário Baldo, como forma apoio, a articulação, a integração e a consolidação de atividades envolvendo práticas de ensino, pesquisa, inovação e extensão (algo desafiador nas instituições de têm este fim, como as universidades e institutos federais) de modo a promover visibilidade do IFMT *Campus* Cáceres – Prof. Olegário Baldo, no contexto da produção técnica, científica e pedagógica.
- d) Apoiar e fortalecer ações envolvendo as representações estudantis, como, como exemplo, centro acadêmico;
- e) Ampliar o número de salas de aula de 3 para 5 salas.
- f) Adequar o estacionamento de veículos e motos nas adjacências do bloco central de Engenharia Florestal e de mais dependências.
- g) Instrumentar e equipar os laboratórios já edificadas;
- h) Viabilizar junto à Direção do *Campus* a construção do Laboratório de Tecnologia de Produtos Florestais, que ainda se encontra na planta baixa.
- i) Realocação e/ou reorganização de responsabilidades dos professores que atuam no curso de engenharia florestal, na coordenação ou na responsabilização dos espaços didáticos de ensino, pesquisa e extensão, como laboratórios, unidades educativas de produção, entre outros, de modo a tornar seu uso mais eficiente nas práticas de ensino, pesquisa e extensão.
- j) Viabilizar junto à gestão do *Campus* a disponibilidade de um servidor técnico administrativo efetivo para colaborar na gestão pedagógica e administrativa do curso.
- k) Ampliar ações de uso de Tecnologia da Informação (TI), como suporte às práticas de ensino pesquisa e extensão, a exemplo de viabilizar junto à equipe de TI do *Campus* a ampliação da potência ou velocidade da internet, uso do sistema acadêmico (*Q-Acadêmico*) para disponibilizar material didático, oferta de cursos e palestras via videoconferência, entre outras.

25 ATENDIMENTO AO DISCENTE

O IFMT/*Campus* Cáceres – Prof. Olegário Baldo, possui em sua estrutura além da Diretoria do Departamento de Ensino (DDE); Coordenação Geral de Ensino (CGE); o Setor

de Orientação Educacional (SOE); o Setor de Orientação e Apoio Pedagógica (SOAP); a Coordenação Geral de Assistência ao Estudante (CGAE), onde estão presentes a Assistente Social, Psicológica, Enfermeiros e Assistentes de Alunos. Essa equipe atua também no desenvolvimento e elaboração de políticas de controle de evasão e política de permanência.

Além disso, o *Campus* está estruturado com alojamentos feminino e masculino, permitindo que os estudantes de outras localidades, com acesso por Edital, possam realizar seus estudos na instituição sem ônus para as famílias. Conta ainda com consultório odontológico e enfermaria à disposição de alunos e servidores.

A assistencial estudantil ocorre por meio de refeições ao estudante de período integral; ajuda de custo para participação em atividades acadêmicas extracurriculares (publicação, congressos, seminários e visitas técnicas), além de bolsas (monitoria, transporte, permanência, entre outras), com editais específicos a cada período letivo.

Os registros de frequência dos alunos são realizados virtualmente, em sistema eletrônico de registro escolar, sendo acompanhado regularmente pelo Coordenador do Curso, e pela equipe da Orientação Educacional e Apoio Pedagógica.

Quanto ao acesso a estudantes com deficiências o IFMT/*Campus* Cáceres possui em sua estrutura o Núcleo de Apoio à Pessoa com Necessidades Específicas (NAPNE). Compete a tal núcleo atuar diariamente no sentido de possibilitar igualdade de acesso e permanência aos estudantes com necessidades específicas, além de desenvolver, junto com a Coordenação Geral de Ensino, onde está lotada, políticas de inclusão e respeito à diversidade.

Além disso, o prédio do IFMT/*Campus* Cáceres vem avançando no sentido de tornar-se totalmente acessível aos portadores de necessidades específicas, sendo que já possui a maioria de seus espaços de acordo com as normas de acessibilidade (banheiros, corredores e salas de aula). As novas salas de aula, biblioteca e auditório foram construídos visando a acessibilidade total para estudantes, servidores e comunidade em geral.

Consonante com o PDI do IFMT, o acompanhamento de egressos será realizado pela Coordenadoria de Extensão do *Campus* Cáceres – Prof. Olegário Baldo. O acompanhamento de Egressos constitui um conjunto de ações implementadas que visam acompanhar o desenvolvimento profissional do egresso, na perspectiva de identificar cenários junto ao mundo do trabalho e retroalimentar o processo de ensino, pesquisa e extensão, além da

criação de oportunidades de formação continuada, inserção profissional e participação destes na vida da instituição.

Para isso é meta da Coordenadoria realizar o Encontro de Egressos, além de viabilizar o acompanhamento de egressos mediante cadastros, eventos e pesquisas acerca da sua inserção no mundo do trabalho, bem como sua satisfação pessoal e profissional;

26 APROVEITAMENTO DE ESTUDOS

O aproveitamento de estudo se configura como um direito do acadêmico de graduação. Portanto, o acadêmico que cursou, em outro curso superior, disciplinas correlatas aos componentes curriculares do Curso de Bacharelado em Engenharia Florestal, poderá solicitar o aproveitamento de estudos, nas datas previstas em calendário.

O aproveitamento, solicitado pelo discente, mediante requerimento a Coordenação do Curso, compreenderá apenas componentes curriculares que tenham sido cursados em época anterior à matrícula como discente regular do curso em andamento no IFMT. O pedido deve estar de acordo com as normas previstas na Organização didática do IFMT e neste Projeto Pedagógico.

O acadêmico que cursou, em outro curso superior, disciplinas correlatas aos componentes curriculares do Curso de Bacharelado em Engenharia Florestal, poderá solicitar o aproveitamento de estudos, nas datas previstas em calendário. O aproveitamento de estudos compreenderá apenas componentes curriculares que tenham sido cursados em época anterior à matrícula como discente regular do curso em andamento no IFMT.

De acordo com a Organização Didática do IFMT, o discente deverá encaminhar o pedido de aproveitamento de estudos, mediante formulário próprio, anexando os seguintes documentos:

- a) histórico escolar atualizado, contendo o nome do curso e dos componentes curriculares, com especificação do período em que foram cursados, porcentagens de frequência, carga horária e a média ou conceito final;
- b) conteúdo programático ou plano de ensino dos componentes curriculares cursados com aproveitamento, que sejam equivalentes ao componente pleiteado, com a carga horária e a bibliografia utilizada; e

c) documento expedido pela Instituição de origem em que conste o número e data de autorização ou reconhecimento do curso.

Para o pedido ser deferido, após análise do docente da disciplina e aprovação do Colegiado, deverá apresentar compatibilidade de ementa e de conteúdo programático, bem como uma carga horária igual ou superior a 80% da carga horária descrita no componente curricular pretendido.

No caso de transferências, onde houver diferenças curriculares porventura existentes entre os cursos frequentados em outra instituição ou *Campus* e quando houver modificações ocorridas na matriz curricular, os discentes poderão solicitar estudos de adaptação seguindo as orientações do Colegiado do Curso. O discente transferido durante o ano letivo poderá cursar quaisquer adaptações no período.

A adaptação curricular far-se-á por meio de aulas ou de complementação de estudos a serem desenvolvidos paralelamente ao curso, conforme programação definida pela coordenação de curso e científica pelo estudante. Havendo vaga, o estudante será matriculado em turmas regulares para fazer a adaptação. A verificação das competências ao estudante e a aprovação do mesmo obedecerão às normas do sistema de avaliação vigente.

27 POLÍTICAS DE CONTROLE DE EVASÃO

A Coordenação de Curso tem papel fundamental neste processo, devendo esta perceber, encaminhar ao setor competente e propor políticas de controle de evasão nas turmas sob sua responsabilidade. Além disso, no *Campus* também existem comissões que atuam e auxiliam, como aquelas que desenvolvem ações de permanência e êxito dos estudantes (Portaria 103 de 11/12/2015) e de recepção e acompanhamento de alunos, visando combater o trote e preservar a integridade física, psicológica e moral com medidas pedagógicas (Portaria 17 de 20/02/2017).

No *Campus*, como política de permanência são desenvolvidas ações voltadas à permanência e êxito dos estudantes corrobora para evitar a evasão, tais como: alimentação gratuita (cardápio preparado por nutricionista), bolsas de monitoria, iniciação científica e de extensão, atendimento médico e odontológico, orientação educacional, assistência psíquico-social, disponibilidade de uniformes, vagas em alojamento para estudantes com baixa renda

familiar, ajuda de custo para visita técnica e apresentação de trabalhos em eventos, atividades desportivas, entre outras.

As atividades acadêmicas serão desenvolvidas de maneira dinâmica, criativa e criteriosa, no sentido de serem estimuladoras do envolvimento dos discentes com os conteúdos de aprendizagem, visando estabelecer uma relação democrática e harmoniosa no ambiente de estudo de tal modo que o acadêmico seja ativo no processo, e sujeito de sua própria aprendizagem.

28 DO TRANCAMENTO DE MATRÍCULA E DO CANCELAMENTO DE DISCIPLINA

O trancamento de matrícula é o ato pelo qual o discente interrompe temporariamente o curso e cancelamento é o ato de interromper componentes curriculares.

O trancamento de matrícula é o ato pelo qual o discente interrompe temporariamente o curso deverá ser solicitado pelo próprio discente ou, quando menor de 18 (dezoito) anos de idade, por seu responsável ou representante legal, mediante requerimento a Secretaria Geral de Documentação Escolar, obedecendo ao prazo estipulado no calendário acadêmico.

Para que se efetive o trancamento de matrícula, o discente deverá comprovar que está em dia com suas obrigações acadêmicas.

O trancamento de matrícula poderá ser realizado em qualquer período letivo, desde que comprovado um dos motivos relacionados a seguir:

- a) ser convocado para o serviço militar;
- b) pertencer ao quadro de funcionário público civil ou militar, assim como exercer a função de empregado de empresa privada que, por razões de trabalho, precise ausentar-se de sua sede compulsoriamente;
- c) estar incapacitado, mediante comprovação por atestado médico;
- d) acompanhar cônjuge, ascendente ou descendente, para tratamento de saúde, mediante atestado médico;
- e) mudar de domicílio para local que o impossibilite de cumprir o horário estabelecido; e
- f) outros casos previstos em lei.

Os casos omissos serão analisados pela Coordenação de Curso.

O trancamento de matrícula deve ser feito mediante assinatura de requerimento formal pelo discente (quando maior de idade), por seu responsável legal (quando menor de idade), ou por procurador do discente interessado, no prazo estabelecido no calendário acadêmico.

O trancamento dependerá de requerimento devidamente instruído, cujo parecer ficará a cargo da Coordenação de Curso.

O discente somente terá direito a um cancelamento por componente curricular.

Para que se efetive o trancamento de matrícula, o discente deverá comprovar que está em dia com suas obrigações acadêmicas.

A interrupção do curso não poderá exceder a dois períodos letivos, contados a partir do período em que ocorreu o trancamento.

O trancamento de matrícula poderá ser efetuado até duas vezes durante o período de integralização do curso.

O discente que trancar a matrícula, ao ativá-la, estará sujeito às alterações curriculares e, ainda, a repetir aqueles componentes curriculares ou módulos, cujos conteúdos tenham sido essencialmente alterados, mesmo que conservem a mesma denominação.

Ao retornar do trancamento, caso tenha ocorrido a extinção do curso, o discente poderá pleitear outro curso na mesma área de conhecimento, desde que atendidas as condições previstas nos procedimentos de mudança de cursos.

29 DESLIGAMENTO E CANCELAMENTO DE MATRÍCULA

O desligamento consiste na perda completa de vínculo formal do discente com o *Campus* e com o curso em que estava matriculado e pode ocorrer nas seguintes situações:

- a. em função de transferência para outro *Campus* ou instituição;
- b. em caso de processos disciplinares, com cancelamento da matrícula; e
- c. ausência de rematrícula por 02 (dois) períodos letivos consecutivos.

O desligamento do discente por transferência de um *Campus* para outro ou outra instituição, acarreta a perda do vínculo com a instituição de origem, porém mantém o status de transferido.

O cancelamento de matrícula é o ato formal pelo qual o discente se desliga do IFMT. O cancelamento de matrícula consiste na extinção do vínculo do discente com o IFMT e poderá ocorrer de duas formas:

1. por ato voluntário do discente requerido via protocolo no *Campus* de origem;
2. por ato administrativo:
 - a) por motivos disciplinares;
 - b) decorrente de ingresso irregular no curso; e
 - c) se verificada a matrícula simultânea em cursos do mesmo nível no IFMT ou em outra instituição pública.

O cancelamento de matrícula do discente com idade inferior a 18 anos deverá ser requerido pelo seu responsável legal. O cancelamento da matrícula do discente, por ato administrativo, com idade inferior a 18 (dezoito) anos, far-se-á pela Diretoria de Ensino/Chefia de Departamento, mediante convocação dos pais ou responsáveis legais para acompanhamento e ciência do processo.

30 CERTIFICADOS E DIPLOMAS

Após cumprir todas as exigências legais (concluir e ser aprovado em todas as disciplinas obrigatórias, apresentar e ser aprovado no trabalho de conclusão de curso e estágio supervisionado e não apresentar pendências junto ao IFMT) o discente receberá o diploma de **BACHAREL EM ENGENHARIA FLORESTAL**.

O título profissional será atribuído pelo CONFEA/CREA, mediante análise do currículo escolar e do projeto pedagógico do curso de formação do profissional, nos níveis discriminados nos incisos I, III e IV do art. 3º, da Resolução 1.076 do CREA/CONFEA de 19 de abril de 2016, obtida por diplomação em curso reconhecido pelo sistema oficial de ensino brasileiro, no âmbito das profissões fiscalizadas pelo Sistema CONFEA/CREA.

Conforme ainda prevê a Resolução nº 473 de 26 de novembro de 2002, do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CONFEA), que instituiu a tabela de títulos profissionais do sistema CONFEA/CREA, o profissional formado receberá o título de **ENGENHEIRO FLORESTAL**, se masculino e **ENGENHEIRA FLORESTAL**, se feminina. A abreviação será **Eng. Ftal.**

Os diplomas serão emitidos pela Secretaria Geral de Documentação Escolar de cada *Campus* e registrados pela Coordenação de Registros e Emissão de Diplomas do IFMT. Os diplomas de cursos superiores reconhecidos, quando registrados, terão validade nacional

como prova da formação recebida por seu titular, conforme artigo 48 da LDB. O discente em falta com documentação só receberá diploma depois de regularizada a situação.

31 QUADRO DE DOCENTES


Docente	Formação	Titulação	Regime	Tempo de Experiência	Alunos por docente*	Número de disciplina
Abdala Untar	Agronomia; Bacharelado em Ciências Jurídicas	Mestre	DE	45 anos	150	3
Admilson Costa da Cunha	Licenciatura em Ciências Agrícolas	Mestre	DE	10 anos	80	3
Alexandre dos Santos	Engenharia Florestal	Doutor	DE	9 anos	60	2
Anderson Ritela	Geografia	Doutor	DE	8 anos	150	2
Andréa Luiza Ramos Pereira Xisto	Agronomia	Doutora	DE	6 anos	90	3
Antônio Nobre da Silva	Agronomia	Mestre	DE	15 anos	100	2
Arthur Guilherme Schirmbeck Chaves	Engenharia Florestal	Mestre	DE	5 anos	100	4
Claudia Roberta Gonçalves	Engenharia Química	Doutora	DE	23 anos	75	4
Cristian Jacques Bolner de Lima	Química Industrial	Doutor	DE	7 anos	40	1
Danilo Morais Itokagi	Química	Mestre	DE	13 anos	210	2
Denise Dalmás Rodrigues	Licenciatura em Letras	Doutora	DE	23 anos	140	2
Edilene Silva Ribeiro Lopes Moreira	Engenharia Florestal	Doutora	DE	5 anos	70	3
Eliel Regis de Lima	Processamento de Dados	Mestre	DE	22 anos	120	4
Felipe Vieira da Cunha Neto	Engenharia Florestal	Mestre	DE	7 anos	90	3
Fernanda Miguel Franco	Arquitetura e Urbanismo	Doutora	DE	8 anos	150	4
Fernando Rodrigues Maciel	Zootecnia	Mestre	DE	26 anos	90	1
Gláucia Alves e Silva	Engenharia Florestal	Doutora	DE	12 anos	71	3
Heitor Azuaga da Silva Filho	Medicina Veterinária	Mestre	DE	25 anos	30	1
Íris Gomes Viana	Licenciatura em Ciências	Doutora	DE	8 anos	100	2


	Biológicas					
João Vanes da Silva Tobias	Licenciatura em Letras	Mestre	DE	11 anos	300	4
Joel Fernando Magri Arantes	Licenciatura em Química	Mestre	DE	05 anos	210	2
Jonas de Miranda Pinto	Licenciatura em Ciências Agrícolas	Doutor	DE	30 anos	210	4
José Renato Maurício da Rocha	Engenharia Florestal	Mestre	DE	8 anos	90	3
José Ricardo Castrillon Fernandez	Agronomia	Doutor	DE	22 anos	90	1
Juberto Babilônia de Sousa	Agronomia	Doutor	DE	19 anos	110	4
Lucas Nunes Jorge	Licenciatura Plena em Física	Doutor	DE	5 anos	224	4
Luciano Recart Romano	Engenharia Agrícola	Doutor	DE	10 anos	90	3
Lúdio Edson da Silva Campos	Licenciatura em Matemática	Mestre	DE	13 anos	120	2
Marcelo Rocha Meira	Licenciatura em Computação	Especialista	DE	5 anos	60	2
Márcio Cleis Gonçalves	Agronomia	Mestre	DE	15 anos	130	4
Marcos Aparecido Pereira	Licenciatura em Letras	Especialista	DE	16 anos	150	2
Milson Evaldo Serafim	Agronomia	Doutor	DE	11 anos	30	1
Moisés Santiago Ribeiro	Agronomia	Doutor	DE	07 anos	120	4
Monique Virões Barbosa dos Santos	Zootecnia	Mestre	DE	12 anos	150	2
Paolo Targioni	Ciências Políticas	Mestre	DE	10 anos	400	1
Paulo Ribeiro de Barros	Medicina Veterinária	Mestre	DE	10 anos	70	2
Priscilla Silva Rodrigues	Filosofia	Mestre	DE	5 anos	400	1
Reginaldo Antonio Medeiros	Engenharia Florestal	Doutor	DE	19 anos	138	4
Rhavena Graziela Liotti	Ciências Biológicas	Mestre	DE	10 anos	280	3
Roney Mendes de Arruda	Zootecnia	Mestre	DE	21 anos	150	2

Rosane Segalla Soares	Ciências Biológicas	Mestre	DE	11 anos	120	4
Silvano Carmo de Souza	Ciências Biológicas	Doutor	DE	13 anos	92	3
Victor Manuel Aleixo	Medicina Veterinária	Doutor	DE	38 anos	70	4
Willian dos Santos Rodrigues	Matemática	Mestre	DE	10 anos	60	3

*Referência: Ano letivo de 2017 (cursos anuais); Semestre letivo 2017/2 (cursos semestrais). Informações fornecidas pelos Professores.

RESOLUÇÃO CONSEPE Nº 27, DE 26 DE OUTUBRO DE 2020
RESOLUÇÃO CONSUP Nº 080, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2020


Gláucia Alves e Silva
Coordenadora do Curso de Bach.
em Engenharia Florestal
Portaria IFMT nº 1.792, de 31/08/2020


Luçara Tinasi de Oliveira
Diretora do Dep. de Desenv. Educacional
Port. nº 555, de 09/03/17
IFMT Campus Cáceres - Prof. Olegário Baldo

32 INSTALAÇÃO FÍSICAS

Quadro 7: Instalações físicas diretamente relacionadas a área florestal.

Ordem	Discriminação
1	Laboratórios de Informática (3)
2	Laboratório de Química
3	Laboratório de Fitossanidade
4	Laboratório de Solos
5	Laboratório de Biologia
6	Laboratório de Física
7	Laboratório de Microbiologia / Bromatologia
8	Laboratório de Geoprocessamento
9	Laboratório de Desenho e Topografia
10	Laboratório de Histologia e Anatomia Vegetal (Botânica Dendrologia e Xiloteca)
11	Laboratório de Estudos em Reflorestamento e Recuperação de Áreas Degradadas
12	Laboratório de Sementes
13	Laboratório de Produtos Florestais
14	Campo Experimental Florestal
15	URT iLPF (EMBRAPA/IFMT)
16	Plantios florestais (teca, eucalipto, pau d'balsa, entre outros)
17	Laboratório de Mensuração e Design/Serraria
18	Estufa climatizada
19	Marcenaria
20	Biblioteca
21	Auditório
22	Viveiro Florestal
23	Sala de aula (04)
24	Sala virtual (informática)
25	Sala de professores (16)
26	Banheiros masculino e feminino
27	Sala da Coordenação de Curso
28	Unidades Educativas de Produção (ensino, pesquisa e extensão)
29	Reserva Florestal (60 ha)
30	Horto Florestal
31	Bosque Dendrológico
32	Centro de Capacitação
33	Usina piloto de Produção de Biodiesel e de Etanol
34	Laboratório de Máquinas e Mecanização
35	Laboratório de Química Industrial
36	Laboratório de Bromatologia
37	Laboratório de Educação e Gestão Ambiental
38	NIT – Núcleo de Incubação Tecnológica

A Biblioteca do *Campus* presta atendimento a comunidade escolar em três turnos ininterruptos. O acervo conta com 4.500 títulos, 6.957 volumes, 208 CDs, 183 DVDs de vídeos e softwares. Além disso, a pesquisa pode-se estender as outras bibliotecas através de link pelo Programa da Biblioteca Nacional.

Em seu ambiente, os usuários contam com 20 mesas com cadeiras para estudo individual, 15 jogos de mesas com 4 cadeiras, 02 carrinhos livreiro, 02 banheiros, um laboratório de informática de uso comum com 20 computadores, 01 armário com 08 portas para capacetes, 08 armários com 128 lugares para bolsas, 01 sala de gerência da biblioteca, computadores para consulta ao acervo e balcão de atendimento.

O *Campus* está prestes a inaugurar a nova biblioteca que será a maior de Cáceres e região, para tal, novos títulos estão sendo adquiridos, com base no ementário de disciplinas dos cursos e novas solicitações feitas pelos professores.

33 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

O Núcleo Docente Estruturante - NDE é um instrumento diferenciador para garantir a qualidade dos cursos de graduação, formado por um grupo permanente de docentes, que atuam no processo de criação, implantação, consolidação e constante atualização do Projeto Pedagógico do Curso - PPC.

Sua constituição, atribuições e outras disposições estão dispostas na Resolução nº 047, de 06/12/2011, que aprovou a Instrução Normativa nº 04, de 06/12/2011, e normatizou a estruturação e regulamentação dos Núcleos Docentes Estruturantes dos Cursos Superiores de Tecnologia, Licenciaturas e Bacharelados ofertados nos Campi do IFMT.

São atribuições do Núcleo Docente Estruturante:

- I. Elaborar o Projeto Pedagógico do curso definindo sua concepção e fundamentos;
- II. Estabelecer o perfil profissional do egresso do curso;
- III. Atualizar periodicamente o projeto pedagógico do curso;
- IV. Conduzir os trabalhos de reestruturação curricular, para aprovação no Colegiado de Curso, sempre que necessário;
- V. Supervisionar as formas de avaliação e acompanhamento do curso definidas pelo Colegiado;

- VI. Analisar e avaliar os Planos de Ensino dos componentes curriculares;
- VII. Promover a integração horizontal e vertical do curso, respeitando os eixos estabelecidos pelo projeto pedagógico;
- VIII. Acompanhar as atividades do corpo docente, recomendando ao Colegiado de Curso a indicação ou substituição de docentes, quando necessário;
- IX. Promover ações de formações continuada aos docentes do curso;
- X. Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisas e extensão, oriundas de necessidades do curso, de exigências do mundo do trabalho e alinhadas às políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
- XI. Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Bacharelado em Engenharia Florestal.

O NDE deverá ser instituído, por meio do colegiado de curso, em conformidade com os critérios estabelecidos pelo nos instrumentos aplicados pelo INEP para avaliação dos cursos de graduação, sendo formalmente consolidado via portaria emitida pela Direção Geral do *Campus*, cuja composição atenderá aos critérios estabelecidos pela Resolução n. 047, de 06 de dezembro de 2011, sendo no mínimo:

- a) Formado por 5 professores nomeados competentemente e pertencentes ao quadro docente do curso;
- b) Gozar de pelo menos 60% de seus membros com titulação acadêmica obtida em programas pós-graduação *stricto sensu*;
- c) Assegurar que todos os seus membros tenham regime de trabalho de tempo parcial ou integral, sendo pelo menos 20% em tempo integral;
- d) Garantir a permanência dos seus membros por no mínimo 3 anos e quando necessário, assegurar estratégia de renovação parcial dos integrantes do NDE de modo a haver continuidade no processo de acompanhamento do curso.

Parágrafo Primeiro: na ausência ou impedimento eventual do Coordenador de Curso a presidência do Núcleo será exercida pelo docente integrante do NDE que apesenta maior tempo de serviço na instituição ou, na ausência desta condição, o docente que tenha maior titulação.

Parágrafo Segundo: O NDE deve ser constituído por membros do corpo docente do curso, que exerçam liderança acadêmica no âmbito do mesmo, percebida na produção de

conhecimentos na área, no desenvolvimento do ensino, e que atuem sobre o desenvolvimento do curso.

As reuniões ordinárias dar-se-ão duas vezes por semestre e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo presidente ou maioria de seus membros.

As decisões do NDE serão tomadas por maioria simples de votos, com base no número de presentes.

34 COORDENAÇÃO DE CURSO

O Coordenador de Curso de Engenharia Florestal do IFMT Campus Cáceres - Prof. Olegário Baldo deverá ser um docente com formação em engenharia florestal ou docente que lecionem no curso. Em ambos os casos o Coordenador deve possuir titulação mínima de Mestre.

No processo de escolha, quando houver mais de um candidato haverá eleição direta, sendo votantes os professores que lecionem disciplinas no curso de engenharia florestal, técnicos administrativos com atuação direta no curso de engenharia florestal, ou seja, desempenham atividades rotineiras no curso e alunos regularmente matriculados no curso de engenharia florestal. Havendo candidato único, a nomeação se dará pelo Colegiado de Curso de Engenharia Florestal.

35 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACICH, L.; MORAN, J. (Orgs.). **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática** [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Penso, 2018.

BARDINI, V. S. dos S.; SPALDING, M. Application of Active Teaching-Learning Methodologies: Experience in the Engineering Area. **Revista de Ensino de Engenharia**, v. 36, n. 1, p. 49–58, 2017. Disponível em: <<http://www.gnresearch.org/doi/10.5935/2236-0158.20170005>>.

BISPO, E. R.; ALVARES, R. V.; CRIBB, S. L. de S. P. Adoção de metodologias ativas em cursos de graduação em engenharia. **Int. J. Activ. Learn.**, v. 1, n. 1, p. 1–8, 2016.

BRASIL. Instrumento de avaliação de cursos de graduação: presencial e a distância – reconhecimento e renovação de reconhecimento. Brasília: MEC/Inep/Daes. 2017. 49 p.

BRASIL. LEI Nº 5.194, DE 24 DE DEZEMBRO DE 1966. Regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo, e dá outras providências.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução n. 3, de 2 de fevereiro de 2006. Instituem Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Engenharia Florestal.

BRASIL. Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996: estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

PREFEITURA MUNICIPAL CÁCERES. **Aspectos Geográficos de Cáceres**. Disponível em: < <http://www.caceres.mt.gov.br/Caceres-AG/>>. Acesso em 05 de abr. de 2016.

CIFlorestas. **Análise Conjuntural – Novembro/2016**. Disponível em: < http://www.ciflorestas.com.br/arquivos/a_n_2016_715709673.pdf>. Acesso em 15 de mar. de 2017.

CONFEEA. Resolução n° 473 de 26 de novembro de 2002.

CONFEEA. Resolução 218 de 29 de junho de 1973. Discrimina atividades das diferentes modalidades profissionais da Engenharia, Arquitetura e Agronomia.

CONFEEA. Resolução 1073 de 19 de abril de 2016. Regulamenta a atribuição de títulos, atividades, competências e campos de atuação profissionais aos profissionais registrados no Sistema Confea/Crea para efeito de fiscalização do exercício profissional no âmbito da Engenharia e da Agronomia.

DOMINGUES, R. MT receberá 17 milhões de euros para implantar programa contra o desmatamento. Mato Grosso, SEMA. Disponível em: <http://www.sema.mt.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3911:mt-recebera-17-milhoes-de-euros-para-implantar-programa-contra-o-desmatamento&catid=56:sema&Itemid=180>. Acesso em 03 de abr. de 2017.

FAMATO. **Diagnóstico de florestas plantadas do estado de Mato Grosso**. Cuiabá: Instituto Mato-Grossense de Economia Agropecuária (Imea), 2013. 106 p.

FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura. **Global Forest Resources Assessment – FRA 2015**. Roma: FAO, 2015.

IBÁ. **Indústria Brasileira de Árvores**. São Paulo, 2016a. 96 p.

IBÁ. **As Árvores Plantadas e seus Múltiplos Usos**. Disponível em: <http://iba.org/images/shared/Biblioteca/Multiplos_Usos_da_Madeira.pdf> Acesso em 04 de mar. de 2016b.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010. População total, população urbana, população rural e taxa de urbanização**. Rio de Janeiro, IBGE, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estimativa 2017: municípios**. Rio de Janeiro, IBGE, 2017. Disponível em: <http://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-detalle-de-midia.html?view=mediaibge&catid=2103&id=1321>. Acesso em: 30 de ago. de 2017.

IFMT. Resolução N° 024 de 06 de julho de 2011, Normativa para elaboração dos Projetos Pedagógicos dos Cursos Superiores do Instituto Federal de Educação de Mato Grosso.

- IFMT. **Projeto Pedagógico do Curso Superior de Bacharelado em Biotecnologia**. 2017. 200 p.
- IFMT. **Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Biocombustíveis**. 2014. 121 p.
- MATO GROSSO. **Regiões de planejamento de Mato Grosso 2017**. Cuiabá: SEPLAN, 2017. 242p.
- MATO GROSSO. **Mato Grosso: produto interno bruto 2014**. Cuiabá: SEPLAN, 2017. 23 p.
- RESOLUÇÃO Nº 120/2016, de 15 de dezembro de 2016. Instituto Federal do Sul de Minas Gerais.
- SEBRAE. **Sebrae divulga dados sócio econômicos da região**. Disponível em: <http://www.jornaloeste.com.br/noticias/exibir.asp?id=41127¬icia=sebrae_divulga>. Acesso em 03 de abr. 2017.
- SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO. **Florestas do Brasil em resumo - 2013: dados de 2007-2012**. Brasília: SFB, 2013. 188 p.
- SILVA, J. K. F.; GONTIJO, F. B. Aplicação do método aprendizagem baseada em problemas (ABP) ao curso de engenharia civil do Unipam. In: VIII Encontro De Pesquisa Em Educação. III Congresso Internacional Trabalho Docente E Processos Educativos. Issn: 2237-8022.
- SNA – Sociedade Nacional de Agricultura. **Sem biomassa, usinas de Mato Grosso recorrem a eucalipto para geração de energia**. Disponível em: <http://www.sna.agr.br/sem-biomassa-usinas-de-mt-recorrem-a-eucalipto-para-geracao-de-energia/>. Acesso em 31 de out. 2018.
- SOCIEDADE BRASILEIRA DE ENGENHEIROS FLORESTAIS (SBEF). Vários temas. <http://www.sbef.org.br> . 2005.
- UFMT (Universidade Federal de Mato Grosso – *Campus Sinop*). **Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Engenharia Florestal**. Sinop: UFMT, 2009. 238 p.

**ANEXO I - REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DO
CURSO DE BACHARELADO EM ENGENHARIA FLORESTAL**

CAPÍTULO I

NATUREZA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC

Art.1º O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da Engenharia Florestal, será um trabalho individual do aluno formando e apresentado sob a forma de monografia.

§ 1º O TCC, de que trata o caput, resultará de um estudo sob a orientação de um professor do Curso de Engenharia Florestal nas áreas de Silvicultura, Manejo Florestal, Técnicas e Operações Florestais, Tecnologia e Utilização de Produtos Florestais, Conservação da Natureza, Energia de Biomassa Florestal ou áreas afins que incluam conteúdos das disciplinas que integram a grade curricular do curso;

§ 2º O TCC da Engenharia Florestal deverá compreender uma das seguintes categorias:

I. Trabalho de pesquisa científica (pesquisa experimental);

Nas atividades de pesquisa experimental, o aluno deverá desenvolver seu trabalho baseado em metodologia científica apoiada em levantamento bibliográfico, sendo permitidos estudos, ensaios experimentais, desenvolvimento de protótipos, produtos, tecnologias, patentes, e pesquisa básica ou aplicada. O Relatório da Pesquisa Científica deve seguir as normas da ABNT vigente para trabalhos acadêmicos (Monografia) e deve conter:

- a. Resumo, de acordo com a NBR vigente, com versão em inglês (Abstract);*
- b. Palavras - chave, com versão em inglês (Keywords);*
- c. Introdução (a proposição e a justificativa do trabalho devem constar nessa parte);*
- d. Revisão de Literatura (Referencial Teórico);*
- e. Materiais e Métodos;*
- f. Resultados e Discussão (Análise e Interpretação dos Dados Pesquisados);*
- g. Conclusões, e Recomendações quando cabível;*
- h. Referências, de acordo com a NBR vigente;*
- i. Anexos e/ou Apêndices.*

II. Pesquisa Bibliográfica;

Considera-se Pesquisa Bibliográfica, o trabalho que objetive o desenvolvimento/estudo aprofundado de um assunto da área do curso, desde que gere contribuições para o desenvolvimento da ciência. O Relatório da Pesquisa Científica deve seguir as normas da ABNT vigente para trabalhos acadêmicos (Monografia) e deve conter:

- a. *Resumo, de acordo com a NBR vigente, com versão em inglês (Abstract);*
- b. *Palavras - chave, com versão em inglês (Keywords);*
- c. *Introdução (a proposição e a justificativa do trabalho devem constar nessa parte);*
- d. *Revisão de Literatura (Referencial Teórico);*
- e. *Discussão (Análise e Interpretação dos Dados Pesquisados);*
- f. *Conclusões ou considerações finais;*
- g. *Referências, de acordo com a NBR vigente;*
- h. *Anexos e/ou Apêndices.*

§ 3º O TCC poderá ser orientado por docente do IFMT não pertencente ao Curso de Engenharia Florestal, desde que esta orientação seja aprovada pelo Colegiado do Curso.

§ 4º O TCC poderá ser coorientado por docente do IFMT ou de outra Instituição de ensino não pertencente ao Curso de Engenharia Florestal.

CAPÍTULO II

OBJETIVOS

Art.2º O TCC da Engenharia Florestal atende os seguintes objetivos:

- I- Capacitar o aluno para a elaboração de estudos;
- II- Levar o aluno a correlacionar e aprofundar os conhecimentos teórico-práticos adquiridos no curso;
- III- Propiciar ao aluno o contato com o processo de investigação;
- IV- Contribuir para o enriquecimento das diferentes linhas de estudo da Engenharia Florestal, estimulando a pesquisa científica articulada às necessidades da comunidade local, nacional e internacional.

CAPÍTULO III

MODALIDADES

Art.3º A monografia pode se enquadrar em uma das seguintes modalidades:

- I- Trabalho de revisão crítica de literatura sobre determinado tema;
- II- Trabalho de análise de determinado tema apontando ou propondo novos conceitos que melhor o elucidem;
- III- Trabalho original de pesquisa.

CAPÍTULO IV

NORMAS PARA ELABORAÇÃO DA MONOGRAFIA

Art.4º A monografia deve ter estrutura e corpo de acordo com as normas estabelecidas pelo Colegiado do Curso de Engenharia Florestal.

Art.5º O prazo para elaboração e apresentação da monografia é de 1 (um) período letivo de acordo com o currículo vigente do curso de Engenharia Florestal, não podendo ultrapassar os prazos previstos no Calendário das Atividades de Graduação.

CAPÍTULO V

ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Art.6º O Coordenador do TCC deve ser um professor do Curso de Engenharia Florestal, eleito em Reunião do Colegiado do Curso, com titulação mínima de mestre.

§ 1º O Coordenador do Trabalho de Curso dispõe de 02 (duas) horas semanais para cumprir sua função.

Art.7º O orientador deverá ser membro da carreira docente da universidade, com titulação mínima de mestre.

CAPÍTULO VI

ATRIBUIÇÕES DO COORDENADOR DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art.8º Compete ao Coordenador do TCC:

- I- Articular-se com o Colegiado do curso de Engenharia Florestal para compatibilizar diretrizes, organização e desenvolvimento dos trabalhos;
- II- Divulgar as linhas de estudo dos docentes orientadores e o número de vagas oferecido por cada docente;

- III- Orientar os alunos na escolha de professores orientadores;
- IV- Analisar os projetos do TCC quanto ao enquadramento nas normas do presente regulamento;
- V- Solicitar ao orientador, quando for o caso, modificações nos projetos;
- VI- Encaminhar para o Colegiado do Curso os casos omissos e os projetos com orientação por docente não pertencente ao curso de Engenharia Florestal;
- VII- Convocar, sempre que necessário, os orientadores para discutir questões relativas à organização, planejamento, desenvolvimento e avaliação do TCC;
- VIII- Coordenar, quando for o caso, o processo de substituição de orientadores, ouvida o Colegiado do Curso;
- IX- Coordenar o processo de constituição das bancas examinadoras e definir o cronograma de avaliação dos trabalhos a cada ano letivo;
- X- Comparecer às reuniões do Colegiado do Curso de Engenharia Florestal, quando um ponto de pauta seja referente a algum assunto do TCC.

CAPÍTULO VII

ATRIBUIÇÕES DO ORIENTADOR

Art.9º Compete ao orientador de monografia:

- I. Orientar, acompanhar e avaliar o desenvolvimento do trabalho em todas as suas fases;
- II. Estabelecer um projeto da monografia em conjunto com o orientando, e encaminhar o mesmo 20 (vinte) dias antes do final do semestre letivo em que o aluno esteja matriculado no TCC I ao Coordenador do TCC;
- III. Reapresentar em 24 (vinte quatro) horas o projeto da monografia com as devidas alterações, quando solicitado pelo Coordenador do TCC;
- IV. Encaminhar ao Coordenador do Trabalho de Curso o planejamento e o cronograma das atividades da monografia na data prevista no calendário escolar para a entrega dos programas das disciplinas;
- V. Informar o orientando sobre as normas, procedimentos e critérios de avaliação respectivos;
- VI. Presidir a banca examinadora do TCC por ele orientado;

VII. Comparecer às reuniões, convocadas pelo Coordenador do TCC, para discutir questões relativas à organização, planejamento, desenvolvimento e avaliação do TCC de Engenharia Florestal;

VIII. Comunicar ao Coordenador do TCC quando ocorrerem problemas, dificuldades e dúvidas relativas ao processo de orientação; para que o mesmo tome as devidas providências;

IX. Encaminhar a composição da banca examinadora 30 (trinta) dias antes do final do semestre letivo para o Coordenador do TCC.

Art. 10 Cada docente poderá orientar até cinco monografias por semestre.

CAPÍTULO VIII

ATRIBUIÇÕES DO ORIENTANDO

Art. 11 São direitos do orientando:

- I. Ter um professor orientador e definir com o mesmo a temática da monografia;
- II. Solicitar orientação diretamente ao professor escolhido ou através do Coordenador do TCC;
- III. Ser informado sobre as normas e regulamentação do TCC.

Art. 12. São deveres do orientando:

- I. Definir o orientador e o tema de sua Monografia até 30 (trinta) dias após o início do semestre em que esteja matriculado no TCC I;
- II. Participar do planejamento e estabelecimento do Cronograma do TCC;
- III. Cumprir as normas e regulamentação própria do TCC;
- IV. Cumprir o plano e o cronograma estabelecidos em conjunto com seu orientador;
- V. Entregar versão preliminar para o orientador 60 (sessenta) dias antes do final do período letivo que esteja matriculado no TCC II, que a disponibilizará ao Coordenador do TCC, se solicitado;
- VI. Apresentar a monografia à banca examinadora somente após a autorização do orientador.

CAPÍTULO IX

PLANEJAMENTO DAS ATIVIDADES

Art. 13 O projeto da monografia do TCC deverá constar de tema, objetivos gerais e específicos.

Art. 14 O planejamento das atividades para elaboração da monografia deve estar de acordo com o currículo de Engenharia Florestal e os prazos definidos no Calendário das Atividades de Graduação.

Art. 15 A monografia deve ser apresentada aos membros da banca 30 (trinta) dias antes do final do período letivo, respeitando-se o Calendário das Atividades de Graduação,

§ 1º O aluno deve entregar 03 (três) vias da monografia, sendo uma para cada um dos membros da banca examinadora.

§ 2º Após a apresentação oral da monografia, a banca examinadora devolverá as vias da mesma ao aluno para que as alterações sugeridas sejam processadas.

§ 3º Caso aprovado, o aluno deverá apresentar 04 (quatro) vias da monografia à Coordenação do TCC com as possíveis correções sugeridas, sendo distribuídas: 03 (três) vias para a banca examinadora e uma para o Colegiado.

§ 4º O prazo para a apresentação das 04 (quatro) vias é de três dias antes do encerramento do período letivo do Calendário das Atividades de Graduação.

§ 5º O não cumprimento do prazo do parágrafo anterior implica que o aluno estará de exame final.

CAPÍTULO X

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Art.16 A monografia é avaliada segundo os critérios previstos no Sistema de Avaliação Discente nos Cursos de Graduação do IFMT, de conformidade com as normas estatutárias e regimentais vigentes.

CAPÍTULO XI

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

Art. 17 O aluno será avaliado em duas modalidades:

1. Avaliação da apresentação oral e;
2. Análise da monografia.

Art. 18 A monografia e a apresentação oral do aluno serão avaliadas por uma banca examinadora composta por três docentes, que atribuirão, individualmente, nota de zero (0,0) a dez (10,0) ao trabalho.

§ 1º A nota dada refere-se ao trabalho escrito com peso 7 (sete) e a apresentação oral com peso 3 (três).

§ 2º No trabalho escrito, cada membro deve avaliar a organização sequencial, a argumentação, a profundidade do tema, a correção gramatical e a correlação do conteúdo matemático.

§ 3º Na apresentação oral, cada membro deve avaliar domínio do conteúdo, organização da apresentação, capacidade de comunicar bem as ideias e capacidade de argumentação.

Art.19 A apresentação oral deverá ocorrer duas semanas antes do término do período letivo em dias a serem marcados pelo Coordenador do TCC.

Parágrafo único. A apresentação oral terá duração máxima de 30 (trinta) minutos e deve preceder a 15 (quinze) minutos de arguição pelos membros da banca examinadora com tolerância máxima de 05 (cinco) minutos.

Art. 20 A nota final da monografia será a média aritmética das 3 (três) notas atribuídas ao trabalho pelos membros da banca examinadora.

§ 1º A avaliação será documentada em ata elaborada pelo presidente da banca, onde devem constar a média das notas que a banca examinadora atribuiu ao aluno e anexada à mesma, a ficha de avaliação correspondente de cada membro da banca.

§ 2º A aprovação do discente está condicionada a entrega das 03 (três) vias da monografia.

§ 3º O aluno com nota final igual ou superior a 6,0 (seis) na monografia é considerado aprovado no TCC.

§ 4º O aluno com média parcial igual ou inferior a 6,0 (seis) tem o período que antecede a realização do exame final, conforme Calendário das Atividades de Graduação, para fazer as alterações necessárias na monografia e reapresentá-la à banca examinadora, na data e horário determinados pela mesma.

Art.21. No exame final, a monografia e a apresentação oral devem ser novamente avaliadas pela banca examinadora, recebendo a nota correspondente.

§ 1º A média final do aluno é a resultante da média aritmética entre a média parcial e a obtida no exame final.

§ 2º É considerado aprovado no TCC, o aluno com média final igual ou superior a 5,0 (cinco) no exame final.

CAPÍTULO XII

COMPOSIÇÃO DA BANCA EXAMINADORA

Art. 22 A Banca Examinadora será constituída pelo Orientador e por no mínimo dois docentes, sendo que um deles esteja atuando no Curso de Engenharia Florestal deste campus do IFMT.

Parágrafo único: pode integrar a banca examinadora docentes de outros cursos, outra instituição ou profissional considerado autoridade na temática da monografia a ser avaliada.

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 23 Os custos da elaboração da monografia ficam a cargo do aluno.

Art. 24 Os casos omissos do presente regulamento serão resolvidos pelo Coordenador do TCC, em conjunto com o Colegiado de Curso de Engenharia Florestal.

ANEXO II - REGIMENTO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE DO CURSO DE BACHARELADO EM ENGENHARIA FLORESTAL

O corpo docente do curso de Bacharelado em Engenharia Florestal baseando-se na Instrução Normativa do IFMT nº 04 de 06/12/2011 na Resolução do Conselho Superior/IFMT 047 de 06/12/2011, regimenta:

CAPÍTULO I

DAS CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Art.1º. O presente Regulamento disciplina as atribuições e o funcionamento do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso de Bacharelado em Engenharia Florestal do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – Campus Cáceres (IFMT – Campus Cáceres – Prof. Olegário Baldo).

Art.2º. O Núcleo Docente Estruturante (NDE) é um instrumento diferenciador, que será constituído por um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento,

atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso de Engenharia Florestal do IFMT – Campus Cáceres – Prof. Olegário Baldo.

CAPÍTULO II

DAS ATRIBUIÇÕES DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Art.3º. São atribuições do Núcleo Docente Estruturante do Curso de Engenharia Florestal do Campus Cáceres:

1. Elaborar o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) do curso definindo sua concepção e fundamentos;
2. Estabelecer o perfil profissional do egresso do curso;
3. Manter atualizado o projeto pedagógico do curso;
4. Conduzir os trabalhos de reestruturação curricular, para aprovação no Colegiado de Curso, sempre que necessário;
5. Supervisionar as formas de avaliação do curso definidas pelo Colegiado;
6. Analisar e avaliar os Planos de Ensino dos componentes curriculares;
7. Acompanhar as atividades do corpo docente, recomendando ao Colegiado de Curso a indicação ou substituição de docentes da disciplina, quando necessário.
8. Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisas e extensão, que atenda as exigências do mundo do trabalho e alinhadas às políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso, respeitando-se o PDI e PPI do IFMT, bem como do campus.
9. Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos Superiores de Engenharia Florestal.

CAPÍTULO III

DA COMPOSIÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Art. 4º. O Núcleo Docente Estruturante será composto por no mínimo cinco (5) membros:

1. O Coordenador do Curso, como presidente;
2. No mínimo 60% por Engenheiros florestais;
3. Todos os membros deverão possuir pós-graduação stricto sensu (mestrado ou doutorado);

Art.5º. A indicação dos representantes docentes será realizada pelo Colegiado de Curso para um mandato de três (03) anos, com possibilidade de recondução, com no máximo 50% de renovação por triênio.

CAPÍTULO IV

DA TITULAÇÃO E FORMAÇÃO ACADÊMICA DOS DOCENTES DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Art.6º. Os docentes que compõem o NDE devem possuir titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação stricto sensu.

Art. 7º. Os docentes que compõem o NDE do curso de Engenharia Florestal deverão obedecer os critérios do artigo 4º e 6º.

CAPÍTULO V

DO REGIME DE TRABALHO DOS DOCENTES DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Art.8º. Os docentes que compõem o NDE devem possuir regime de trabalho na instituição de 40h semanal ou dedicação exclusiva.

CAPÍTULO VI

DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Art.9º. Compete ao Presidente do Núcleo:

1. Convocar e presidir as reuniões, com direito a voto de qualidade;
2. Representar o NDE junto aos órgãos da instituição;
3. Encaminhar para o Colegiado de Curso e demais instâncias do *Campus* e do IFMT as decisões do Núcleo;
4. Designar relator ou comissão para estudo de matéria a ser decidida pelo Núcleo e um representante do corpo docente para secretariar e lavrar as atas;

CAPÍTULO VII

DAS REUNIÕES

177

Art.10. O Núcleo reunir-se-á ordinariamente por convocação do presidente, ou extraordinariamente sempre que convocado pelo seu presidente ou quórum mínimo de seus membros.

§1º. As convocações para as reuniões serão feitas por escrito constando a pauta dos assuntos com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas para as reuniões ordinárias e de 24 (vinte e quatro) horas para as reuniões extraordinárias.

§2º. Em caso de urgência ou excepcionalidade, o prazo de convocação previsto no parágrafo anterior poderá ser reproduzido e a indicação de pauta omitida justificando-se a medida no início da reunião.

§3º. O comparecimento espontâneo do membro, ora convocado sem a observância das formas acima descritas, convalida o ato de convocação e não acarretará nulidade da sessão.

Art. 11. O comparecimento dos membros que compõem o NDE às reuniões plenárias é de caráter obrigatório e tem preferência sobre qualquer outra atividade acadêmica, perdendo o mandato aquele que, sem motivo justificado, faltar a mais de 03 (três) reuniões consecutivas ou 05 (cinco) sessões alternadas, no mandato de 03 (três) anos, e será substituído por um suplente para exercer o prazo restante do mandato.

§1º. Na ausência do Presidente do NDE a reunião será presidida por um membro indicado pela maioria dos membros presentes.

§2º. Não será configurada a ausência quando o membro suplente substituir o ausente.

§3º. O suplente somente terá direito a voz quando tiver assinado a lista de presença em substituição ao membro titular.

Art. 12. As deliberações serão realizadas por meio de voto da maioria dos presentes na sessão.

Parágrafo único. Nenhum membro do NDE pode recusar-se a votar.

Art. 13. Das sessões serão lavradas atas, lidas, aprovadas e assinadas por todos os presentes na mesma sessão ou na seguinte.

Parágrafo único. As atas das sessões do NDE serão lavradas por um secretário *ad hoc*, designado dentre os membros do colegiado devendo nelas constar as deliberações e pareceres emitidos.

Art. 14. Declarada aberta a reunião do NDE, proceder-se-á a leitura e discussão da Ata da Reunião anterior e não havendo emendas ou impugnação, será a mesma considerada aprovada.

Art. 15. Todos os documentos gerados ou arquivados pelo NDE serão de livre acesso ao público desde que se faça solicitação por escrito ao presidente do NDE e este julgar procedente.

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16. Os casos omissos neste regimento serão resolvidos pelo Colegiado de Curso, de acordo com a competência do mesmo.

ANEXO III - REGIMENTO DO COLEGIADO DE CURSO DO CURSO DE BACHARELADO EM ENGENHARIA FLORESTAL

CAPÍTULO I DA DEFINIÇÃO

Art. 1º. Os Colegiados dos Cursos Superiores do Instituto Federal de Mato Grosso -*Campus* Cáceres, definidos como unidades didático-pedagógicos-científicos, são órgãos superiores planejadores e executores das atividades que lhe são pertinentes, sendo também as instâncias normativas, deliberativas e executivas sobre políticas acadêmicas para os fins de Ensino, Pesquisa e Extensão, no seu âmbito e dentro do que estabelecer as normas de instâncias superiores.

CAPÍTULO II DA COMPOSIÇÃO, ELEIÇÃO E DO MANDATO

Art. 2º. Os Colegiados dos Cursos Superiores do Instituto Federal de Mato Grosso - *Campus* Cáceres serão compostos:

1. Pelo Coordenador do Curso, que o presidirá.
2. Por dois representantes eleitos pelo Corpo Docente do Curso.

3. Pelo representante eleito de Corpo Discente do Curso.

4. Pelo representante dos Corpos Técnicos, especialistas em assuntos pedagógicos, indicado pelo Departamento de Desenvolvimento Educacional e Coordenação geral de Ensino.

§ 1º. Os representantes mencionados no “caput”, com exceção do representante do corpo Técnico, terão dois suplentes representantes do corpo docente e um suplente representante do corpo discente, eleitos pelo mesmo processo e na mesma ocasião da escolha dos titulares, aos quais substituem automaticamente nas faltas, impedimentos ou vacância.

§ 2º. O processo eleitoral do representante deverá ser conduzido pelo Colegiado de Curso ou por comissão indicada pelo mesmo, e, caso haja candidato pleiteando a reeleição, este não poderá participar como membro da comissão de processo eleitoral.

§ 3º. O processo eleitoral deverá ser registrado em ata, bem como seu procedimento e resultados.

§ 4º. O edital de processo eleitoral deverá ser publicado com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis nos murais e no endereço eletrônico oficial dessa Instituição.

Art. 3º. O mandato dos membros do Colegiado de Curso será de 2 (dois) anos para os representantes do corpo Docente e de 1 (um) ano para representante do corpo Discente.

Parágrafo Único. A representação docente e discente poderá ser reconduzida por mais um mandato de igual período.

CAPÍTULO III

DAS ATRIBUIÇÕES DO COLEGIADO

Art. 4º. São atribuições do colegiado de curso:

- I. Estabelecer o perfil profissional e a proposta pedagógica do curso.
- II. Elaborar o seu regimento interno.

III. Elaborar, analisar e avaliar o currículo do curso e suas alterações e submetê-los a apreciação das instâncias superiores.

IV. Analisar, aprovar e avaliar os planos de ensino das disciplinas do curso, propondo alteração quando necessárias.

V. Fixar normas quanto à matrícula e integralização do curso, respeitando o estabelecido pelas instâncias superiores.

VI. Deliberar sobre os pedidos de prorrogação de prazo para conclusão do Curso.

VII. Emitir parecer sobre processos de revalidação de diplomas de cursos de graduação expedidos por estabelecimentos estrangeiros de ensino superior.

VIII. Exercer as demais atribuições conferidas por lei neste Regulamento ou Regimento do Curso.

IX. Emitir parecer em processos de Ensino e Pesquisa vinculados à coordenação de curso.

X. Participar ativamente da administração acadêmica, assessorando os órgãos colegiados deliberativos, consultivos e executivos no desempenho de suas funções.

XI. Propor ao Departamento de Desenvolvimento Educacional, Coordenação geral de Ensino e Coordenadoria de Integração Escola Comunidade normas de funcionamento e verificação do rendimento escolar para estágio, trabalho de conclusão e de disciplinas com características especiais do curso.

XII. Sugerir medidas que visem ao aperfeiçoamento e desenvolvimento das atividades da Instituição, opinando sobre assuntos pertinentes que lhe sejam submetidos pelo Diretor Geral.

XIII. Constituir comissões específicas para o estudo de assunto de interesse dos colegiados dos cursos.

XIV. Zelar pela fiel execução dos dispositivos regimentais e demais regulamentos.

XV. Reunir-se e tomar decisões conjuntas com os demais colegiados sempre que o assunto e interesse da matéria exigir.

XVI. Decidir sobre complementação pedagógica, exercícios domiciliares, expedição e dispensa da guia de transferência e colação de grau.

XVII. Decidir sobre quaisquer situações omissas a este regimento que referem ao curso, seus alunos e turmas.

CAPITULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE DO COLEGIADO

Art. 5º. São atribuições do Presidente do Colegiado de Curso:

- I. Convocar e presidir as reuniões, com direito a voto, inclusive o de qualidade.
- II. Representar o colegiado junto aos outros setores da instituição.
- III. Executar as deliberações do colegiado.
- IV. Designar relator ou comissão para estudo de matéria a ser decidida pelo colegiado.
- V. Decidir *ad referendum*, em caso de urgência, sobre matéria de competência do colegiado juntamente com outro membro por ele designado.
- VI. Elaborar os horários de aula juntamente com outros cursos envolvidos.
- VII. Orientar os alunos quanto à matrícula e a integralização do curso.
- VIII. Verificar o cumprimento do currículo do curso e demais exigências para a concessão de grau acadêmico aos alunos concluintes.
- IX. Decidir sobre pedidos referentes à transferência, matrícula, trancamento de matrícula no curso, cancelamento de matrícula em disciplina.

CAPITULO V

DAS REUNIÕES

Art. 6º. O Colegiado do Curso reunir-se-á ordinariamente por convocação do presidente, ou extraordinariamente sempre que convocado pelo seu presidente ou por 50% (cinquenta por cento) de seus membros.

§1º. As convocações para as reuniões serão feitas por escrito constando a pauta dos assuntos com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas para as reuniões ordinárias e de 24 (vinte e quatro) horas para as reuniões extraordinárias.

§2º. Em caso de urgência ou excepcionalidade, o prazo de convocação previsto no parágrafo anterior poderá ser reproduzido e a indicação de pauta omitida justificando-se a medida no início da reunião.

§3º. O comparecimento espontâneo do membro, ora convocado sem a observância das formas acima descritas, convalida o ato de convocação e não acarretará nulidade de sessão.

§4º. As sessões somente serão abertas com a presença de mais de 50% (cinquenta por cento) de seus membros após duas chamadas com o intervalo mínimo de 15 (quinze) minutos.

Art. 7º. O comparecimento dos membros do colegiado às reuniões plenárias é de caráter obrigatório e tem preferência sobre qualquer outra atividade acadêmica, perdendo o mandato aquele que, sem motivo justificado, faltar a mais de 03 (três) reuniões consecutivas ou 05 (cinco) sessões alternadas, e será substituído por um suplente para exercer o prazo restante do mandato;

§1º. Na ausência do Presidente do Colegiado de curso a reunião será presidida por um membro indicado pela maioria dos membros presentes.

§2º. Não será configurada a ausência quando o membro suplente substituir o ausente.

§3º. O suplente somente terá direito a voz quando tiver assinado a lista de presença em substituição ao membro titular.

Art. 8º. As Deliberações serão realizadas por meio de voto da maioria dos presentes na sessão.

Parágrafo Único. Nenhum membro do colegiado pode recusar-se a votar.

Art. 9º. Das sessões serão lavradas atas, lidas aprovadas e assinadas por todos os presentes na mesma sessão ou na seguinte.

Parágrafo Único. As atas das sessões do colegiado de curso serão lavradas por um secretário *ad hoc*, designado dentre os membros do colegiado devendo nelas constar as deliberações e pareceres emitidos.

Art. 10º. Declarada aberta a reunião do colegiado de curso, proceder-se-á a leitura e discussão da Ata da Reunião anterior e não havendo emendas ou impugnação, será a mesma considerada aprovada.

Art. 11. Toda a documentação do colegiado será processada e arquivada na respectiva Coordenação de Curso.

Art. 12. Todos os documentos gerados ou arquivados pelo Colegiado da Instituição serão de livre acesso ao público desde que se faça solicitação por escrito ao presidente do Colegiado de curso e este julgar procedente.

CAPITULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13. O presente Regimento poderá ser modificado mediante proposta do Coordenador do curso ou por 50% (cinquenta por cento) dos membros do colegiado dos cursos apreciada em reunião extraordinária especialmente convocada para esta finalidade.

Art. 14. Esse regimento entra em vigor na data de sua aprovação pelo Conselho Superior.

Cáceres-MT, 29 de março de 2010.

Nome	Função	Assinatura
Reginaldo Antonio Medeiros	Presidente	
Alessandro Pontes Gomes	Membro	
Juçara Tinasi de Oliveira	Membro	
Márcio Cleis Gonçalves	Membro	
Roberval Emerson Pizzano	Membro	